

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Zilda Alves de Moura

Dos sertões da África para os do Brasil: os africanos livres da Sociedade  
de Mineração de Mato Grosso (Alto Paraguai-Diamantino, 1851-1865)

Florianópolis, SC  
2014



Zilda Alves de Moura

Dos sertões da África para os do Brasil: os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso (Alto Paraguai-Diamantino, 1851-1865)

Tese submetida ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de doutora em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Gallotti Mamigonian



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

ALVES DE MOURA, ZILDA

Dos sertões da África para os do Brasi: os africanos  
livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso (Alto  
Paraguai-Diamantino, 1851-1865) / ZILDA ALVES DE MOURA ;  
orientadora, Beatriz Gallotti Mamigonian - Florianópolis,  
SC, 2014.  
245 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. africanos livres. 3. trabalho livre e  
trabalho compulsório. 4. desenvolvimento econômico. 5. Mato  
Grosso - Brasil Imperial. I. Gallotti Mamigonian, Beatriz.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.



**Dos sertões da África para os do Brasil: os africanos livres na Sociedade de Mineração do Mato Grosso (Alto Paraguai – Diamantino, 1851-1865).**

**Zilda Alves de Moura**

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

**DOUTORA EM HISTÓRIA CULTURAL**

**Banca Examinadora**

*Beatriz Gallotti Mamigonian*  
Prof.ª. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC

*João Carlos Barrozo*  
Prof. Dr. João Carlos Barrozo – UFMT

*Joseli Maria Nunes de Mendonça*  
Prof.ª. Dra. Joseli Maria Nunes de Mendonça – UFPR

*Paulo Pinheiro Machado*  
Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – PPGH/UFSC

*Henrique Espada Rodrigues Lima Filho*  
Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Hermetes Reis de Araújo – UFSC

Prof.ª. Dra. Cláudia Mortari Malavota – PPGH/ UDESC

*Eunice Sueli Nodari*  
Prof.ª. Dra. Eunice Sueli Nodari  
Coordenadora do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 18 de março de 2014.



Dedico este trabalho a dois grandes trabalhadores nordestinos.  
A eles que não foram ressequidos pelo chão desértico do Ceará.

A eles que suportaram sem traumas, a viagem mais extensa  
que fizeram ao longo de suas vidas: a viagem migratória,  
em caminhão pau de arara, para São Paulo.

A eles que não temeram a longa e fatigante jornada  
de trabalho nas plantações de café paulista.

A eles que sonharam, reivindicaram e, entre tantos  
outros nordestinos, receberam uma das “colônias  
do Oeste” da era Getúlio Vargas.

A eles que não tiveram medo do sertão  
Mato-grossense, pois ele,  
diferente do nordeste, era cheio de matas  
que foram derrubadas apenas com um  
dos três instrumentos que receberam  
do governo do “pai dos pobres”:  
o machado.

Na velhice, ainda que  
doentes, eles continuam  
incansáveis.

Meus pais, José e Maria Moura.



## Agradecimentos

Quando eu cheguei ao doutorado, tinha muitas expectativas e achei que já sabia um pouco de quase tudo. Hoje, afinal, eu sei que não sei quase nada. Minhas expectativas aumentaram e dezenas de perguntas que eu tinha nem as pesquisas e nem os livros responderam. Mas a certeza que tenho é que das muitas perguntas que eu me fazia sobre os meus antepassados negros, eu mesma teria de responder ao menos algumas. É o que faço hoje. Tenho certeza de que minhas respostas sobre a história dos trabalhadores africanos que apresentarei a seguir, não resolverão tantas outras indagações que elas mesmas suscitarão. Isso é bom! Para que serviria a História se ela fosse pronta e acabada? Assim como a vida de mulheres e homens, ela é dinâmica e precisará sempre de novos construtores com novos olhares, com mentes, pés e corações em muitos lugares imaginados ou não.

Para construir essa pequena história sobre os africanos livres que estiveram a serviço de uma empresa lá no Mato Grosso de meados do século XIX, eu demorei mais do que os estudantes aplicados. Assim como os africanos contados na minha história, eu tive muitos percalços e tive de aprender, como eles, como seguir em frente logo que para trás eu não poderia voltar. Desse modo, também como os africanos, ao longo de minha jornada, eu tive muita ajuda.

Com carinho e amor, eu agradeço aquela que por mim sempre espera em oração com um amor sem limites, minha mãe Maria.

Agradeço meu sempre fiel amigo, Alfeio, de quem eu ganhei muitos livros, com quem aprendi muitas histórias do mundo e conheci muitos momentos agradáveis de muito saber e alegrias.

Muito agradecida sempre serei a todos os meus irmãos e irmãs; ao meu pai que nem ao menos compreende porque fico tanto tempo “fora de casa”.

De forma muito especial, eu agradeço minha irmã Zuleide. Sem essa amiga, minha vida seria cinzenta. E nós duas gostamos de muitas cores! Obrigada pela ajuda nas muitas transcrições dos documentos; pelas conversas saudosas e a companhia na distância.

Com grande reconhecimento, eu agradeço a minha orientadora e professora Beatriz Mamigonian, pela paciência que teve em me ensinar; pela tolerância em esperar que antigos parâmetros arraigados em mim dessem espaços a novos para que, enfim, eu pudesse compreender várias vertentes que são necessárias para se compor a história. Obrigada pela orientação séria e comprometida.

Eu agradeço ao professor Paulo Pinheiro Machado pelas aulas, pela amizade e conversas que me ajudaram num momento em que eu precisava muito. A maturidade e objetividade dele ao dizer que o tempo “coloca as coisas nos lugares” me fez ser otimista e chegar até aqui. Agradeço a boa vontade dos professores e também membros da banca, Henrique Espada e Joseli Mendonça. Ao professor João Calos Barrozo, eu agradeço a atenção com que me recebeu em Cuiabá há quatro anos e os livros que me presenteou.

Aos funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso, eu agradeço pelo atendimento profissional e orientações nas transcrições dos documentos. Agradeço também a todos os servidores da Pós-Graduação em História da UFSC; cada um que passou por ali, ao longo desses quatro anos, me atendeu com gentileza e atenção.

De maneira muito especial, eu agradeço aos amigos que esta cidade me proporcionou. A solidão de quem passa anos estudando e escrevendo, sobretudo daqueles que estão “longe de casa”, só é amenizada com a companhia de pessoas que saibam valorizar e oferecer amizade sincera. Eu fui agraciada com vários momentos de relaxamento, de puro prazer e, porque não dizer, de embriaguez com muitas cervejas que tomei e tantas conversas engraçadas e deliciosas na companhia de Clóvis Brighenti, Marina Oliveira, Carina Almeida, Genir Signori, Santina Marafon, Sandor Bringmann, Milene Tonellotto e Elton Laurindo. Eu adoro vocês!

Agradeço a companhia agradável e leve de minha sobrinha Gabriela Moura, aos amigos Wadico, Paulo Neves e Marisa de Oliveira pela amizade, apoio e companheirismo. Agradeço ao meu prestativo cunhado Antônio Marcos Pereira da Silva pelos infinitos favores devidos à distância de casa.

À CAPES e ao CNPq, pelos auxílios concedidos sem os quais este trabalho não teria sido possível.

## RESUMO

No Brasil do século XIX, “africano livre” era o termo que designavam os africanos resgatados de navios negreiros apreendidos durante a campanha de repressão ao comércio de cativos. Apesar de estabelecida nas leis de 1831 e de 1850 de proibição do tráfico, a reexportação desses africanos para África nunca aconteceu e eles foram mantidos no Império brasileiro. Todo africano apreendido no tráfico ilegal era juridicamente livre, mas ficava submetido à tutela do Estado que o disponibilizava tanto para executar trabalhos públicos como para atividades a serviço de pessoas particulares. Após 1850, houve uma mudança na política de distribuição dos africanos livres para o serviço compulsório, e eles não poderiam ser distribuídos entre particulares. A maioria foi, assim, distribuída entre instituições públicas e governos provinciais. Houve, no entanto, concessões a companhias privadas de interesse público como a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, do barão de Mauá, e a Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Esta tese analisa as experiências dos africanos livres que foram cedidos à Sociedade de Mineração de Mato Grosso em 1851 a partir da análise de documentação manuscrita produzida pela Sociedade de Mineração de Mato Grosso sobre os africanos livres, arquivada no Arquivo Público de Mato Grosso – correspondências expedidas e recebidas entre representantes do Ministério dos Negócios da Justiça do Império e presidentes da província de Mato Grosso e entre estes e os guardas dos africanos livres da Sociedade, delegados, juizes de paz e representantes da elite política da província. A pesquisa sobre a criação da Sociedade de Mineração de Mato Grosso explorou a fundação dessa Sociedade, os termos para a concessão dos terrenos mineratórios, os principais diretores e ainda a contrapartida da empresa que deveria promover construção de estrada entre o Mato Grosso e o Pará e ainda a assimilação dos indígenas nos locais a serem explorados. A análise acompanhou os africanos livres no desenvolvimento dos trabalhos designados a eles, ou seja, na exploração dos aluviões auríferos, de diamante, na produção e colheita de alimentos, em abertura de caminhos em mata fechada, extração da poaia (planta medicinal), entre outros. Além das experiências relacionadas aos trabalhos descritos, a tese discute a relação desse grupo de africanos livres com outros trabalhadores, com pessoas da comunidade local através de apadrinhamento de seus filhos e a organização desses trabalhadores

diante da violência, como em motins, fugas, insubordinação, assim como a emancipação definitiva que ocorreu em 1865. Com o propósito de promover o desenvolvimento e progresso pelo país, o governo imperial brasileiro apoiou e incentivou as nascentes companhias e sociedades privadas mantendo conjuntamente atividades comerciais, algumas relacionadas à agricultura, mineração, navegação, ferroviária, melhoramentos urbanos, etc. No caso da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, ele concedeu a mão de obra de cem africanos livres. Assim como outros trabalhadores compulsórios, como os indígenas, mestiços e pobres livres, o governo imperial disponibilizou a força de trabalho dos africanos livres para empreendimentos de desenvolvimento capitalista no Império. O modo como foi implementado esse processo é explorado a partir das experiências dos africanos livres cedidos para essa Sociedade.

**Palavras-chave:** Africanos livres. Trabalho livre. Trabalho compulsório. Desenvolvimento econômico. Mato Grosso. Brasil Imperial.

## ABSTRACT

In nineteenth-century Brazil, the term “Free African” was used to designate the Africans rescued from slave ships during the repression of the slave trade. Despite being inscribed in both the 1831 and the 1850 abolition laws, the transportation of these persons back to Africa never happened and they were kept in Brazil. All the Africans seized from the slave trade were legally free but remained under the guardianship of the State, and were to serve private individuals or public institutions. After 1850, the policy for the assignment of Free Africans for service changed, and they would no longer serve private individuals. The vast majority of them were assigned to public institutions and public service in the provinces. However, there were concessions to private companies of public interest, such as the Amazon Steam Navigation Company of the Baron of Maua and the Mining Society of Mato Grosso. This doctoral dissertation analyses the living experiences of the Free Africans who were assigned to the Mining Society of Mato Grosso in 1851, making use of the documentation produced by this company itself. Such documentation is kept in the Public Archives of Mato Grosso – letters sent and received between officials of the Ministry of Justice and the presidents of the province of Mato Grosso and between these presidents and the guardians of Free Africans, local sheriffs, Justices of the peace and persons representing the elite of the province. The research on the creation of the Mining Society of Mato Grosso examined details of its foundation, the agreements for the concession of lots for mining, the background of the main directors of the company and the counterpart of the company to the state, which was basically the construction of a road from the province of Mato Grosso to the province of Para, and the domestication of the Native Indians in the places to be explored. This analysis followed the Free Africans in their appointed works, that is, the exploration of gold and diamond in alluvial deposits, the production and harvest of food, the opening of paths in the dense forest, the extraction of the medicinal herbs (“poaia”) and other activities. Furthermore, the dissertation treats the relationship between the Free Africans and other workers, the relationship with persons of the local community, through the occurrence of god parenting of the children of the Free Africans, and the organization of these workers against the violence, in actions such as revolts, flights, rebellions and finally, the definitive

emancipation occurred in 1865. The Brazilian Imperial Government, having the purpose to promote the development and progress throughout the country, gave support to companies and private societies and maintained with them commercial activities related with agriculture, mining, navigation, railroad and urban development. To the Mining Society of Mato Grosso, the government granted one hundred Free Africans. The same way as other compulsory workers such as Indians, mestizos and poor people, the government made available the labor force of the Free Africans to the capitalist development of the Empire. The form in which this process was implemented is analyzed here, through the living experiences of the Free Africans granted to this Society.

Key-words: Free Africans. Free labor. Coerced labor. Economic development. Mato Grosso. Empire of Brazil.

## INDICE DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Mapas

Mapa 1 - Mapa dos principais caminhos do Oeste. c.1720-c.1850.....	94
Mapa 2 - Território Alto Paraguai – Região centro Oeste do Mato Grosso.....	114
Mapa 3 - Localidades onde os africanos livres trabalharam a serviço da Sociedade de Mineração de Mato Grosso - Território Alto Paraguai.....	131

### Lista de Quadros

Quadro 1 - Mapa dos africanos livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da província de Mato Grosso – 31 de janeiro de 1853.....	97
Quadro 2 - Dados de identificação de alguns africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso.....	99
Quadro 3 - Frentes de trabalhos onde foram empregados os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso – 1852-1865.....	115
Quadro 4 - “Relação dos escravos pertencentes à Nação no Arsenal de Guerra de Cuiabá – 1868”.....	142
Quadro 5 - Relação dos africanos livres falecidos no período em que estiveram a serviço da Sociedade.....	145
Quadro 6 - Registros dos nascimentos dos filhos das africanas livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso.....	153
Quadro 7 - Nascimentos, causas dos óbitos, intervalos entre os filhos das africanas livres – 1852/1863.....	168
Quadro 8 - Relação das idades identificadas das africanas livres – 1853, 1854,1855, 1861.....	172
Quadro 9 - Relação dos batizados e dos padrinhos dos filhos das africanas livres.....	180

### Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Trabalhos desenvolvidos pelos africanos livres a serviço da Sociedade de Mineração de Mato Grosso – mês de abril de 1853.....	118
Gráfico 2 - Frentes de trabalhos desenvolvidos pelos africanos livres a serviço da Sociedade de Mineração de Mato Grosso – mês de dezembro de 1860.....	119

## **Lista de ilustrações**

Figura 1 - Estatuetas de gêmeos ibeji iorubá – madeira, contas e conchas.....	163
Figura 2 - Os Ibejis são transformados em estatuetas.....	164
Figura 3 - Enterro de membros da expedição/Bossi às minas de Martírios – 1862.....	224

## **Lista de Fotos**

Foto 1 - Buritizal nas nascentes do rio Paraguai.....	175
Foto 2 - Área de nascente do rio Diamantino.....	176
Foto 3 - Garimpo nas margens do rio Diamantino.....	177

## SUMÁRIO

Introdução.....	1
<b>Capítulo 1 - A Sociedade de Mineração de Mato Grosso.....</b>	<b>23</b>
"Uma empresa criada para ser útil ao país e aos seus sócios".....	23
Formação de companhias mineratórias no Brasil.....	27
Decreto nº 794 de 7 de junho de 1851.....	30
Sobre os indígenas que "habitavam aqueles sertões".....	32
1854: Estatuto da Sociedade de Mineração de Mato Grosso.....	39
Cephaeles ipecacuanha.....	39
O capital, os acionistas e a administração da Sociedade.....	42
Os diretores da Sociedade.....	45
A concessão dos africanos livres para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso.....	55
Notas sobre a política de desenvolvimento no Império brasileiro após 1850.....	59
Uma província na fronteira: Mato Grosso em busca da renovação econômica.....	68
Os africanos livres no Brasil.....	78
1850: fim do comércio de africanos para o Brasil.....	83
<b>Capítulo 2 - O mundo do trabalho.....</b>	<b>91</b>
Onze meses: a jornada e os percalços no caminho de Mato Grosso.....	91
Instruções para os guardas dos africanos livres.....	95
Identificação dos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso.....	97
Situação econômica e social da população do Alto Paraguai Diamantino.....	104
Os trabalhos dos africanos livres em Alto Paraguai Diamantino.....	115
Construir, morar, zelar, plantar, colher, criar animais.....	120
Desviar os rios em Santana.....	127
Minerar nas lavras dos rios Áreas, Buritizal, Lavras do Mindáo.....	130

Construir estradas, colher a poaia, servir no Arsenal de Guerra.....	135
As doenças, enfermidades e mortes dos africanos livres.....	143
<b>Capítulo 3 - Socializar e transgredir.....</b>	<b>149</b>
Relações afetivas, instrução e doutrina cristã.....	149
"As cores" dos filhos das africanas livres.....	157
Gêmeos na tradição dos grupos lingüísticos sudaneses e bantos.....	159
Ìbejis.....	161
Jingongos.....	165
Nascimentos, doenças e mortes dos filhos das africanas livres.....	167
O espaço geográfico, grupos sociais e seus mecanismos de controle.....	174
Relações de compadrio.....	178
Revolta coletiva: fuga para Santiago.....	189
Passeios e embriaguez - resultado: correntes.....	196
<b>Capítulo 4 - A derrocada da Sociedade de Mineração de Mato Grosso.....</b>	<b>199</b>
Resposta dos africanos livres ao “mau tratamento do agente Bartolomé Bossi”.....	199
Afinal, quem era Bartolomé Bossi?.....	207
“Para a Sociedade, espera-se que sejam bem sucedidos os seus esforços”.....	215
Os motivos do encerramento das atividades da Sociedade.....	229
Os resultados dos compromissos assumidos pela Sociedade.....	233
Emancipação definitiva dos africanos livres da Sociedade.....	235
Considerações finais.....	249
Fontes.....	255
Referências Bibliográficas.....	273

## **Introdução**

Em 1851, um grupo de trabalhadores africanos livres foi concedido para uma das sociedades por ações que se formavam no Império Brasileiro daquele momento. Naquele ano, o Ministério dos Negócios do Império autorizou a formação da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, companhia sediada no Rio de Janeiro, que foi arquitetada por investidores capitalistas, que ambicionavam expandir seus negócios para além daquela região. A direção da Sociedade era composta de homens distintos da “boa sociedade” econômica e socialmente conhecidos. Para essa empresa, o governo imperial cedeu cem africanos livres que, como sua principal mão de obra, foram levados para trabalhar no Mato Grosso, área de fronteira, que de acordo com os presidentes da província, era ela muito carente de força de trabalho e de estímulos que favorecessem o crescimento econômico.

Uma das condições impostas à empresa, a partir de decreto, era a abertura de uma estrada para a província do Pará. Essa também era uma das principais solicitações dos dirigentes mato-grossenses. Se essa estrada fosse construída poder-se-ia favorecer as comunicações pelo interior da província e sua efetiva incorporação ao conjunto econômico do Império. Além disso, esse decreto previa a civilização dos indígenas que existiam nas áreas a serem exploradas. Como era projeto do governo imperial promover a assimilação do indígena para o trabalho e induzir sua nacionalização, naquele momento de instituição da Sociedade, essa parceria seria oportuna, porque, além de suas atribuições, a empresa poderia “domesticar” alguns grupos indígenas que habitavam as terras mato-grossenses.

Aquele era um período em que os dirigentes do governo brasileiro intensificavam os debates sobre reformas que visavam impulsionar o desenvolvimento tanto social como econômico por todo o Império. Dessa maneira, na esfera do processo de formação e consolidação do Estado nacional, as províncias do país que permaneciam praticamente inexploradas passaram a receber atenção. Os discursos pautavam-se por temas como ordem, desenvolvimento, civilização e modernidade e expunham projetos para se promover esse reordenamento e crescimento do Império. A elite política, com o apoio e respaldo de intelectuais debatiam a constituição de um ideal de progresso no qual os princípios de ordem e civilização fossem o caminho para a organização da sociedade.

Assistia-se, assim, a debates e ações de um poder político centralizado no Rio de Janeiro que projetava medidas para a integração econômica e social para o restante da população do país. Esses discursos eram também defendidos pela elite política provincial mato-grossense, assim como por muitas outras, conforme pode ser observado em vários relatórios, nos quais os ideais de modernidade, ordem, progresso e civilização eram associados ao desenvolvimento econômico.

Com acumulação de capital disponível, fundação de instituições<sup>1</sup> e políticas adotadas para acelerar os projetos de expansão capitalista, o governo estava pronto para fomentar o desenvolvimento econômico do país. O Império Brasileiro passava por várias mudanças, muitas delas realizadas pelo poder central e tantas outras incentivadas e apoiadas por ele. Essas ações eram facilitadas pela promulgação do Código Comercial, que regulamentou a atividade bancária e tornou possível a organização das sociedades anônimas e sociedades comerciais.<sup>2</sup> A partir de 1850, os capitais que eram investidos no altamente lucrativo comércio de africanos cativos, foram disponibilizados para outras atividades econômicas. No mesmo ano, a Lei de Terras, ao estabelecer o acesso à terra por compra, afastou pequenos proprietários e posseiros delas e dos meios de subsistência. Tal movimento disponibilizou ainda mais essa massa de mão de obra aos grandes proprietários rurais. Igualmente, a assimilação das comunidades indígenas e a apropriação de suas terras, foram estabelecidas com base na exploração de sua mão de obra, bem antes desse período.

Por consequência, o Rio de Janeiro, como núcleo de comando e do poder, destacava-se como centro mais desenvolvido do Império. Simultaneamente, em outras cidades, também ocorriam transformações importantes, como o alto crescimento demográfico, acompanhado de um processo de urbanização que caminhava de acordo com as condições

---

<sup>1</sup> Principalmente as instituições com poderes para manter controle e ordem, como os Juizados de Paz e a polícia, responsáveis pelas condutas “delituosas” da população empobrecida e regulamentadoras dos procedimentos a serem tomados, caso elas ocorressem. Segundo Coda, a criação do Código de Processo Criminal “demonstrava a grande preocupação para com a garantia da ordem pública e controle da violência. Garantir a paz foi muito mais relevante para os construtores da nova nação brasileira do que a instituição de direitos e deveres civis”. In: CODA, Alexandra. A estruturação do poder judiciário no Brasil Império: O Direito Penal e as questões trabalhistas. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs/aedos>.

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O império e o crédito hipotecário: o estudo de caso do Banco Comercial e Agrícola –1858-1861. I Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico. Período: 3 e 4 de Junho de 2013.

provinciais. No período, sobressaíam-se cidades como São Paulo, que, devido ao crescimento da economia cafeeira do oeste paulista promovia o desenvolvimento e garantia o aumento e a concentração de trabalhadores livres e escravizados na província. Salvador e Recife funcionavam como ponto importante de escoamento e circulação da cana-de-açúcar e do algodão. Já as províncias da Bahia e de Pernambuco, e Ouro Preto, respectivamente, destacavam-se por sua economia de produção de alimentos, pecuária e mineira.<sup>3</sup>

Com a expansão econômica da década de 1850, nos centros mais desenvolvidos do Império, como o Rio de Janeiro, foi criada a primeira linha telegráfica em 1852, que ligava via cabo subterrâneo, o Palácio de São Cristóvão ao Quartel Central no Campo da Aclamação. Em seguida, a linha foi estendida de algumas repartições públicas na Corte, ao quartel dos bombeiros, ao quartel da polícia e às fortalezas da Baía de Guanabara.<sup>4</sup>

No ritmo do crescimento do período, também foram observadas a formação de bancos, fábricas<sup>5</sup>, companhias de mineração, navegação, ferrovias e urbanização na Corte e em outras capitais. Com os investimentos do capital estrangeiro no Império Brasileiro, desenvolveram-se, sobretudo, a navegação a vapor e fluvial e a construção de ferrovias.<sup>6</sup>

Introduzidos nesse contexto, os trabalhadores africanos livres foram incorporados em muitos desses projetos. A nomeação “africano livre” surgiu a partir da lei anti-tráfico, de 7 de novembro de 1831, que declarava livres todos os cativos africanos trazidos para o país e

---

3 MORAES, José G. *Cidade e cultura urbana na primeira República*. São Paulo: Atual, 1994.

4 SILVA, M. Costa da. A telegrafia elétrica no Brasil Império. Ciência e política na expansão da comunicação. Revista Brasileira de História da Ciência. Rio de Janeiro, v. 4, nº 1, p. 49-65 jan/jun 2011.

5 Existiam no Brasil, em 1852, 64 fábricas ditas *nacionais*. Consistiam-se em fábricas de chapéus, rapé, sabão e fundições (duas na província do Rio de Janeiro, uma na Bahia e duas em Pernambuco). No município da corte, onde a concentração era maior, havia uma de cerveja, uma de couros envernizados, uma de óleos vegetais, uma de tapetes e oleados, uma de tecidos de seda, uma de vidros e uma de produtos químicos. Eram todas fábricas de certa importância, isto é, consideradas dignas de receberem um diploma concedendo-lhes a isenção de direitos sobre as matérias-primas importadas para o seu consumo, isenção que montava em 1851, a um total de 215.244\$233. "Exposição da Diretoria Geral das Rendas Publicas", Proposta e Relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na Quinta Sessão da Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres (Rio de Janeiro, 1852). Anexo B, quadro 3. Apud: LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978, p. 35.

6 PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

impunha penas para todos os que participassem do tráfico, linguagem reiterada pela lei conhecida como Eusébio de Queirós de setembro de 1850, que voltou a proibir a importação de cativos e estabeleceu novas formas de repressão. Desse modo, os navios traficantes que fossem apreendidos eram julgados por tráfico ilegal por juízes instalados no Rio de Janeiro, e os africanos resgatados desse comércio, pelas autoridades judiciais, recebiam a condição de “africanos livres”. Esse tempo foi muitas vezes estendido para além dos catorze e acima dos limites de vida deles, pois muitos não viveram para conhecerem a liberdade definitiva.

A partir de 1850, esses trabalhadores foram empregados de forma compulsória e direcionados para projetos de desenvolvimento econômico, como os promovidos por companhias e sociedades nascentes, enviados para abertura de estradas, em áreas isoladas de fronteira ou engajados em atividades extrativas nos sertões do país.

Partindo da ideia de explorar as relações de trabalho no Brasil imperial de meados do século XIX como assentadas tanto no trabalho livre como no compulsório, os esforços da presente pesquisa concentram-se nos trabalhadores africanos livres que foram cedidos para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Parte-se do pressuposto que, para os projetos de desenvolvimentos pensados, a mão de obra “disponível” desses africanos livres foi utilizada em vários empreendimentos pelo país.

Como o progresso e investimentos também tinham de chegar às fronteiras, ou seja, às regiões do país que permaneciam praticamente inexploradas, a direção política do governo imperial promoveu incentivos, investimentos e parcerias com Companhias e Sociedades. Dentre outros investimentos, incentivaram-se aqueles que promovessem o crescimento econômico, o cultivo e o aproveitamento da terra, como a extração de seus recursos minerais, construção e aperfeiçoamento de estradas e realização de obras públicas que beneficiassem tanto os centros mais desenvolvidos como as províncias mais longínquas do Império.

Em relação à mão de obra na sociedade imperial de meados do século XIX, ela continuava a ser composta sobretudo de trabalhadores escravizados, em um variado conjunto de ocupações que envolvia negros livres, brancos pobres e indígenas de forma compulsória. Realidade essa que demonstra que a liberdade jurídica não estava associada à autonomia dos trabalhadores ou a relações de trabalho assalariadas que também existiam naquele momento.

Muito já se escreveu sobre a ausência de trabalhadores na lavoura do período. A historiografia enfatizou a “escassez” ou oferta de braços, e muito se destacou que os nacionais seriam ociosos ou não afeitos ao trabalho. Com tais argumentos, primeiro teriam sido os grandes proprietários promovedores da imigração estrangeira que depois foi encampada como política do governo imperial. Independente dos conceitos dados aos trabalhadores daquele momento, Vera Amaral Ferlini observou que, desde o período colonial existia no Brasil uma população composta por agregados, lavradores de roça e outros trabalhadores desvinculados da produção para a exportação, que viviam à margem da economia organizada, mas com variada experiência de trabalho.

Esses trabalhadores e suas famílias cresceram ocupando terras não aproveitadas pela economia agroexportadora. Eles trabalhavam em atividades de extração, subsistência e, eventualmente, produzindo para o mercado externo. A maioria dessa população era constituída de pobres livres, não proprietários de cativos, cujo traço comum era a marginalização em relação à grande propriedade voltada para a exportação. Excluídos do processo produtivo, esses trabalhadores recorriam à economia de subsistência e aos serviços temporários como alternativas de sobrevivência.<sup>7</sup>

De acordo com João Fragoso, já em meados do século XIX, ao invés de se verificar uma “transição gradual ao trabalho livre”, como se pregava na historiografia, no percurso do declínio da escravidão, observou-se no Brasil Imperial, a expansão de outros arranjos de trabalho forçado, como a utilização da mão de obra de indígenas, mestiços, negros e pobres livres.<sup>8</sup> Os indígenas eram juridicamente livres, mas foram empregados em várias formas de trabalho compulsório. Aqueles que viviam em aldeamentos eram recrutados pelos diretores para trabalhos públicos, mas eram também ilegalmente empregados em trabalhos para particulares, mesmo nas cidades. Os trabalhadores indígenas participavam também de expedições exploratórias no interior do país, muitas vezes como remadores e guias. Eles trabalhavam na produção de alimentos para novas colônias,

---

7 FERLINI, Vera Lucia Amaral. Transição, herança e inovação no século XIX brasileiro (1789-1889): as mudanças da terra e o mercado de braços. Disponível em: [http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/533\\_abstract.doc](http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/533_abstract.doc).

8 FRAGOSO, João. “O Império Escravista e a República dos Plantadores” in: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

participavam de campanhas militares contra quilombolas e outros rebeldes.

Como no caso dos africanos livres, a exploração de sua mão de obra era justificada pela tentativa de ensiná-los os modos “brancos”. Segundo Mamigonian, por trabalharem ao lado de cativos, os africanos livres poderiam ter visto sua própria liberdade jurídica como uma vantagem, “mas a existência de outros grupos de pessoas livres submetidas a trabalho compulsório sancionado pelo Estado imperial demonstra que não era”.<sup>9</sup>

Após 1850, com a proibição definitiva do tráfico internacional de africanos cativos para o Brasil – tanto por força da lei de 1831, como a de 1850–, a sociedade brasileira ajustou-se rapidamente a essa nova realidade relativa à mão de obra. Por conseguinte, formou-se uma organização interna de tráfico que possibilitou a compra e venda de cativos e o deslocamento desses trabalhadores de regiões como as do Norte-Nordeste, Oeste e do extremo Sul do país para as áreas cafeeicultoras do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Outra alternativa projetada foi a imigração de outro grupo de trabalhadores estrangeiros, só que agora, não mais de africanos pois os tempos eram outros, e os princípios de progresso, civilização e moralidade em voga, exigiam imigrantes brancos europeus. Ademais, os arranjos de trabalho do período contou com o aumento da força de trabalho brasileiro livre e pobre, que, segundo, Lamounier, grupo esse importante na composição da população, seja no período colonial ou imperial, que, com sua mão de obra, apareceu nos altos e baixos da produção açucareira, cafeeira, algodoeira e outras.<sup>10</sup>

Além desses grupos de trabalhadores, deu-se continuidade ao aproveitamento da mão de obra daqueles que vinham sendo expropriados de suas terras, os indígenas, para os quais se planejava um projeto “especial” de civilização para que eles se adequassem aos novos tempos. Assim como os africanos livres, alguns grupos indígenas foram inseridos nos novos projetos de desenvolvimento, como os que foram cedidos para a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, do barão de Mauá.

---

9 MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres e os dois impérios: tráfico, trabalho e direito no Brasil oitocentista. Florianópolis, 2013, p. 188-189. [não publicado/título provisório].

10 LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *SciELO. Estudos Econômicos*. Vol.37 n° 2. São Paulo Apr./June 2007.

Como já exposto, na sociedade imperial brasileira do período analisado, os trabalhadores empobrecidos, libertos, indígenas, soldados, etc., eram mantidos sob controle e coagidos ao trabalho compulsório. Por outro lado, as relações de trabalho dos imigrantes assalariados também eram permeadas de métodos coercitivos. Joseli Mendonça observou que, mesmo para os trabalhadores estrangeiros – da produção cafeeira paulista –, foram inseridos na lei de contratação de serviços, mecanismos que pudessem garantir a compulsão ao trabalho. Assim, se o trabalhador imigrante descumprisse os tratos estabelecidos, era aprisionado na cadeia e, também conforme a lei, não podia trocar de empregador. Tratava-se, portanto, por meio do texto da lei e das medidas nele contidas, de “estabelecer mecanismos pelos quais os empregadores pudessem dispor de 'seus' trabalhadores livres com um grau de segurança ao menos equivalente ao que haviam podido ter, até então, em relação aos seus escravos”.<sup>11</sup> Com igual entendimento, Guimarães assinalou que as leis de locação de serviços eram verdadeiros “códigos de trabalho forçado”, e as classes dominantes empenhavam-se em “forjar leis que transformassem em servos da gleba os trabalhadores que conseguiam sobreviver desvinculados dos meios de produção e de trabalho, já que não podiam transformá-los em escravos”.<sup>12</sup>

Para além do trabalho escravizado e do livre imigrante, na forma em que explica Maria Lúcia Lamounier, na produção cafeeira paulista, aqueles trabalhadores pobres livres eram admitidos nas fazendas como agregados e, com frequência, tinham acesso a terras marginais, onde poderiam plantar para sua subsistência. Em troca, eles realizavam diversas atividades ligadas à produção, administração, supervisão e proteção das fazendas. Muitos trabalhadores também eram empregados como camaradas, trabalhadores independentes, contratados por empreitada, locação de serviços ou diaristas. Além dos trabalhos na produção e cultivo do café, eles eram os responsáveis pela derrubada das matas e limpeza de terrenos para o plantio, construção e conservação dos caminhos e estradas, responsáveis pelo transporte local do produto, ajudar em época de colheita, cultivar gêneros de subsistência para a

---

11 MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Liberdade em tempos de escravidão. Disponível em: <http://www.poshistoria.ufpr.br/TextoJoseliMendonca.pdf>; MENDONÇA, Joseli M. Nunes. Livres e obrigados: experiências de trabalho no centro-sul do Brasil. 5º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Maio de 2011. Porto Alegre: UFRGS.

12 GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 131.

fazenda, etc. Para Lamounier, esses trabalhadores e suas famílias representavam “um potencial significativo de mão de obra que era recrutada nos momentos de pico do trabalho, para atividades que colocassem em risco a vida dos escravos ou que não eram do interesse dos imigrantes”.<sup>13</sup>

Quanto à utilização do trabalho compulsório do nativo, a historiografia mostrou que ela existiu desde a formação colonial, e mais recentemente, ela tem revelado que os mecanismos de apropriação das terras indígenas ocorreram em concomitância à exploração compulsória de sua mão de obra. Empregados em trabalhos públicos ou a serviço de particulares, esses trabalhadores serviram tanto ao Estado como à sociedade brasileira, funcionando como “repositórios de mão de obra”<sup>14</sup>. Nesse mesmo raciocínio, Moreira revela que os próprios dirigentes do governo exploravam o trabalho indígena, pois, a partir dos primeiros anos do século XIX, esses trabalhadores “foram frequentemente recrutados para a guerra e para realizarem compulsoriamente uma vasta gama de trabalhos para a administração pública”.<sup>15</sup>

O método adotado pelas autoridades e proprietários, foi o mesmo de canto a canto do imenso território imperial brasileiro. No auge de meados do século XIX, no Mato Grosso, as engrenagens tanto do Estado como dos grandes proprietários locais, ergueram os aldeamentos e estabeleceram mecanismos de “relações amistosas” com diversos grupos indígenas na província, e assim obtiveram sucesso sobretudo com os povos, Guató, Guarani, Guaná, Terena e Guaicuru<sup>16</sup>, que foram progressivamente confinados nas aldeias, catequizados e integrados na sociedade local como massa de mão de obra, em geral compulsória e, como tantas outras, mal paga.

Obviamente que todo esse processo não foi ameno e muito menos conciliatório. Na forma como explica Gileno, apesar das disposições contidas no Regimento das Missões, a escravização dos

---

13 LAMOUNIER. Agricultura e mercado de trabalho: [...]. Ob. cit.

14 MARINATO, Francieli. Botocudos e tupiniquins. Trabalho compulsório indígena no Rio Doce espírito-santense. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

15 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. Diálogos Latinoamericanos. Núm. 3, 2001, p. 87-113. Aarhus Universitet Dinamarca. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200304>.

16 GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. “Mato Grosso (1850-1889) uma província na fronteira do Império”. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 29.

indígenas ocorria em todas as províncias a tal ponto que o Aviso de 15 de junho, de 1850, censurar as hostilidades promovidas pelo presidente do Mato Grosso aos “índios bravos”. Em contrapartida, os revezes dos indígenas aos povoados, fazendas e quilombos fizeram-se presentes ao longo da segunda metade do século XIX<sup>17</sup>, ou mesmo em período anterior.

Além da história desses trabalhadores brevemente exposta aqui, também compunham o complexo mosaico das relações de trabalho do período as crianças e os soldados. O Juízo dos Órfãos foi uma das instituições criadas – dentre várias do período – a serviço da “civilidade e ordem”, como parte de um sistema de controle sobre os trabalhadores livres pobres e seus filhos.<sup>18</sup> Muitos ditos, filhos de relações ilícitas ou órfãos, em geral crianças empobrecidas eram tomados dos seus pais pelo Juízo, e, em nome da boa educação, as meninas eram empregadas em trabalho doméstico e, para os meninos, eram ensinados ofícios. Para Teixeira, essa “educação moral da população livre pobre fazia parte de uma ação sistemática do Império do Brasil, com vistas a civilizar, principalmente pelo trabalho, o povo”.<sup>19</sup>

Por sua vez, as instituições militares foram as primeiras a determinar a utilização de menores órfãos, pobres ou desvalidos como “matéria-prima humana” para a formação sistemática de força de trabalho para seus arsenais. Da mesma forma, utilizaram os trabalhadores pobres adultos, para o preenchimento dos quadros das tropas e das tripulações, desde a segunda década do século XIX.<sup>20</sup> Os trabalhadores que não eram aproveitados foram “deslocados para fora” e empregados em fábricas de manufaturas “civis” ou estatais.

De acordo com Hendrik Kraay, da perspectiva do Estado, o recrutamento preencheu dois fins. O recrutamento deveria fornecer um número adequado de soldados (normalmente serviam de seis a nove anos) a custo mínimo sem, contudo, ser pesado às forças produtivas da sociedade. A legislação não só desviava os recrutadores dos cidadãos abastados, como também difundia uma mensagem específica aos

---

17 GILENO, Carlos Henrique. A Legislação Indígena: ambigüidades na formação do Estado-Nação no Brasil. Caderno CRH. Salvador, v. 20, n. 49, p. 123-133, Jan./Abr. 2007, p. 131.

18 TEIXEIRA, Alcemir A. Bezerra. “O Juízo dos Órfãos em Manaus (1868-1896)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFA, 2010, p. 11.

19 Idem.

20 CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005, p. 113.

brasileiros, afirmando, desse modo, o segundo fim do recrutamento: “homens que não trabalhavam, que não obedeciam às autoridades e que não procuravam servir a um patrão ou a um comandante da Guarda Nacional seriam recrutados à força”.<sup>21</sup> Se quem não podia ser recrutado, como estava explícito nas instruções de 1822, ficava na mão dos recrutadores o arbítrio quanto a quem podia ser alistado.<sup>22</sup> Segundo Izecksohn, aqueles considerados como desocupados, potenciais criminosos e desempregados eram os principais alvos dos recrutadores: “Durante a maior parte do século XIX o serviço militar era considerado uma atividade brutal e perigosa, adequada apenas aos indivíduos considerados socialmente indesejáveis”.<sup>23</sup>

Desse modo, a partir de 1850, muitos desses trabalhadores, que em geral viviam à margem da sociedade, foram empregados em vários desses empreendimentos. No entanto, o desenvolvimento econômico e social propagado pelo governo imperial não foi acompanhado de relações de trabalho associadas ao progresso quando envolvia pessoas livres, como os libertos, mestiços, indígenas e africanos livres, dando-lhes autonomia a partir de trabalho livre e assalariado ou proporcionando terras para que, de fato, eles se tornassem trabalhadores independentes. Em vez disso, nas oportunidades nas quais o governo teve de tratar com esses grupos, eles foram engajados como trabalhadores compulsórios. Desse modo, a busca da sociedade moderna, além dos escravizados, foi construída por trabalhadores cujas vidas, trabalhos e cidadania eram limitados por controles efetivos.

Nesse cenário, aqueles que deveriam ser protegidos da reescravidão por força da campanha contra o tráfico foram empregados não de “forma nova”, mas de modo já bem conhecido dos donos do poder, ou seja, sem remuneração. Assim, além de centenas de africanos livres não conhecerem a emancipação definitiva, eles não receberam o fruto da modernização e crescimento, também construídos

---

21 KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. Disponível em: [http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03\\_atg3.htm#\\_edn2](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg3.htm#_edn2).

22 BANDEIRA, Fabiana Martins. “Escola dos Incurrigíveis”: Recrutamento militar e enquadramento social na Corte 1870-1889. ANPUH - XXIV Simpósio Nacional De História – 2007. Disponível em:

<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0864.pdf>.

23 IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 183. Apud: BANDEIRA. “Escola dos Incurrigíveis”: [...]. Ob. cit., p. 4.

por eles, fruto esse reservado apenas para os detentores do poder econômico e político do Império.

Uma análise da produção historiográfica sobre os africanos livres nos últimos dez anos tem revelado a limitação da liberdade desses trabalhadores e as relações de trabalho nas quais estavam inseridos.

A partir daí, os estudos sobre os africanos livres vêm avançando e têm tratado de assuntos relacionados às suas condições de vida<sup>24</sup>, trabalho, liberdade<sup>25</sup>, aspectos legais<sup>26</sup>, distribuição por instituições públicas e particulares, formas de resistências<sup>27</sup>, etc.

Optamos por não fazer aqui uma revisão crítica da ampla e variada bibliografia sobre os africanos livres no Brasil, mas apenas daqueles que abordam mais detidamente o tema do trabalho no período Imperial. Conforme veremos, muitos outros trabalhos citados ao longo da tese, foram referências fundamentais para o desenvolvimento do presente estudo.

Tratando pioneiramente da experiência desses africanos em seu livro “Tumbeiros”, de 1985, Robert Conrad demonstrou que esse grupo de trabalhadores, embora possuísse a condição peculiar de “emancipado”, foi mantido sob controle direto e a serviço do governo

---

24 SANTANA, Adriana S. “Africanos livres na Bahia 1831-1864”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia / CEAFFRO. Salvador: UFB, 2007. Obs.: a autora também expõe os trabalhos desenvolvidos pelos africanos livres, aspectos legais e a distribuições desses trabalhadores na província da Bahia; REIS, Isabel C. F. “Família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2007.

25 Sobre análise interpretativa da “liberdade” dos africanos livres, ver especialmente: FLORENCE, Afonso Bandeira. “Entre o cativo e a emancipação: a liberdade dos africanos livres no Brasil (1818-1864). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFB, 2002; BERTIN, Enidelce. “Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no séc. XIX”. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006. Obs: Bertin centra suas análises a partir da distribuição dos africanos livres nas instituições públicas, em São Paulo, desse modo analisa também tanto os trabalhos como a resistência dos africanos livres.

26 SOUZA, Jorge Luiz Prata de. “Africano livre ficando livre: trabalho, cotidiano e luta”. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1999; MAMIGONIAN, Beatriz G. “O direito de ser africano livre”. In: LARA, Sílvia; MENDONÇA, Joseli. *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.

27 MAMIGONIAN, Beatriz G. Do que o “preto mina” é capaz: etnia e resistência entre os africanos livres. *Afro-Ásia* – 24. (2000); BERTIN, Enidelce. *Reivindicações e Resistência: o não dos africanos livres* (São Paulo, séc. XIX). *Afro-Ásia*, v. 40, p. 105-143, 2009.

imperial e arrendado a particulares, “assim como a maior dos escravos no Brasil a serviço agrícola ou doméstico”.<sup>28</sup>

Conforme Conrad, a partir de 1851, muitos africanos livres foram cedidos para trabalhos em hospitais, fábricas de pólvora e ferro, Colégio Pedro II, Museu Nacional, outros em locais públicos e em várias ordens religiosas ou como iluminadores das ruas da Corte.

Os menos afortunados foram enviados para o interior, “muitas vezes submetidos a grande opressão”, como os que foram concedidos para trabalhar em construção de estradas ligando São Paulo a Mato Grosso; para a base naval de Itapura<sup>29</sup>, no rio Tietê com o Paraná, e para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Muitos africanos também foram mandados para trabalhar sob o comando do governo da província do Amazonas entre 1854 e 1858. Conrad revelou também que, em março de 1865, diversos africanos ainda eram mantidos em servidão pelo governo brasileiro a serviço de instituições militares, educacionais, religiosas e beneficentes, a maioria na cidade do Rio de Janeiro, mas outros espalhados por todo o país. Muitos desses trabalhadores foram tratados com muita violência, segundo Conrad, entre “purgatório legal (e ilegal) entre a escravidão e a liberdade”.<sup>30</sup>

Jaime Rodrigues destacou que, a partir de alguns processos da Auditoria da Marinha é possível identificar a quantidade de africanos apreendidos em desembarques clandestinos e, a partir deles, foi possível conhecer o destino desses africanos. Muitos deles ao invés de serem emancipados foram escravizados tendo em vista a falta de empenho das autoridades na repressão ao tráfico clandestino. Rodrigues apontou vários grupos de africanos que, embora tivessem direito a condição “de livres”, foram escravizados; enquanto que, dentre os declarados livres, muitos foram distribuídos às Santas Casas, em trabalhos de construção de forte – na Bahia–, ou enviados à Casa de Correção da Corte.<sup>31</sup>

---

28 CONRAD, Robert. *Tumbeiros* (O Tráfico de escravos no Brasil). São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 171-186.

29 Segundo, Ghirardello, o Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura deveria abrigar além das funções militar e naval, também as agrícolas e de comunicações. No entorno do seu núcleo urbano deveria ser incentivada a ocupação rural a partir de pequenos módulos de terra a serem distribuídos a agricultores que abasteceriam a colônia e, com seus sucessos, atrairiam mais ocupantes para a região. Cf.: GHIRARDELLO, Nilson. Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

30 Idem. p. 186.

31 RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: proposta e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: EdUNICAMP, 2000, p. 184-201.

Já em seu artigo, “Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema”, Jaime Rodrigues após apresentar a definição legal dos africanos contrabandeados para o Brasil depois de 1831, pautou suas análises considerando as atividades dos africanos livres como sendo de mão de obra “compulsória no mercado de trabalho na ambígua condição de livres”. Em seu artigo, Rodrigues apontou questões relativas à disciplina que se tentava impor aos africanos livres, a partir do estudo do caso da Fábrica de Ferro de Ipanema. Em contrapartida, o autor analisou também os atos de resistência contra essa disciplina, apresentando ainda, o caso de africanos que requereram, de próprio punho, sua liberdade.

Nesse artigo, Rodrigues ensaia contribuição importante sobre a disciplina imposta a esses trabalhadores e citou a distribuição de alguns africanos livres para o Jardim Público, em São Paulo, para a colônia de Itapura e para a Fábrica de Ferro de Ipanema, além do emprego de muitos africanos na construção e no reparo de edifícios públicos e construção de estradas como os que foram empregados nas obras da estrada de Cubatão. Nesse último trabalho, o administrador encarregava-se de dirigir e vigiar os africanos, auxiliado por um feitor para cada turma de quinze trabalhadores. A disciplina incluía “a revista diária, o provimento da alimentação e do tratamento necessário, a aplicação do castigo moderado e a comunicação das fugas à polícia”.<sup>32</sup>

Para Jaime Rodrigues, “o trabalho assalariado sob as ordens de um patrão era o que desejava a elite política para os africanos livres ou libertos e, em geral, para toda a população livre e pobre, visando a formação de mercados de mão de obra nacionais e coloniais”.<sup>33</sup>

Em sua tese, Beatriz Mamigonian abordou a história dos africanos livres desde a criação da categoria no contexto das primeiras medidas de condenação do tráfico, nas décadas iniciais do século XIX, ligando-a à história da campanha abolicionista do Atlântico, em fins do mesmo século.<sup>34</sup> Mamigonian baseou-se na ideia de que a emancipação dos africanos livres, em circunstâncias especiais, separou-os dos outros africanos que foram mantidos na escravidão e de outras pessoas livres,

---

32 RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. *História Social*. Programa de Pós-Graduação em História do IFCH/UNICAMP. Campinas – SP. n°4/5, p. 29-42. 1997/1998. p. 5.

33 Idem.

34 Mamigonian, Beatriz G. To be a liberated african in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century. Tese de doutorado. University of Waterloo, 2002.

em dois sentidos: os africanos livres pertenciam a uma categoria peculiar e estavam submetidos a uma experiência especial de trabalho. O estatuto deles “nem escravos, nem livres” tinha um sentido particular, diferente, mas relacionado ao desenvolvimento Atlântico. Africanos livres eram legalmente livres, mas mantidos sob custódia por um período de tempo e não podiam gozar totalmente da liberdade. Podiam ser comparados a pessoas livres de descendência africana, que se esforçaram para sair da escravidão e que lutaram pelo direito à cidadania. Por outro lado, a incorporação dos africanos livres como trabalhadores livres depois de um período de aprendizagem/tutela colocou-os no terreno de pós-escravidão.

Para Mamigonian, a experiência de trabalho do africano livre deverá ser comparada àquela de pessoas pobres legalmente livres onde quer fossem inseridas, ou seja, nas várias formas de trabalho livre e forçado que coexistiam com o da escravidão no século XIX. Ao detalhar as experiências dos africanos livres desde a apreensão, a emancipação e os longos anos de trabalho compulsório, até os embates pela emancipação definitiva e pela autonomia, Mamigonian revelou de maneira inédita, as fases distintas dessa experiência, afinadas com as flutuações da política de repressão ao tráfico, das transformações nas relações de trabalho e dos limites da liberdade no século XIX.

A análise da autora sobre a experiência dos africanos livres no Brasil, não é baseada apenas na discussão das políticas que guiaram o seu tratamento, mas também na evidência dos efeitos nas vidas individuais dos africanos livres, e quando foi possível, ela registrou as reações desses trabalhadores ao tratamento imposto. A partir da experiência de trabalho desses africanos, discutiu os limites das formas de trabalho livre da sociedade Imperial brasileira. Para Mamigonian, a exploração do trabalho compulsório do africano livre estava relacionada ao projeto do governo imperial, qual seja de controlar e utilizar sua mão de obra, nos moldes que já o fazia com outros trabalhadores empobrecidos, libertos, indígenas, soldados, etc., que como trabalhadores disciplinados, deveriam ser engajados em projetos de fronteira.<sup>35</sup>

---

35 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a "transição para o trabalho livre": a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 400.

Contribuição importante também é dada por Alinnie Silvestre Moreira em sua dissertação. A autora analisou a experiência dos africanos livres na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ, entre os anos de 1830 e 1870. Partindo da análise apresentada por Mamigonian sobre as transformações das relações de trabalho no Brasil imperial, Moreira deu continuidade às pesquisas sobre os africanos livres apresentando o estreito contato desses trabalhadores com outros grupos sociais, como os “escravos da nação”, livres e soldados artífices.

Segundo Moreira, nas instituições públicas ou residências particulares, os africanos livres mantinham relações com pessoas de condições sociais diferentes. Eles partilharam ambientes de trabalhos com cativos e homens livres, trocavam experiências e “estabeleciam redes de sociabilidade numa tentativa de se adaptar e localizar em uma condição de vida extremamente nova que era a 'liberdade controlada’”.<sup>36</sup>

Amparada por fonte documental tanto sobre a legislação do tráfico, como sobre os africanos, e pela documentação interna da Fábrica de Pólvora, Alinnie Moreira, assim como já havia sido realizado anteriormente por Mamigonian, observou as mudanças na forma da tutela entre os primeiros africanos dos anos, de 1831 e os que foram tutelados a partir de 1850. Moreira analisou algumas diferenças práticas e burocráticas em relação aos africanos livres que serviram ao Estado e os outros, que trabalharam para pessoas particulares. Para a autora, os africanos que foram trazidos para o Brasil entre 1830 e 1840 eram diferentes daqueles que foram tutelados a partir de 1850: “são grupos distintos no interior de uma categoria social mais ampla, com visões muito distintas acerca de seu estatuto legal e que mantiveram estratégias diferenciadas para alcaçarem a liberdade e tornarem-se 'livres legítimos’”.

Moreira revelou que, alguns argumentos utilizados pelas autoridades políticas e administradores da Fábrica, como, “civilização”, “bons trabalhadores” e “obedientes”, são significativos para se compreender as relações de trabalho e as experiências de trabalho dos africanos livres dentro do contexto das transformações nas relações de trabalho do século XIX.

São muito importantes as contribuições dos estudos de Conrad, Rodrigues, Mamigonian e Moreira sobre os africanos livres no Brasil,

---

36 MOREIRA, Alinnie Silvestre. “Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela-RJ, 1831-1871”. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2005.

não apenas sob os aspectos destacados aqui, pois eles trataram também sobre as várias atividades que esses trabalhadores desenvolveram, as determinações legais sobre o uso de sua mão de obra, a violência, a disciplina, controles impostos, etc.

Além das questões apresentadas pelos autores em referência, a presente tese pretende oferecer mais alguns argumentos para se compreender as experiências de vida e trabalho dos africanos livres no Brasil Imperial. Dessa maneira, a tese apresenta a distribuição dos africanos livres, após 1850, como uma força de trabalho disponível para realização de vários projetos de desenvolvimento de interesse do governo imperial, na forma já apontada por Mamigonian.

Os africanos livres não foram inseridos no mercado de trabalho existente como trabalhadores assalariados. Para esses trabalhadores, como também para os indígenas, e tantos outros livres empobrecidos pelo governo imperial foram reservados trabalhos compulsórios. Eles foram, sim, disciplinados e “civilizados” para que pudessem “servir” em atividades ditadas pelos administradores do poder, e, a partir deles, esses trabalhadores foram disponibilizados para sociedades e companhias privadas que o capitalismo nascente favorecia. A tese contribui de maneira inédita, apresentando a forma como os administradores da Sociedade de Mineração de Mato Grosso impunham cotidianamente, a disciplina e o controle aos africanos livres, assim como também a “parceria” formada entre governo e Companhias e Sociedades particulares. Os detalhamentos do estudo serão expostos a seguir.

Diante do exposto até aqui, que envolveu trabalhadores e o contexto crescente de expansão econômica do Império Brasileiro da década de 1850, é possível responder quem foram os trabalhadores que fizeram as engrenagens do desenvolvimento funcionarem, apesar das “qualificações” que lhes foram atribuídas tanto no passado, como as reproduzidas posteriormente por parte da historiografia brasileira.

A presente tese não trata sobre “todos” os trabalhadores empregados de modo compulsório do período, mas sobre um grupo específico de africanos livres que foram cedidos para Sociedade de Mineração de Mato Grosso. No entanto, suas experiências de vida e trabalho, ao longo de catorze anos, foram, sim, analisadas dentro do contexto já ressaltado. Assim, suas relações não foram isoladas enquanto um grupo uno, elas estavam imbricadas com outros trabalhadores livres, escravizados e os empregados nas mesmas condições que as suas, os indígenas, por exemplo. Essas relações, assim como as de sociabilidades, também foram examinadas

pormenorizadamente na tese. Desse modo, o resultado do presente estudo tem a pretensão de contribuir à historiografia sobre o mundo do trabalho do Império brasileiro a partir da segunda metade do século XIX, apresentando a mão de obra dessa categoria de trabalhadores como uma das responsáveis pelo desenvolvimento de projetos imperiais, sobretudo nas províncias mais afastadas da Corte.

Sendo assim, cabe uma pergunta principal: como foi organizada a parceria entre Governo e uma Sociedade privada que recebeu essa mão de obra compulsória? Para responder essa questão, o texto discute o tratamento institucional dado pelo governo aos africanos livres sob sua tutela e quais mecanismos ou parcerias que foram pactuados visando à exploração da mão de obra desses trabalhadores.

Nesse sentido, os argumentos dos estudos fundamentam-se sobre a hipótese de que, após 1850, o governo imperial brasileiro, ao invés de conceder a emancipação aos africanos livres, promoveu a otimização da exploração de sua mão de obra, que serviu a empreendimentos de modernização, assim como o fez com outros trabalhadores compulsórios, como os indígenas, libertos e soldados. Desse modo, a expansão e desenvolvimento das províncias mais periféricas do Império teria sido idealizada a partir da compreensão de que também havia essa força de trabalho disponível da qual a elite política se achava no direito de dispor.

Os estudos e metodologia de E. P.Thompson,<sup>37</sup> nortearam as abordagens sobre as experiências dos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, e, como tal, essas ações foram compreendidas como sendo produzidas por sujeitos históricos à maneira do vivido; de como esses trabalhadores no seu cotidiano realizaram seus trabalhos, o seu modo de fazer, de se organizar, de se revoltar, de se envolver com outros agentes sociais da empresa e do entorno, seus festejos, suas aspirações e valores (coletivos, crenças, liberdade). O desenvolvimento da pesquisa procurou responder, como esses trabalhadores submetidos a circunstâncias de trabalho, mandos e políticas adversas, encararam esse processo e como reagiram a ele; e, enquanto lidavam com seus afazeres, suas emoções, suas doenças, seus costumes etc., como enfrentaram as mudanças do tempo, de trocas de comandos e como conquistaram a emancipação definitiva.

---

37 THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

Como será visto no texto, nesses momentos, não foi excluído o conflito e nem a alegria; não foi apagado o medo e nem elidida a dor. As experiências dos africanos livres foram apresentadas na forma como as relações aconteciam. Dessa maneira, lá no meio do *sertão* de Mato Grosso, observa-se uma pequena empresa em suas atividades, na qual também se apresentam, em sua medida, as relações contraditórias e o jogo de poder observados na sociedade escravista do entorno.

Assim, em 1851, ao serem encaminhados para a Sociedade de Mineração, grande parte dos africanos livres possuía idade entre 5 a 15 anos e não sabia falar a língua portuguesa. De maneira involuntária, esses trabalhadores, ao invés de receberem a emancipação definitiva ao serem resgatados do tráfico, foram postos para trabalhar em prol do crescimento do império brasileiro, a exemplo de tantos outros trabalhadores empobrecidos, indígenas, livres e escravizados empregados em instituições públicas ou privadas tanto nas cidades como no meio rural, para projetos públicos de melhorias de construção de estradas, para diversos serviços a cargo de presidentes das províncias, hospitais, etc., assim como também para empresas particulares às quais o governo imperial se uniu para alcançar o desenvolvimento que pretendia.

As experiências do grupo de africanos livres que foram cedidos pelo governo imperial para a empresa privada Sociedade de Mineração de Mato Grosso foram analisadas numa perspectiva da História Social do Trabalho. A tese está dividida em quatro capítulos. O Capítulo 1, intitulado “A Sociedade de Mineração de Mato Grosso”, possui dois principais objetivos, analisar o decreto de criação e o estatuto da Sociedade, apontando as características do grupo na direção da Sociedade, sua relação com os dirigentes imperiais e as diligências executadas pelo governo imperial no sentido de assegurar a implementação da empresa. Delinear quais foram os termos para a exploração de riquezas minerais na região, bem como expor as condições impostas para a “parceria”.

O Capítulo 2, “Mundo do trabalho”, tem como objetivos analisar as experiências dos africanos livres no desenvolver de seus trabalhos. A partir disso, foram apresentadas as possíveis relações de trabalho que tiveram com alguns outros trabalhadores da própria empresa e do entorno, como os indígenas e escravizados. Dessa maneira, o espaço geográfico será evidenciado a partir de mapas que identificam o local onde a Sociedade foi instalada – Alto Paraguai-Diamantino. Expôr o processo de construção, quais tipos de moradias

serviram de alojamentos e trato do cultivo da própria alimentação pelos africanos livres. Relacionar os incidentes, acidentes fatais, doenças mais frequentes, mortes e a política de assistência aos trabalhadores. Analisar os procedimentos de vigilância e controle mantidos com apoio financeiro e militar do governo provincial.

O Capítulo 3, “Socializar e transgredir”, tem como objetivo analisar as experiências a partir das redes de sociabilidades dos africanos livres dentro e fora da Sociedade de Mineração: como se davam as relações familiares, os filhos das africanas livres e como foram criados, sua taxa de natalidade e mortalidade, as relações de compadrio, as diversões e crenças, os motins, as fugas coletivas e individuais e os castigos recebidos.

Quanto ao Capítulo 4, “A derrocada da Sociedade de Mineração de Mato Grosso”, ele possui como principais objetivos analisar as relações estabelecidas entre os trabalhadores africanos livres e seus vários aliados com fins de subverterem a ordem imposta pelos empregadores. Os castigos, os açoites, o rigor e controle serão expostos. Examinar ações que podem ser compreendidas como de “acordos”, uma vez que não houve apenas lutas, resistência e repressão, mas também, houve alguns momentos de entendimentos e cooptação. Explicar se a Sociedade obteve lucros com seu empreendimento, os motivos da falência da Sociedade, e, por fim, serão apresentadas duas análises possíveis para o “fim” da história das experiências dos africanos livres na Sociedade de Mineração de Mato Grosso.

O estudo cobre os catorze anos entre 1851, época na qual cem africanos livres foram cedidos pelo Ministério dos Negócios da Justiça do Império à Sociedade de Mineração de Mato Grosso, e o ano de 1865, quando os africanos livres da Sociedade de Mineração receberam a emancipação definitiva.

A investigação documental foi realizada no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso em Cuiabá. Foi analisada a massa documental manuscrita produzida pela Sociedade de Mineração de Mato Grosso sobre os africanos livres: correspondências expedidas e recebidas entre os representantes do Ministério dos Negócios da Justiça do Império e os presidentes da província de Mato Grosso, correspondências entre os presidentes de Mato Grosso e os guardas dos africanos livres da Sociedade de Mineração, representantes da Câmara Municipal da vila de Alto Paraguai Diamantino, padres, delegados, juizes de paz e representantes da elite política da província. Esses documentos constituíram a principal base empírica deste trabalho. Essa

documentação, que trata especificamente sobre os trabalhos e ações dos africanos livres dentro da Sociedade de Mineração, foi entregue para o presidente da província do Mato Grosso, em 1865, quando o último “guarda dos africanos livres” deixou a Sociedade. Conforme veremos ao longo da tese, as ações dos africanos livres eram registradas por esses guardas em livros, e, muitas vezes, essas informações eram encaminhadas aos presidentes da província e demais autoridades ao longo dos anos. Quanto à documentação relativa ao funcionamento interno e organização dos demais trabalhadores da empresa, isso nunca foi localizado, no Mato Grosso ou no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

As evidências apresentadas ao longo da presente tese sempre foram baseadas no conhecimento do funcionamento da empresa a partir do guarda dos africanos livres, de algumas poucas informações dos agentes, da visão dos presidentes e demais autoridades que exprimiam algum acontecimento sobre a Sociedade, ao longo dos catorze anos de sua existência. É claro que se buscou apoio na historiografia local para dar mais informações sobre essa Sociedade, mas isso foi impossível, pois a autora da presente tese é a primeira historiadora a explorar, a partir do conjunto de fontes localizadas até aqui, a história dessa Sociedade. Não existe mais nenhum trabalho científico ou não sobre ela. Por isso, cabe destacar que se trata de pesquisa inacabada e, nesse sentido, os poucos resultados sobre os planos e resultados econômicos da empresa, são apresentados apenas parcialmente, ou seja, do ponto de vista dos de fora da empresa ou por quem não tinha autoridade sobre isso, como o guarda dos africanos.

Também foram realizadas pesquisas no conjunto de leis e decretos sobre a criação da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, suas condições e seu estatuto presentes na Coleção das Leis do Império do Brasil; e, ainda, em outros documentos com informações sobre os sócios da Sociedade, como alguns trabalhos historiográficos que fazem referências a eles, como almanaques, arquivo nobiliárquico, correspondência da condessa de Barral, relatórios sobre imigração, entre outros. Os relatórios dos presidentes da província, os relatos dos viajantes estrangeiros e comerciantes que estiveram no Mato Grosso e, ainda, “As cartas ao amigo ausente”, de autoria de José Maria da Silva Paranhos, foram fontes importantes para se complementar as informações analisadas e compreender o contexto da realidade estudada.

Para alcançar os objetivos propostos, eu optei pela prática de pesquisa apresentada pelos idealizadores da micro-história.<sup>38</sup> Desse modo, eu analisei as fontes exaustivamente com escala de observação reduzida, procurando acompanhar as ações e o cotidiano dos trabalhadores africanos livres desde sua saída do Rio de Janeiro, e, depois no espaço social e geográfico onde foram inseridos e as suas interações com eles, as situações-limite, as ações dos personagens “anônimos” etc.

Dessa maneira, a microanálise será um meio pelo qual, ao se compreender as experiências dos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, se torne possível atingir a compreensão de como a utilização de sua mão de obra pode oferecer argumentos para se entender como foi articulada e engendrada as parcerias entre o poder público e o privado para se alcançar o projetado desenvolvimento da sociedade imperial brasileira vivido naquele período.

Assim, ao mesmo tempo que a tese apresenta o contexto histórico do período, diga-se de passagem, em ebulição, dada a urgência em que os governantes tinham de implementar políticas e ações que buscavam o desenvolvimento do Império, ela também ressalta o papel dos trabalhadores nesse processo, de forma muito especial, dos africanos livres que foram cedidos para uma empresa que contemplava, em princípio, as expectativas de projeto do governo imperial. A pesquisa demonstrou, ainda, como evoluía a consciência desses trabalhadores em suas ações ao longo do tempo.

---

38 LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; GINZBURG. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1990.



## Capítulo 1

### **A Sociedade de Mineração de Mato Grosso**

Este capítulo tem três principais objetivos. Primeiro, expor os termos para a concessão das datas mineratórias previstos no decreto de criação da Sociedade de Mineração de Mato Grosso de 1851 e analisar pormenorizadamente as prerrogativas da Sociedade a partir do Estatuto aprovado pelo governo imperial em 1854. Segundo, oferecer alguns elementos sobre as características socioeconômicas do grupo dirigente da Sociedade de Mineração e sua relação com a elite política imperial. Por último, explorar garantias dadas pelo governo imperial para a criação da Sociedade, sendo a principal a concessão de cem africanos livres.

#### **“Uma empresa criada para ser útil ao país e aos seus sócios”**

Tenho a satisfação de anunciar-lhe mais uma empresa industrial, criada sob os melhores auspícios e fadada para ser útil ao país e aos seus interessados. Organizou-se nessa corte uma associação, cujo título – Sociedade de Mineração de Mato Grosso – indica o que ela é. Tem por diretores no Rio de Janeiro os Srs. Custódio Teixeira Leite e Joaquim Leite Ribeiro, ricos capitalistas, e o dr. Luis Bompani, formado em medicina. A administração e trabalho de mineração ficam em Mato Grosso a cargo dos sócios os srs. José Joaquim de Carvalho e Dr. Medardo Rivani. Vi impressos os estatutos desta Sociedade, que acaba de obter um privilégio do governo, e posso assegurar que foram redigidos por pessoas doutas e experientes. As ações são de 500\$ cada uma e o fundo é por enquanto de 60:000\$, podendo ser elevado quando a companhia o julgar conveniente. Apenas instalada a sociedade, acharam compradores todas as suas ações. Já vão em caminho os representantes e principais gerentes da companhia em Mato Grosso, e levaram consigo 40 escravos e diferentes máquinas, das quais são de nova e útil invenção. A máquina de escavação, por exemplo,

pesa 60 arrobas, e extrai do fundo do rio, seja qual for a sua profundidade, 480 arrobas de terra por hora. A de lavagem ocupa somente duas pessoas no seu manejo, e executa o trabalho que faria 40 escravos pelo processo rotineiro. Como era a demais novidade, foi há dias experimentada, e a experiência provou exuberantemente a eficácia que lhe assegurava o seu inventor. Lançando-se dentro uma porção de ouro em pó misturado com uma desproporcionada quantidade de terra, a bela máquina separou o precioso metal e restituiu-o a seus donos com uma quebra insignificante. A Sociedade de Mineração de Mato Grosso promete grandes vantagens à província de que deriva o seu apelido, e foi fundada com perfeito conhecimento geográfico e geognóstico dos terrenos que vai explorar [...].<sup>39</sup>

José Maria da Silva Paranhos apresentou ao público do *Jornal do Comércio* em agosto de 1851, a criação da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Além de relacionar os membros da diretoria, valores e vendas de ações, ele apresentou a Sociedade como uma nova indústria que seria útil tanto para o Império como para seus sócios. Conforme a informação publicada anonimamente na seção “Ao Amigo Ausente” no *Jornal do Comércio*, ricos capitalistas do Rio de Janeiro organizaram a Sociedade de Mineração de Mato Grosso, e, antes mesmo de sua implementação, a empresa estaria equipada com maquinário moderno, de tecnologia avançada na prospecção de minerais que poderia até substituir o uso de um grande número de trabalhadores. Todo esse maquinário, os gerentes e mão de obra escravizada tinham como destino a província de Mato Grosso. Nas páginas posteriores à carta que abre este capítulo, Paranhos descreveu geograficamente a região matogrossense, suas riquezas minerais pouco exploradas, a presença de grupos de “índios bravios” e de um forte e antigo quilombo de pretos próximo dos lugares a serem explorados.

O autor das *Cartas ao amigo ausente*, José Maria da Silva Paranhos, era membro do Partido Liberal e, como tal, foi eleito deputado provincial no Rio de Janeiro, em 1845. Contribuiu para sua

---

39 PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Letras, 2008. (Coleção Afrânio Peixoto; n.o 81), p. 311.

eleição a atividade jornalística, desenvolvida desde o ano anterior, quando se tornara redator do *Novo Tempo*, folha liberal da época.<sup>40</sup> Em 1847, foi designado para o cargo de secretário da província do Rio de Janeiro e, em 1848, ele foi nomeado vice-presidente da mesma província. No mesmo ano, Paranhos entrou para o Correio Mercantil, jornal também ligado ao Partido Liberal.<sup>41</sup> Posteriormente, Paranhos fez parte do Gabinete da Conciliação, foi deputado, ministro da Fazenda e senador pela província de Mato Grosso.<sup>42</sup>

Desde setembro de 1848 estava no governo um ministério solidamente conservador: estavam juntos pela segunda vez os membros da chamada “trindade saquarema” da província do Rio de Janeiro – Eusébio de Queirós, Paulino José Soares de Souza e Joaquim José Rodrigues Torres, além de Araújo Lima (depois Marquês de Olinda). Paranhos escrevia semanalmente no *Jornal do Comércio* desde o início de 1850 e manteve-se responsável pela seção até 18 de outubro de 1851, quando, por motivos de serviço diplomático, viajou para o Uruguai.<sup>43</sup>

As cartas eram publicadas na segunda página do jornal com o título *Comunicado*, na qual Paranhos comentava os acontecimentos da vida na Corte e emitia pareceres sobre as principais transformações no Império brasileiro. Paranhos abordava os mais variados assuntos, demonstrando estar atento sobretudo aos problemas materiais mais discutidos na imprensa e tratados na tribuna do Parlamento: economia, política interna e externa, modernização, progresso material, industrialização, vida social, literatura, etc. Dessa forma, suas cartas frequentemente expunham projetos adotados para se promover o reordenamento e o progresso do país.<sup>44</sup>

O contexto político-econômico discutido por Paranhos tivera início a partir de 1850, quando os dirigentes do Império brasileiro intensificaram os debates sobre reformas que visavam alcançar a

---

40 BESOUCHET, Lídia. *José Maria da Silva Paranhos – Visconde do Rio Branco*. Ensaio históricobiográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 62.

41 FONSECA, Brenda C. Trajetória e ascensão social de José Maria da Silva Paranhos: o jornalismo como estratégia (1850-1851). Revista *Outros Tempos*. outubro de 2007. Universidade Estadual do Maranhão São Luís. Disponível em: [http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado\\_poder/13.pdf](http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/13.pdf).

42 BESOUCHET. José Maria da Silva Paranhos [...]. Ob. cit., p. 62-71.

43 FONSECA. Trajetória e ascensão social [...]. Ob. cit.; MELO, Victor A. de MELO. "Temos apaixonados para o mar e para a terra": representações do esporte nos folhetins (Rio de Janeiro; 1851-1855). Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, vol.27 n°4. São Paulo Oct./Dec. 2013.

44 FONSECA. Trajetória e ascensão social [...]. Ob. cit., p. 5.

estabilidade econômica e a reordenação econômico-social do Império. Na esfera do processo de formação e consolidação do Estado nacional, as regiões do país que permaneciam praticamente inexploradas passaram a receber atenção.

Nessa perspectiva, uma das condições impostas à empresa no momento de sua criação, em junho de 1851, foi a abertura de uma estrada para a província do Pará. Essa também era uma das principais solicitações dos administradores da província de Mato Grosso. Tal medida visava possibilitar o melhoramento das comunicações no interior da província de Mato Grosso e sua efetiva incorporação ao conjunto econômico do Império e, quiçá, do comércio internacional. Além disso, o mesmo decreto previa a civilização dos povos indígenas da região a ser explorada. Era projeto do governo imperial civilizar o indígena para o trabalho e promover sua nacionalização. Por meio da assimilação, buscava-se fazer dos indígenas indivíduos semelhantes aos colonos europeus, e, objetivamente, assegurar povoadores para o Mato Grosso e outras áreas de fronteira, como o Amazonas, o que garantiria a defesa dessas regiões e a apropriação das terras indígenas.<sup>45</sup>

Dessa maneira, os dirigentes imperiais, auxiliados pela Sociedade de Mineração de Mato Grosso, pretendiam induzir o desenvolvimento interno por meio da ocupação e incentivos que fizessem os *sertões* se tornarem produtivos e ampliar o sistema de comunicações internas que favorecessem política e economicamente a direção da Corte, criando assim condições para que os ideais de ordem e civilização vigentes atingissem as regiões mais afastadas do Império. A Sociedade de Mineração de Mato Grosso, a exemplo das empresas encabeçadas por Irineu Evangelista de Souza, poderia auxiliar o alto comando imperial nessa empreitada. Dessa forma, cem africanos livres que se encontravam alojados na Casa de Correção, no Rio de Janeiro, recém- resgatados do tráfico, foram o incentivo inicial para a referida Sociedade.

---

45 MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional. II Reunión de Antropología del Mercosur: Fronteras culturales y ciudadanía - GT 27 "Etnicidades y Estados Nacionales". Piriapolis (Uruguay), 11 a 14/11/1997.

## **Formação de companhias mineratórias no Brasil**

No início do século XIX, os veios auríferos tanto da região central de Minas Gerais como os do Mato Grosso já não rendiam os mesmos lucros dos séculos anteriores. Em geral, as técnicas rudimentares utilizadas nas lavras, a diminuição da mão de obra e os poucos investimentos utilizados na exploração foram as queixas apontadas pelos dirigentes desses locais como as principais causas do não aproveitamento sistemático dos depósitos auríferos ainda não explorados.

Segundo Andrade, o engenheiro alemão barão de Eschwege após realizar estudos em Minas Gerais, concluiu que somente a organização de companhias de mineração bem administradas e capitalizadas reuniria condições de exploração lucrativas desses depósitos. Em 1817, Eschwege foi consultor na elaboração de uma carta régia que estabelecia as condições para formar sociedades de mineração. Assim, partir de 1817, a Coroa autorizou a formação de companhias por ações para atuar na mineração de ouro. Eschwege criou, ele mesmo, a “Sociedade Mineralógica da Passagem de Mariana”, em 1819, a primeira sociedade mineradora do Brasil.<sup>46</sup>

Conforme os registros dos presidentes da província mato-grossense, mesmo em período anterior à constituição da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, a mineração já precisava de grandes investimentos para o seu êxito.

Assim, quando, em 1817, foi autorizada a criação de companhias de mineração em Minas Gerais a partir de regulamento elaborado com colaboração de Eschwege, no Mato Grosso também foi aprovado o Estatuto da Companhia de Mineração de Cuiabá, empresa formada com capital sob forma de ações. A Companhia tinha a pretensão de explorar em larga escala os depósitos auríferos de

---

46 ANDRADE, Leandro Braga de. Fortunas subterrâneas: negociantes da capital da província de Minas Gerais e as companhias inglesas de mineração. Disponível em: <http://cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecnmineira/2012/arquivos/Fortunas%20subterr%pdf>.

Cuiabá.<sup>47</sup>

De acordo com Canabrava, no conjunto dos atos propostos por d. João VI, a formação de sociedades por ações inseriu a capitania do Mato Grosso e Minas Gerais no ramo industrial da extração mineral e do ferro, assim como permitiu a formação da Fábrica de Ferro em Sorocaba/São Paulo. Para essa autora: “estamos muito longe das associações de livre empresa com recrutamento popular de capital”.<sup>48</sup> A administração e direção dessas sociedades eram controladas diretamente pelo Estado. Ainda que compostas ordinariamente por acionistas com grande poder de capital, as sociedades eram dirigidas pelo governador da capitania.

Como presidente da Companhia de Mineração de Cuiabá, em 1817, foi nomeado diretamente por d. João VI, o governador da capitania do Mato Grosso, João Carlos Augusto d’Oeynhausén Gravenburg. Nesse ano, a Companhia tinha como objetivo a exploração dos metais preciosos e posteriormente – 1819 – também do ferro. A sociedade tinha um conselho composto por doze acionistas, que era presidido e indicados por Oeynhausén.<sup>49</sup> Assim como a futura Sociedade de Mineração de Mato Grosso, a Companhia de Mineração de Cuiabá recebeu o prazo de concessão de trinta anos para a exploração dos terrenos mineratórios do Jacé – até então mal exploradas – e dos Araés.<sup>50</sup>

---

47 De acordo com o exposto na inicial da Carta Régia de 16 de janeiro de 1817 (aprovar o Estatuto da Sociedade de Mineração de Cuiabá), concedida ao então presidente da capitania de Mato Grosso, João Carlos Oeynhausén, compreende-se que a formação dessa Companhia deu-se em período anterior àquela data: “Joaõ Carlos Augusto de Oeyhausen, do meu Conselho, Governador e Capitão General da Capitania de Matto Grosso: Amigo: Eu El Rey vos envio muito saudar: Sendo-me presente a vossa conta de trinta e um de maio de mil oitocentos e quatorze, acompanhada dos Estatutos da nova Companhia de Mineração do Cuiabá, que se tem proposto formar os Sócios assignados nos mesmos Estatutos, pedindo em nome, e a requerimento dos mesmos sócios, a minha Real Aprovação de todos os artigos de que se compõem para poder prosseguir o plano de mineração projetados, não obstante o terdes já provisoriamente mando pôr em prática [...]”. In: Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações oferecida a El Rei Senhor pelo desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1811 a 1820. Lisboa: Typografia Maignense, 1825. Obs.: Apesar de exaustiva pesquisa, não foi localizado nenhum outro registro oficial do início das atividades da Companhia de Mineração de Cuiabá.

48 CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC; UNESP; ABPHE, 2005, p. 90.

49 Coleção da legislação portuguesa [...]. Ob. cit., p. 3.

50 CORRÊA FILHO, Virgílio. *A cata de ouro e diamantes*. Rio de Janeiro: Pongetti & Cia, 1926, p. 48.

Cada ação da Companhia valia cem mil réis. Além desse valor, o acionista deveria entregar para a empresa “dois escravos vestidos e preparados de ferramentas por uma vez e que serão entregues à Companhia, no momento em que principiar a mineração ou outra qualquer operação preliminar”.<sup>51</sup> Se o acionista deixasse de fazer essa contribuição obrigatória na forma de trabalhadores, não receberia o lucro que lhe competia com o resultado da mineração e nem “jus algum para reclamar a entrada que fez para o fundo de despesas”. No entanto, era permitido à direção conceder um prazo máximo de seis meses improrrogáveis aos acionistas que possuísem mais de duas ações para apresentarem “todos os escravos que são obrigados, suprimindo a falta destes com escravos alugados à sua custa”. Sobre isso, uma cláusula esclarecia ao acionista que, “findo o prazo concedido sem fazer a entrega dos escravos, que devem ficar pertencendo à Companhia, só terá direito ao pagamento dos jornais e ficando expulso da Companhia”.<sup>52</sup>

A formação dessa Companhia de Mineração já demonstrava o desejo tanto dos dirigentes locais como do próprio monarca, de reverter o quadro de abatimento pelo qual passava a extração mineral da capitania. No entanto, de acordo com o historiador Virgílio Corrêa Filho, a Companhia de Mineração de Cuiabá fracassou porque o empreendimento exigia grande investimento capital com vultosas despesas e pouco lucros.<sup>53</sup>

Logo depois da Independência, companhias inglesas instalaram-se em Minas Gerais, como Imperial Brazilian Mining Company (1826), General Mining Association (1828), Brazilian Company (1832) e a Saint John del Rey (1834). Esta última era responsável pela exploração da mina de Morro Velho. De acordo com Lobato, o contexto internacional de ascensão da ideologia liberal e o avanço da hegemonia inglesa sobre o mundo, particularmente na América do Sul, produziram considerável mudança na legislação mineratória: era a vez do regime de livre exploração, franqueado inclusive aos estrangeiros.<sup>54</sup> Mas não há notícia de que o Mato Grosso tenha sido alvo desses investimentos.

---

51 Coleção da legislação portuguesa [...]. Ob. cit., p. 9.

52 Idem.

53 CORRÊA FILHO. *A cata de ouro* [...]. Ob. cit., p. 49.

54 MARTINS, Marcos Lobato. As mudanças nos marcos regulatórios da mineração diamantífera e as reações dos garimpeiros: o caso da Região do Alto Jequitinhonha. *Geografias*. Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC-UFMG. Belo Horizonte. 05 (1) 37-49 janeiro-junho de 2009.

## Decreto nº 794 de 7, de junho de 1851

Ao longo de todo século XIX, os dirigentes do Mato Grosso apontavam o declínio da produção mineral. No entanto, a partir de seus longos relatórios sobre a mineração mato-grossense, foi observado que essa redução não diminuiu a importância dos minerais para a economia da região, pois permaneceram constantes o interesse e a expectativa de que esse setor fosse reanimado por investidores capazes de superar as dificuldades já apontadas.

Nesse sentido, em 1846, a carência de cativos africanos e o necessário capital para mineração mais profunda foram apontados pelo presidente Ricardo José Gomes Jardim, como explicação de muitas minas ainda não terem sido exploradas: “as minas não estejam exauridas, pois além de tornar-se a exploração cada vez mais difícil e dependente de meios dispendiosos, começam a faltar os braços africanos, sem cujos serviços obrigado, semelhante trabalho não é praticável entre nós”.<sup>55</sup>

Embora Jardim se queixasse da falta de força de trabalho compulsória para a mineração, ele registrou que, na década de 1840, quem mais se dedicava àquela atividade na região era apenas o minerador livre de pequena escala, que trabalhava em depósitos abandonados pelos interesses mais organizados. Como incentivo, o governo provincial liberava os *faisqueiros* do pagamento dos impostos.<sup>56</sup>

Já em 1849, o presidente da província de Mato Grosso, Joaquim José de Oliveira, ressaltou a importância que a mineração havia representado para a economia mato-grossense e o visível declínio nas explorações dos veios auríferos da região. Assim como seus antecessores, Oliveira apontou a dificuldade na localização de novas fontes minerais, a falta de mão de obra e os métodos de mineração mais simples como sendo as causas da queda da atividade mineratória: “Muitas vezes tem para isso concorrido, a crescente dificuldade de

---

55 Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na sessão ordinária da Assembleia Legislativa provincial em 10 de junho de 1846. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1846, p. 25.

56 Idem.

descobrir os minerais, a escassez de braços e a imperfeição dos métodos”.<sup>57</sup>

Assim, os representantes públicos e privados da sociedade mato-grossense animaram-se ao tomarem conhecimento da formação da bem equipada e moderna empresa, Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Como veremos ao longo do texto, em vários relatórios lê-se o quanto as autoridades desejavam que investimentos fossem realizados para o efetivo aproveitamento dos recursos minerais da região.

Para essa empresa tão aguardada na comunidade mato-grossense foram impostas condições. Elas foram formalizadas através do Decreto 794, de 7 de junho de 1851. Ali consta que a concessão para exploração do ouro em solo mato-grossense – “no Rio Paraguai, desde a foz do Cabaçal até suas cabeceiras e confluente e igualmente em localidade denominada, os Martyrios, ao norte da Província” – teria a duração de trinta anos e, na medida em que os resultados fossem positivos, a empresa, “achando nelas ouro, requererá a concessão das datas minerais que julgar convenientes até o número de cem”. Para tanto, a Sociedade deveria pagar o valor de dois mil réis por terreno a título de imposto; e o ouro encontrado deveria ser encaminhado à Casa da Moeda da Corte, onde seria pesado, e deduzida a parte da Fazenda Nacional no valor de cinco por cento do total do minério apresentado.<sup>58</sup>

Nesse primeiro decreto, não havia referência à exploração de diamantes ou poaia. O decreto estabelecia ainda que, na Região dos Martyrios, o governo imperial mandaria pôr à disposição da Sociedade o número de policiais de que ela precisasse a fim de conter os indígenas e “facilitar a abertura de uma estrada com direção à Província do Pará”. Além disso, em contrapartida, a Sociedade de Mineração deveria ainda “promover a civilização dos indígenas que em grandes tribos habitam aqueles sertões”.<sup>59</sup>

Desse modo, confirmava-se o que fora anunciado pelo senador Paranhos: “O governo, que já reconheceu a utilidade desta empresa, animou-se e favoreceu-a com a concessão de um privilégio, não lhe recusará o auxílio de alguma força que lhe será necessária para combater

---

57 Relatório do presidente da província de Mato Grosso, major Joaquim José de Oliveira na abertura da Assembléia Legislativa provincial em 03 de maio de 1849. Rio de Janeiro: Tipografia Villeneuve, 1850, p. 15.

58 Decreto 794, de 7 de junho de 1851. *Coleção das leis do Império do Brasil*. V. 1, parte II, 1851, p. 134.

59 Idem.

as numerosas tribos de índios bravios [...]”<sup>60</sup> Ou seja, em troca, a empresa deveria abrir uma estrada e civilizar os indígenas da localidade, função que normalmente era normatizada pela política indígena no Regulamento das Missões de 1845, que, com frequência, era assumida por particulares missionários e autoridades, pois sua mão de obra era requerida aos mais diversos tipos de trabalho.

### **Sobre os indígenas que “habitavam aqueles sertões”**

Os dirigentes imperiais e aqueles que compunham a “boa sociedade” utilizaram vários mecanismos para tentar civilizar os indígenas. Tal ideia fazia parte do projeto de construção da nação brasileira, pois, sobretudo a partir de 1840, buscou-se a afirmação de uma história, língua e literatura nacionais.<sup>61</sup> Civilizar uma população que se encontrava dispersa por todo o território e vinculá-la à ordem imperial era parte do projeto de desenvolvimento e modernização dos representantes do governo imperial. O Império planejava atingir o esplendor da civilização, e os indígenas, negros e mestiços “emperravam” a implementação dessas metas, atrapalhando a “formação de uma verdadeira identidade nacional”.<sup>62</sup>

Francisco Adolfo Varnhagen deu a receita de como fazer esse projeto de nação e desenvolvimento progressista funcionar. Ele que era historiador, diplomata, súdito fiel de d. Pedro II e um dos principais expoentes membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como tal, escreveu um projeto civilizador que refletia o propósito dessa classe dirigente do Império brasileiro. Varnhagen recomendava que o meio mais eficaz para que o Império tivesse “daqui a um ou dois séculos uma população homogênea”, e, assim livrar-se de “contínuas guerras civis”, seria organizar cada um dos segmentos que deveriam compor a

---

60 PARANHOS. *Cartas ao amigo* [...]. Ob. cit., p.312-313.

61 SENA. Ernesto Cerveira de. Construindo uma nação: culturas adversas e a busca da hegemonia civilizacional no Mato Grosso imperial. *Revista Em Tempo de Histórias*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, n°. 13, 2008, p. 7.

62 SENA. Construindo uma nação: [...]. Ob. cit.; LIMA, Nísia T. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1998, p.114-115; SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

sociedade de acordo com sua possibilidade de ser útil à nação.<sup>63</sup> Assim “equilibrar as raças” e organizar economicamente a população era fundamental tanto para fortalecer o Estado, como também para criar novos mecanismos de controle e regulação sobre os habitantes do Império, sobretudo a população escravizada, indígena e livres pobres que deveriam estar prontos e aptos para trabalharem onde o Império mais necessitasse de sua mão de obra.

O discurso de que as populações indígenas emperravam o desenvolvimento foi percebido em vários relatórios de presidentes da província do Mato Grosso ao longo do século XIX, nos quais sempre se reclamava a catequese e civilização daquela população em geral. Em 1845, Jardim falou sobre a “necessidade de domesticá-los” tendo como objetivo utilizar sua mão de obra, pois “é necessário demais fixá-los na vida civil e fazer-lhes contrair o hábito do trabalho, a que são avessos, proporcionando-lhes os meios de serem regular e proficuamente empregados”.<sup>64</sup>

Desde o início do povoamento da região mato-grossense, os nativos de várias etnias foram considerados como uma barreira para o desenvolvimento local. No início do povoamento, foram feitas várias tentativas no sentido de utilizá-los no trabalho compulsório nas Minas de Cuiabá.<sup>65</sup> Porém, eles fugiam para os vales isolados próximos aos vários rios da região. Essas estratégias indígenas foram registradas em vários momentos da história de Mato Grosso pelos viajantes tanto nacionais como estrangeiros.

Em 1817, por exemplo, uma expedição foi enviada para as cabeceiras do Rio São Lourenço com a finalidade de subjugar os indígenas, mas não obteve êxito.<sup>66</sup> Em outra oportunidade,

---

63 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial Orgânico, que a consideraçam das Assembleias Geral e Provinciaes do Imperio. Apresenta um brasileiro. Madri: Imprensa de la V. de D.R.J. Domingues, calle de Hortaleza, num. 67, 1849; VARNHAGEN. Memorial Orgânico. Segunda Parte. Abertura de communaçoens geraes; Nova divisam de território; Situaçam da capital; Questam dos africanos; Civilisaçam dos índios por tutela; Coloniaçaam eüropea. Madri: Na Imprensa da Viúva de D.R.J. Domingues, r. de Hortaleza, num. 67, 1850, p. 1.

64 Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 01 de março de 1845. Cuiabá: Typografia Provincial, 1845, p. 27-28.

65 SÁ, Joseph Barboza de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presidentes tempos*. Cuiabá: UFMT/SECMT, 1975, p. 21.

66 BOSSI, Bartolomé. *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos*. Brasília: Senado Federal, 2008, p.83.

aproximadamente quatrocentos e cinquenta nativos foram assassinados e outros tantos feitos prisioneiros na localidade denominada de Chapada dos Guimarães.<sup>67</sup> Em contrapartida, os indígenas matavam seus opositores, seus animais de criação e incendiavam seus sítios. Por isso, os governantes locais enviavam expedições que “destruíam” a população adulta, como lamentou o então diretor da Direção Geral dos Índios, em 1850, Joaquim Ferreira:

Por essas razões, poucos anos se passam sem que o Governo expeça bandeiras contra eles; porém o resultado ordinário destas expedições há de destruir um maior ou menor número de adultos, e aprisionar algumas crianças que entre nós se criam e que de nenhum modo aproveitam para redução e catequese da nação a que pertencem.<sup>68</sup>

Como explica Ernesto Sena, no Mato Grosso, os indígenas eram objeto de pesquisa e atenção do governo imperial. Frequentemente levantavam-se dados estatísticos sobre eles. Em 1849, por exemplo, foram identificados cinquenta e três grupos indígenas. Os levantamentos estatísticos tinham como objetivo principal calcular a densidade demográfica daquelas populações, localizações e comportamentos desses grupos em relação à população branca. Quanto ao comportamento, classificavam as populações em três categorias: na primeira classificavam-se os “Aldeados *perto* de nossas povoações”, isto é, os nativos que viviam aldeados e vigiados pelo diretor da aldeia, que por sua vez, era indicado pelo diretor geral dos índios da província, o que incluíam os Guaikurú/Mbayá, os Guaná, os Guaxi, os Bororo (da Campanha e Cabaçal) e os Kayapó; na segunda, incluía-se aqueles “no primitivo estado de independência, mas [que] têm algumas relações conosco”, entre os quais se contavam os Kayoá, os Chamacoco, os Kadiwéu, os Guató, os Bakairi, os Paresi, os Maimbaré, os Apiaká, os Guarayo, os Jacaré e os Caripuna; e, em terceiro, aqueles que “hostilizam-nos e não se mostram dispostos a nossa amizade”, entre os

---

67 FLORENCE. *Viagem fluvial do [...]*. Ob. cit., p. 229-231.

68 SENA. Construindo uma nação: [...]. Ob. cit., p. 6; FERREIRA, Joaquim Alves. *Notícias sobre os índios de Mato Grosso*. Cuiabá: *Jornal O Arquivo*. 1, nº 5, p. 28-29; Arquivo Público de Mato Grosso. Lata 1850-A, pacote da Diretoria Geral dos Índios, cópia de ofício de Joaquim Alves Ferreira, Diretor Geral dos Índios para o Coronel João José da Costa Pimentel, presidente e comandante das Armas da província de Mato Grosso, Cuiabá 23 de abril de 1850.

quais se contavam os Bororo Coroado, Kayabi, Barbado, Kabixi, Nambikwara, Tapayúna, Mekém, Cantario, Passa, Senhabó e Arara.<sup>69</sup> Desse modo, somava-se a vivência aos estudos estatísticos para planejar o contato com os nativos com o objetivo de dominá-los e incluí-los no país que se construía.<sup>70</sup>

De acordo com a interpretação de Ernesto Sena, a maioria dos grupos identificados pelas autoridades de Mato Grosso não era considerada inimiga. A partir da década de 1850, as autoridades já identificavam, por experiência, o período das investidas dos guerreiros, assim como as principais rotas por onde atuavam. Sena esclarece que isso não impedia “ataques inesperados” dos diversos grupos indígenas da região. Por isso eram distribuídas armas para moradores de certas áreas rurais e também foram posicionados destacamentos em lugares por onde os indígenas costumavam passar, como o caminho para Cáceres, antiga Vila Maria. Mas isso nem sempre impediu a morte de várias pessoas devido aos reveses indígenas nesse caminho, inclusive soldados.<sup>71</sup>

No local onde foi instalada a Sociedade de Mineração de Mato Grosso, existiam entre outras populações, os Bororo, que habitavam tanto o território do alto como do baixo rio São Lourenço. A história de contatos entre os Bororo e os agentes colonizadores iniciou-se com a chegada dos bandeirantes ao território mato-grossense.<sup>72</sup> Sobretudo no setecentos, os paulistas utilizaram os Bororo como guerreiros nas lutas contra outros grupos indígenas para ocuparem seus territórios, resultando na dispersão e divisão da população Bororo. O grupo dos Bororo considerado “hostil” foi o dos Coroado, no norte do Estado, devido às suas constantes investidas agressivas.<sup>73</sup>

Segundo Adilson Garcia, conforme um Relatório de 1878, de todos os povos indígenas considerados “incivilizados”, eram os Coroado os mais temidos, pois eram os que mais causavam flagelos com suas

---

69 SENA. Construindo uma nação: [...]. Ob. cit., p.6. Os dados com os nomes das populações indígenas foram copiados de: SILVA, Verone Cristina da. “Missão, aldeamento e a cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819 - 1901)”. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2001, p. 16.

70 Idem. p. 14.

71 Idem.

72 ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. Cibáe Modojobádo: a rosa bororo e a “pacificação” dos bororo Coroado (1845 - 1887). ANPUH – XXII Simpósio nacional de História. João Pessoa, 2003, p.1.

73 Idem.

correrias nas imediações da cidade de Cuiabá. O presidente da província João José Pedrosa registrou que anos antes foi contratado um outro grupo de indígenas, os Terena, para catequizar e aldear os indígenas da “devastadora tribo” dos Coroado:

O meu antecessor, no intuito de obstar essas correrias, e de acôrdo com a Lei n. 514 de 28 de Junho de 1877, fez vir de Miranda o capitão índio, chefe dos Terenas, Alexandre Bueno, e encarregou-o de catequizar e aldear os indígenas dessa devastadora tribo. A expedição do chefe Terena, longe de refrear as incursões devastadoras dos Coroados, ao contrário, contribuiu para recrudescê-las, exasperando-os de modo a virem eles ao seu encalço até às proximidades desta capital.<sup>74</sup>

Conforme explica Almeida, no contexto da política indigenista imperial desenvolvida na província de Mato Grosso, a partir de 1845, houve a divisão dos Bororo em três subgrupos – da Campanha, Cabaçal e Coroado –, o procedimento de guerra utilizado pelas autoridades mato-grossenses, representadas por proprietários de terras, presidentes da província e diretor-geral dos índios, resultou na “pacificação” dos Bororo da Campanha e Cabaçal.<sup>75</sup> Em meados do século XIX, dentre os subgrupos Bororo, apenas os Coroado continuaram a resistir ao contato. Na descrição do diretor-geral dos índios percebe-se como os Coroado eram classificados:

Bororo Coroado – habitavam as cabeceiras de diversos galhos do rio São Lourenço. Poucas e exatas são as notícias que temos do seu número, de sua índole e dos seus usos, pois não se relacionam com os nossos moradores e viandantes, e para hostilizá-los tais disposições e dominado por sua situação, as estradas que vão

---

74 GARCIA, Adilson de Campos. A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2008, p. 96; Relatório do sr. João José Pedrosa, presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembléia no dia 1º de novembro. Cuabá: Typografia do Liberal, 1878, p. 35.

75 ALMEIDA. Cibáe Modojobádo [...]. Ob. cit.

desta cidade para Goiás e para São Paulo, os Coroados tornariam as mesmas estradas intransitáveis para os cristãos se não fosse o sentimento de covardia comum a quase todas as nações indígenas, que faz com que raríssimas vezes acometam rastos descobertos ou expostos a sua vida ao menor risco. Os mesmos índios chegam a cometer estragos matando e incendiando até em sítios do termo desta cidade e distância dela menos de vinte léguas.<sup>76</sup>

Com a intenção de transformar o nativo em nacional, elaborou-se o primeiro projeto imperial para os indígenas, o decreto n.º 426, de 24/07/1845, denominado de “Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios”;<sup>77</sup> que vigorou até 1889. A legislação organizava os aldeamentos, estabelecendo um organograma funcional que chegava até o imperador. Cada província possuía um diretor-geral de Índios, nomeado por d. Pedro II. Em cada aldeamento havia um diretor de aldeia, indicado pelo diretor-geral, e mais alguns funcionários. Aos missionários cabia a função de catequese e educação dos indígenas.<sup>78</sup>

O Regulamento tendo como meta “civilizar os índios” significava incorporá-lo ao Estado, sujeitando-os a leis e costumes regulares da população branca. Civilizados, os grupos formariam um corpo civil, pronto para serem inseridos no trabalho. Dessa forma, os missionários e fazendeiros locais exploravam a mão de obra desses trabalhadores. Trabalho compulsório e baixos salários criavam insatisfações entre os indígenas; e os confinamentos faziam com que eles esquecessem os ritos e costumes tradicionais; muitos fugiam desses locais.<sup>79</sup>

---

76 Idem. p. 1-2; Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. APMT. 1848-1860.

77 “Decreto n.º 426 de 24/07/1845 – Contém o Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: EdUSP; Comissão Pro-Índio, 1992, p. 191-199.

78 BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. O barão bandeirante: João da Silva Machado e os interesses públicos e privados nas questões indígenas de meados do século XIX. 5º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 11 a 13 de maio de 2011.

79 SOUZA, Dreico Esli de. Geopolítica fronteiriça: entre a ameaça espanhola e o controle dos territórios indígenas. Anais do VI Encontro Regional de História da ANPUH-MT. “História, Natureza e Fronteiras” e I Simpósio internacional de História “Territórios e Fronteiras”. Cuiabá: UFMT, 2008-2010, p. 86-92.

Segundo Dreico de Souza, durante os séculos XVIII e XIX, os europeus utilizaram os indígenas de Mato Grosso em trabalhos que identificassem rotas terrestres e fluviais; esses nativos conheciam a área e tinham prática como remadores. Dessa maneira, em 1840, atendendo demandas imperiais, “provincianas e pessoais, vinculadas novamente à posse territorial portuguesa e a ameaça eminente dos países vizinhos”, o barão de Antonina realizou explorações de uma rota fluvial, da bacia hidrográfica do rio Tibagi até a província de Mato Grosso. Além de investigar qual seria o melhor traçado, o barão ou seus encarregados deveriam estabelecer alianças com os povos indígenas. Por consequência, muitos foram recrutados para participarem de inúmeros combates intertribais. Esses conflitos enfraqueceram inúmeras populações. Souza escreveu que os embates entre grupos indígenas tornavam-nos mais desprotegidos frente aos conquistadores europeus, ficavam “susceptíveis às determinações de um barão, às ordens de um presidente de província, aguardavam as ajudas e armas provenientes desses que apenas visavam o território como uma conquista para encontrar as riquezas minerais e extrair os recursos naturais”.<sup>80</sup> Muitos indígenas foram empregados na economia extrativista – extração da poaia – e na criação de gado.<sup>81</sup> Para Marta Amoroso, “em todos estes casos, os aldeamentos serviam de infra-estrutura, fonte de abastecimento e reserva de mão-de-obra”.<sup>82</sup>

Ao longo de todo o século XIX, as queixas sobre os grupos indígenas eram permanentes nos relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso, nas correspondências das câmaras municipais, dos delegados, e outros membros da sociedade mato-grossense. Assim, nesse momento da história, da criação da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, o governo imperial entendeu que os dirigentes da empresa poderiam ajudá-los a amenizar os problemas com os indígenas e ainda realizar o desenvolvimento econômico que se propunha para o local. Logo, uma das condições para o funcionamento da empresa no Mato Grosso era dar continuidade ao processo civilizatório.

---

80 Idem. p. 91.

81 OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Umutina e as “Casas de Rondon”. Anais do VI Encontro Regional de História da ANPUH-MT. “História, Natureza e Fronteiras” e I Simpósio internacional de História “Territórios e Fronteiras”. Cuiabá: UFMT, 2008-2010, p. 38-47.

82 AMOROSO, Marta Rosa. “Catequese e evasão. Etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)”. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998, p. 144.

## 1854: Estatuto da Sociedade de Mineração de Mato Grosso

A Sociedade de Mineração de Mato Grosso seguindo as orientações do Código Comercial ao qual estava submetida, após mais de três anos de sua fundação, em 10 de junho de 1854, teve aprovado o seu estatuto através do Decreto 1399. Tendo como objetivo a exploração e extração de ouro no Mato Grosso, o estatuto registrava a estrutura normativa que se atribuiu no ato de fundação da Sociedade em 1851, acrescentando agora a autorização para exploração de diamantes e *Ipecacuanha*, nomeada também de poaia. Além disso, discorria sobre sua organização interna, administrativa e obrigações dos membros da diretoria e os direitos dos sócios.<sup>83</sup>

A partir dali, a Sociedade poderia empreender não só trabalhos de mineração como também extrair a poaia, raiz utilizada para fazer chá e remédios, às margens dos rios Santana e Paraguai ao norte da província, em Diamantino, e nas regiões de Cáceres, Barra do Bugres, Vila Maria e Tangará da Serra.

### *Cephaeles ipecacuanha*

Conhecida cientificamente como *Cephaeles ipecacuanha*, ipeca ou poaia é uma raiz de um pequeno arbusto rica em emetina, substância que compõe os ingredientes de diversos medicamentos fabricados para cura da coqueluche, bronquite e até mesmo disenterias. Por volta de 1830, iniciou-se, em Mato Grosso, a extração da ipecacuanha ou poaia. De acordo com Ayala & Simon, nessa época, José Marcelino da Silva Prado, explorando garimpos de diamantes nas imediações do Rio Paraguai, observou que os garimpeiros doentes tomavam um chá preparado com raiz de um arbusto facilmente encontrado na mata da região. Tratava-se da poaia, que era antiga conhecida dos povos indígenas, que tinham repassado seu conhecimento medicinal aos colonizadores. Segundo Ayala e Simon, constatado oficialmente seu valor medicinal, iniciou-se o comércio da poaia, que teve longa duração e proporcionou “grandes benefícios para os cofres do Tesouro do

---

83 Decreto 1399, de 10 de junho de 1854. Estatuto da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Do fim e organização da Sociedade. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Vol. 1, artigo 11. 1854.

Estado”.<sup>84</sup> De acordo com Siqueira, estrangeiros, especialmente ingleses e holandeses, tentaram plantar a poaia em suas colônias asiáticas, porém o clima não era propício, sendo o Brasil, especialmente Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo, Pará e Amazonas, territórios onde essa planta nascia naturalmente sem necessidade de ser plantada.<sup>85</sup> Os trabalhadores responsáveis pela coleta eram conhecidos como poaieiros.

Dessa forma, a intensa procura da poaia transformou, em pouco tempo os vilarejos onde havia abundância da planta nativa. Um desses lugares foi Vila Maria. O pequeno povoado logo se encheu de homens que se embrenhavam nas matas em busca do pequeno arbusto de alto potencial econômico. Isso motivou interesse e preocupação tanto do governo provincial, como imperial desde o início da sua exploração. Em 1837, a Assembleia Legislativa Provincial publicou o Regulamento e demais ordens a respeito do imposto sobre a poaia em rama. Nesse, estipulava o pagamento anual em dinheiro, na razão de 5%.<sup>86</sup>

Até a década de 1860, a poaia era extraída nas matas ao norte de Vila Maria e na região de Diamantino, embalada e remetida aos compradores na Corte. Conforme Garcia: “A sua extração deve ter se desenvolvido bastante, pois sobre a poaia vendida incidia imposto desde 1837”.<sup>87</sup> Em 1854 Leverger relatou que a poaia era o único vegetal colhido com fins lucrativos na província. O presidente também descreveu a situação da economia provincial e suas principais fontes de renda:

Do isolamento da Província e da mesquinhez da sua produção é consequência natural do pouco desenvolvimento do seu comércio. A diminuta

---

84 AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. *Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso*. (E.E.U.U. do Brasil). Corumbá/ Hamburgo: AYALA & SIMON Editores, 1914, p. 259.

85 SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, p. 107.

86 “1837 - Regulamento, e mais ordens a respeito do Imposto sobre a poaia em rama. Art.1º - O dizimo da poaia extraída no Distrito de Villa Maria será cobrado anualmente na povoação do mesmo nome, quando tiver de sair para fora dela: será pago a dinheiro conforme prescreve o art. 3º da citada Lei nº 15 pelo possuidor do gênero na razão de cinco por cento” [ doc manuscrito]. Apud. SOUZA, Angélica G. “Cultivo da poaia na região do assentamento Antonio Conselheiro: buscando na história uma opção atual de agricultura planaltina”. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação). Universidade de Brasília: UNB, 2013, p. 34.

87 GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. “Mato Grosso (1850-1889) uma província na fronteira do Império”. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 36.

exportação de gado, de pequenas porções de ouro e de diamantes e a da poaia que tomou algum incremento pelo preço que tem conservado este artigo no mercado da Corte.<sup>88</sup>

Segundo Divino Sena, os indígenas eram contratados como camaradas para trabalharem nos afazeres de remeiros, vaqueiros e lavradores na extração de poaia, nos serviços de condução, na abertura de estradas, explorações pelo interior do território etc.<sup>89</sup>

Loiva Canova registrou que, para adquirirem objetos de consumo nos comércios locais, as crianças Paresi costumavam vender a poaia. Esse comportamento qualificava-os aos olhos da população local, dos comerciantes e viajantes: “São esses índios Parecis laboriosos e as próprias crianças, desde pequenas, acostumam-se a colher poaia para irem com os pais às feitorias fazer suas permutas”.<sup>90</sup>

Muitos Guaná, assim como outros grupos indígenas da província, também realizavam a extração de poaia. Por vezes, eles eram contratados a serviço de particulares ou a serviço público, a partir de contratos legalmente assinados entre ambas as partes e encaminhados para Cuiabá, onde se efetuava o pagamento.<sup>91</sup>

Além desses trabalhadores, existiam também os camaradas que preferiam se empregarem nesta função por ser trabalho temporário e, assim, não ficavam subordinados a um patrão por muito tempo. Conforme explica Sena, essa contratação temporária permitia que o camarada também prestasse serviços em outros lugares; o trabalhador não estaria sujeito a trabalho regular, já que a preparação da terra, plantio e colheita ocupavam somente determinados períodos.<sup>92</sup> Segundo Aleixo, as terras devolutas proporcionavam a extração da poaia pelos indígenas e trabalhadores pobres livres, não havendo necessidade de investimentos para o plantio, nem para a manutenção. Aqueles que

---

88 Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1854.

89 SENA, Divino Marcos de. *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade da Grande Dourados. Dourados. UFGD, 2010, p. 93.

90 CANOVA, Loiva. “Imagens dos índios Paresi no espelho do colonizador (1719-1757)”. In: *Territórios e Fronteiras* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. 4 n. 1 jan-jun/2003 – Cuiabá-MT, p. 64

91 SILVA. “Missão, aldeamento e a cidade [...]”. Ob. cit., p. 67.

92 SENA. *Camaradas: [...]*. Ob. cit., p. 103.

conseguiram manter um comércio regular com o mercado externo, conseguiram renda considerável e a possibilidade de razoável acumulação.<sup>93</sup>

Marcel Jules Thieblot, ao produzir um estudo sobre a mata da poaia e os poaieiros de Mato Grosso, caracterizou o arbusto da poaia como sendo uma planta que não passa de trinta centímetros de altura. As folhas são opostas, simétricas e verdes. As flores são brancas arroxeadas, de um centímetro e dão nascença a um cartucho de sementes vermelhas, mas é a raiz que interessa ao poaieiro. É uma raiz preta por fora e branca por dentro, formada de anéis. O trabalho consistia em descobrir e arrancar essa raiz de, no máximo, trinta centímetros de comprimento que corre horizontalmente debaixo da terra. Extraída a raiz, qualquer pedaço dela que fique no chão volta a dar um novo pé. Segundo o autor, por ser muito mais fácil mexer com a planta quando a terra está molhada, é costume extraí-la no tempo da chuva.<sup>94</sup>

## **O capital, os acionistas e a administração da Sociedade**

Além do ouro e diamante, a possibilidade de comercialização da poaia mato-grossense, vista com grande potencial econômico, pode ter atraído os investidores diretores da Sociedade, como também seduzido outros ambiciosos empreendedores que a ela se juntaram como sócios. Dessa maneira, o pequeno ou grande investidor, ao manifestarem interesse na Sociedade, tomavam conhecimento que o capital social da Sociedade era dividido em duzentas ações, com valor de 500\$000 (quinhentos mil réis) cada uma. O fundo totalizado era, portanto, no valor de 100.000\$000 (cem contos de réis). Embora as ações representassem uma parcela do capital que o acionista tinha na Sociedade, elas não correspondiam à quantidade de votos que o seu respectivo titular tinha direito na assembleia geral, pois, conforme o artigo 11º, o “Supremo Poder da Sociedade, a assembléia geral, na qual têm voto somente os acionistas de quatro ações para mais: os que possuem oito e mais ações terão dois votos, sempre que concorram em Assembléia Geral”.<sup>95</sup>

---

93 ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre*. Brasília: Ministério da Fazenda, 1984, p. 36.

94 THIEBLOT, Marcel Jules. *Poaia, ipeca ipecacuanha: a mata da poaia e os poaieiros do Mato Grosso*. São Paulo: Escola de Folclore/Livramento, 1980, p. 16.

95 Decreto 1399, de 10 de junho de 1854. Estatuto da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Do fim e organização da Sociedade. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Vol. 1, artigo 11. 1854, p. 244.

Na prática, havia três classes de sócios: de uma a três ações, sem direito a voto; de quatro a sete, com direito a um voto; e de oito ou mais ações, com direito a dois votos. Embora o voto não fosse proporcional ao número de ações, diante do artigo 11º do Estatuto, podemos considerar que ao mesmo tempo em que parecia impedir o controle pelo voto, por grandes acionistas, os pequenos acionistas, além dos lucros menores, também pareciam não ter “voz” nos destinos da Sociedade.

Conforme determinava o artigo 4º, os acionistas poderiam ser brasileiros ou estrangeiros, sendo a única exigência possuir e pagar a apólice, cujo pagamento poderia ser realizado em duas prestações: uma no ato da compra da ação e a outra oito dias após a segunda chamada de fundos. Diante do não pagamento da segunda parcela, o acionista perdia – em favor da Sociedade – o valor já investido. O acionista também poderia vender ou “dispor como lhes convier, das ações que forem possuidores, com a única obrigação de apresentarem-se pessoalmente ou por seus procuradores ao Diretório, a quem incumbe fazer as competentes notas a respeito”.<sup>96</sup> Nesse sentido, esse tipo de aglutinação, na qual o principal objetivo de diversas pessoas era voltado apenas para os lucros que uma atividade prometia propiciar certamente criava as mais variadas expectativas ao mesmo tempo que sugeria que a união do grupo fosse baseada na confiança, tendo em vista a dificuldade no controle dos resultados dos lucros arrecadados.

No estatuto estava estipulado que a Sociedade seria dirigida na Corte por uma diretoria composta por um presidente, um secretário e um tesoureiro, eleitos a cada dois anos em assembleia geral. Cada membro teria um suplente eleito da mesma maneira. Essa diretoria, além de “velar e guardar” os estatutos e regulamentos da Sociedade tinha a responsabilidade de contratar os empregados necessários para o serviço da empresa, observando a divisão social do trabalho, pois assim recomendava o parágrafo 2º Da Administração da Sociedade: “Nomear os empregados necessários para o serviço da Sociedade, marcando-lhes suas atribuições e as vantagens que deverão perceber, na razão do trabalho que forem incumbidos”.<sup>97</sup>

---

96 Idem. Artigo 5º.

97 Decreto 1399, de 10 de junho de 1854. Estatuto da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Da administração da Sociedade. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Vol. 1, artigo 9º, § 2º. 1854, p. 244.

Com base nas fontes pesquisadas, cujos resultados das análises apresentarei detalhadamente nos capítulos seguintes, além dos cem africanos livres, os outros trabalhadores eram ligados à administração da Sociedade, como o cargo de “agente”, que, ao longo dos catorze anos, foi ocupado primeiro por um dos diretores e depois por sócios indicados pelo diretório, que tinha a incumbência de administrar a empresa. Desse modo, o primeiro agente/administrador da Sociedade foi o médico Medardo Rivani que dirigiu a Sociedade por seis anos. Após pedir demissão, Rivani foi substituído por outro diretor residente no Mato Grosso, José Joaquim de Carvalho, que, por fim, foi substituído pelo italiano Bartolomé Bossi, que suponho tenha sido um dos sócios da Sociedade e, posteriormente, foi eleito membro da diretoria, já que o seu nome não consta como um dos diretores no Decreto 794 de 1851.

Outro cargo era o de “guarda dos africanos livres”, responsável pelo controle direto de seus trabalhos, inclusive com a função de registrar todos os acontecimentos relativos a esses trabalhadores. O cargo de feitor também foi observado na empresa. Seu trabalho exercia ações diretas sobre os trabalhadores escravizados e também sobre os africanos livres. Cabe observar que a documentação interna da empresa, como atas, relação de sócios acionários, documentos sobre os planejamentos, resultados econômicos e lista de trabalhadores, não foi localizada.

Ainda relativo à administração da Sociedade, o estatuto expunha outras responsabilidades dos diretores, que se figuravam com maior autoridade e autonomia em relação aos demais sócios, porque conferia em suas funções a liberdade de buscar novas fontes de exploração dos minérios e seu conseqüente estudo e aperfeiçoamento de novas técnicas. Os diretores tinham o poder de convocar os acionistas sempre que entendessem conveniente e necessário. Anualmente, os diretores deveriam apresentar à assembleia um relatório dos trabalhos da Sociedade, dando informações de seu andamento, do ouro encontrado, sugestões para o seu desenvolvimento e apresentar balanço da receita e despesas. A cada ano, os diretores tinham que repartir entre os acionistas o resultado líquido produzido pela Sociedade conforme o número de apólices que cada acionista possuísse, destinando a terça parte do total para um fundo de reserva da Sociedade. Eles deveriam organizar um Regulamento para os trabalhos da Sociedade e um Regimento Interno. Os diretores tinham “plenos e ilimitados poderes administrativos em

referência a todos os negócios da Sociedade, podendo demandar e ser demandado, nomear e demitir livremente todos os empregados”.<sup>98</sup> Diante desse quadro, a responsabilidade conferida aos diretores da Sociedade poderia constituir uma forma de controle e poder sobre os destinos de tal empresa e, por consequência, dos acionistas não tão opulentos.

Nas Disposições Gerais, o estatuto recomendava ainda que, se algum membro da diretoria se ausentasse ou desistisse de sua função, deveria comunicar ao presidente do diretório para que fizesse sua substituição. O seu artigo 16º previa que se os diretores entendessem conveniente, futuras explorações poderiam ser realizadas, contanto que solicitassem ao Império novas concessões de datas mineratórias. Para tanto, as operações não poderiam ultrapassar o valor de dez por cento do fundo da Sociedade. No seu artigo 18º, estava expresso que qualquer benefício cedido para um membro da Companhia teria de favorecer a todos os acionistas: “Todo e qualquer privilégio, concedido pelo Governo a algum ou alguns acionistas da Sociedade, tendente a favorecê-la, torna-se extensivo a toda a Sociedade, como que se a ela fora feita a concessão”.<sup>99</sup>

## **Os diretores da Sociedade**

Como veremos a seguir, alguns diretores da Sociedade de Mineração de Mato Grosso – ricos capitalistas – conforme anunciado por Paranhos, eram homens da “boa sociedade” que buscavam lucrar ao investir no progresso e crescimento da Nação. Muitos eram homens de negócios que, embora possuíssem riquezas semelhantes, tiveram origens e posições diferentes dentro do cenário imperial. Alguns faziam parte da elite mercantil e agrária, outros estavam ligados mais diretamente ao aparato do governo imperial, como políticos, juízes de paz e médicos. As relações sociais, econômicas e familiares, que mantinham direta ou indiretamente, forneceram elementos para que esse grupo desenvolvesse e redirecionasse seus interesses econômicos e particulares para novos empreendimentos em várias regiões do Império.

---

98 Decreto 1399, de 10 de junho de 1854. Estatuto da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Da administração da Sociedade. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Vol. 1, artigo 9º, § 2º. 1854, p. 244.

99 Idem. Artigo 18.

Além dos nomes dos diretores citados na carta de Paranhos (Custódio Teixeira Leite, Joaquim Leite Ribeiro, Luis Bompani, José Joaquim de Carvalho e Medardo Rivani), o Decreto 794, de 7 de junho de 1851, também incluía outro médico, Cesar Persiani, entre os responsáveis pela empresa de mineração.<sup>100</sup>

Diferente do que foi registrado pelo senador Paranhos em sua *Carta* relatada, no Decreto nº 794, de 7 de junho de 1851, que autorizou a Sociedade de Mineração do Mato Grosso a utilizar os terrenos mineratórios em Diamantino, no Mato Grosso, não consta o nome do médico Luis Bompani como um de seus diretores. Provavelmente, o senador o tenha incluído por ter conhecimento que ele fosse um dos sócios dessa Sociedade. Embora não seja possível qualificá-lo como será feito com relação aos demais – tendo em vista a dificuldade de encontrar suas referências em várias fontes consultadas–, sua presença será registrada, sobretudo nos momentos nos quais que ele manteve relação com os outros membros da Sociedade. A seguir, serão expostas informações sobre os “capitalistas”, diretores da Sociedade.

Luiz Bompani era um dentre tantos outros médicos estrangeiros que atuaram no Império brasileiro. Ele era formado em Modena. Entre os anos de 1847 e 1851, seu nome foi registrado como integrante do quadro de médicos do Hospício de Pedro II, juntamente com outro médico bem conhecido no período, Luiz Vicente de Simoni.<sup>101</sup>

Cesar Persiani consta no livro de registro de estrangeiros do Arquivo Nacional referente aos anos de 1840-1842. Em 1841, embarcou na fragata “Príncipe Imperial” com destino ao Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, ele tinha 37 anos e já era casado. Embora no livro também esteja registrado o nome da rua onde residia, não foi possível comprovar se o endereço referido era da Bahia, do Rio de Janeiro ou, ainda, se ele era recém-chegado da Itália.<sup>102</sup> Por outro lado, em 1851, data da concessão dos terrenos mineratórios em Mato Grosso, tanto ele como Luiz Bompani já eram membros da elite médica da Corte. Dessa

---

100 Decreto nº 794, de 7 de Junho de 1851. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. p. 134. v. 1, pt II.

101 Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>); PERES, Maria A.; BARREIRA, Ieda de Alencar. Desenvolvimento da assistência médica e de enfermagem aos doentes mentais no Brasil: os discursos fundadores do hospício. *Texto & Contexto. Enfermagem*. vol.18 no.4 Florianópolis Oct./Dec. 2009.

102 Publicação Histórica do Arquivo Nacional, volume 54. Registros de Estrangeiros, 1840-1842, p. x.

maneira, Persiani atendia e tinha acesso aos que então eram considerados como membros do “mundo civilizado”, ou seja, a alta sociedade do Rio de Janeiro. A exemplo, em 10 de março de 1852, Cesar Persiani, juntamente com Luiz Bompani, realizou a cirurgia de um tumor em Álvares de Azevedo.<sup>103</sup> Em 1855, Persiani foi naturalizado cidadão brasileiro.<sup>104</sup>

Dentro desse universo, encontramos os médicos Cesar Persiani e Luiz Bompani com posição social e profissional bem marcadas, tendo em vista que em 1859, juntamente com José Martins da Cruz Jobim, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ambos compunham o quadro de médicos que atendiam a Casa Imperial.<sup>105</sup>

Isso significava que essa função lhes permitia uma articulação de variadas relações sociais, pois conviviam com o mais alto escalão da elite política e casa imperial, logo que tal cargo previa o atendimento de todos que serviam a Casa Imperial, como gentis-homens da imperial câmara; ajudantes de campo de sua majestade o imperador; veadores honorários; oficiais-mores; capelão-mor; condecorados com as honras de oficiais-mores; confessor de SS. MM. II, etc.<sup>106</sup>

Muitos dos membros da elite do Império e os que ocupavam cargos na Câmara Imperial possuíam condecorações com imperiais ordens honoríficas. Em geral, essa honra era atribuída em reconhecimento a serviços relevantes prestados à nação. Havia honrarias concedidas especificamente a determinadas áreas, como a agrícola, a militar, a aeronáutica, a naval, a médica, a jurídica, etc.<sup>107</sup> Tanto Persiani

---

103 “Luiz Bompani, natural de Modena, na Itália, onde formou-se, clinicou quase toda a vida no Rio, onde faleceu. Com outro patrício seu, o italiano Cesar Persiani que aqui também radicou-se e acabou barão de Itiúba; operou o poeta Álvares de Azevedo de um “tumor na fossa ilíaca”. SATTAMINI-DUARTE, Orlando. Primórdios da anestesia geral no Brasil. *Revista Brasileira de Anestesiologia*. (abril de 1956. Ano 6. Número 1 – p. 38-50). p. 44.

104 Decreto de 7 de julho de 1855. Autoriza o Governo a conceder Carta de Naturalização de Cidadão Brasileiro ao doutor Cesar Persiani. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. 1855. Vol. 1 pt. I, p. 10.

105 Cartas da Condessa de Barral, Luiza Margarida Portugal de Barros, para Sua Majestade a Imperatriz. 6 de outubro de 1859. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo Grão Pará. (cartas manuscritas).

106 LAEMMERT, Henrique & Eduardo. *Almanaque Administrativo*, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1852, p. 48-51.

107 MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O visconde de Guaratinguetá*. Um fazendeiro de café no Vale do Paraíba. São Paulo: Studio Nobel, 2002, p. 319.

como Bompani receberam a ordem honorífica de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, tendo o primeiro o título de barão.<sup>108</sup>

Os títulos nobiliárquicos, como o de barão, eram reservados basicamente aos proprietários de terra, que se distinguiam pelo seu poder e sua riqueza. Como sabemos, o baronato virou sinônimo e marca distinta dos grandes cafeicultores do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais. De acordo com Lília Moritz Schwarcz e José Murilo de Carvalho, esse título era uma forma de cooptação e também de compensação por ocasião das leis abolicionistas de 1871, 1885 e 1888.<sup>109</sup>

O prestígio que o médico Cesar Persiani acumulou era tanto que, de 1860 a 1888, foi nomeado cônsul do Império do Brasil na Itália, residindo em Genova e, nessa função, autorizava a entrada de trabalhadores imigrantes no Império brasileiro.<sup>110</sup>

Tais informações permitem visualizar o desempenho desses médicos enquanto homens de vários negócios. Tanto na função de médico, como em outros cargos que ocuparam depois, Bompani e Persiani tiveram oportunidade de articulação entre as elites locais e até internacionais, e essa pode ter sido uma via de acesso à riqueza, ao poder e ao prestígio. Assim, enquanto num primeiro momento, aproveitaram-se de mão de obra compulsória dos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, mais adiante, na segunda metade do século, proporcionaram a introdução do migrante estrangeiro

---

108 LAEMMERT. Almanaque Administrativo [...]. Ob. cit., ano de 1864, p. 35; VASCONCELLO, Rodolfo & Jaime. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Toronto: University of Toronto, 1917. Livro disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/35371534/Arquivo-Nobiliarchico-Brasileiro>.

109 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 258; SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.193.

110 No relatório da repartição dos negócios estrangeiros do Império do Brasil existe o registro do nome do médico Cesar Persiani, em 1860, como membro do corpo consular estrangeiro. Relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros apresentados à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Augusto Magalhães Taques. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1862, p. 28. O último registro encontrado sobre Cesar Persiani, na mesma função, consta a data de 1888, declarando nada constar sobre pedido de naturalização italiana por parte do maestro Antônio Carlos Gomes. Museu Imperial. Coleção Carlos Gomes. DIG-1888/1889-Gom.do 1-3 ver I-DIG-1888/1889-Gom.d1-6. 17/10, 12/11, 15/11, 19/10/1888. Cabe observar que, em 1877, embora estivesse exercendo a função de cônsul na Itália, também continuava como médico da Imperial Câmara. LAEMMERT. *Almanaque* [...]. Ob. cit., ano de 1877, p. 43.

na economia agrária brasileira, apoiando, assim, o sistema de trabalho de colonato.

Medardo Rivani era outro médico italiano. O único membro da diretoria que de fato trabalhou *in loco* na empresa no Alto Paraguai-Diamantino, Mato Grosso. Sua presença foi registrada nos documentos da Sociedade desde o início de seu funcionamento, em agosto de 1851 até 1857, quando ele pediu demissão da diretoria. Ainda assim, na condição de médico continuou a atender os africanos enfermos após sua saída da Sociedade.

Na primeira metade do século XIX, têm início as teorias da origem social das doenças, relacionando-as à miséria e às precárias condições de vida dos empobrecidos.<sup>111</sup> Os médicos conferiam legitimidade científica às ações governamentais. Conforme Alessandra Schueler, as políticas de controle e limpeza das moradias coletivas e dos espaços públicos das cidades foram alvos dos poderes públicos, os quais recorriam aos ideais de racionalidade científica, “ordem e progresso” para justificar sua intervenção.<sup>112</sup>

Desse modo, no Mato Grosso, Medardo Rivani era consultado pelas autoridades locais sobre quais medidas deveria tomar frente às enfermidades sofridas pela população, tendo em vista a ausência de autoridades sanitárias na cidade.<sup>113</sup> Assim, em fevereiro de 1856, João Baptista Prudêncio, delegado de Polícia de Diamantino, escreveu solicitando quais providências deveriam ser tomadas para evitar a contaminação de doenças contagiosas procedentes de alguma embarcação do Pará para a província de Mato Grosso, onde talvez pudesse se espalhar o cólera morbus.<sup>114</sup>

---

111 KURY, Lorelai B. “O Império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1990, p. 81.

112 SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. Vol. 19, nº 37. São Paulo. 1999, p. 3; CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.35.

113 Carta do chefe de polícia de Cuiabá, Antônio Joaquim Sampaio para o presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger. Documento avulso, 28 de fevereiro de 1856-E. Lata 1856-E. APMT.

114 Carta de João Baptista Prudêncio, delegado de polícia de Diamantino ao doutor Medardo Rivani. Documento avulso, 24 de fevereiro de 1856. Lata 1856-D. APMT. In: VILELA, Marlene Menezes. “Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: ocasião da varíola em Cuiabá (1867)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá: UFMT. 2001, p. 31

Em resposta à solicitação feita pelo delegado, Medardo Rivani escreveu expondo sua opinião sobre as medidas que deveriam ser tomadas na iminência de uma epidemia de cólera morbus. Ele recomendou a necessidade de desinfecção das embarcações, pessoas e coisas que entrassem na província de Mato Grosso oriundos do norte. Receitou e detalhou os produtos que deveriam ser utilizados e colocados à disposição das pessoas para tal fim. As medidas foram executadas.<sup>115</sup>

Medardo Rivani trabalhou como administrador e médico dentro da Sociedade. Fora dela, possuía ambulatório, onde atendia a população, e, como visto, dava pareceres sobre possíveis doenças coletivas na região.<sup>116</sup>

No ano de 1862, consta seu nome como vice-cônsul da Itália no quadro do corpo consular estrangeiro residente no Império.<sup>117</sup> Medardo Rivani morava no Rio de Janeiro e passou a residir em Diamantino durante e após sua administração na Sociedade. É possível que Medardo Rivani fizesse parte da rede de relações dos outros médicos da Sociedade, porém, como veremos nos capítulos seguintes, ele não pareceu ser tão bem sucedido como os demais.

Já José Joaquim de Carvalho era o único diretor da Sociedade que residia no Mato Grosso. Desde 1840, sua presença foi registrada naquela província. De acordo com Ernesto de Sena, ele era um proprietário sem muita tradição na política mato-grossense. No entanto, ao ser apoiado pelo fazendeiro e membro do partido liberal, Manuel Alves Ribeiro, sua eleição foi garantida para deputado geral em 1840 e, entre 1842-1847, permaneceu como deputado pela província de Mato Grosso.<sup>118</sup>

Em 1850, conforme aponta Divino de Sena, Carvalho já aparecia como capitão do Estado Maior de 1ª classe na região do Baixo

---

115 Idem. p. 32.

116 MESQUITA, José de. *Um homem e uma época*. Esboço biográfico de José Barnabé de Mesquita “Sênior”. (1855-1892). Cuiabá: Revista do Instituto Histórico do Mato Grosso. Tomo XIII, 1925, p. 11.

117 Relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado, José Antônio Saraiva. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1866, p. 55.

118 SENA, Ernesto Cerveira de. “Entre anarquizadores e pessoas de costumes – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso. (1834-1870)”. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2006, p. 78.

Paraguai, próxima a Vila Maria.<sup>119</sup> É possível que Carvalho tenha sido o elo entre Mato Grosso e a Sociedade de Mineração, dando inclusive, informações sobre os possíveis terrenos preciosos. Ainda que, por ocasião da implementação dos trabalhos da empresa, ele já não fosse mais parlamentar, é possível considerar que José Joaquim de Carvalho tenha aceitado ser um dos diretores e sócios da Sociedade, independentemente de seu partido, pois assim, como outros membros da população mato-grossense, ele tivesse especial interesse que a Sociedade dinamizasse a economia local, algo que favoreceria sobretudo os mandantes locais.

Joaquim Leite Ribeiro e Custódio Teixeira Leite também eram membros diretores da Sociedade e descendiam de portentosas famílias, cujos membros, quando não estavam envolvidos no lucrativo tráfico de africanos, foram homens de negócios que atuavam em atividade comercial, em casas bancárias, companhias de seguro, bancos, na política e demais ramos da economia urbana e agrária. Custódio Teixeira Leite era sobrinho de Joaquim Leite Ribeiro, que, em 1832, fundou Barra Mansa junto com seu irmão Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Aiuruoca.<sup>120</sup> Joaquim Leite Ribeiro foi juiz de paz em Conservatória, hoje distrito do município de Valença.<sup>121</sup>

Segundo Mônica Ribeiro, algumas famílias com prestígio social de Minas Gerais, como os Teixeira Leite, mantiveram-se ativas em suas posições econômicas mesmo após a diminuição das atividades mineratórias. Isso porque muitas delas dedicavam-se à produção de alimentos e de vários outros bens em paralelo à mineração e, sobretudo, em decorrência exatamente de capital acumulado pela utilização intensiva de mão de obra escravizada, empregada nas várias atividades sob seus domínios.<sup>122</sup>

---

119 SENA, Divino Marcos de. "Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)". Dissertação (Mestrado em História). Universidade da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2010, p. 89.

120 FERNANDES, Noêmia B.; MESQUITA, Cláudia. Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense. Fazenda Cachoeira Grande. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Cultural, 2007, p.287. Aiuruoca é um município que se localiza no sul de Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira. Seu nome deriva do Tupi e significa "casa de papagaio". NAVARRO, Eduardo A. *Método moderno de Tupi antigo*. 3 ed. São Paulo: Global, 2005, p. 103.

121 FIGUEIRA, Branca R.; SILVA, Annibal Affonso M. da. Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense. Fazenda Florença. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 2007, p. 51.

122 OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira*. Bauru: EdUSC; Juiz de Fora: Funalfa, 2005, p. 33-67.

De acordo com Patrício Carneiro, em Juiz de Fora, além da grande cultura do café, a leste e a nordeste ocorria a produção de gêneros de abastecimento voltados tanto para o consumo local, como para os municípios vizinhos e para o Rio de Janeiro. Esse autor registrou que em 1841, entre os grandes proprietários e cafeicultores no sul da Mata, estava o futuro barão de Aiuruoca, Custódio Ferreira Leite, que atingiu dez mil arrobas de café por ano; e na fazenda de seu irmão, o capitão e comendador Francisco Leite Ribeiro, onze mil, além de considerável produção de queijo, açúcar e aguardente vendidos principalmente ao mercado do Rio de Janeiro; Francisco Ribeiro, além de milhares de pés de café, possuía ainda muitos trabalhadores escravizados e diversos animais, além de apólices da dívida pública e de estradas na província fluminense e várias dívidas ativas distribuídas entre devedores da Mata, dos termos de Barbacena e de São João Del Rey.<sup>123</sup>

Custódio Teixeira Leite era filho do barão de Itambé, Francisco José Teixeira Leite, que era dono de plantações de café e outros negócios. Ele era nascido em São João del-Rei e o pai do futuro barão de Vassouras, com nome homônimo ao seu, além de outros filhos<sup>124</sup>. O barão de Itambé era cunhado de Custódio Ferreira Leite e Francisco Leite Ribeiro. No início do século XIX, Custódio Teixeira Leite, juntamente com seus irmãos e os tios Joaquim Leite Ribeiro e Custódio Ferreira Leite saíram da região mineira e partiram em busca de novos investimentos políticos e econômicos em Vassouras, no Vale do Paraíba.<sup>125</sup>

Na região do Vale do Paraíba, próxima a São Paulo, os primeiros povoamentos foram concessões de sesmarias feitas nos anos sessenta do século XVIII. Nos anos de 1820, muitas dessas terras já pertenciam ao coronel Custódio Ferreira Leite.<sup>126</sup>

---

123 CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. “Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)”. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 222-226.

124 ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria*. Porto Alegre: Globo, III V., 1965, p. 32.

125 FERNANDES; MESQUITA. Inventário das fazendas [...]. Ob. cit., p.287.

126 MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial. p. 311. Disponível em:

[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2010/12/15\\_mariana\\_muaze](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2010/12/15_mariana_muaze).

Custódio Ferreira Leite foi contratado por d. João VI, em 1816, para comandar a abertura da estrada da Polícia.<sup>127</sup>

Os Teixeira Leite possuíam uma estreita relação com a elite política vassourense. Além dos muitos parentes, tinham amigos provenientes de poderosas famílias estabelecidas na região. Essas eram relações familiares e sociais importantes, algo que constituiu uma enorme teia de parentela e poder.<sup>128</sup>

Além dessas relações, a atividade usurária da família Teixeira Leite aumentava ainda mais o seu poder no Vale do Paraíba. Segundo Muaze, a atividade usurária auxiliava no aumento de patrimônio desses grandes senhores, já que aqueles que pediam empréstimos, na maioria das vezes, hipotecavam suas fazendas e seus cativos na negociação.<sup>129</sup>

Ricardo Salles demonstrou que, na região de Vassouras os mega e grandes proprietários ampliaram sua participação na posse de cativos de 34,5% para 74,23% entre 1836 e 1850; para 72,2% entre 1851 e 1865; e para 70,24% entre 1866 e 1880. Ao longo do século XIX, muitos pequenos e médios proprietários que dependiam dos grandes cafeicultores acabaram em dificuldades e perderam ou se desfizeram de suas posses.<sup>130</sup> Como demonstrou João Fragoso, em Paraíba do Sul, ocorreu o mesmo. Como consequência disso, os grandes senhores tiveram facilidade de ampliar suas posses sobre a terra e os cativos necessários para atender a demanda crescente do mercado

---

127 Custódio Ferreira Leite foi bacharel em Direito, fazendeiro, capitão-mor, coronel da Guarda Nacional; foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Mar da Espanha, deputado pela província de Minas Gerais e por Decreto de 14 de maio de 1855, recebeu de d. Pedro II o título de “barão de Aiuruoca”. Ele também foi comendador da Ordem de Cristo em 14 de março de 1855. Cf. VASCONCELLO, Rodolfo & Jaime. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Toronto: University of Toronto, 1917. p. 67. Alguns anos antes, em 1816, dom João VI ordenara a Intendência Geral de Polícia do Rio de Janeiro, na figura do Intendente Geral Paulo Fernandes Vianna, a abertura de uma nova estrada para as Minas Gerais, que se denominaria “Estrada da Polícia”. Aberta a concorrência para a sua construção, ganhou a obra o mineiro Custódio Ferreira Leite, que colocou seus sobrinhos, sete irmãos da família Teixeira Leite, para assessorá-lo. Essa família, bem como outras, estabeleceram-se num arraial na beira da estrada no lugar denominado “Vassouras” e passaram a ali residir depois da inauguração do novo caminho em 1820. Cf. RIBEIRO, Armando V. Leite. *Família Vidal Leite Ribeiro*. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1955, p.39-42.

128 FALCI, Miridan Brito. Parentela, riqueza e poder; três gerações de mulheres. p. 205. Disponível em:

<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/205/140>.

129 MUAZE. O Vale do Paraíba [...]. Ob. cit.

130 SALLES, Ricardo. “Vassouras – Século XIX. Da liberdade de se ter escravos à liberdade como direito”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 292-296.

internacional.<sup>131</sup> Tal situação era oportuna para os homens de negócios da família Teixeira Leite, pois tanto obtinham como ofereciam crédito para esses proprietários. A família emprestava dinheiro até para a Câmara municipal.<sup>132</sup>

Conforme Stein, durante o apogeu da produção de café em Vassouras, na década de 1850 e início de 1860, os comissários do Rio de Janeiro, voluntariamente, adiantavam créditos aos seus clientes na garantia de colheitas futuras e taxas de juros variando entre 12% e 18% ao ano.<sup>133</sup>

A participação na Sociedade de Mineração de Mato Grosso era, portanto, apenas um dos investimentos dos Teixeira Leite no começo da década de 1850.

Por fim, Irineu Evangelista de Souza também fazia parte da direção da Sociedade. O único documento localizado sobre sua participação na empresa registra que, em 1857, ele figurava como presidente do diretório. Naquela oportunidade, o então barão de Mauá encaminhou ofício ao presidente da província comunicando que recebera o pedido de demissão do médico Medardo Rivani.<sup>134</sup>

Como sabemos, Irineu Evangelista de Souza teve participação destacada no estabelecimento de inúmeros negócios no Império brasileiro e fora dele ao longo do século XIX. Evangelista possuía vários outros empreendimentos que seriam importantes para o crescimento econômico, social e territorial brasileiro, como o estabelecimento de inúmeras ferrovias no país<sup>135</sup> e das primeiras linhas

---

131 FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Civilização Brasileira, 1998, p. 362-369.

132 “Este é o exemplo de João Evangelista Teixeira Leite, casado com Anna Bernardino Carvalho Leite. No inventário dela, datado de 1851, encontramos um montante de 144 empréstimos somando Rs\$328:660\$276. Entre seus empréstimos, havia um de 2:920\$000 para a Câmara Municipal de Vassouras, o que mostra que os empréstimos tinham tanto natureza pessoal como institucional. O maior valor emprestado foi para José Manuel da Silva Ferreira, no valor de 18:619\$641”. ANTONIO, Rabib Floriano. “A dinâmica do capital agrário: crédito e investimentos na realidade dos fazendeiros de vassouras (1850-1888)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2012, p. 96.

133 STEIN, Stanley J. *Vassouras, um município brasileiro do café*, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 45.

134 Ofício do presidente do diretório da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, Barão de Mauá, ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1857. Lata 1857 – Correspondências recebidas. APMT.

135 SOUZA, Rafael Rodrigo Ruela. “Mauá e a tradição da modernização industrial no Brasil”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 41- 42.

regulares de vapores do rio Amazonas em janeiro de 1853, mantidas pela Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas.<sup>136</sup>

Desse modo, no afã de ampliar novas atividades econômicas por todo o país, observa-se o Estado Imperial atrelar-se às nascentes companhias e sociedades privadas, mantendo conjuntamente atividades comerciais, algumas relacionadas à agricultura, mineração, navegação, ferroviária, melhoramentos urbanos, etc. Concretamente, o Estado oferecia várias vantagens como garantia de juros e isenção de impostos baixos na construção de ferrovias e exclusividade para realização das atividades durante determinados prazos às companhias de ferrovia e navegação,<sup>137</sup> como nos casos da Sociedade de Mineração de Mato Grosso e da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, para as quais houve a disponibilização de mão de obra dos africanos livres.

### **A concessão dos africanos livres para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso**

Os citados “Regulamento para os trabalhos da Sociedade e o “Regimento Interno” da Sociedade, de acordo com os quais a Sociedade operava e que, certamente, deviam pormenorizar as atividades de prospecção, relacionar os trabalhadores e suas respectivas atribuições, etc., não foram localizados durante a pesquisa nos arquivos. As informações dispostas são, portanto, fragmentadas e foram reunidas a partir da documentação acerca dos africanos livres principalmente.

O primeiro presidente do diretório da Sociedade foi Custódio Teixeira Leite, pois, em 16 de agosto de 1851, o ministro da justiça, Eusébio de Queirós Coutinho Mattozo da Câmara, encaminhou correspondência ao presidente da província de Mato Grosso, informando que os cem africanos livres haviam sido entregues ao referido diretor nos seguintes termos:

Tendo nesta data mandado entregar ao presidente do Diretório da Sociedade de Mineração do Mato Grosso, o cidadão Custódio Teixeira Leite, cem Africanos boçaes dos ultimamente apreendidos,

---

136 GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. SciELO. Nova Economia. vol.19 no.1. Belo Horizonte Jan./Apr. 2009, p.10.

137 Idem.

que a mesma Sociedade pediu para serem empregados nos trabalhos daquela mineração; manda o Governo Imperial recomendar a V. Ex<sup>a</sup> que tenha os referidos Africanos sempre debaixo da vigilância e tutela de algum empregado de sua confiança, para que se estipulou, como condição, que o encarregado de vigiar e tratar deles seja escolha de V. Ex<sup>a</sup> e paga pela Sociedade.<sup>138</sup>

Como veremos no Capítulo 3, a partir dessa comunicação do ministro Eusébio de Queirós, percebe-se que as autoridades de Mato Grosso planejaram um conjunto de ações que foram sendo instrumentalizadas cotidianamente. Dentre elas, o meio de manter os africanos sob constante vigilância e cuidados. Logo, iniciou-se uma troca de correspondências entre os gabinetes do presidente da província de Mato Grosso e do ministro dos Negócios da Justiça do Império. A partir da Lei de 1850 – a *Lei Eusébio de Queirós*, que voltou a proibir a importação de africanos e estabeleceu novas formas de repressão –, proibiu-se que os africanos livres fossem concedidos para particulares, mas, como visto, esse fato não impediu que o ministro Eusébio cedesse esses trabalhadores para uma empresa particular.

Essa concessão foi criticada em sessão da Câmara dos Deputados em 15 de julho de 1852. Eusébio de Queirós foi acusado pela oposição, representada pelo deputado de Minas Gerais, Mello Franco, de favorecer os membros da Sociedade com cem africanos, isso porque esses particulares “seriam do círculo dos protegidos” do ministro: “E entendo que o procedimento do governo, fazendo somente concessão, não se fundou senão no desejo de fazer um favor a três ou quatro particulares [...]”<sup>139</sup>

O deputado mineiro em seu confronto com Eusébio, acusou-o de beneficiar e favorecer a valorização das ações da Sociedade por causa da concessão feita e ainda disse que a cedência de um número tão

---

138 Correspondência do Ministério dos Negócios da Justiça ao presidente da Província do Mato Grosso Augusto Leverger, barão de Melgaço, na qualidade de presidente da Província de Mato Grosso. Rio de Janeiro 16 de agosto de 1851. Acento Correspondências Recebidas. Cuiabá. Lata nº 18. Ano 1851.APMT.

139 Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Oitava Legislatura. Sessão de 15 de julho de 1852. Rio de Janeiro: Typografia de H. J. Pinto, 1977, p. 227.

grande, do que ele chamou propositadamente de *escravos*, seria um favor cedido para poucos, pois quando a Companhia foi organizada:

ninguém sabia nem podia prever quais seriam os seus lucros; entretanto apenas se soube que o governo lhe fez presente de 100 escravos (é o nome que lhes dou), imediatamente as suas ações tiveram prêmio. Ora, dar-se assim 100 escravos é para me autorizar a dizer que os tais senhores que receberam semelhante favor são do número dos poucos felizes que existem entre nós.<sup>140</sup>

Eusébio defendeu-se dizendo que a Sociedade de Mineração de Mato Grosso havia recebido os africanos em um período em que as apreensões se sucediam, pois devido à superlotação da Casa de Correção, aquela instituição não teria como acomodá-los, alimentá-los e nem tratar de suas várias doenças. Segundo o ministro, esse teria sido o momento em que o governo desejou que aparecessem interessados em afastá-los daquele ambiente contagioso. No entanto, o governo tinha conhecimento que não devia cedê-los aos particulares, e os representantes das obras públicas do governo só queriam os africanos saudáveis, próprios para o trabalho e que governo desejava “ardentemente achar quem recebesse esses africanos, quem os separasse daquele núcleo que tão prejudicial era à saúde pública”.<sup>141</sup>

Em sua defesa, Eusébio de Queirós falou que essa situação sobre os africanos livres “embaraçava” o governo, pois, devido à tenra idade dos africanos apreendidos, “poucos eram os que queriam recebê-los e isto embaraçava de tal maneira o governo que, em vez de ser um favor dá-los, era um favor achar quem os recebesse”.<sup>142</sup>

O ministro, em sua longa justificativa na Câmara dos Deputados, explicou que não cedeu os cem africanos para a Sociedade de Mineração, mas sim para Custódio Teixeira Leite. Porém, ao mesmo tempo em que declarava não conhecê-lo muito, informava também que Custódio Teixeira Leite era de confiança do governo: “cidadão com quem eu mal tenho relações, mas que conheço principalmente pela

---

140 Idem.

141 Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Oitava Legislatura. Sessão de 16 de julho de 1852. Rio de Janeiro: Typografia de H. J. Pinto, 1977, p. 255.

142 Idem.

reputação de fazendeiro importante e conceituado; vê-se que não se entregaram os africanos à companhia, entregaram-se a um homem de confiança do governo”.<sup>143</sup> Eusébio acrescentou ainda que foi nomeado um administrador – certamente o guarda dos africanos livres–, para manter os trabalhadores africanos sempre reunidos e trabalhando sob sua inspeção. O salário desse encarregado e as despesas com sustento e vestimenta dos africanos livres ficariam por conta da Sociedade que em troca “aproveita o serviço que eles prestarem. Ora, não sei que nisso haja objeto para censura, não sei como o nobre deputado pôde enxergar nisso um ato de favoritismo”.<sup>144</sup>

Como visto, os africanos livres foram entregues para o diretor presidente da Sociedade de Mineração de Mato Grosso em agosto de 1851, e, na empresa, trabalhariam exercendo atividades não apenas na área de mineração, como também em outros serviços, como veremos. Os membros da diretoria da Sociedade, e talvez outros sócios, eram homens influentes com estreitos relacionamentos de negócios e sociabilidades com políticos e a elite da Corte. Essas características, aliadas à disposição desses homens em buscarem novos empreendimentos para investirem seus capitais, certamente favoreceram o recebimento da concessão dos africanos livres. Desse modo, essas questões podem indicar que os representantes do governo imperial uniram os interesses do Estado aos do grupo da Sociedade, mesmo contra o que determinava a lei e ainda sem se preocupar com as críticas.

Todas essas razões devem ter sido consideradas no ato do acordo entre o governo imperial e a direção da Sociedade, pois assim Eusébio deixou entrever, no ato final de seu inflamado e ovacionado discurso, destacando que a concessão dos africanos livres era um desses “atos de favor que os governos devem fazer às companhias”, porque elas poderiam ser de grande utilidade para o desenvolvimento do país. No caso específico da Sociedade, Eusébio informou que, além das novas descobertas no campo da mineração, a empresa iria construir uma estrada de Cuiabá ao Pará, por isso merecia o mérito do recebimento da mão de obra gratuita: “Ora, uma empresa desta qualidade julgo que bem merecia ser animada com a concessão de simples serviços de cem

---

143 Annaes do Parlamento Brasileiro. Sessão de 16 de julho de 1852. Ob. cit., p. 255-256.

144 Idem.

africanos, que aliás, o governo pode retirar quando achar conveniente, pois não se concedeu com prazo e, sim, *ad nutum*”.<sup>145</sup>

Pelo que se sabe, no Brasil, nenhuma outra empresa privada recebeu a concessão de tantos africanos livres. Como é sabido, no período, somente os grandes e mega proprietários possuíam tantos cativos, no entanto, eles pagavam para adquiri-los.<sup>146</sup> Vê-se, nesse discurso, por um lado, o destaque e importância dada à Companhia – tendo em vista sua utilidade naquele momento–. Por outro lado, a tentativa de minimizar o privilégio concedido, ou seja, a força de trabalho de cem africanos, entre homens e mulheres jovens, em troca de vestimenta e pão.

O período estava aberto às novas possibilidades econômicas, logo, os capitalistas da empresa se uniram ao governo imperial e, a partir da Sociedade, investiram em uma região que era estratégica. O interesse do governo, conforme a fala de Eusébio, parece que estava voltado para o desenvolvimento daquela área de fronteira de tão vasta extensão; já para os membros da Sociedade, aquele mesmo espaço seria vantajoso porque poderia guardar fabulosas riquezas em ouro e diamantes e, por consequência, gerar lucros. A eles uniram-se os presidentes da província que tinham particular interesse no crescimento da região, compondo-se, assim, uma aliança de interesses entre o governo imperial, a empresa e representantes locais.

## **Notas sobre a política de desenvolvimento no Império brasileiro após 1850**

Na primeira metade do século XIX, as plantações do café foram estabelecidas contando com o trabalho escravizado. A África foi a principal fornecedora dessa mão de obra, sendo boa parte dela trazida por contrabando depois de 1831. Nessas bases, a produção de café tornou-se, na década de 1840, responsável pelo primeiro lugar entre os

---

145 Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados [...]. Ob cit. p. 256. A expressão “ad nutum” é dita no ato que pode ser revogado pela vontade de uma só das partes. Cf. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

146 Sobre acumulação e concentração de trabalhadores escravizados em Vassouras, ver: SALLES, Ricardo. “Vassouras – Século XIX. Da liberdade de se ter escravos à liberdade como direito”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; Para a região de Minas Gerais ver: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

produtos de exportação, segundo Sérgio Silva, “representando sozinha mais de 40% do valor total das exportações”. Em consequência, na década de 1860, já existia no Brasil uma classe de capitalistas comerciais que se enriqueceram com as transações a partir do café para aproveitar as condições favoráveis do mercado internacional.<sup>147</sup>

A produção do café foi concentrada no vale do rio Paraíba, ao redor e ao norte da Corte, chegando, posteriormente, em 1850, ao oeste de São Paulo, Campinas e, em 1870, ao novo oeste, em Ribeirão Preto. Toda essa expansão cafeeira só foi possível graças à disponibilidade de terras para o plantio e de mão de obra escravizada, que foi reforçada com a imigração europeia, sobretudo após 1870. A imigração era supervalorizada, não apenas como força de trabalho, mas era vista como aquela que empregava “moralidade” à população local. O Brasil era visto como um país promissor a caminho do progresso e da civilização.<sup>148</sup> Por outro lado, como afirmam Lúcia Neves e Humberto Machado, a expansão cafeeira “privilegiava apenas as elites que habitavam o ‘país ideal’. O ‘país real’ formado pelos escravos, libertos e brancos pobres não se beneficiou da abundância criada pelo café”.<sup>149</sup> A atividade intensiva do café aumentou o peso econômico da região sudeste em detrimento do nordeste do país. Dessa forma, o Rio de Janeiro, além de centro político, ocupou a posição de centro econômico, pois mais da metade das exportações do Brasil foi escoada por seu porto. O crescimento econômico do café dilatou as receitas do poder central, originadas fundamentalmente das taxas alfandegárias.<sup>150</sup>

O crescimento da produção e exportação de café acelerou o desenvolvimento capitalista no Brasil, mas não foi único. Diferentes autores apontam fatores, como a proibição do tráfico de africanos, a imigração estrangeira, a Lei de Terras, a maior incidência de trabalho assalariado, a formação de um mercado interno, a posterior e

---

147 SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 34.

148 MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999, p. 67.

149 NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 143. Segundo os autores, ainda que: “Com a expansão cafeeira, os primeiros brancos, pequenos posseiros que viviam na região com suas lavouras de subsistência, até com pequenos cafezais, também foram sendo expulsos, como os indígenas, ou então, se sujeitavam às ordens dos grandes fazendeiros que ganhavam concessões de sesmarias”. *Idem*. p. 147

150 CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

consequente transição do trabalho escravizado para o livre. Autores como Sérgio Silva (e outros) defendem que foram esses fatores que prepararam o caminho para o crescimento da industrialização nacional, iniciada em fins do século XIX.<sup>151</sup>

Tais demandas ensejaram mudanças políticas e econômicas por todo o Império. A lei de 1850, de proibição definitiva do comércio de africanos para o Brasil, motivou o redirecionamento dos capitais nele aplicados, que era fonte de enormes fortunas tanto para os traficantes, como para aqueles com quem estes negociavam para uma série de atividades comerciais no Brasil. No mesmo período, o Império também começava sentir os reflexos da situação internacional, marcada pela escalada econômica que teve na Revolução Industrial. Motivando ainda mais seu crescimento, a Inglaterra investiu fortemente no Brasil.<sup>152</sup>

Segundo Marcelo Paiva de Abreu e Luiz Lago, a crescente produção cafeeira gerou demanda por infraestrutura de exportação, incluindo ferrovias, portos, cabos telegráficos submarinos e empresas de navegação a vapor. Com a navegação a vapor e a construção das primeiras estradas de ferro e de rodagem, o mercado interno brasileiro tomou grande impulso até o fim do Império. Em um segundo momento, em meio ao processo de urbanização, investimentos expressivos foram realizados em empresas de serviços públicos: água, esgotos, gás e, mais adiante, transporte público, energia elétrica e telefones. Ainda de acordo com Abreu e Lago, esses investimentos dependeram em parte da atração de investimento direto estrangeiro, essencialmente britânico, até o final do Império.<sup>153</sup>

Quanto ao capital que era destinado ao tráfico de africanos, Artur Vitorino explica que ele foi absorvido pelo mecanismo bancário e monetário, controlado por grupos associados ao Partido Conservador.

---

151 SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição: Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 44-45; SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; AMARAL LAPA, J. R. (Orgs). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996, p. 192; GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p 34-53.

152 GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. “Mato Grosso (1850-1889) uma província na fronteira do Império”. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 19.

153 ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. A economia brasileira no Império, 1822-1889. Texto discussão nº 584. Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, novembro 2010, p. 19.

Esse investimento teria se concentrado na capital do Império, transformando-a no maior centro financeiro e comercial do país, “configurando nela uma *economia urbana mercantil* cuja dinâmica entrelaçou o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e alimentos”.<sup>154</sup>

É bem verdade que, após 1850, graças à empenhada repressão às revoltas populares e das elites provinciais das décadas anteriores, o Brasil passou por um período de calma interna com a consolidação de sua unidade nacional e os ajustes nas disputas políticas no seio de suas elites, facilitando o avanço da política econômica imperial. Isso proporcionou a organização e liberação de capitais para questões que envolviam a terra, a mão de obra, o ajuste cambial e a organização das atividades mercantis. De acordo com Julio BENTIVOGLIO, ao regulamentar as atividades comerciais e estabelecer novas diretrizes de cunho administrativo, o Estado tinha como objetivo organizar as unidades produtoras e os diferentes setores da economia. Dessa maneira, estaria promovendo o saneamento das finanças, cobrindo contínuos déficits e atendendo a novos grupos econômicos que conquistavam maior importância política, como era o caso de grandes comerciantes e agiotes da praça mercantil do Rio de Janeiro, cujas fortunas estiveram atreladas ao tráfico de africanos ou ao grande comércio internacional.<sup>155</sup>

Nesse período, as empresas que desejassem gozar de privilégios, além da autorização dos Tribunais de Comércio, deveriam receber autorização do governo. Como analisa BENTIVOGLIO, a integração dos circuitos internos da economia brasileira tornou-se uma das metas do governo imperial no sentido de acomodar os diferentes setores: agrícola, mercantil e fabril, aproximando produtores e consumidores, por meio de um sistema monetário que se firmava com a modernização da rede de transportes e a adoção de instrumentos jurídicos.<sup>156</sup>

Para além dos investimentos realizados nos centros urbanos, o governo imperial fomentou e apoiou vários empreendimentos cujo objetivo era promover a modernização também nas províncias mais distantes da Corte. Assiste-se, nesse momento, à formação de empresas,

---

154 VITORINO, Artur José Renda. Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n. 3 (34), p. 463-491, dez. 2008, p. 490.

155 BENTIVOGLIO, Júlio. Elaboração e aprovação do Código Comercial Brasileiro de 1850: debates parlamentares e conjuntura econômica (1840-1850). *Revista Justiça & História*. Porto Alegre, v. 5, n°10, 2006.

156 Idem. p. 5.

sociedades e companhias direcionadas para várias metas, como construção de estradas, fomento à economia de subsistência interna, de mineração e de navegação a vapor, ferrovias, iluminação pública, projetos de desenvolvimento do setor agrícola, etc., que contribuíram para criar condições melhores para o desenvolvimento econômico. Sobre essa conjuntura, em 1853, lia-se no *Correio Mercantil*:

criou oportunidades que não forão perdidas para muitos melhoramentos locais [na Corte Imperial], tendo por base facilitar rápidas comunicações com o interior. Formaram-se várias companhias com privilégio de governo que darão emprego a um capital já subscripto de 13 mil contos ou um milhão e 500 mil libras. Entre estas está a da continuação do caminho de ferro de Petrópolis até a Parahyba; duas linhas de caminhos de ferro em Minas Gerais, a navegação do Mucury e a do Amazonas. Formaram-se também dois bancos de hipotecas, como meios adicionais de achar emprego para os capitais superabundantes.<sup>157</sup>

Assim, a implementação das estradas de ferro e das companhias de navegação a vapor era medida importante para se alcançar —ou levar— o “progresso” e a “civilização”, e, por isso mesmo, essas foram apoiadas pelo Governo imperial desde o período da década de 1840. As novas companhias formadas buscavam o acesso mais rápido às áreas produtoras, fazendo a ligação com os portos, ao mesmo tempo em que favoreciam a abertura do mercado interno. Para motivar novos empreendedores e implementar esse projeto, em 26 de julho de 1852, o Governo imperial promulgou a Lei nº 641, dando vantagens, isenções e garantias de juros sobre o capital investido para empresas nacionais ou estrangeiras que desejassem investir em construção e exploração de estradas de ferro no Império.

Nessas condições, Irineu Evangelista de Souza recebeu, em 1852, a concessão do governo imperial para a construção e exploração de uma linha férrea, no Rio de Janeiro, entre o Porto de Estrela, situado ao fundo da Baía da Guanabara, e a localidade de Raiz da Serra, em

---

157 “Retrospecto annual de 1852”, Rio Mercantile Journal. Rio de Janeiro, 10 jan. 1853. Transcrito em *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 14 jan. 1853, p. 2-3. Apud: VITORINO. Política, agricultura e a reconversão [...]. Ob. cit., p. 468.

direção à cidade de Petrópolis. A Estrada de Ferro Mauá permitiria a integração das modalidades de transporte aquaviário e ferroviário, introduzindo a primeira operação intermodal do Brasil.<sup>158</sup> As embarcações faziam o trajeto inicial da Praça XV indo até ao fundo da Baía de Guanabara, no Porto de Estrela, e, daí, o trem se encarregaria do transporte terrestre até a Raiz da Serra, próximo a Petrópolis. O desenvolvimento desse tipo modal ferroviário procurou resolver os problemas com os transportes da produção agrícola destinada à exportação, principalmente do café que era de grande volume para ser transportado. Para tanto, havia a necessidade de transportes de grande escala, como o ferroviário.<sup>159</sup>

Quanto aos trabalhadores nas construções das ferrovias, Lamounier expôs que a contratação, assim como na maioria dos países no século XIX, baseava-se no sistema de empreitada. As companhias ferroviárias raramente empregavam diretamente os trabalhadores da construção. Eles eram empregados, supervisionados e pagos por pequenos empreiteiros locais, que contratavam com as companhias a construção de partes da linha. Os contratos eram temporários e podiam ser de longo ou curto prazo, variando de acordo com a complexidade dos trabalhos, com as tarefas e os preços acertados com relação aos salários e à dinâmica da economia local. Lamounier explica que, até o final do século XIX, as ferramentas principais utilizadas na construção de ferrovias eram as pás, picaretas e pólvora. De acordo com a autora, nos trabalhos de construção de estradas de ferro, eram empregados todos os principais grupos de trabalhadores do período. Dessa forma, trabalhadores nacionais livres e pobres, escravizados e imigrantes constituíram a maioria desses trabalhadores.<sup>160</sup>

Em 1853, o governo concedeu o privilégio de exclusividade para a navegação a vapor do rio Amazonas válida por um período de trinta anos, concedida para mais uma companhia fundada por Irineu

---

158 NUNES, Teresa C. de Oliveira. “Gestão de pessoas em organizações em processo de transformação: a experiência da rede ferroviária federal em liquidação”. Dissertação (Mestrado em administração pública). Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro: FGV, sem data, p. 53.

159 LIMA, Alexandre Martins de. “Pelos trilhos dos bondes: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947”. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará. Belém: UFP, 2011, p. 71.

160 LAMOUNIER, Maria Lúcia. Entre a escravidão e o trabalho livre. Escravos e imigrantes nas obras de construção das ferrovias no Brasil no século XIX. *Economia*, Selecta, Brasília, v.9, n.4, p.215–245, dezembro 2008.

Evangelista de Souza. Essa companhia seria a responsável pelo início do desenvolvimento e a completa inserção da região norte ao conjunto político e econômico do Império e, para que esse incremento pudesse ser iniciado, a intervenção do Estado, representada pela concessão do privilégio de exclusividade, tornava-se indispensável.<sup>161</sup>

A exemplo da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, o privilégio exigia uma contrapartida no contrato celebrado entre o governo imperial e o futuro barão de Mauá. Estava previsto que a companhia criada por Irineu deveria fundar sessenta colônias de estrangeiros ou indígenas nas imediações do rio e de seus afluentes, devendo ser os estrangeiros da nacionalidade que fosse designada pelo governo.<sup>162</sup> Para isso, Evangelista receberia em doação as terras que julgasse necessárias para o empreendimento, assim como também a mão de obra de um grupo de vinte e sete africanos livres das últimas apreensões do tráfico ilegal.<sup>163</sup>

Segundo Vitor Gregório, além da implementação de colônias de estrangeiros no Amazonas, era obrigatoriedade de Evangelista de Souza providenciar a assimilação dos indígenas ali localizados. No entanto, ainda que naquele momento fosse consenso na Câmara a fundação de colônias no Amazonas, quatro anos depois a cláusula “acabaria sendo suprimida do contrato, devido à incapacidade da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas de cumprir essa determinação”.<sup>164</sup>

A tentativa inicial foi estabelecer 1091 colonos, entre chineses e portugueses. Como essa alternativa fracassou, Irineu Evangelista afirmou que a ocupação da região deveria ser feita pelo aproveitamento de mão de obra indígena por ser ela talhada para aquela missão “por índole e por natureza”, pois diferente dos trabalhadores estrangeiros, o indígena não teria de passar pelo problema de adaptação às condições naturais do país.<sup>165</sup> De modo geral, além dos indígenas, a mão de obra

---

161 GREGÓRIO, Vitor Marcos. “Uma face de Jano: A navegação do rio Amazonas e a formação do Estado Brasileiro (1838-1867). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo: USP, 2008, p. 129.

162 GREGÓRIO, Vitor Marcos. Os deputados e o rio: os debates de 1853 sobre a navegação a vapor no rio Amazonas e o sistema representativo no Brasil monárquico. *Revista de História*. Nº 162. São Paulo: Portal de Revista USP, 2010, p. 7.

163 MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres e os dois impérios: tráfico, trabalho e direito no Brasil oitocentista. Florianópolis, 2013, p. 338. [não publicado/título provisório].

164 GREGÓRIO, Vitor Marcos. Os deputados e o rio: [...]. Ob. cit., p. 7.

165 QUEIRÓZ, Jonas Marçal de. “Artifícios do Próspero Mundo Novo: colonos migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará- 1868-1889”. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2005, p. 22.

no sistema de navegação da Amazônia era composta por trabalhadores livres e escravizados e, ainda, pela categoria que representava o “meio-termo”, os africanos livres.

Como visto, todos esses empreendimentos aceleraram o desenvolvimento do Império. De acordo com Mamigonian, a mão de obra dos africanos livres esteve empregada em muitos desses novos projetos, que eram associados ao progresso e administrados diretamente pelo Estado imperial ou por concessionários: “Se observarmos mais de perto as concessões feitas para obras públicas e para projetos de interesse nacional, veremos que a nova política imperial em relação aos africanos livres estava em consonância com os novos rumos da economia”.<sup>166</sup>

De igual modo, ainda que não fosse para uma companhia, mas indiretamente para os empreiteiros que contratavam as obras públicas, em 1852, o governo imperial cedeu africanos livres para a construção da estrada que ligava São Paulo ao Porto de Santos, a construção da Estrada de Cubatão. Com isso, o governo imperial procurou atender também aos interesses econômicos dos produtores que ainda não dispunham de redes ferroviárias e de navegação.

Conforme Bertin, as queixas eram contantes e as solicitações por melhorias nas estradas e nos meios de transporte foram observadas desde 1837. Diante da recusa de trabalhadores livres empobrecidos e pequenos agricultores do entorno de Cubatão para trabalharem na referida estrada, os representantes locais pediram ao governo imperial para que até prisioneiros fossem liberados para a construção da estrada. A experiência do trabalho com colonos portugueses e alemães não deu certo porque eles rejeitaram a autoridade e subordinação impostas e tiveram dificuldade de adaptação às condições insalubres da região serrana. Esses foram alguns motivos que fizeram com que esses trabalhadores abandonassem os trabalhos. Segundo Bertin, os trabalhadores viviam mais nas enfermarias dos que dedicados aos trabalhos.<sup>167</sup>

Em vista disso, a “opção disponível” de trabalhadores do Império foi logo solicitada. Em 1852, o então presidente da província, José Thomaz Nabuco de Araújo, solicitou ao governo imperial o envio de africanos livres existentes na Corte para trabalharem na construção da

---

166 MAMIGONIAN. Africanos livres e os dois impérios: [...]. Ob. cit., p. 338.

167 BERTIN. “Os meia-cara. [...]”. Ob. cit., p. 50-53.

Estrada em Cubatão. Para Bertin: “Portanto, a opção pela utilização dos africanos livres nas obras insere-se naquele contexto de necessidade de um contingente de mão de obra, que fosse produtiva, possível de controle, e ao mesmo tempo não onerosa”.<sup>168</sup> Claro, uma mão de obra que, colocada à disposição do Governo imperial e através dele, poderia ser conduzida para onde o progresso e o desenvolvimento exigisse. Uma força de trabalho que poderia aguentar as jornadas mais extensas e, sob coação, elaborar os mais diversos trabalhos nas áreas mais insalubres ou mais isoladas da sociedade dita civilizada.

Assim, em 1852, foram levados cento e trinta e seis africanos livres para as serras neblinosas de Santos e, a seguir, para o “aterrado do Cubatão”, onde, em nome do “bom passo no caminho dos progressos materiais e da civilização”,<sup>169</sup> certamente foram inseridos na organização do trabalho que já existia: limpadores para contínua remoção do lamaçal, apoio para desmoronamentos da montanha, cavadores, condutores e dos quebradores de pedras, calceteiros e construtores dos paredões.<sup>170</sup>

Em Cubatão, não se sabe ao certo em quais categorias de trabalho foram eles inseridos, mas é possível que tenham trabalhado lado a lado com trabalhadores escravizados e pobres livres. A ausência de fontes e historiografia sobre o cotidiano da vida dos africanos livres na construção da estrada de Cubatão nos limita demais conclusões. O certo é que, assim como os africanos livres da Sociedade de Mineração, eles estavam a serviço do desenvolvimento e, como tal, não importava se quebravam pedras para calçamento das estradas em Cubatão ou se adoeciam nos rios em busca do ouro mato-grossense. O percurso que fora traçado para eles, assim como para os outros trabalhadores compulsórios, como os pretendidos por Irineu Evangelista de Souza, os indígenas, fora feito como os projetos idealizados pelos donos do poder, e como tal, foram pensados como parte dos empreendimentos que

---

168 Idem.

169 Relatório acerca dos exames feitos nas Estradas, nova e velha, da Serra de Santos e aterrado do Cubatão. São Paulo, 28 de maio de 1850. Da Engenharia Civil, José Porfírio de Lima. Arquivo Público do Estado de São Paulo. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

170 Relatório de José Jacques da Costa Ourique, Capitão [do Imperial Corpo de] Engenheiros e Chefe da Segunda Seção das Obras Públicas para Joze Thomaz Nabuco de Araujo, presidente da província. Relatório da quarta seção de obras públicas da província, contendo cerca de sessenta páginas e 10 tabelas com descrição topográficas das estradas. Apresenta a análise sobre a estrada da Capital a Santos, e também algumas outras observações relativas da quarta seção. São Paulo, 26 de janeiro de 1850.

Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>.

buscaram ser bem sucedidos e lucrativos. Só que, como em toda história, o final não está pronto, os trabalhadores africanos livres e indígenas também tinham outros planos para suas vidas e lutaram por elas das formas mais variadas.

Nesse contexto, regiões consideradas periféricas, como Mato Grosso, passaram a receber alguns poucos investimentos econômicos. Ao entrar na década de 1850, a base econômica da província concentrava-se na agricultura e na pecuária, pois a decadência da mineração foi sendo percebida ainda na primeira metade do século XIX. Depois de contribuir com cerca de dois terços da renda de Mato Grosso no final do século XVIII, a mineração tornou-se marginal na sua economia.<sup>171</sup> Claro que, até o século XIX, o ouro permaneceu sendo importante para a economia de Mato Grosso, mas não como nos séculos anteriores, pois esse artigo de exportação era usado para pagar o que se importava, “o que não houve foi a exportação expressiva de outros produtos além do ouro”.<sup>172</sup>

### **Uma província na fronteira: Mato Grosso em busca da renovação econômica**

A capitania de Mato Grosso e a capitania de Goiás foram criadas pelo governo colonial português por Carta Régia em 1748, ambas desmembradas da província de São Paulo. Devido a sua localização geográfica, Mato Grosso era uma capitania estratégica na geopolítica colonial portuguesa por se localizar na fronteira com o território pertencente ao império colonial da Espanha, com o qual os limites eram motivo de disputas diplomáticas que, não raras vezes, avançavam para combates militares.<sup>173</sup> A criação da capitania foi a resposta dada pelo governo português à descoberta do ouro em Cuiabá e Mato Grosso. A capitania funcionava como uma barreira situada em frente ao império colonial espanhol.<sup>174</sup> Os tratados que foram

---

171 Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852, p. 12-14.

172 BONFIM, Juliana Sanches Silva. “Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso (1940-1960). Dissertação (Mestrado em Historia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2009, p. 31.

173 GARCIA. “Mato Grosso (1850-1889) [...]”. Ob. cit., p. 10.

174 VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira Oeste do Brasil – 1719-1819*. São Paulo: Hucitec. 1987, p. 84.

estabelecidos em seguida entre Portugal e Espanha –Tratado de Madri e Tratado de Santo Ildefonso–, já encontraram os portugueses estabelecidos em suas terras sul americanas, de modo que o princípio do *uti possidetis terminaria por prevalecer*.<sup>175</sup>

No setecentos, após a descoberta do ouro próximo do rio Cuiabá, teve início a colonização estratégica de ocupação do vale do rio Paraguai. As referências eram os lugares que futuramente seriam os distritos mineradores de Cuiabá e, posteriormente, do Mato Grosso – capital Vila Bela, no vale do rio Guaporé. Esses espaços logo foram colocados sob a vigilância da coroa portuguesa, pois tinham o objetivo de coibir o acesso desgovernado. Assim, tratava-se de lugares restritos para impedir o contrabando e garantir a taxaço. Dessa maneira, os locais de povoamento deveriam ser taticamente escolhidos para dar apoio a uma faixa ao longo do curso dos principais rios que serviam de vias de penetração para essas localidades. Nogueira defende que a proximidade das minas de ouro mato-grossenses dos estabelecimentos espanhóis de Moxos e Chiquitos tinha a intenção de defender aquele espaço e coibir a exploração econômica, pois, além do ouro, a Coroa portuguesa desejava ter exclusividade da navegação em rios fundamentais de controle das duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul – a do Amazonas e a do rio da Prata–, pelo domínio de suas cabeceiras.<sup>176</sup>

Sobre o território mato-grossense, desde o início de sua formação, lê-se, nas fontes consultadas e na historiografia sobre o Mato Grosso, que a capitania estava localizada em um espaço de difícil acesso, distante do litoral e dos centros mais desenvolvidos. Na época da mineração, quando a exploração do ouro em Cuiabá tinha grande produção e o comércio desenvolvia-se com grande intensidade, principalmente a partir da vila de Sorocaba, na província de São Paulo, o acesso à província de Mato Grosso era difícil não só pela distância a ser percorrida, mas também pelas dificuldades dos trajetos. Os caminhos até a capitania eram feitos pelos rios em alguns trechos e por terra em outros, superando rios perigosos, encachoeirados, correntosos e

---

175 GARCIA. “ Mato Grosso (1850-1889) [...]”. Ob. cit., p.11-12.

176 NOGUEIRA, Carlos Eugênio. “Nos sertões do poente. Conquista e colonização do Brasil Central. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP 2008, p. 27.

desconhecidos. Havia poucos pontos de apoio para uma longa viagem que durava até sete meses.<sup>177</sup>

As monções – expedições – frequentemente sofriam investidas dos vários grupos indígenas que habitavam a região, que muitas vezes matavam ou aprisionavam todos os integrantes e ficavam com as cargas.<sup>178</sup> De acordo com Garcia, os comandantes dessas monções, nas viagens de volta para São Paulo, tinham o ouro como a carga mais valiosa, que servia como produto de troca por "mercadoria civilizada" realizada em Cuiabá. Esse período ficou conhecido como período monçoeiro e entrou em decadência com a exaustão dos terrenos auríferos de Cuiabá na segunda metade do século XVIII.<sup>179</sup>

Cabe lembrar que a capitania de Cuiabá e Mato Grosso – como era denominada –, desde que foi instituída em meados do século XVIII, sempre foi espaço polarizado por dois núcleos urbanos, cada um centralizando um grupo de pequenos povoados e estabelecimentos voltados para diferentes vias de integração e com características distintas em termos econômicos e políticos. Esses espaços diferenciavam-se sob as denominações de “minas do Cuiabá” e “minas do Mato Grosso”.<sup>180</sup>

A escolha de Vila Bela como capital da capitania (de 1752 a 1820) foi estratégica, pois, além de resolver o problema que o comércio monçoeiro enfrentava devido ao acidentado trajeto que se entrepunha entre as duas vilas – Vila Bela e Cuiabá –, assegurou também a defesa das regiões conquistadas no extremo Oeste, zona de litígios com o vizinho, o Império espanhol. Dessa maneira, ampliou-se o circuito comercial, antes limitado ao comércio com o Pará e Rio de Janeiro. Obrigatoriamente, a rota comercial tinha como ponto básico a capital da nova capitania. A partir de então, os comerciantes partiam de Vila Bela para o Pará, para o Rio de Janeiro, e também para a Bahia e para São Paulo.<sup>181</sup>

---

177 GARCIA. “Mato Grosso (1850-1889) [...]”. Ob. cit., p. 7-10.; BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*. Dores de crescimento de uma Sociedade Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 272.

178 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Civilização Brasileira; Secretaria de Estado da Cultura, 1986, p. 48-87.

179 GARCIA. “Mato Grosso (1850-1889) [...]”. Ob. cit., p. 8.

180 LIMA, André Nicácio. Mato Grosso e a geopolítica da Independência (1821-1823). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012, p. 8-10.

181 ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre*. Brasília: Ministério da Fazenda, 1984, p. 25.

Assim, durante a primeira metade do século XVIII, Mato Grosso teve na mineração o impulso econômico que permitiu a sua fixação inicial. Mas foi um esforço que teve curta duração. Os mineradores avançavam sempre em direção aos lugares de fácil localização do ouro, em seguida, abandonavam essas explorações e partiam para novas. Contribuía para isso o fato de que as minas de ouro de Mato Grosso serem de aluvião, que rapidamente se esgotavam e a técnica empregada na extração resultar baixa produtividade.<sup>182</sup>

Dessa forma, como explica Nicácio Lima, a geopolítica da fronteira oeste polarizava radicalmente os dois distritos com a fundação de Vila Bela a retirar a primazia de Cuiabá sobre aquele espaço. Privilégios e incentivos de povoamento do Mato Grosso/Vila Bela atraíam a oposição cuiabana. A construção de um sistema de defesa e de relações mercantis integraria Vila Bela a Belém e às províncias espanholas, enquanto Cuiabá seguia ligada às monções paulistas e ao caminho de Goiás. Para Lima, “o projeto, que se manteve coerente por mais de meio século, fortalecia a cisão – e não a coesão – do território”.<sup>183</sup> O território definido para a geopolítica da fronteira oeste era o distrito de Mato Grosso, que foi não apenas o local eleito para a construção da capital, como também o espaço das principais intervenções, como os projetos de navegação e o sistema de estabelecimentos de fronteira até fins do século XVIII.

Segundo Lima, isso ocorreu porque se acreditava que era o sistema fluvial do Guaporé o local principal a ser defendido, e que as províncias espanholas de Chiquitos e Moxos eram as principais ameaças às pretensões portuguesas. Já o primeiro núcleo urbano da província, Cuiabá, possuía uma população sempre maior do que Vila Bela e bases econômicas mais sólidas. A realidade mudou quando as preocupações dos dirigentes do Império voltaram-se para o vale do Paraguai.

Por consequência, em Cuiabá, aumentaram as oportunidades de negócios, como as fazendas de criação para abastecimento das tropas, controladas por grandes proprietários rurais, além da venda de alimentos e da concessão de crédito ao Estado. A reorientação envolvia ainda novas estratégias para o povoamento e o desenvolvimento econômico da capitania não mais voltadas para o distrito de Mato Grosso, que incluía a

---

182 GARCIA. “ Mato Grosso (1850-1889) [...]”. Ob. cit., p. 10; FLORENCE, Hércules. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829. São Paulo: Melhoramentos, 1941.

183 LIMA. Mato Grosso e a geopolítica [...]. Ob. cit., p. 9-10. OBS.: os próximos dois parágrafos também foram elaborados a partir da análise desse mesmo autor.

liberação dos terrenos diamantíferos, antiga demanda dos cuiabanos. No período entre 1807 a 1819, ocorreu a mudança de residência dos governadores e a transferência do aparelho administrativo para Cuiabá: “durante os governos dos quatro últimos capitães-generais, ocorreram transformações que implicavam o gradual abandono de um ambicioso projeto geopolítico para a fronteira Oeste formulado na primeira metade do século XVIII e mantido desde então”. Em 1825, por um decreto de dom Pedro I, Cuiabá passou a ser definitivamente a capital da província do Mato Grosso. Dessa maneira, passou-se à mudança do foco da defesa para o vale do Paraguai; local esse onde novos estabelecimentos de fronteira foram criados e uma “política indigenista inovadora” foi implementada. Com isso, a Coroa deixava de insistir no povoamento e consolidação do vale do Guaporé/Vila Bela e municiaava Cuiabá com o aparato necessário para defender a fronteira pantaneira a qual tinha acesso fácil por via fluvial.<sup>184</sup>

Segundo Alcir Lenharo, no período de abundância do ouro, a população “importava tudo, desde mantimentos até instrumentos de trabalho, armas e manufaturas em geral”. Com a diminuição da mineração, a partir da segunda metade do século XVIII, toda a economia regional teria sofrido reordenamento no conjunto das forças produtivas de modo a garantir uma substituição defensiva de importações, já que a capacidade de importar estaria cada vez mais debilitada.<sup>185</sup> Desse modo, em “função dessa espontânea substituição de importações, surgiram fazendas de pecuária, engenhos de cana-de-açúcar, pequenas propriedades dedicadas à produção de mantimentos, próximos dos mercados urbanos”.<sup>186</sup> De acordo com Borges, houve aplicação do excedente da mineração em outras atividades econômicas que, se não eram tão rentáveis quanto à exploração de ouro, pelo menos eram mais estáveis.<sup>187</sup>

Gislane Moreno também discute a redefinição das atividades produtivas decorrente da diminuição da mineração no Mato Grosso. Segundo a autora, o norte de Mato Grosso direcionou sua economia para a produção açucareira e o extrativismo, ganhando força com a abertura

---

184 Idem.

185 LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. O comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. Cuiabá: EdUFMT; PROEDI, 1982, p. 10.

186 Idem.

187 BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária*: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). São Paulo: Scortecci, 2001, p. 27.

do rio Paraguai – em 1856 –, que facilitou a comunicação de Mato Grosso com o exterior, e até mesmo com o restante do Brasil, via estuário do rio da Prata. Já para o sul de Mato Grosso, a abertura do rio Paraguai possibilitou também notáveis transformações econômicas, como a valorização das terras e a extração da erva-mate.<sup>188</sup>

Cabe notar que a presença de rios extensos e quase sempre navegáveis não isentou a administração imperial e a provincial da preocupação com a abertura e construção de estradas interprovinciais. Mesmo com a abundância dos caminhos fluviais, foi sempre apontada por presidentes de Mato Grosso a necessidade de conexão desses caminhos a partir de estradas com o objetivo de conectar o Mato Grosso à Corte.<sup>189</sup>

Já para Lucia Salsa Corrêa, mesmo com essa abertura, foi muito pequeno o registro de produtos comercializados via bacia do Prata, provenientes da região mato-grossense. As mercadorias eram de pequeno valor e pouco representativas no movimento de trocas internacionais: couros bovinos salgados, penas e couros de animais silvestres, frutas da terra, madeira, mel e poaia.<sup>190</sup>

Apesar de todas as limitações, a navegação do Prata motivou vários comerciantes a abrirem casas de comércio no Mato Grosso no desejo de explorar as novas possibilidades que se abriam. As lojas vendiam os mais diversos artigos importados.<sup>191</sup> Em geral, os clientes que compravam tecidos, chapéus, prataria importada, etc., eram os representantes da elite local, sobretudo da Chapada dos Guimarães, que, além de possuírem propriedades rurais, mantinham outras moradias na capital, onde passavam as temporadas das festas religiosas, após as colheitas e o final de ano.<sup>192</sup>

---

188 MORENO, Gislaene. “Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo: São Paulo: USP, 1993, p. 49-60.

189 MORAIS, Viviane A. “Estradas interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)”. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010, p. 179.

190 CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o sul de Mato Grosso, 1870-1920*. Campo Grande: EdUCDB, 1999, p. 80-87.

191 MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Matto Grosso*. São Paulo: Typ. Henrique Schoreder, 1869, p. 122-127.

192 CRIVELLENTE, Maria Amélia Assis Alves. Poder e cotidiano na capitania de Mato Grosso: uma visita aos senhores de engenho do lugar de Guimarães, 1751-1818. *Revista de Demografia Histórica*. Espanha, ADEH, Univ. Zaragoza, v. XXI-II, p. 129-152, 2003, p. 135.

Conforme explica Crivelente, esses proprietários, quando chegaram à Chapada, receberam sesmarias de terras e lá prosperaram, abastecendo em alimentos a província mineradora, principalmente a partir dos anos finais do século XVIII até meados do XIX.<sup>193</sup> Porém, assim como nas demais regiões do império brasileiro, principalmente nas periféricas, a interrupção do tráfico de africanos afetou profundamente a economia local, isso porque alguns desses proprietários não tinham mais condições de pagar os altos preços dos cativos e gastos com o transporte. Chapada dos Guimarães, São Jerônimo e Livramento eram as regiões que abasteciam de feijão, milho, café, mandioca, açúcar e aguardente a baixada cuiabana. Nessas propriedades, também havia a criação de gado.<sup>194</sup>

Já Vila Maria, que estava situada no caminho de Cuiabá para o Mato Grosso, era o principal centro de criação de gado para o abastecimento das tropas, contando apenas a Fazenda Real de Caiçara, com cerca de vinte mil cabeças em 1824.<sup>195</sup> O agrupamento estava submetido administrativamente a Cuiabá, mas também respondia a Mato Grosso em especial quanto ao fornecimento de boiadas para o alimento das guarnições. O comandante e administrador das Fazendas Reais de Vila Maria, João Pereira Leite, também era o maior pecuarista da província, contando com sessenta mil cabeças de gado em 1827.<sup>196</sup>

O abastecimento da então capital Cuiabá não era feito apenas pela produção dos grandes proprietários de terras. Além deles, havia os pequenos lavradores que se dedicavam à produção de gêneros de abastecimentos como mandioca, banana e cana de açúcar para o mercado cuiabano e engenhos locais. Mas, havia oscilações na oferta, e a diminuição da produção dos gêneros de subsistência penalizava de forma mais acentuada os setores mais fragilizados da sociedade.<sup>197</sup> Crivelente revela que o auge da produção da zona serrana (Chapada dos Guimarães) foi nas décadas de 1820-1830 e 1850-1865, ficando conhecida como “celeiro da província e da lavoura da Serra Acima”. Porém, essa autora reconhece que, com o aumento do valor do cativo a partir de 1850, a guerra contra o Paraguai em 1864, a epidemia da varíola em 1867 e as constantes investidas dos indígenas “em suas

---

193 Idem. p. 134.

194 Idem.

195 LIMA. Mato Grosso e a geopolítica [...]. Ob. cit., p. 18.

196 Idem.

197 VOLPATO. *Cativos do sertão*. Ob. cit., p. 36.

fazendas, matando seus escravos e queimando lavouras”, a Chapada dos Guimarães foi perdendo esse status até a sua derrocada final, em 1888, com a emancipação dos cativos, sua principal mão de obra.<sup>198</sup>

A partir de meados do século XIX, a elite cuiabana era influenciada pelos novos parâmetros que iam sendo elaborados para o Império, tendo o Centro-Sul como seu modelo. Os símbolos do progresso e da sociedade capitalista passaram a ser ansiosamente desejados pela elite mato-grossense sem condições econômicas de implantá-los.<sup>199</sup> Nessa direção, tiveram início intensas discussões sobre a implantação de uma estrada de ferro ligando Cuiabá à Corte. Assim, na década de 1850, o presidente da província, Augusto Leverger, com a intenção de impulsionar o comércio já existente, “respeitando os círculos econômicos que davam provimento à província, de maneira a melhorar os caminhos por estes utilizados”, pensava em melhorar e construir novas estradas.<sup>200</sup> No entanto, ouvir as notícias da capital sobre as estradas de ferro que estavam sendo idealizadas na Corte, fez com que o presidente se enchesse de esperanças e ousasse pensar em promover a ligação entre o Mato Grosso e o Rio de Janeiro não mais através de estradas de viação, mas por estradas de ferro.<sup>201</sup>

Os planos e projetos continuaram. Paulo Queiróz relata que, após o final da Guerra do Paraguai, aumentaram as discussões e os planos de projetos ferroviários ligando Mato Grosso e o litoral:

Esses projetos visavam explicitamente a remediar a precariedade das vias então existentes e reportavam-se tanto às vias interiores (cuja imprestabilidade ficara eloquentemente expressa pelo fracasso da expedição enviada para expulsar os paraguaios que ocuparam o sul da província durante a guerra) quanto à própria via platina, vista como suscetível de ser interrompida ao arbítrio dos países vizinhos.<sup>202</sup>

---

198 CRIVELENTE. Poder e cotidiano [...]. Ob. cit., p. 134.

199 VOLPATO. Cativos do sertão. Ob. cit., p. 40-55.

200 MORAIS. “Estradas interprovinciais [...]”. Ob. cit., p. 52.

201 Idem.

202 QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó de. *As Curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: EdUFMS, 1997, p. 19.

Dessa maneira, observando as transformações que aconteciam nos centros mais desenvolvidos do Império, tanto governantes como os representantes da elite comercial dessa longínqua província promoviam discussões sobre a implementação de companhias de ferrovias e até navegação numa região que já seria muito bem favorecida se ampliassem suas estradas e caminhos terrestres. Tais projetos não se realizaram.

A partir de 1850, com a proibição definitiva do comércio de africanos, a classe dominante mato-grossense teve de buscar novas alternativas para suprir a demanda de mão de obra. Assim, sem levar em conta a realidade local, foram elaborados projetos de colonização para a província de Mato Grosso a partir da imigração europeia após a abertura da navegação do Prata. Os colonos eram recrutados – de forma isolada e não em grupo – em Buenos Aires e Montevideu e trazidos para a província. Eles recebiam a passagem, terra onde pudessem iniciar suas lavouras, sementes e ferramentas. Tal iniciativa também não se realizou, pois, conforme Volpato, “sem um projeto mais claro que definisse os direitos e deveres, tanto do Estado, como dos colonos, essas tentativas foram em grande maioria frustradas e, embora anualmente vários estrangeiros entrassem em Mato Grosso, outros tantos deixavam a província”.<sup>203</sup>

Quanto aos laços comerciais de Mato Grosso ao longo da primeira metade do século XIX, Viviane Morais observou que eles foram mantidos com Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Para esses círculos comerciais, a rota era feita através do Pará, via navegação e por Goiás, por caminho terrestre, conforme pode ser observado no Mapa 1. Em 1830, o comércio com o Pará declinou, enquanto que o de circulação via Goiás continuou a abastecer o Mato Grosso até às vésperas da Guerra do Paraguai. Já o comércio entre Mato Grosso e São Paulo, ainda de acordo com a autora, era motivado tanto pelas autoridades políticas locais como pelas paulistas, mas não era esse círculo comercial que dinamizava a vida econômica mato-grossense, pois era através dos caminhos de Santana do Parnaíba, no sul de Mato Grosso, que o comércio de animais e produtos agrícolas se processava com São Paulo.<sup>204</sup>

---

203 VOLPATO. *Cativos do sertão*. Ob. cit., p. 47-48.

204 MORAIS. “Estradas interprovinciais [...]”. Ob. cit., p. 190-191.

Santana do Paranaíba passou a ter posição destacada como centro de comércio porque estava situada próximo das fronteiras com as províncias de Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Vários caminhos terrestres e fluviais levavam à vila de Santana do Paranaíba. Com isso, a vila passou a ser um importante centro comercial na região sul de Mato Grosso. Os boiadeiros conduziam suas boiadas que seguiam para Uberaba, em Minas Gerais, ou Araraquara, na província de São Paulo, ao mesmo tempo em que parte das mercadorias que abasteciam Santana do Paranaíba eram transportadas também por aquelas vias, trazidas por boiadeiros que iam comprar gado direto nas fazendas ou por fazendeiros que iam vendê-los nas províncias vizinhas.<sup>205</sup>

Assim, ao longo da segunda metade do século XIX, quando os centros políticos e economicamente mais desenvolvidos do Brasil, sobretudo o do Centro-Sul, planejavam rumos decisivos para a consolidação de seus espaços de poder e, a partir daí a organização de várias iniciativas no sentido de estabelecer planos de desenvolvimento que modernizassem esses espaços, assiste-se também, ainda que precariamente, a província de fronteira Mato Grosso tentar seguir no rastro dessa tão propalada modernização. Dessa forma, observa-se o empenho de representantes públicos e privados, como vimos, de cogitar planos que ensejavam mudanças de centro administrativo e político que pudesse favorecer tanto a comunicação e comércio com a Corte como com outras províncias mais desenvolvidas economicamente. Alguns projetos esboçados foram as reformas e construção de novos caminhos terrestres e fluviais e até a criação de rede ferroviária, além da tentativa de criação de colônias para preencher o quadro de mão de obra da região.

Logo, superar a decadência das atividades minerais, como a pobreza, e estimular o crescimento da agricultura, das manufaturas ou de outras atividades produtivas de abastecimento e de exportação foi o grande desafio de representantes de regiões como a mato-grossense, carente de capitais e mão de obra para explorar seus fartos recursos naturais. Por isso, uma empresa de mineração já suprida de força de trabalho, e como divulgava a propaganda de Paranhos, com “maquinário de última geração” no campo da extração mineral, seria muito bem-vinda às terras mato-grossenses.

---

205 SENA, Divino Marcos de. “Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2010, p. 89.

## Os africanos livres no Brasil

A formação da *categoria* “africanos livres” no Brasil deu-se no início do século XIX por convenções internacionais destinadas a abolir o tráfico de africanos escravizados no Atlântico, campanha liderada, sobretudo, pela Inglaterra. A lei brasileira de 7 de novembro de 1831 proibia o tráfico atlântico de africanos entre a África e o território brasileiro. Isso significava que, a partir daquela data, estava proibida a entrada de novos africanos com fins de escravização para o Brasil. Por lei, os africanos ilegalmente importados e apreendidos no Brasil depois de 1831 seriam livres, pois: “todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. Criavam-se assim, os termos que deram aos cativos contrabandeados a partir de 1831 o estatuto especial de “africanos livres”.<sup>206</sup> Dessa forma, os africanos apreendidos foram emancipados e os que não o foram, apesar de terem direito à liberdade, foram ilegalmente escravizados.

Embora o termo “africanos livres” tenha surgido somente nesse período, a categoria foi criada desde a primeira resolução legal sobre o destino dos africanos traficados ilegalmente e confiscados dos traficantes julgados e condenados. Isso já estava estabelecido no Alvará de 1818, que regulamentava o Tratado de 1815 e a Convenção Adicional de 1817, nos quais os governos português e inglês concordaram em reduzir o tráfico de cativos para o Brasil ao sul da linha do Equador e organizaram comissões mistas, estabelecendo que os africanos apreendidos em navios flagrados no tráfico ilegal deveriam receber *status* jurídico de “libertos” dessas comissões mistas. Em seguida, eles eram empregados como “criados” ou “trabalhadores livres”.<sup>207</sup> De acordo com Mamigonian, já em 1821, no Rio de Janeiro, a comissão mista emancipou 352 africanos encontrados a bordo da escuna *Emília*,

---

206 Lei de 7 de novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Artigo 1º. Vol. 1. 1831, p. 182.

207 Pelo tratado, o tempo de serviço do africano “liberto” era de 14 anos. Após esse prazo, ele receberia a emancipação definitiva. Já pela lei de 7 de novembro de 1831, os africanos apreendidos deveriam ser mantidos pelo governo até que fossem reexportados para a África. Dessa maneira, o que ficou valendo na prática foi o que determinava o Alvará de 1818. Alvará de 26 de Janeiro de 1818. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1818*, vol. 1, p. 7.

bem como alguns outros entre os anos de 1830 e a lei de novembro de 1831.<sup>208</sup>

O tráfico de africanos para o Brasil não cessou depois da assinatura do tratado bilateral com a Grã-Bretanha em 1826 e nem após a promulgação da lei de 7 de novembro de 1831, pelo contrário, o tráfico atingiu volume inédito. Na segunda metade da década de 1840, foram trazidos por contrabando para o Brasil em média cinquenta mil africanos por ano em contraste com a média de dezoito mil cativos importados no início da década de 1830. De acordo com Mamigonian, entre 1830 e 1845, enquanto a comissão anglo-brasileira, com sede no Rio de Janeiro, emancipou 3.453 africanos que estavam a bordo de navios apreendidos, aproximadamente quinhentos mil foram introduzidos no território e vendidos como cativos.<sup>209</sup>

Apesar de emancipados, os africanos livres tiveram de ficar sob a custódia do governo local por um período de tempo que correspondia a um *aprendizado*. Essa categoria existiu nos vários países e colônias onde a política de repressão ao tráfico gerou apreensão de navios negreiros, mas se concentrou nas regiões-sede dos tribunais e comissões mistas responsáveis pelo julgamento dos navios capturados.<sup>210</sup>

A lei de 7 de novembro de 1831 previa a reexportação dos africanos apreendidos após essa data.<sup>211</sup> Até que isso ocorresse, o governo imperial brasileiro deveria encontrar meios para garantir a sobrevivência dos africanos contrabandeados, respeitando sua condição legal de homens livres, mas que na prática estavam obrigados à prestação de serviços. Anos após a promulgação da lei, o dispositivo que previa a reexportação de africanos para seu continente de origem nunca foi cumprido. Então, deram como destino aos africanos apreendidos: o aproveitamento de sua força de trabalho. Assim, o governo imperial empreendeu uma política de controle desses trabalhadores, mantendo-os sob sua tutela e ao seu dispor ao empregá-los em diversos projetos de

---

208 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *Coleção Brasil Imperial (1808-1831)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, vol. 1, p. 207-233.

209 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A Grã-Bretanha, o Brasil e a liberdade dos africanos na crise da abolição do tráfico de escravos (1848-1851). In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Intelectuais e modernidade*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2010, p. 13-14.

210 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “Do que o ‘preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. *Afro-Ásia*, 24; p. 71-75, (2000), p. 72.

211 Lei de 7 de novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Artigo 2º. Vol. 1. 1831, p. 182.

desenvolvimento espalhados pelo país. Com o argumento de que os africanos emancipados precisavam de um período de aprendizado, o governo imperial brasileiro manteve-os sob tutela por anos. Dessa maneira, foram distribuídos para servir a instituições públicas e a pessoas particulares.

Para nortear essa prática, foram criadas algumas *instruções*, como a datada de 29 de outubro de 1834, na qual a Regência autorizava a arrematação a particulares dos serviços dos africanos livres depositados na Casa de Correção do Rio de Janeiro, que não estivessem trabalhando em obras públicas. Conforme as instruções, os arrematantes teriam de ser daquele município, possuir “reconhecida probidade e inteireza” e terem condições de ofertar maior valor pelo trabalho dos africanos livres: “só entre estas se dê preferência a quem mais oferecer por ano pelos serviços de tais africanos”.<sup>212</sup>

No ato da arrematação, o juiz deveria informar ao africano livre que ele era juridicamente *livre*, no entanto ele teria de trabalhar por sustento, vestuário, tratamento e por um salário como arrecadação anual para ajudar na reexportação à África. Naquele ato, era nomeado um curador, indicado por um juiz e que deveria ser aprovado pelo governo, tendo por obrigações “fiscalizar tudo quanto for a bem de tais africanos tanto daqueles cujos serviços se arrematarem, como dos que ficarem trabalhando nas obras públicas” e arrecadar anualmente o salário que fosse estipulado.<sup>213</sup>

O Decreto de 19 de novembro de 1835 determinava que os serviços dos africanos livres fossem concedidos – e não mais arrematados – para particulares perante um juiz. A partir desse Decreto, os trabalhos dos africanos livres foram estendidos para todas as capitais do Império e, caso os concessionários quisessem utilizar a força de trabalho dos africanos livres fora do que estipulava a lei, só o poderiam fazer após a autorização do governo imperial, dos presidentes das províncias ou do curador nomeado. A distribuição era realizada através

---

212 “6ª Que no ato da entrega ao arrematante, o Juiz, por intérprete, fará conhecer aos Africanos que são livres, e que vão servir em compensação do sustento, vestuário, tratamento e mediante um módico salário, que será arrecadado anualmente pelo Curador que se lhes nomear; depositado no cofre do Juízo da arrematação; e que servirá para ajuda de sua reexportação, quando houver de se verificar”. “Aviso de 29 de outubro de 1834, com Instruções relativas à arrematação dos Africanos ilicitamente introduzidos no Império”. Anexas ao Decreto de 19 de novembro de 1835. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. 1835. Vol. 1, parte II, p. 125.

213 Idem.

de processo público, iniciado por anúncio publicado oito dias antes da data da concorrência em folhas públicas ou editais: “a distribuição dos africanos far-se-á anunciando-a ao Juiz oito dias antes, pelo menos, pelas folhas públicas ou por editais, a fim de poderem concorrer as pessoas que os pretenderem”.<sup>214</sup> O Decreto determinava ainda que no máximo, oito africanos seriam concedidos a cada arrematante, exceto quando para serviço em algum estabelecimento nacional.<sup>215</sup>

Num primeiro momento dessa fase – conforme o Decreto de 1835–, os africanos apreendidos eram mantidos na Casa de Correção, no Rio de Janeiro, sob a autoridade do administrador do local. Quando transferidos a serviços de estabelecimentos públicos ou concedidos a particulares, esses trabalhadores passavam a serem fiscalizados por autoridades públicas, como delegados de polícia, juízes, presidentes de províncias, etc. O concessionário teria de fazer um contrato comprometendo-se a utilizar os serviços do africano livre e, em contrapartida, deveria pagar-lhe um salário, fornecer vestimentas, alimentação e tratamento das doenças.<sup>216</sup>

O africano livre, por ser tutelado, não recebia o salário, que deveria ser depositado na tesouraria provincial e depois repassado ao Juízo de Órfãos para manutenção das despesas desse trabalhador. Segundo a historiadora Enidelce Bertin, o descumprimento dos contratos por parte dos arrematantes foi constante em São Paulo, o que teria gerado inúmeras reclamações do curador ao juiz de órfãos.<sup>217</sup>

Diante da cláusula que dizia que os africanos livres deveriam ser concedidos a senhores de reconhecida inteireza e probidade, no caso da cidade do Rio de Janeiro, eles foram confiados, sobretudo, a senhores ricos e influentes. De acordo com Ana Flávia Cicchelli Pires: “A elite política da nação também estava pessoalmente interessada na posse de trabalhadores tão baratos”.<sup>218</sup>

---

214 Decreto de 19 de novembro de 1835. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Artigo 4º. Vol. 1. 1835, p. 125.

215 Idem. Artigo 2º. Vol. 1. 1835, p. 125.

216 Decreto de 19 de novembro de 1835. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Instrução 6º. Vol. 1. 1835, p. 125.

217 BERTIN, Enidelce. “Os meia-cara. [...]”. Ob. cit., p. 43.

218 CICHELLI PIRES, Ana Flávia. A abolição do comércio atlântico de escravos e os africanos livres no Brasil. In: LECHINI, Gladys. *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba: Ferreira Editor; Centro de Estudios Avanzados: Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 89-115, 2008, p. 101.

Os africanos livres foram empregados em várias instituições públicas ligadas ao governo da Corte e eram utilizados principalmente em ocupações urbanas. Eles trabalhavam em fábricas (Fábrica de Pólvora Estrela, no Rio de Janeiro, e Fábrica de Ferro São João do Ipanema, em Sorocaba); prestavam serviços em penitenciárias, enfermarias, arsenais da Marinha e da Guerra e em obras públicas, como na abertura de estradas, na limpeza e conservação das ruas, nos cemitérios, em muitos estabelecimentos não governamentais como irmandades e em outras associações civis.

Já os particulares, para quem também foram consignados os africanos livres, eram, em maioria, funcionários públicos, membros da elite política ou pessoas a quem o governo imperial retribuía serviços prestados ao Império. O historiador Jorge Prata de Souza revelou que os concessionários do Rio de Janeiro atendidos com um a três africanos livres eram “pequenos funcionários da estrutura burocrática dos ministérios”. Nesse grupo, segundo Souza, os africanos livres, garotos em maioria, foram requisitados para serviços de recados e mandados. Em geral, nas casas dos concessionários, os africanos adultos realizavam todas as tarefas domésticas. Homens e mulheres cozinhavam e cultivavam roças. As mulheres lavavam, engomavam, costuravam e as mães serviam como amas de leite e cuidavam das crianças dos concessionários. Ainda de acordo com esse autor, muitos comerciantes, representantes diplomáticos e membros do corpo policial da Corte consignaram muito mais africanos livres do que previa o Decreto de 1835.<sup>219</sup>

Prata de Souza revelou ainda que o Marquês de Caxias, com um total de vinte e cinco, foi o concessionário com maior número de africanos livres. Vicente Antônio da Costa era concessionário de catorze africanos livres. A esposa do marquês do Paraná, Maria Henriqueta Neto Carneiro e o conselheiro José Paulo Figueiredo Nabuco de Araújo tinham à sua disposição treze africanos livres. Roberto da Silva Santos Pereira tinha doze. Já o Visconde de Sepetiba, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, tinha onze africanos livres, e Bernardo José de Figueiredo tinha nove africanos livres.<sup>220</sup> Até José Bernardino de Sá, um notório traficante, com excelentes relações na cúpula do governo

---

219 SOUZA, Jorge Luiz Prata de. “Africano livre ficando livre. Trabalho, cotidiano e luta”. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1999, p. 47-52.

220 Idem.

imperial, tinha sete africanos livres listados sob sua responsabilidade.<sup>221</sup> Para Mamigonian, “os africanos livres foram, para a elite política do império, moeda de troca de favores numa fase crítica da construção do Estado nos anos de 1830 a 1840”.<sup>222</sup>

Como visto, os representantes do governo imperial burlaram suas próprias instruções descritas no Decreto de 1835, logo que concederam mais de oito africanos para os destacados membros da sociedade imperial. Compreendo que a atitude do governo imperial era beneficiar os representantes da “boa sociedade” que, embora pudessem pagar pela força de trabalho tanto livre como escravizada, recebiam-na como um privilégio – atitude governamental própria de quem quer manter o apoio e garantir o aparato político imperial.

### **1850: fim do comércio de africanos para o Brasil**

A lei assinada em novembro de 1831 foi sucessivamente descumprida por traficantes e escravistas brasileiros. As décadas de 1830 e 1840 foram períodos em que o tráfico de africanos foi mais intenso para o país. Para Bethell, a pressão inglesa e a perspectiva de que esse comércio cessasse teriam impulsionado a demanda e, por consequência, aumentado o tráfico.<sup>223</sup> Já para Emília Viotti da Costa, o que teria alimentado a demanda foi o crescimento da zona de plantação de café no Vale do Paraíba fluminense: “A urgência de mão de obra crescia à medida que as plantações de café se multiplicavam. O tráfico mantinha-se intenso”.<sup>224</sup>

Após o término do tratado de comércio – e recusa de renovação – que concedia privilégios aos produtos ingleses que entravam no Brasil e o fim do tratado de abolição do tráfico descumprido pelos dirigentes do Império, o Parlamento Britânico aprovou e promulgou, em agosto de 1845, a lei que ficou conhecida como Bill Aberdeen. Baseada nos tratados assinados na década de 1820, a lei autorizava os ingleses a aprisionar navios brasileiros envolvidos com o tráfico e levá-los a julgamentos em tribunais britânicos como piratas, independentemente

---

221 MAMIGONIAN. A Grã-Bretanha, o Brasil [...]. Ob. cit., p. 16.

222 Idem.

223 BETHELL, Leslie. *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: USP, 1976.

224 COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: EdUNESP, 1998, p. 76.

de onde fosse realizada a captura.<sup>225</sup> A Inglaterra exercia patrulhamento nos mares, mas isso não impediu que os navios tumbeiros continuassem a operar.

Para Bethell, diante da intensa pressão britânica e da captura de navios brasileiros que realizavam o tráfico negreiro, o governo brasileiro assinou e promulgou a Lei Eusébio de Queirós em 4 de setembro de 1850, que declarava extinto o comércio de africanos para o Brasil.<sup>226</sup> Boa parte da historiografia sobre a abolição do tráfico de africanos aponta a questão da pressão britânica como seu principal motivo. Robert Conrad a coloca como primeiro golpe sério contra a escravatura.<sup>227</sup> Desde o século XIX, os abolicionistas tentavam mostrar a abolição do tráfico como sendo um passo para a abolição da escravidão, mas era retórica e não realidade. Novas interpretações mostram como essa estratégia era uma forma de dar sobrevivência à escravidão, garantindo a propriedade adquirida por contrabando e protegendo o sistema da pressão britânica.

O historiador Richard Graham acredita que a lei de repressão ao comércio de cativos, de setembro de 1850, deve ser creditada tanto ao governo do Brasil quanto ao da Inglaterra. Quando a elite política imperial da Corte conseguiu finalmente controlar as revoltas, que brotavam pelo Império, foi capaz de promover a extinção do tráfico.<sup>228</sup>

As interpretações dos fatores *externos* – exercidos pela pressão britânica – ainda são as mais apontadas para a extinção do tráfico de africanos para o Brasil. Porém, alguns historiadores também direcionam suas análises para outros acontecimentos *internos* igualmente importantes no processo. De acordo com Sidney Chalhoub, o alto número de escravizados por todo o país teria gerado o *medo branco* nas autoridades policiais e políticas da Corte por causa do *terror* na luta pela liberdade, ou seja, a pressão exercida pelas revoltas dos cativos teria

---

225 GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 82.

226 BETHELL. *A Abolição do tráfico de [...]*. Ob. cit., p. 8-10.

227 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 30-31.

228 GRAHAM, Richard. “Brasil-Inglaterra, 1831/1889”. In. HOLANDA, Sergio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império. Tomo II. Vol. 6. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 169-170.

influenciado os estadistas brasileiros no momento de decidirem a favor da interrupção do tráfico transatlântico.<sup>229</sup>

Nessa linha, Jaime Rodrigues, embora sem negar a importância da pressão do governo inglês sobre o Império, deposita suas análises no papel do governo imperial brasileiro que, pressionado por diversas questões e interesses, foi decisivo no fim do tráfico: a união entre as elites políticas do Império; o esgotamento do mercado de cativos como base da produção, pois o tráfico era provedor fundamental de mão de obra; o vínculo estreito entre corrupção dos costumes e escravidão – vista como de responsabilidade do africano –, que impedia o desenvolvimento do povo; a manutenção do direito sobre a propriedade existente; e o medo das revoltas de cativos. De acordo com Rodrigues: “a conjuntura de 1850 mostrou-se bastante apropriada para aplicar a proibição do tráfico com maior eficácia, desde que a lei fosse – como era– mais branda com os proprietários”.<sup>230</sup> A partir da Lei Eusébio de Queirós, os traficantes foram colocados na condição de réus e, como tal, sob a jurisdição de um tribunal, a cargo da Marinha, sujeitos à pena de prisão e pagamento de despesas de reexportação dos africanos eventualmente embarcados de volta à África. Já os proprietários de terras – os compradores desses africanos–, foram isentados do crime de contrabando e pirataria, logo que, de acordo com a mesma lei, eles passariam a ser julgados na justiça comum.<sup>231</sup>

Também contribui para essa discussão o historiador Tâmis Peixoto Parron, que, ao estudar o papel do parlamento imperial brasileiro, entendeu que muitos discursos parlamentares, tanto os pró-escravistas como os contrários ao comércio ilegal de africanos, foram forjados no interior de uma luta política pelos espaços do poder após a cisão entre os liberais moderados e, sobretudo, após a ascensão do Gabinete 19 de setembro, de 1837.<sup>232</sup> O autor não credita nenhuma consequência política às ações de resistência dos trabalhadores cativos como pressão para o fim do tráfico atlântico. Ele acredita, no entanto,

---

229 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 197.

230 RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil 1800-1850. Campinas: EdUNICAMP, 2000, p. 33; 114; 118.

231 Lei nº 581, de 4 de Setembro de 1850. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, vol. 1.

232 PARRON, Tâmis Peixoto. “Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830”. In: GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, Beatriz. (Orgs.). “Dossiê: ‘Para inglês ver’? Revisitando a Lei de 1831”. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 29, nº 1/2/3 (jan.-dez. 2007).

que foi a pressão britânica que impelira o governo imperial brasileiro a tomar tal decisão, sobretudo depois que se esgotaram as negociações, nas quais o Brasil percebeu que a Inglaterra não permitiria a introdução de novos africanos no Brasil fosse na condição de escravizados ou de colonos livres.<sup>233</sup>

Já Beatriz Mamigonian defende que a lei anti-tráfico de 1831 tenha sido o instrumento utilizado por abolicionistas brasileiros e britânicos no combate ao tráfico ilegal. Sua pesquisa, ainda inédita no periódico impresso na Corte, entre os anos 1849 e 1852, *O Philantropo*, *Periódico Humanitário, Científico e Literário*, revelou detalhes até agora desconhecidos sobre a abolição do tráfico de africanos para o Brasil, como a existência de um grupo organizado de pessoas contrárias ao tráfico que mantinha relação e colaboração com os ingleses. Mamigonian explica que não estava em jogo somente o fim do provimento de mão de obra africana, mas também “o destino dos africanos que fossem apreendidos na futura repressão ao tráfico, os direitos dos africanos livres cujo período de tutela se completava e do estatuto dos africanos mantidos em cativeiro ilegal”.<sup>234</sup>

Assim, esse grupo brasileiro que publicava *O Philantropo*, que formou a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas, manifestava apoio às medidas de abolição do tráfico, além de tratar de vários temas relativos à escravidão e denunciava a conivência das autoridades imperiais com o tráfico dando publicidade à lei de 1831.<sup>235</sup> Mamigonian considerou que as ações clandestinas britânicas de fomento ao “partido abolicionista brasileiro”, de oferta de promessas aos africanos livres e de proteção aos africanos apreendidos e aos cativos fugitivos, complementaram, de maneira calculada, a pressão naval e diplomática e devem ser incorporadas à história da abolição do tráfico. Sobre isso Mamigonian encerra:

Essa talvez tenha sido a estratégia britânica mais efetiva de desestabilização do jogo: incitar africanos livres a requerer a emancipação e africanos ilegalmente escravizados a requerer a

---

233 PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 210-211.

234 MAMIGONIAN. Africanos livres e os dois impérios [...]. Ob. cit., p.240.

235 Idem. p. 206-308.

liberdade. Por duas décadas, o governo imperial e o sistema escravista tinham absorvido e resistido à pressão pela abolição do tráfico. As demandas dos africanos que contavam com a proteção britânica não podiam ser ignoradas por muito mais tempo e deviam ser contidas para garantir a manutenção da escravidão. Usada nessa batalha por abolicionistas brasileiros e britânicos, a lei de 1831 entrou assim para o arsenal de combate à escravidão brasileira.<sup>236</sup>

A questão da abolição do tráfico de africanos para o Brasil em 1850 é um assunto largamente tratado pela historiografia e indica diversas interpretações dos motivos que levaram à lei. Pelo exposto, há de se reconhecer que a pressão exercida pela Inglaterra foi fator considerável para a extinção do tráfico de africanos para o Brasil. No entanto, a autonomia de decisão dos governantes brasileiros, as revoltas dos escravizados e a organização dos abolicionistas, assim como os fatores discutidos acima, além de muitos outros, foram importantes para a extinção do comércio de africanos para o Brasil.

É importante destacar que a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, além de estabelecer as medidas para a repressão do tráfico de africanos para o Brasil, bem como as punições aos infratores, trouxe uma novidade sobre os destinos dos africanos livres: eles já não poderiam ser cedidos para particulares. Após essa Lei, o governo imperial tinha outro propósito para os africanos livres. Eles foram empregados em obras de construção de estradas de interesse nacional, instituições públicas, como as Santa Casa de Misericórdia e hospitais tanto na Corte como em algumas províncias, e em diversos empreendimentos associados ao progresso nas áreas de fronteiras de interesse do governo imperial.

Dessa maneira, Segundo Mamigonian, para os trabalhos da estrada de São Paulo ao Mato Grosso em fevereiro de 1851, foram cedidos sessenta e um africanos livres para o barão de Antonina. Ainda no Mato Grosso, o estabelecimento de comunicação de abertura de uma estrada na parte oeste da província de São Paulo e na fundação da colônia militar de Itapura, no Rio Tietê, recebeu grande contingente de africanos livres. Entre 1858 e 1861, africanos livres e cativos da nação

---

236 Idem. p. 312.

da Fábrica de Ferro de Ipanema foram transferidos com suas famílias para a colônia militar de Itapura. Sob os cuidados do Ministério da Marinha, eles trabalharam no estabelecimento e manutenção da base avançada a partir da qual a navegação para Mato Grosso era testada e onde novas estradas eram abertas. Outro empreendimento em que Custódio Teixeira Leite tinha interesse, a Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia, responsável pela abertura, melhoramento e conservação da estrada que de Magé conduzia à ponte da Sapucaia, recebeu a concessão, por oito anos, de cinquenta africanos livres. O barão de Mauá e a sua Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas receberam, em 1856, uma concessão de africanos livres para serem empregados nas colônias estabelecidas ao longo do rio Amazonas. Na província da Bahia, foram emancipados trezentos e cinquenta e sete africanos livres, no fim de outubro de 1851 e dezenas deles foram empregados em obras de construção e manutenção de estradas que facilitariam a navegação e o comércio no Rio Jequitinhonha no sul da província.<sup>237</sup> De 1851 a 1865, os africanos livres cedidos para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso, como veremos no presente trabalho, foram empregados na mineração, na agricultura, na construção de estradas e na extração de vegetais de mata nativa.

Por fim, a Sociedade de Mineração foi organizada por um grupo socialmente heterogêneo, que promoveu a união de seus interesses na busca de maior captação de vantagens econômicas para si. Como já observado, muitos desses grandes senhores adquiriam mercês, honorárias e títulos de nobreza devido aos seus convívios e trocas de favores com a elite política imperial. Os Teixeira Leite faziam parte de uma rede de parentes e amigos que foram vereadores, deputados provinciais, juízes de paz, comandantes da Guarda Nacional e outros cargos diretamente ligados à política. Além de serem credores de fazendeiros, eles mantinham sob os seus comandos arrendatários, sitianteiros, agregados, pequenos comerciantes e grande número de escravizados, o que garantia todo o prestígio e poder econômico e social.

Podemos concluir que alguns dos principais investidores/acionistas que atuaram como diretores da Sociedade de Mineração de Mato Grosso tinham capital, poder político e experiência para expandir e diversificar seus negócios para regiões como a mato-

---

237 MAMIGONIAN. Africanos livres e os dois impérios [...]. Ob. cit., p. 340-390.

grossense, e que um mesmo empreendedor poderia estar envolvido em uma multiplicidade de negócios simultaneamente, não se limitando apenas ao café. Ele estava também presente em outros setores da economia. É o que verificamos quando atestamos a presença desses mesmos negociantes, ou de suas famílias, na direção de empresas urbanas (no caso dos comissários), rurais e escravistas e ainda em atividades parlamentares, profissionais (como médicos); ou ainda na administração pública, como os funcionários públicos. Com fortuna acumulada, esses sócios poderiam simultaneamente investir em vários empreendimentos alicerçados em posses consideráveis. Ao escolher a região, esse grupo pôde contar com o apoio do próprio governo, especialmente na pessoa de Eusébio de Queirós. Dessa maneira, além de já possuírem o acúmulo de capital necessário, os membros dessa empresa receberam gratuitamente do governo imperial a mão de obra e ainda mais, proteção a partir de reforço policial sempre que fosse necessário também por conta do governo provincial. Nessa realidade, os benefícios econômicos eram muito favoráveis para esses investidores.

Nesse sentido, a Sociedade manteve sua mão de obra baseada nos moldes de outras empresas formadas no período – ferrovia, navegação a vapor, companhia estrangeira de mineração, etc., ou seja, com trabalho baseado tanto em trabalho livre assalariado como no escravizado. É de se notar que o maior número de trabalhadores da Sociedade é exatamente daquele trabalhador que tinha *status* definido como livre, no entanto, o trabalho era compulsório e sem remuneração.

Como explica Henrique Espada, a questão do trabalho livre e dos salários eram muito precárias no século XIX e também nas primeiras décadas do século seguinte. Desse modo, o mercado de trabalho livre variava, sendo composto de trabalhador independente assalariado a até uma multiplicidade de arranjos de trabalho que combinavam “graus diversos de ‘liberdade’ e compensação financeira pelo trabalho com elementos de coerção (física e pecuniária), tutela, trabalho compulsório e contratado, e ainda formas análogas à escravidão, como a servidão por dívida”.<sup>238</sup>

Recrutar e conservar os trabalhadores eram preocupações constantes para o empregador. Certamente que o uso de força e o pagamento de salários não eram incompatíveis. A coerção extra-

---

238 LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. p. 289-326, 2005, p. 7.

econômica era empregada em associação à remuneração monetária. Conforme Joseli Mendonça, alguns empregadores de imigrantes da província de São Paulo, na segunda metade do século XIX, utilizavam a dívida como um meio de coagir os trabalhadores. Desse modo, a dívida funcionava como um instrumento para forçar os imigrantes ao trabalho, ou seja, pagar despesas dos migrantes ou ter um contrato formal assinado era um meio de ter alguma segurança de que este trabalhador se manteria atrelado ao contrato assinado, por algum tempo ao menos.<sup>239</sup>

No século XIX brasileiro, aquilo que se pode chamar de “crescimento” perpassava pela questão do acesso à mão de obra, seu controle e disciplinamento, sendo o mercado de trabalho livre assalariado ainda comparativamente menor ao trabalho escravizado. Nessas condições, o governo imperial aproveitou o quanto pôde da força de trabalho dos africanos livres, sem contar que, essa categoria de trabalhadores representava definitivamente a condição provisória da escravidão ao longo da segunda metade do século XIX. Assim, na concepção dos dirigentes do governo imperial, os africanos livres tinham melhores tratamentos e instrução do que costumavam ter os trabalhadores livres da Europa, pois a tutela não permitiria que os africanos ficassem desamparados ou sem controle, como acontecia no mercado livre desregulado.<sup>240</sup>

---

239 MENDONÇA, Joseli M. Nunes. Livres e obrigados: experiências de trabalho no centro-sul do Brasil. 5º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Maio de 2011. Porto Alegre: UFRGS. p. 10.

240 MAMIGONIAN. A Grã-Bretanha, o Brasil [...]. Ob. cit., p. 18.

## Capítulo 2

### **O mundo do trabalho**

Este capítulo tem como objetivo principal analisar as experiências dos africanos na execução das atividades impostas pela Sociedade. Dessa maneira, serão evidenciados os principais trabalhos realizados por esses trabalhadores; as formas de vigilância e controle aos quais eles estavam submetidos constantemente; as moradias, os incidentes, os acidentes fatais, as doenças mais frequentes e a política de assistência aos trabalhadores. Acreditamos que, ao examinarmos as experiências desses trabalhadores em suas ocupações e “aprendizados”, estaremos revelando a construção de um grupo social “treinado” como trabalhadores para a sociedade de então. Dessa forma, também serão apresentadas relações de trabalhos com características similares as da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, ou seja, com procedimentos de controle, utilização de trabalho compulsório, escravizado e livre, enfim, dentro do contexto das transformações do mundo do trabalho de meados do século XIX.

#### **Onze meses: a jornada e os percalços no caminho de Mato Grosso**

Como já registrado, no dia 16 de agosto de 1851, o Ministério dos Negócios da Justiça do Império mandou entregar, ao primeiro presidente do diretório da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, Custódio Teixeira Leite, cem africanos livres recém-resgatados do tráfico, a princípio, para realizarem trabalhos na mineração. Por sua vez, o presidente do diretório da Sociedade de Mineração, no Rio de Janeiro, transferiu os cem africanos livres para a responsabilidade de outro diretor da empresa, aquele que seria o primeiro agente/administrador da Sociedade, o médico Medardo Rivani.<sup>241</sup>

Rivani tratou de organizar a viagem até o extremo oeste. De acordo com o Mapa I, seria razoável supor que o comboio tomasse os caminhos terrestres do Rio de Janeiro até Meia Ponte e Vila Boa, em Goiás e ao chegar a Cuiabá, tivessem se dirigido até Diamantino, logo

---

241 Correspondência do Ministério dos Negócios da Justiça ao presidente da Província do Mato Grosso Augusto Leverger, barão de Melgaço, na qualidade de presidente da Província de Mato Grosso. Rio de Janeiro 16 de agosto de 1851. Acento Correspondências Recebidas. Cuiabá. Lata nº 18. Ano 1851. APMT.

que esse era o trecho mais curto. No entanto, o grupo encabeçado por Medardo Rivani, formado pelos africanos livres e os quarenta trabalhadores escravizados da companhia – conforme informação de Paranhos–, saiu do Rio de Janeiro, foi até a província de São Paulo e somente de lá seguiu até Meia Ponte, concluindo os demais trechos conforme especificado acima. Medardo Rivani passou pela província de São Paulo para contratar o primeiro guarda dos africanos livres, um sargento que logo a seguir será identificado.

Essa conclusão parece possível tendo em vista a análise do único documento que trata brevemente sobre a viagem: uma correspondência do presidente da província de Mato Grosso ao ministro Eusébio de Queirós, de 30 de junho de 1852. Nesse documento, também há o registro da morte de dois africanos livres ao longo do trajeto, que durou onze meses. A morte de um dos africanos foi diagnosticada como sendo *apoplexia* – derrame cerebral–, e a morte do outro foi apenas registrada como “outra enfermidade”.

O então presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, escreveu ainda que, considerando as dificuldades dos caminhos da Corte até Cuiabá, o número de mortes fora até reduzido e atribuiu esse “mérito” ao médico Medardo Rivani. Por outro lado, mesmo suspeitando da “inteligência que existe entre o dito Sargento de Caçadores e o Dr. Rivani”, ele havia indicado o sargento – o mesmo que se juntou ao grupo em São Paulo–, como guarda dos africanos livres. Essa proximidade de Rivani com o guarda era suspeita, porque este último teria de ser de “confiança” do presidente da província, porque iria fiscalizar tanto os africanos livres, como o trato a eles dispensado pelo agente.<sup>242</sup> Essa era a recomendação do então ministro da justiça, Eusébio de Queirós que em agosto de 1851, advertia que os africanos sempre fossem mantidos “debaixo da vigilância e tutela” de algum empregado do presidente da província.<sup>243</sup>

Independentemente dos caminhos e estradas tomados, é certo que o grupo passaria por grandes dificuldades naturais, como

---

242 Correspondência do presidente da Província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Ilmo e Exmo Senhor Eusébio de Queiróz Coutinho Mattoso, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 30 de junho de 1852. Livro (nº 219) de Registro das correspondências expedidas pelos presidentes da província do Mato Grosso, sobre os africanos livres da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Documento 8, p. 61 verso. Ano 1952. Arquivo Público do Mato Grosso.

243 Correspondência do Ministério dos Negócios da Justiça ao presidente da Província do Mato Grosso Augusto Leverger. 16 de agosto de 1851. Ob. cit.

intempéries, muito calor e muito frio, exposição a doenças, o desconforto do longo caminho por terra a pé ou sobre mulas e, ainda, o encarecimento das mercadorias por causa dos sucessivos registros e passagens.<sup>244</sup> Segundo Nicácio Lima, era por Meia Ponte e pela capital goiana que passavam, desde o início do século XIX, a maior parte das pessoas e das mercadorias que iam e vinham de Cuiabá para outras partes do Brasil.<sup>245</sup> Conforme o Mapa 1, os trajetos principais eram os que ligavam o Mato Grosso ao Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a Bahia.

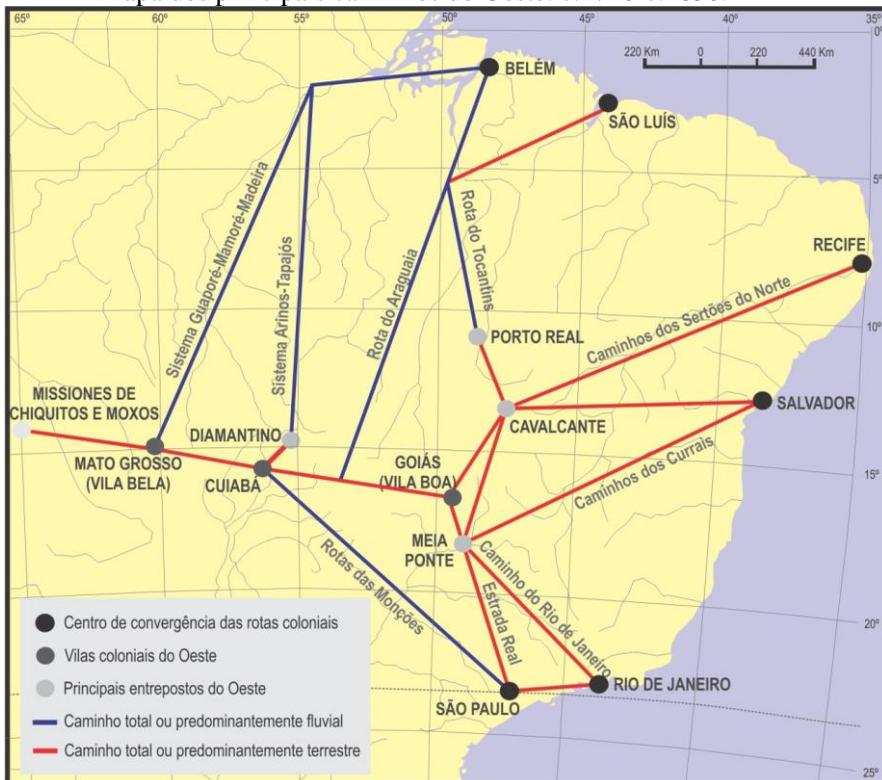
---

244 LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. O comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. Cuiabá: EdUFMT; PROEDI, 1982, p. 26.

245 LIMA, André Nicacio. “Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010, p. 35-53.

## Mapa 1

Mapa dos principais caminhos do Oeste. c.1720-c.1850.



**FONTE:** Adaptação do Mapa esquemático dos principais caminhos do Oeste. In: LIMA, André Nicácio. "Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso". Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2010, p. 135. Adaptado por ALMEIDA, Carina; MOURA, Zilda Alves de.

## Instruções para os guardas dos africanos livres

Para que a vigilância e tutela exigidas pelo ministro Eusébio de Queirós fossem seguidas à risca, Augusto Leverger elaborou doze instruções que deveriam ser observadas pelo guarda dos africanos livres, o 1º sargento do Batalhão de Caçadores, Antônio Dias Leme.<sup>246</sup> Assim, o guarda dos africanos livres deveria manter o controle absoluto não apenas sobre o trabalho, mas também sobre a vida dos africanos livres. Dessa maneira, os cuidados deveriam ser constantes tanto para não serem tratados com desumanidade, com excessos de castigos, reduzidos à escravidão, aliciados e fugirem, como para não deixarem de cumprir os serviços designados para eles. Por outro lado, os guardas deveriam zelar para que eles fossem mantidos com saúde e boa alimentação. Qualquer negligência quantos a esses aspectos, os guardas teriam de, com “civildade”, comunicar ao agente da Sociedade e aos presidentes da província. Também tinham de elaborar autos de óbitos e nascimentos, registrar doenças graves e crimes cometidos. Isso tudo deveria ser registrado em um livro na Sociedade e servir de base para uma espécie de relatório de atividades que o guarda nominava de “mapas”, que enviava para os presidentes da província.

Ainda conforme as instruções, era serviço do guarda “passar revista” todos os dias para certificar-se que nenhum africano deixara de trabalhar. Se o africano livre não se encontrasse no trabalho designado, deveriam ser feitas “pesquisas precisas para descobrir o lugar onde ele se acha”. Não localizado o africano, o guarda teria de solicitar às autoridades policiais “as convenientes providências para que o dito africano seja restituído à Sociedade”.

A vigilância recomendada parece ter sido até mais rigorosa do que algumas atribuídas ao próprio trabalhador escravizado, se considerarmos que, mesmo nessa condição, muitos cativos puderam realizar suas atividades com relativa liberdade, indo e vindo, sobretudo nos centros mais desenvolvidos do Império, prestando serviços ao ganho.

Conforme se observa no Quadro 1, cabe explicar que os mapas eram feitos mensalmente em um formulário sempre igual, que trazia dados, como o nome do lugar onde os africanos estavam trabalhando

---

246 Ofício do presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao guarda dos africanos livres, 1º sargento, Antônio Dias Leme. Cuiabá, 30 de junho de 1852. Livro de Registro nº 127. *Correspondências expedidas*. Doc. nº 7, p. 5 a 7 v. Ano 1852. APMT.

(sobretudo às margens do rio Santana e Paraguai), o número de homens e de mulheres e o número de doentes. Quando constavam doentes em uma observação, o guarda dos africanos livres sempre escrevia que “tais doentes não se achavam em perigo”. Ele registrava também o número de mortos e dos recém-nascidos, indicando o número de matrícula que os últimos recebiam. Quando não se tinha nada a observar, o relator escrevia “no decorrido mês não houve alteração alguma”. Esses mapas com essas principais informações eram encaminhados aos presidentes da província mensalmente ao longo dos catorze anos, enquanto os africanos livres estiveram na Sociedade.

Assim, conforme o Quadro 1, o guarda relatava, por exemplo, em janeiro de 1853, que os africanos livres estavam todos num mesmo espaço geográfico, às margens do rio Santana em Diamantino (atual Nortelândia), e que a maioria se dedicava aos trabalhos nos “desvios dos rios”, enquanto outros foram distribuídos nas demais funções, como nos trabalhos de mineração, de roça e em serviços de casa. O guarda registrou também quantos estavam doentes e, nas observações, escreveu quais eram as doenças desses africanos.

Dessa maneira, o guarda dos africanos livres – que era contratado pelo governo provincial e alguém de sua confiança –, elaborava tais mapas e encaminhava-os juntamente com cartas ou ofícios nos quais, por vezes, detalhava o que fora descrito no mapa. Cópias dessas correspondências ficaram registradas no livro 162 e 143 também dentro da empresa. Por sua vez, os presidentes da província de Mato Grosso – ao longo dos catorze anos de existência da Sociedade –, enviavam todas essas informações para o ministério dos Negócios da Justiça na Corte. Quando houve o fechamento da Sociedade, esses livros foram levados para o presidente da província que estava no cargo. A partir dos dados desses mapas foi possível construir grande parte das análises feitas na presente tese.

## Quadro 1

Mapa dos africanos livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da província de Mato Grosso – 31 de janeiro de 1853.

Lugar onde se acham	Serviço em que estão empregados		Homens	mulheres	total	Diferença com o último mapa:			
						Para mais		Para menos	
						Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sant' Anna	Em mineração: 7	Prompto	72	--	72	--	--	--	--
	Em roça: 8 No desvio: 57	Doentes	5	--	5	--	--	--	--
Sant' Anna	No desvio: 12 Em serviço de casa: 7	Prompto	--	19	19	--	--	--	--
		Doentes	--	1	1	--	--	--	--
Soma			77	20	97	--	--	--	--
<p>Observações: No decorrido mês uma febre forte ocorreu entre todos os africanos, mas felizmente, nenhum tem perigo. Os cinco doentes que acima ficam ditos são três com feridas e dois com febre e nada mais há relativo aos africanos. Antônio Dias Lemes – 2º sargento guarda dos africanos.</p>									

**FONTE:** Mapa dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - Lata 1853-A. p.1. APMT.

## **Identificação dos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso**

Em junho de 1852, após a viagem da Corte até Diamantino, noventa e oito africanos livres começaram a trabalhar para a Sociedade de Mineração. Eram setenta e oito homens e vinte mulheres. No início do livro de registros de nº 162 da Sociedade, constava apenas o registro dos nomes e os “números de ordem” dados para os africanos livres quando chegaram à empresa. No referido livro, também foram relacionados os nomes dos africanos que morreram durante a viagem. No momento em que foram registrados os nomes dos africanos livres no livro 162, não foi feito nenhum outro registro sobre as matrículas que eles teriam recebido ao chegar à Casa de Correção no Rio de Janeiro, ou qualquer

outra referência sobre idades, carregamentos em que vieram ou “origens africanas”. Posteriormente, no mesmo livro, assim como em vários outros e em correspondências expedidas, à medida que os africanos livres iam cometendo “alguma infração”, como insubordinação e fuga, ou em ocasião de nascimentos e mortes, batizados, doenças, etc., o guarda registrava, então, além do nome do africano, o fato e a data do ocorrido, o número de matrícula, sua nação de origem, idades e suas características físicas.

Quadro 2

Dados de identificação de alguns africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso.

Nome	Ano do registro	Idade	Idade em 1851	Nação de origem	Sinais característicos
Alexandre	1860 – 13 anos		4 anos	cabinda	Alto, magro, cabeça redonda, orelhas pequenas, cara comprida, dentes abertos, sinais no peito
Anacleto	1860 – 18 anos		9 anos	Nagô	Cabeça redonda, orelhas e olhos pequenos, nariz rombo, beiços finos, dentes abertos, sinais pelo peito
André	1860 – 15 anos		6 anos	Congo	Cabeça, olhos e orelhas regular, tem um só escroto
Antônio	1860 – 20 anos		11 anos	Congo	Orelhas e olhos pequenos, beiços regular, várias marcas no peito
Cazemiro	1860 – 24 anos		15 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas pequenas, cara comprida com riscos dos lados
Domingos	1852 – 14 anos		13 anos	Congo	Cabeça regular, boca grande, dentes abertos
Floriano	1860 – 13 anos		4 anos	Cabinda	Cabeça redonda, orelhas grandes, pernas palhetas, beiços descidos
Francisca	1853 – 14 anos		12 anos	Benguela	Alta e gorda
Francisco	1860 – 14 anos		5 anos	Congo	Cara comprida, olhos grandes, nariz chato, orelha furada do lado direito
Firmino	1860 – 36 anos		27 anos	Benguela	Alto, magro, nariz rombo, beiços finos

Gabriela	1858 – 13 anos	6 anos	Cabinda	[não registrados]
Gustavo	1852 – 18 anos	17 anos	Congo	Cabeça regular, orelhas pequenas, beijos grossos
Gabriel	1858 – 22 anos	15 anos	Cabinda	Alto, cabeça redonda, nariz chato
Jacinto	1859 – 14 anos	6 anos	Cabinda	Orelhas pequenas, nariz chato, beijos grossos
Januário	1860 – 17 anos	8 anos	Congo	Cabeça, nariz e orelhas pequenos, beijos finos, dentes abertos
Júlio	1860 – 21 anos	12 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas e olhos pequenos, beijos grossos
Luisa	1856 – 35 anos	30 anos	Benguela	Cabeça regular, sinais na testa, nariz rombo, beijos grossos, ficou defeituosa de um dedo por causa de uma enfermidade
Luiza	1854 – 8 anos	5 anos	Cabinda	[não registrados]
Luiz	1852 – 12 anos	11 anos	Moçambique	Alto, magro, cabeça comprida, testa saltada
Macário	1857 – 11 anos	5 anos	Monjolo	Cabeça comprida e cara riscada
Manuel	1860 – 18 anos	9 anos	Cabinda	Cabeça chata, cara com sinais, beijos finos, dentes abertos
Mariana	1854 – 12 anos	9 anos	Moçambique	[não registrados]
Miguel	1852 – 18 anos	17 anos	Cabinda	Baixo e gordo, cara redonda, olhos grandes
Pantaleão	1858 – 20 anos	13 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas pequenas, dentes abertos

Pedro	1858 – 11 anos	4 anos	Congo	Olhos pequenos, nariz grande, beiços regular, cara comprida
Plácido	1852 – 10 anos	9 anos	Congo	[Não registrados]
Policárpio	1860 – 22 anos	13 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas pequenas, olhos grandes; tem um dedo do pé direito remontado sobre os outros
Procópio	1852 – 15 anos	14 anos	Congo	Cabeça redonda, orelhas pequenas, beiços finos
Rosaria	1855 – 15 anos	11 anos	Cabinda	[Não registrados]
Sinfônio	1852 – 12 anos	11 anos	Monjolo	Cara comprida, nariz pequeno, cara riscada
Tereza	1861 – 12 anos	2 anos	Congo	[Não registrados]
Torquato	1860 – 10 anos	1 ano	Congo	Cabeça comprida, orelhas grandes com uma berruga do lado direito
Vicente	1855 – 19 anos	15 anos	Moçambique	Cabeça redonda, olhos pequenos, dentes abertos

**FONTE:** Livro de registros dos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração de Mato Grosso – 1852. Registros dos africanos livres. Livro 162. Fundo: APMT.

Cabe observar que todas as fontes foram analisadas uma a uma, e delas foram extraídas as informações que completam o Quadro 2. O guarda fazia esse tipo de “qualificação” do africano livre apenas em alguns registros. Assim, nem todas as africanas que deram à luz, nem todos os africanos que faleceram ou os que fugiram, etc., tiveram

registrados seus nomes, matrículas, idades ou sinais característicos. Por isso que, no Quadro 2, não consta a relação de todos os nomes dos noventa e oito africanos livres da Sociedade. Quanto ao item “idade em 1851” (ano em que foram cedidos para a Sociedade), foi tomado como base do cálculo a data em que o guarda relatou o fato sobre o africano e somente quando ele assentou qual era a idade daquele trabalhador. A partir do ano em que foi feito o registro da idade, foi possível calcular, então, qual seria a idade que o africano teria no ano em que foi entregue para a Sociedade. São dados aproximados, portanto.

Para melhor compreensão desse procedimento, indica-se dois documentos – a título de exemplo – de onde foram extraídos alguns desses dados. Desse modo, em 1856, o guarda dos africanos livres, Antonio Ivo de Pinho, registrou, no livro 162, que “Luisa Benguella, idade 35 anos, estrutura regular, sinais característicos: cabeça regular, orelhas pequenas, olhos regular, nariz rombo, beiços grossos, com sinais na testa e ficou defeituosa de um dedo da mão direita por uma enfermidade que sofreu”.<sup>247</sup> Já em 1860, o guarda Tibério Fidélis Monis registrou que, “Torquato congo, idade 10 anos, gordo, baixo, cabeça comprida, orelhas grandes com uma berruga do lado direito, olhos grandes, nariz regular, beiços regular. Foi batizado a 23 de julho de 1860, pelo Vigário Manoel de Siqueira, padrinho Francisco Egas Soares”.<sup>248</sup>

Conforme o Quadro 2, em 1851, quando os africanos foram cedidos para a Sociedade, dos trinta e três africanos livres identificados, oito africanos teriam entre 1 e 5 anos, nove teriam entre 6 e 10 anos, doze teriam entre 11 e 15 anos e apenas quatro teriam entre 16 e 30 anos. Portanto, a maioria dos trabalhadores africanos da Sociedade, cuja média de idade foi possível calcular seria entre 5 e 15 anos quando eles chegaram no Mato Grosso. Alertamos que esse resultado pode estar incorreto tendo em vista não haver nenhum outro documento com registros das idades dos africanos ao chegarem à Sociedade ou não se ter conhecimento de que modo o guarda avaliava as idades daqueles trabalhadores. Talvez o guarda, ao relatar as idades, não tenha se

---

247 Registros dos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Livro 162, nº18, p.20. Paraguai, 13 de junho de 1856. João de Almeida Lara, guarda dos africanos livres. Fundo: APMT.

248 Registros dos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Livro 162, nº 100, p.100. Santana, 23 de julho de 1860. Tibério Fidélis Monis, guarda dos africanos livres. Fundo: APMT.

baseado em algum registro por escrito da Casa de Correção e se fundamentado apenas na “estrutura” física do africano pelo que lhe “aparentava”.

Entre os anos 1845 e 1850, diante da certeza do fim do tráfico de africanos para o Brasil, os traficantes aumentaram suas transações e, em razão disso, em média, cinquenta mil cativos eram desembarcados a cada ano nos portos brasileiros. Nesse período, observou-se que tanto homens como mulheres tinham a mais tenra idade. A maioria era composta por crianças, como pode ser constatado pelos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Como será exposto ainda neste capítulo, o fato da maioria do grupo de africanos da empresa ainda ser criança não impediu que eles exercessem as mais duras tarefas. Ao longo dos catorze anos de existência da Sociedade, em nenhum momento houve registros sobre incompetência ou queixas relacionadas às idades dos africanos livres da Sociedade. Algo que chama atenção, pois, se tomarmos como certas as idades dadas, crianças, independente de sua condição social, exigem mais cuidados e despesas do que satisfações e lucros. Por outro lado, é provável que, na medida em que elas amadureciam já inseridas nos costumes e lidas do “mundo do trabalho”, fazendo um trabalho aqui e outro ali, era de se esperar que, a partir dos oito anos mais ou menos, já estivessem disciplinadas para o trabalho.

Com relação à “nação de origem”, o Quadro 2 demonstra que dos trinta e três africanos livres identificados, o maior grupo foi registrado como sendo Congo, 46%; sendo 27% Cabinda; 10% Benguela e Moçambique; 6% Monjolo e apenas um africano foi relacionado como Nagô. Como é sabido, a classificação da “nação” dos africanos era extremamente geral e imprecisa. A convivência, a adaptação ao contexto da Sociedade e do próprio grupo conferia-lhes identidade de nação; identidades e solidariedades próprias, apesar da multiplicidade étnica existente.

Sobre os “sinais característicos” ou “marcas” que em geral eram utilizados para identificar o trabalhador escravizado, Mamigonian esclarece que, por ocasião da fuga do escravizado, os proprietários mandavam publicar em jornais ou periódicos as marcas que o cativo possuía pelo corpo a fim de identificá-lo. Esse hábito também era empregado assim que o africano escravizado ou, no caso em tela, africano livre era desembarcado no Brasil. Em solo, o africano era listado pela comissão mista com nome cristão, idade estimada, descrições físicas e com os sinais que portavam em seus corpos,

escarificações étnicas ou “marcas de traficantes”. Sobre as marcas de traficantes, a autora explica que, essa era uma prática corrente desde a Idade Média. Os comerciantes de cativos registravam marcas – como um símbolo de uma empresa–, junto à autoridade legal pelo controle do comércio ou da tributação que serviam para identificar suas mercadorias e objetos. Desse modo, ao ser capturado, o africano cativo, lá na África ainda, logo recebia a marca a ferro que correspondesse à marca do comerciante ou traficante, além disso, “marcava-se com o selo real aqueles escravos cujos impostos tivessem sido pagos”.<sup>249</sup>

No caso dos “sinais característicos” dos africanos livres relacionados no Quadro 2, sobretudo daqueles cujas idades foram registradas em 1860 – um grande grupo, como poderá ser visto no Capítulo 4 –, são exatamente daqueles que fugiram ou participaram de motins. Desse modo, por garantia, o guarda mantinha os registros corporais principalmente desses, logo que sobre os que faleceram e as mulheres, não constavam os seus sinais característicos, assim como também sobre as mulheres não foram assentados registros como participantes de revoltas de nenhum tipo.

## **Situação econômica e social da população do Alto Paraguai Diamantino**

Os rios e riachos das cabeceiras do rio Paraguai atraíram mineradores, que fundaram o arraial de Diamantino nas margens do ribeirão do Ouro em 1728. Devido à descoberta de diamante, cuja exploração era exclusiva da Coroa portuguesa, os mineiros foram expulsos do arraial.<sup>250</sup>

A partir de 1747, diminuiu consideravelmente a atividade mineradora nas cabeceiras do rio Paraguai devido a essa expulsão dos mineiros que haviam descoberto diamante junto com o ouro, exigindo, assim, o desvio do trabalho escravizado para a lavoura de subsistência.<sup>251</sup> De maneira geral, as lavras de minerais preciosos no Mato Grosso foram de curta duração, impossibilitando a instalação de

---

249 MAMIGONIAN. Africanos livres e os dois impérios [...]. Ob. cit., p. 50.

250 BARROZO, João Carlos. *Em busca da pedra que brilha como estrela*. Garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino. Cuiabá: EdUFMT; Editora Tanta Tinta, 2007, p. 39-40.

251 CORRÊA FILHO, Virgílio. *A cata de ouro e diamantes*. Rio de Janeiro: P. Pongetti & Cia, 1926, p. 6-9; BARROZO. *Em busca da pedra* [...]. Ob. cit., p. 41.

polos urbanos e administrativos de controle das minas, como ocorreu em Minas Gerais.<sup>252</sup> Essa crise econômica e social, somada ao esvaziamento da política de ocupação enquanto estratégia de fronteira pela assinatura de Tratados Internacionais, levou a Coroa à liberação das minas de ouro em 1805 no Alto Paraguai Diamantino, reservando-se o privilégio de comprar as pepitas por preços previamente estabelecidos.<sup>253</sup>

Com a liberação das minas do Paraguai-Diamantino e seus afluentes – Santana e São Francisco–, era efetivada a distribuição das lavras de ouro ao povo pelo próprio Ouvidor e Corregedor da comarca, Sebastião Pita de Castro, porém permaneceu a proibição relativa aos diamantes.<sup>254</sup> Por consequência, uma grande quantidade de pessoas deslocou-se para aquelas minas egressas, sobretudo, da decadente Vila Bela e de Cuiabá, que também sofreram os reveses da exaustão das minas. Em 1812, a abertura da navegação do rio Arinos pelo Tapajós permitiu a comunicação direta com o Pará, de onde negociantes comercializavam a maior parte dos suprimentos que distribuíam para outras regiões de Mato Grosso. Segundo Jesus da Silva Brandão, Diamantino tinha o papel de empório comercial de onde se abastecia a população, os exploradores em busca de novas descobertas e ainda mercadores que dali partiam para outros núcleos populosos da província.<sup>255</sup>

Nesse contexto, foi criado, em 1811, o distrito de Alto Paraguai Diamantino.<sup>256</sup> Em 1820, o município foi desmembrado do território de Cuiabá. Por volta de 1824, quando a população urbana era de seis mil e a rural de doze mil indivíduos, Diamantino desempenhava importante papel no cenário político de Mato Grosso por representar ponto estratégico de comércio.<sup>257</sup>

---

252 AZEVEDO, Adalberto Mantovani M. de; DELGADO, Célio Cristiano. Mineração. Meio ambiente e mobilidade populacional: um levantamento nos estados do Centro-Oeste expandido. Ouro Preto: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 4 a 8 de novembro de 2002, p. 3.

253 VOLPATO. *Cativos do sertão*. Ob. cit., p. 38.

254 CORRÊA FILHO. *A cata de ouro* [...]. Ob. cit., p. 49.

255 BRANDÃO, Jesus Silva. *História da navegação em Mato Grosso*. Cuiabá: Livro matogrossense, 1991, p. 22-24.

256 O nome “Paraguai”, incluso na denominação, vinha de um erro geográfico dos bandeirantes, que julgavam se encontrar estabelecidos nas cabeceiras do rio Paraguai, quando o rio Diamantino é apenas um afluente desse rio.

257 Cardoso, José Soares. *Mato Grosso em Foco*. Cuiabá: Guiapress, 1989, p. 114.

Contemporâneo dos fatos, o então delegado de Diamantino, João Batista Prudêncio,<sup>258</sup> em 1854, escreveu que Alto Paraguai-Diamantino se encheu de prosperidade devido ao grande número de trabalhadores empregados nas lavras com o ativo comércio, “que diretamente fazia com a Província do Pará e Rio de Janeiro, vindo anualmente desta, além das fazendas, grande número de braços africanos que supria com excesso aos que as febres devoraram”.<sup>259</sup> Desse modo, do Pará e do Rio de Janeiro os mato-grossenses compravam os trabalhadores escravizados, sendo que só, no ano de 1823, foi observada a entrada de 450 cativos em Diamantino vendidos por 380 mil reis, que chegaram a somar, no período de 1824-1828, um contingente de três mil, empregados diretamente nas minas.<sup>260</sup>

Como registrado, a comunicação de Mato Grosso e Pará era realizada somente por via fluvial através do porto do rio Arinos, onde se dava o fluxo de navegação comercial entre as duas províncias. Na forma em que já foi exposta no Capítulo 1, tanto os governo imperial, como o provincial desejavam muito construir uma estrada por terra que unisse essas duas províncias. Por isso, ao conceder as datas mineratórias e demais atributos à Sociedade de Mineração, o Governo imperial já garantiu, no momento de instituição da Sociedade, pelo Decreto 794, de junho de 1851, que ela se incumbisse de realizar análise do melhor lugar para se fazer a “abertura de uma estrada com direção à província do Pará, cujos trabalhos serão dirigidos por um engenheiro da Sociedade”.<sup>261</sup>

Por que era tão necessária essa estrada terrestre? Segundo conta o historiador Divino Sena, os caminhos fluviais eram bastante complicados e dificultosos. Os comerciantes além de correr o risco de

---

258 João Batista Prudêncio havia sido deputado da província de Mato Grosso de 1844 a 1849 e, em 1852, voltara para Assembleia Legislativa. SENA, Ernesto Cerveira. “Entre *anarquizadores* e pessoas de *costumes* – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso – (1834-1870). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2006, p. 104. No período de funcionamento da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, Prudêncio assinou, como delegado de Cuiabá, vários ofícios sobre os africanos livres.

259 PRUDÊNCIO, João Baptista. *O ARCHIVO*. Coleção Memórias Históricas, v. 3. Ano I. Cuiabá: Mato Grosso; Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1904. Informações ministradas ao presidente da Província de Matto-Grosso, Augusto Leverger, pelo delegado de polícia de Diamantino, João Baptista Prudêncio, sobre o município do Alto Paraguay em carta datada de 7 de março de 1854, p. 5.

260 BRANDÃO. *História da* [...]. Ob. cit., p. 24.

261 Decreto 794, de 7 de junho de 1851. Coleção das leis do Império do Brasil. V. 1, parte II, 1851, p. 134.

perder suas cargas nesses trajetos, por vezes gastavam tempo excessivo com os diversos trabalhos que tinham de executar para finalmente chegarem ao destino final. Tanto nas vias fluviais entre as províncias de São Paulo e Mato Grosso, como entre essa e a do Grão Pará existiam muitas cachoeiras a serem transpostas. Da vila de Porto Feliz em São Paulo até Cuiabá, eram ao todo cento e treze cachoeiras, e nas viagens entre Mato Grosso e Pará, pelo percurso do Guaporé até o Madeira, contavam dezessete grandes quedas d'água, e a presença delas dava-se também na rota do rio Arinos. Segundo Sena, quando essas correntezas eram muito grandes, a tripulação esvaziava as canoas ou “batelões e fazia a varação pelas margens do rio. Transtorno que poderia levar um dia inteiro de trabalho. Conseguir transpor as canoas era um alívio não somente para os camaradas como para todos os componentes da viagem”.<sup>262</sup>

Conforme explica esse autor, nesses comboios com frequência os indígenas eram contratados para trabalharem como remadores na navegação fluvial entre Mato Grosso e Pará tanto no percurso pelo rio Arinos, como pelo Madeira, Mamoré e Guaporé. Por outro lado, também com frequência, grupos indígenas empreendiam ataques contra todo tipo de ameaça, inclusive aquelas que poderiam ser temporárias, como grupos de tropas e viajantes. De acordo com Sena, as investidas eram sobretudo dos grupos Caiapó e Colorado, “os moradores que poderiam dar algum tipo de ajuda aos viajantes eram atacados pelos indígenas, já que os primeiros ocupavam terras pertencentes aos segundos”.<sup>263</sup>

Com o comércio e os negócios que conseguiam fazer com o Pará e Rio de Janeiro, em Diamantino surgiu uma nova classe social formada pelos negociantes com posição dominante. Esses negociantes enriqueceram-se pelo rendoso comércio nas áreas de mineração. Com a elevação dos preços de seus produtos na comercialização, esses mercadores ganhavam ainda sobre-lucros adicionais na troca com o ouro, adquirido a preços baixos. A maior parte da produção do ouro/diamante do Alto Paraguai Diamantino era canalizada para o Rio de Janeiro e Bahia a partir dos caminhos terrestres que partiam de Cuiabá. Sobre o comércio com o Rio de Janeiro, via Pará, Prudêncio registrou:

---

262 SENA. “Camaradas: livres e pobres em [...]”. Ob. cit., p. 135.

263 Idem. p. 92; 165.

Com o comércio por esta via com a Província do Pará, e com o que diretamente se continuou a fazer com a do Rio de Janeiro, onde sempre se venderam mais bem os diamantes, vindo destas muitas fazendas secas, e d'aquelas todos os gêneros de molhados e primeira necessidade, tomou rápido incremento a prosperidade da povoação.<sup>264</sup>

Em 1825, o distrito de Diamantino já contava com uma população de 6.077 habitantes, sendo 1.095 brancos, 1.266 pardos e 3.716 pretos. Desse total, a população escravizada era de 3.530.<sup>265</sup> Interessante observar que, conforme constatou Sena, no ano de 1849, esse número total da população não diminuira tanto, sendo que, nos termos que abrangia a vila de Diamantino e Nossa Senhora do Rosário do Rio Cuiabá acima, a população totalizava 5.182 pessoas, delas 3.627 livres e 1.505 escravizadas.<sup>266</sup> No entanto, a diminuição foi observada quanto aos trabalhadores escravizados. Enquanto em 1825, a população escravizada representava mais da metade da população total, ou seja, de 58% em 1849, ela decaiu para apenas 29%.

O delegado Prudêncio pode dar os possíveis motivos para isso. De acordo com o relatório que ele elaborou para o presidente da província em 1854, as causas responsáveis pela decadência econômica de Diamantino teriam sido a diminuição dos cativos devido aos altos preços e fugas constantes, a dificuldade de encontrar novos veios auríferos, as doenças e febres que prejudicavam os ânimos da população e a briga pelo poder local, causada pelos nativos e os portugueses em Diamantino, denominada como “rusga”.<sup>267</sup> Após essa rusga, muitos comerciantes e grandes proprietários envolvidos na briga abandonaram a vila de Diamantino, algo que certamente fizera a população “livre” decrescer. Uma explicação que também pode ser aventada para o caso da população escravizada é que muitos podem ter falecido, ou mesmo, fugido ou conquistado suas alforrias, mobilidade essa que os faria mudar de condição social de escravizado para livre.

---

264 PRUDÊNCIO. *O ARCHIVO*. [...]. Ob. cit., p. 4.

265 SELVAGGI, João B. Diamantino no século XVIII. *ASIA*. São Paulo, ano XII, nº 16, p. 43-48, set. 1954.

266 SENA. “Camaradas: livres e pobres em [...]”. Ob. cit., p. 29.

267 PRUDÊNCIO. *O ARCHIVO*. [...]. Ob. cit., p. 5.

Mas Prudêncio tem outra explicação para a queda da população escravizada. De acordo com ele, a partir de 1831, os escravocratas de Mato Grosso passaram a ter dificuldade em adquirir novos cativos devido ao aumento do valor dessa mão de obra, o que foi, segundo o delegado, ainda agravado com a proibição definitiva do tráfico de africanos para o Brasil em 1850.

Quanto às doenças apontadas por ele, de fato, lê-se, nos relatórios dos presidentes da província as várias tentativas no sentido de contê-las. Em geral, eram mencionadas as pleurises pulmonares, febres catarrais, varíola, cólera morbus, doença da bexiga, etc., aquelas que mais abatiam a população.<sup>268</sup> Ao longo do século XIX, algumas medidas foram pensadas para resolver alguns casos de doenças, como construir um lugar de isolamento – “lazareto” – na região do Baixo-Paraguai para se cuidar de pessoas com doenças infecciosas.<sup>269</sup> Foram adotadas medidas sanitárias e de higiene pública, como construção de cemitérios, matadouros e construção de açudes.<sup>270</sup>

Já sobre a “rusga”, apontada por Prudêncio como sendo uma das causas da decadência de Diamantino, assim escreveu ele: “em 1834, além daquelas causas, apareceram ou nos vieram do Rio de Janeiro as rivalidades contra os Brasileiros adotivos, que tiveram de sofrer a catástrofe de 30 de maio deste ano, perecendo nela alguns e outros evadiram-se para dela escaparem”.<sup>271</sup>

O sociólogo João Carlos Barrozo explicou que a rivalidade entre brasileiros e portugueses, iniciada com o episódio de 30 de maio de 1834, ocorrido no Rio de Janeiro, teve consequências também em Mato Grosso e em Diamantino. Esse fenômeno, conhecido

---

268 Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Jardim, na sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 01º de março de 1845. Cuiabá: Typ. Provincial, 1845, p. 13.

269 VILELA, Marlene Menezes. “Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em cuiabá (1867)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2001.; Fala dirigida à Assembléia Legislativa de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1850, pelo Exmo presidente coronel João José da Costa Pimentel. Cuiabá: Typ. do Echo Cuiabano, 1850, p. 6.

270 VILELA. “Quando o dedo de Deus apontou [...]”. Ob. cit., p. 87. De acordo com essa historiadora, “a defesa da construção de um lazareto no Baixo Paraguai tem por base a idéia de que a doença a exemplo da varíola, cólera morbus, febre amarela, vem do estrangeiro e pode ser isolada, o que aparece defendido pelos presidentes da província, que ignoravam a fluidez da fronteira do Império com os países platinos, pois desde o período colonial oferecia múltiplas possibilidades de comunicação”. p. 34.

271 PRUDÊNCIO. *O ARQUIVO*. [...] Ob. cit., p. 5.

historicamente na região como *Rusga*, “contribuiu igualmente para a decadência da mineração no Alto Paraguai-Diamantino. Muitos portugueses e brasileiros abandonaram a vila, acentuando a decadência”.<sup>272</sup>

Segundo Elizabeth Siqueira, a causa principal da *Rusga* foi a disputa pelo poder em Mato Grosso entre as facções políticas locais, os Liberais (Sociedade dos Zelosos da Independência) e os Conservadores (Caramurus – Sociedade Filantrópica). A *Rusga* foi um levante armado realizado pela oposição liberal com o objetivo de derrubar o governo conservador e assumir o poder em Mato Grosso. Os mais exaltados queriam assassinar a elite lusitana e os grandes proprietários de terra. No período da revolta, governava a província mato-grossense o coronel João Poupino Caldas – liberal moderado–, que, durante a explosão da revolta, saiu às ruas com o bispo dom José Reis, pedindo o fim dos assassinatos. Os “rusguentos” não pararam e acusaram Poupino Caldas de traidor. Os revoltosos continuaram suas ações saqueando e assassinando proprietários de fazendas que não conseguiam fugir. Sem apoio militar e isolado politicamente, o governador Poupino Caldas solicitou sua substituição. O novo governador, Antonio Pedro de Alencastro, foi rigoroso na perseguição aos líderes da *Rusga*, efetuando prisões. Em 1836, João Poupino Caldas resolveu mudar-se de Cuiabá, mas no dia em que deixaria a cidade, ele foi assassinado. Com a morte de Poupino e o afastamento do presidente, Alencastro da província – visto que os Liberais assumiram o poder regencial–, o grupo que havia sido preso regressou e se rearticulou no poder em Cuiabá. Foi nomeado para presidente da província Pimenta Bueno e, ao chegar a Cuiabá, logo se juntou ao grupo dos Liberais que rearticulados politicamente, passaram a exercer a hegemonia no poder.<sup>273</sup>

Segundo Ernesto Sena, enquanto na Corte, o Partido Conservador gradualmente se consolidava no poder – desde 1838–, como a principal força política, no Mato Grosso, o “Partido Liberal estabelecia sua hegemonia política a partir de sua criação, por volta de

---

272 BARROZO. *Em busca da pedra [...]*. Ob. cit., p. 51. Para análise aprofundada do processo histórico da estrutura de classes, os grupos dominantes e os dominados e seus canais de expressão; o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província do Mato Grosso e os problemas sociais em Mato Grosso, culminando com a *Rusga*, ver também: CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos no Mato Grosso – 1889-1943*. Campo Grande: EdUFMS, 1995.

273 SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, p. 88 a 91.

1837, até o início da década de 1850, impondo vários desgostos, precauções ou mesmo derrotas, no campo político, ao governo central”.<sup>274</sup>

Em Diamantino, ainda sob os resquícios do contexto apresentado, em 1852, surgiu então uma esperançosa tentativa de retomada das atividades mineratórias. De acordo com Prudêncio, em 1851, os que ficaram em Diamantino “fixaram os ânimos e assentaram de trabalhar. Em 1852, deu-se então a feliz circunstância de entrar para este município a companhia de mineração composta de 130 trabalhadores, fora os seus empregados e camaradas montando um total de 160 indivíduos”.<sup>275</sup>

De acordo com esse relato, tem-se notícia do número provável dos trabalhadores que foram empregados na Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Porém, até aqui, só conhecemos os africanos livres que somavam noventa e oito e os quarenta cativos já citados pelo senador Paranhos.<sup>276</sup> Os outros vinte e dois trabalhadores, provavelmente, eram livres, como o agente/administrador, os guardas dos africanos e os feitores.

Cabe observar que, conforme toda a documentação analisada, muito raramente ela revelava esses outros trabalhadores. Apenas de vez em quando lia-se nos registros a presença do trabalhador escravizado; do feitor – apenas dois –, do agente e do guarda que só eram substituídos quando pediam demissão. Já no final, após treze anos de funcionamento da Companhia, é que aparece uma única referência sobre a presença de um “guarda-livro” da Sociedade.

Para Prudêncio, a empresa mineradora motivaria a população local dando-lhe a esperança de que ela promoveria novas descobertas minerais; que pagaria bons salários aos trabalhadores “estas mesmas feitas no lugar tem concorrido para esbarrar aquele estado desanimador de decadência, não só dando bons ordenados aos filhos do País, empregados em seu serviço, como animando os outros poucos Mineiros que restavam”.<sup>277</sup>

---

274 SENA, Ernesto Cerveira de. Desafios políticos nas fronteiras do Império: do discurso da ordem ao encaço da civilização em Mato Grosso (1834-1862). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 3.

275 PRUDÊNCIO. *O ARQUIVO*. [...] Ob. cit., p. 6.

276 “Já vão em caminho os representantes e principais gerentes da companhia em Mato Grosso, e levaram consigo 40 escravos e diferentes máquinas, das quais algumas são de nova e útil invenção”. PARANHOS. *Cartas ao amigo* [...]. Ob. cit., p. 214.

277 PRUDÊNCIO. *O ARQUIVO*. [...] Ob. cit., p. 6.

Por consequência, a expectativa era de que os ordenados pagos pela Sociedade iriam dinamizar a economia, proporcionando “também novo incremento de prosperidade aos lavradores”.

Assim, essa Sociedade, que era vista como protegida dos governos imperial e provincial, seria portadora do desenvolvimento econômico dos trabalhadores locais – a partir dos ordenados – e, no futuro, esperava-se que ela também pudesse beneficiar a província, dando impulso ao comércio com o Pará. Segundo Prudêncio:

Se ela tiver bons resultados nas suas primeiras viagens e for animando com a valiosa proteção do Governo Geral e Provincial, pode muito prosperar, utilizando ao Município em particular e em geral à Província, reanimando o comércio quase amortecido com o Pará.<sup>278</sup>

Pelos relatórios das autoridades locais, percebe-se que a Sociedade de Mineração de Mato Grosso era relacionada ao desenvolvimento do capitalismo emergente, especialmente do processo de industrialização e de expansão de relações de trabalho assalariado. A implementação e operação dos serviços previstos pela empresa mineradora geraram na população local uma expectativa de que ela tanto trouxesse como motivasse uma mudança profunda no mercado de trabalho até então condicionado, em grande parte na agricultura de subsistência e na mão de obra escravizada.

Essa expectativa de mudanças e melhorias econômicas era percebida por todo o território imperial, sobretudo naquelas províncias mais empobrecidas e distantes da Corte. Assim, é possível considerar que, se antes de 1850 as despesas públicas eram efetuadas com o objetivo de organizar o aparelho de Estado e garantir minimamente o comando sobre o território imperial, a partir da metade do século XIX, os recursos do Estado passariam a ser direcionados ao fomento das atividades produtivas por meio do investimento em infraestrutura.<sup>279</sup>

Em síntese, a Sociedade de Mineração de Mato Grosso foi recebida pelas autoridades locais com essa perspectiva que tomava conta do território imperial de que, assim como outras companhias que

---

278 Idem.

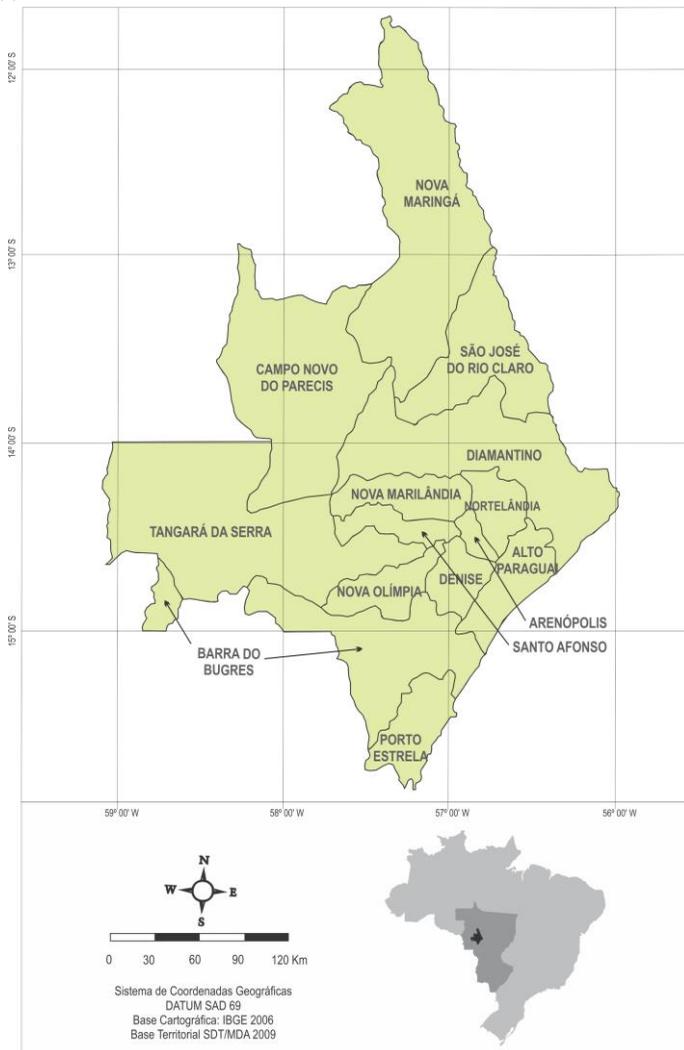
279 MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999, p.19.

estavam sendo implementadas, a Sociedade de Mineração representava a prosperidade e, como tal, ela havia recebido apoio do governo imperial para, além dos trabalhos voltados para a mineração, também auxiliasse a província naquilo que ela dizia ser absolutamente necessário: *civilizar* os indígenas para o trabalho e construir – ou apenas indicar a partir de mapas – a tão sonhada estrada para o Pará.

Como já relatado, a Sociedade era aquela que traria o progresso a partir do trabalho livre e assalariado, iniciativas que poderiam indicar que a província estaria no caminho certo para a modernização. Conforme o Mapa 2, seria ali, naquela longínqua província, naquele remoto termo do Alto Paraguai Diamantino, que os africanos descobririam, na mais tenra idade, porque foram trazidos de suas terras africanas. Ali onde muitos deles deixariam de ser criança e, pelas experiências aprendidas a partir do trabalho, experimentariam que não apenas trabalhando se poderia viver. Seria ali que, após amadurecer, aprenderiam a conhecer as matas, tomar umas cachaças, banhar-se nos rios e que, um pouco além dali, com os quilombolas, eles aprenderiam a fugir. Mas antes disso tudo, teriam de aprender a trabalhar.

## Mapa 2

### Território Alto Paraguai – Região centro Oeste do Estado de Mato Grosso



**FONTE:** Mapa reelaborado a partir de Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Alto Paraguai. Alto Paraguai. Mato Grosso. Cuiabá: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria de Desenvolvimento Social, 2010, p. 14.

## Os trabalhos dos africanos livres em Alto Paraguai Diamantino

Os trabalhadores africanos livres foram empregados, em primeiro momento, na construção das moradias e alojamentos. A seguir, eles passaram a trabalhar nos desvios de rios, mineração, lavoura, trabalhos domésticos e outros serviços, como criação de animais, carpintaria, construção de estradas, e extração da poaia e, no final, Arsenal de Guerra.

Como observa-se no Quadro 3, essas eram as atividades nas quais foram empregados os africanos livres ao longo dos catorze anos que estiveram a serviço da Sociedade. Essas funções foram extraídas dos mapas dos africanos livres na forma em que já foram apresentadas no Quadro 1, que é uma transcrição literal da fonte original.

### Quadro 3

Frentes de trabalhos nas quais foram empregados os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso – 1852-1865.

Frentes de trabalhos	Anos
Desvios dos rios	1852-1853
Mineração	1853,1854,1855,1859,1860,1862,1864
Serviços de roças	1853, 1854, 1855, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864
Serviços de casa	1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857
Carpintaria	1852, 1854, 1855, 1856, 1857
Criação de animais	1859, 1864
Construção de estradas	1859, 1864
Extração da poaia	1863, 1864
Arsenal de Guerra	1864, 1865 (novembro/64 a fevereiro de 1865)

**FONTE:** Mapas dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso - 1852-1865; Livro de Registros nº 143, da Sociedade de Mineração do Mato Grosso sobre os africanos livres, Sant'Anna,1855; Livro de Registros nº 162, sobre os africanos livres da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Paraguai, anos de 1852 a 1864.

Como não foram localizados todos os mapas ao longo daqueles anos, não será possível apresentar a sazonalidade dessas atividades. Os anos que estão expostos no Quadro 3 referem-se aos mapas localizados ou de acordo com as informações dos ofícios dos guardas dos africanos livres. Fato esse que não inviabiliza a análise, pois, os mapas que, foram localizados permitem perceber que ao longo dos anos, essas frentes de

trabalhos foram realizadas pelos africanos, tendo em vista a sequência – ainda que fragmentada – desses mapas, bem como as correspondências dos guardas ano após ano ao apresentarem os africanos exercendo esses trabalhos.

Pela análise sequencial dos mapas localizados, observa-se também quando determinada atividade deixou de ser exercida pelos africanos livres. Em determinados meses, o número de trabalhadores registrados ficou bem abaixo do número total de noventa e oito africanos livres, fato que pode ser explicado devido ao número constante de doentes e falecimentos ao longo do período estudado.

Assim, quando o africano livre estava doente – e não trabalhando – ele não era adicionado nas frentes de trabalhos mencionadas, mas era registrada sua presença nas “observações” – conforme o Quadro 1 –, nas quais o guarda dos africanos livres destacava sua condição de saúde naquele momento e o local onde estaria se recuperando.

Conforme já foi exposto no Capítulo 1, todos os acontecimentos relativos aos africanos livres eram sistematicamente comunicados aos presidentes da província durante todo o tempo em que os africanos trabalharam para a Sociedade. Desse modo, os guardas enviavam o ofício e em anexo, o mapa do referido mês. Foram encontrados esses ofícios, mês a mês, ao longo desses anos, no entanto a maioria dos mapas não estava anexada a eles.

Em muitos ofícios, o guarda acrescentava mais informações ao que fora registrado nos mapas. A partir daí também foi possível contar a história das experiências desses africanos livres. Em geral, a correspondência seguia um mesmo padrão: “Tenho a honra de participar a V.Ex<sup>a</sup> que no decorrido mês não tem havido novidade alguma sobre os africanos livres da minha responsabilidade que mereça atenção, exceto alguma enfermidade. V.Ex<sup>a</sup> verá pelo mapa que incluso remeto”.<sup>280</sup>

Além dos mapas relativos aos trabalhadores africanos livres, também eram anexados os mapas dos filhos das africanas – apenas os registros de nascimentos, batizados e mortes, a exemplo: “Com este tenho a honra de transmitir a V.Ex<sup>a</sup> na forma das Instruções e ordens estabelecidas, os inclusos Mapas e do atual estado dos Africanos livres, e dos filhos das Africanas durante o mês próximo findo em que não

---

280 Ofício do guarda dos africanos livres, Lucas Memovia Égas Monis, ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger. Santana, 20 de junho de 1853. Ofício nº 9, folha 4 verso. APMT.

ocorreu novidade digna de menção”.<sup>281</sup> Durante o período em que estiveram a serviço da Sociedade, as africanas tiveram trinta e seis filhos. Sobre os filhos das africanas, a história será contada no Capítulo 4.

Como veremos a seguir, após a longa jornada, os africanos foram imediatamente empregados nas construções de suas próprias moradias, em seguida nos desvios dos rios, sobretudo nas margens do rio Santana. Aqui e acolá, nos registros que se referiam especificamente aos africanos livres, lê-se a presença de um ou outro trabalhador escravizado em algumas dessas atividades. Quando isso acontecia, o fato era destacado conforme a relação ocorria. Em 1854, o governador da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, relatou como se organizaram as atividades iniciais da Sociedade:

A Sociedade de Mineração desta Província, que, como já me referi, assentou os seus trabalhos no Município do Diamantino, empreendeu desviar, em parte do seu curso, o ribeirão de Santa Anna, a fim de aproveitar-se da abundancia de diamantes, que se supõe haver no álveo do dito rio, junto à ilha do mesmo nome.<sup>282</sup>

Nos anos iniciais, a exemplo do Gráfico 1, além dos desvios dos rios, os africanos livres foram empregados em menor proporção na lavoura, mineração, serviços domésticos e carpintaria. O Gráfico 1 revela que a maioria de trabalhadores africanos livres estava concentrada nos desvios dos rios no ano de 1853, somando, naquele mês de abril, sessenta e quatro africanos. Observa-se no Gráfico 1 que tanto os homens como as mulheres exerciam essa atividade. Já com relação à agricultura e serviços domésticos, ocorreu nesse caso, a divisão sexual do trabalho, algo que não se repetiu em muitos anos subsequentes, sendo observada tanto a presença feminina quanto a masculina em todas as frentes de trabalhos, com exceção da carpintaria que, no caso em tela,

---

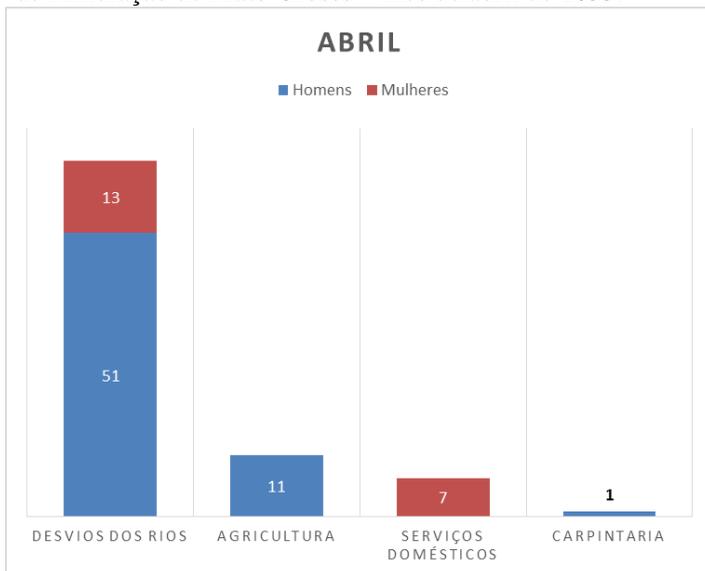
281 Ofício do guarda dos africanos livres João de Almeida Lara, ao presidente da provincia de Mato Grosso, Augusto Leverger. Santa Anna, 1º de dezembro de 1855. Livro de registro nº 143. Ofício nº 47. APMT.

282 Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854, p. 11-13.

ocupava apenas um trabalhador e, ao longo dos anos, o número de trabalhadores dedicados a essa função nunca passou de quatro.

### Gráfico 1

Trabalhos desenvolvidos pelos africanos livres a serviço da Sociedade de Mineração de Mato Grosso – mês de abril de 1853.



**FONTE:** Mapas dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso – dezembro de 1860. APMT.

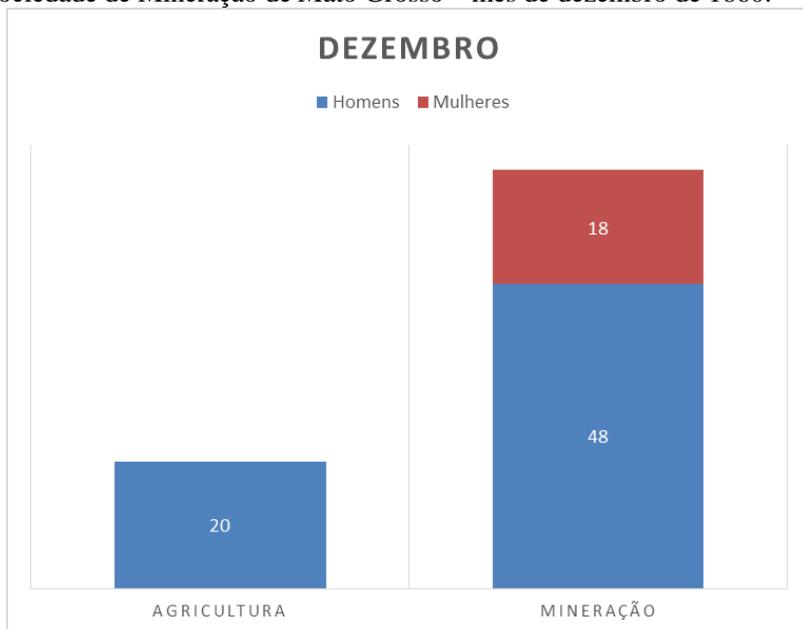
A partir de 1854 até 1860, a maior parte dos africanos trabalhou na mineração. A partir de 1860, em alguns meses, houve aumento do número de trabalhadores destinados à lavoura, atividade que existiu ao longo de todo o período de funcionamento da Sociedade. Nos anos de 1861 e 1862, o número de trabalhadores empregados na lavoura superou aquele empregado na mineração.

Quanto ao Gráfico 2, ele revela a grande concentração de africanos livres dedicados à exploração das minas em dezembro de 1860. Desse modo, observam-se quarenta e oito homens e todas as mulheres africanas livres – logo que duas já tinham falecido– dedicados à exploração das minas. Por outro lado, também é revelador o total de vinte africanos livres trabalhando na lavoura, todos homens, algo que

também foi observado no mês anterior do mesmo ano. Isso pode significar que, após oito anos de permanência da Sociedade naquelas terras, o plantio já não significava meros roçados. Após tanto tempo, é certo que já houvesse uma extensão considerável de lavouras de produtos de subsistência, que exigiam cuidados, plantios, replantios, colheitas, e para isso, exigia-se a mão de obra permanente e, possivelmente, com mais experiência na produção de alimentos.

### Gráfico 2

Frentes de trabalhos desenvolvidos pelos africanos livres a serviço da Sociedade de Mineração de Mato Grosso – mês de dezembro de 1860.



**FONTE:** Mapas dos Africanos Livres que foram entregues pelo governo à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso – dezembro de 1860. APMT.

A partir daí, somente um pequeno grupo foi empregado na lavoura, sendo reduzido ao número de cinco trabalhadores nos anos finais de 1863 a março de 1864, e nenhum na mineração devido ao desvio dessa mão de obra para a poaia. Ao longo do período, entre 1852 a 1857, observou-se que alguns poucos africanos estavam trabalhando

como carpinteiros e que, a partir de 1857, já não se verifica mais essa função.

Os poucos serviços domésticos observados ao longo do período também não foram mais registrados a partir de 1857. Já a “criação de animais” surgiu somente a partir de 1859, com apenas um ou dois trabalhadores, entre homens e mulheres, permanecendo até 1864. A ocupação de “construção de estradas” só existiu nos anos de 1859 e 1864, na forma pela qual será detalhada. A partir de 1863, a maioria dos africanos livres trabalhava na extração da poaia até início de 1864. A função “Arsenal da Marinha e Guerra” apareceu em 1865, existiu por apenas quatro meses e teve o objetivo de “guardar” os africanos livres “insurgentes” às vésperas da emancipação definitiva. Todas essas atividades serão detalhadas a seguir. Cabe informar que os trabalhadores, quando exerciam as atividades de mineração, não permaneciam por muito tempo nos mesmos lugares. Eles foram constantemente levados de uma área mineratória para outra. Por isso, ao longo do texto, poderá ser observada essa mobilidade por essas localidades, descrita a partir das comunicações dos guardas dos africanos livres.

### **Construir, morar, zelar, plantar, colher e criar animais**

Os dois principais lugares onde os africanos livres trabalharam para a Sociedade foram às margens do rio Santana e do Paraguai, no Alto Paraguai Diamantino, como se pode observar nos Mapas 2 e 3. Esses locais ficavam uns quarenta quilômetros distantes da vila de Diamantino. Desse modo, os africanos livres eram deslocados de um local para outro, como relatou o guarda dos africanos livres Tibério Fidelis Monis, em 1858: “Tenho a honra de participar a V.Ex<sup>a</sup> que no dia 29 do mês findo, foram restituídos ao lugar do Arrançamento do Paraguay parte dos Africanos que até esse dia trabalharam em Santa Anna na mineração”.<sup>283</sup>

Assim, ao chegarem à região designada, os administradores da Sociedade e seus empregados tiveram que montar uma estrutura composta de ranchos e roças mais fixos nesses locais – Santana e

---

283 Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Monis, ao Ilmo Exm<sup>o</sup> Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d’esta Província. Santa Anna, 30 de abril de 1858. Ofício nº 85. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1858. APMT.

Paraguai-, de onde se deslocavam para a exploração das lavras em diversos ribeirões daquele local.

Certamente, para construir as moradias para os noventa e oito africanos livres, sem contar as necessárias para os quarenta trabalhadores cativos e mais os vinte e dois trabalhadores livres – se é que de fato houve-, seriam necessários muito mais do que os quatro carpinteiros apontados nos mapas dos guardas dos africanos livres entre os anos de 1853 a 1857.<sup>284</sup> É possível considerar também que esses africanos já tinham conhecimento anterior sobre esse ofício ou terem aprendido – fazendo- ao longo desse período, tendo em vista ser de grande utilidade essa mão de obra especializada para a confecção das barragens, regos, cercos, bicas, etc., nos trabalhos da mineração.

Derrubar as árvores, rachar a madeira, carregar as toras e as tábuas até os locais indicados para a construção são atividades que requerem muito tempo e mão de obra. Mas, se considerarmos que a mão de obra era o que não faltava à Sociedade, os barracões foram erguidos em pouco tempo. Provavelmente os ranchos destinados aos administradores e guardas dos africanos livres ficavam em área mais privilegiada longe dos lugares mais úmidos e pestilentos. Talvez os alojamentos dos feitores fossem mais próximos dos barracões dos africanos livres e dos cativos tendo em vista a constante vigilância sobre eles. Dessa maneira, nas fontes, aqui e acolá, nota-se uma rápida observação sobre a moradia dos africanos livres sem, no entanto, tecer detalhes. Assim, por mais fértil que seja nosso poder empírico em relação às casas dos africanos livres e demais trabalhadores da Sociedade, ela certamente não ultrapassa os limites da realidade da região. Para nos auxiliar nesta empreitada, apropriamo-nos das descrições e sugestões de alguns viajantes estrangeiros que estiveram naquela localidade.

Em 1828, Luiz d'Alincourt, em suas memórias sobre a viagem que fez do porto de Santos à cidade de Cuiabá, registrou dados sobre população, comércio, indústria, situação e origem das vilas, arraiais nascentes, confluências dos rios, direções de serras e particularidades de

---

284 Os mapas dos guardas dos africanos livres dos meses de maio a outubro de 1853 e ao longo de 1854 apontaram apenas um ou dois africanos livres realizando a função de carpinteiro; e nos mapas dos anos de 1855 a 1856 observou-se o maior registro desta função, variando entre três a quatro africanos livres; já nos mapas de 1857 tornam a se observar apenas de um a dois africanos livres. Cf.: Mapas dos africanos livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província do Mato Grosso. Latas 1853, 1854, 1855, 1856, 1857. APMT.

Santos, Minas Gerais, Goiás até chegar no Mato Grosso. Sobre o termo de Diamantino, anotou que a vila principal era Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai-Diamantino, e os “seus chamados Arraiais eram todos insignificantes, contendo apenas meia dúzia de casas, ou choupanas cobertas de palha, as mais bem construídas estavam nos Sítios, Engenhos e Fazendas”.<sup>285</sup> Especificamente sobre a localidade de Santana, Alincourt descreveu-a como uma “aldeia”:

Esta Aldeia de Santa Anna consta de um largo comprido, com o Templo quase no meio, e ornado de casas, algumas de taipa, porém a maior parte de pau-a-pique; e por fora estão várias casas construídas avulsamente: os moradores, que se pela maior parte são índios, ou descendentes deles, plantam milho, feijão, mandioca, cana de açúcar, algum café e algodão.<sup>286</sup>

Castelnau foi mais um dos viajantes europeus que passou pelos garimpos de Diamantino-Alto Paraguai no século XIX. Na viagem que fez de Cuiabá até aquele local, no ano de 1845, ele descreveu detalhadamente a região estudada nesta pesquisa: “A Vila de N. Sra. da Conceição do Alto Paraguai Diamantino fica situada a uma légua do rio Paraguai, num vale muito alongado, formado por dois morros”.<sup>287</sup> Depois de passar pelas nascentes do rio Paraguai, Castenau foi ver as lavras de diamante do lugarejo de São Pedro, onde havia “umas 60 a 70 casas muito ruins e mais ou menos 300 habitantes”. De lá, o viajante foi conhecer a povoação de Buritizal que ficava “meia légua a noroeste de São Pedro; é maior do que esta última e vai até a margem do rio Paraguai”.<sup>288</sup>

---

285 ALINCOURT, Luiz d'. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-mór engenheiro, encarregado da comissão estatística topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statistica Política e Civil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: 1880-1881. Vol. VIII, p. 39-142. Apud. SENA. “Camaradas: livres e pobres em [...]”. Ob. cit., p.26.

286 ALINCOURT, Luiz d'. *Memórias sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975, p. 153.

287 CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949, p. 159. Apud. BARROZO. *Em busca da pedra que [...]*. Ob. cit., p. 44-48.

288 Idem.

O fato nessas descrições, assim como em várias outras de viajantes do período, é que, ao mesmo tempo em que dar conta de informar alguns detalhes práticos sobre a realidade material vista – diante de narração por vezes eivada de preconceito –, elas também podem induzir o leitor a interpretar o visto sob as lentes do narrador, comparando-o com o desenvolvimento da nação do visitante. Ainda assim, em pormenorizada memória, os detalhes parecem precisos acerca dos caminhos e rios percorridos, as pessoas, as moradias, as roças dos lavradores, etc., que são dados úteis e auxiliam o pesquisador em suas conclusões. Dessa forma, embora de maneira parcial, podemos visualizar as possíveis construções edificadas para o abrigo dos trabalhadores da Sociedade de Mineração de Mato Grosso.

Podemos ir mais longe, se considerarmos que, historicamente, as moradias para os trabalhadores escravizados no Brasil remontam ao início da colonização portuguesa. Segundo Telma de Barros, desde o século XVI, essas moradias existiam em espaços mais privados, tanto em engenhos de açúcar como em fazendas e em empreendimentos de mineração. A partir do século XIX, esses alojamentos passaram a ser construídos junto às fábricas, usinas de açúcar, madeireiras, empresas de geração de energia, frigoríficos, etc., em lugares mais públicos.<sup>289</sup>

Assim, no período colonial, pequenos povoados formaram-se junto aos engenhos de açúcar, reunindo geralmente uma capela, o engenho e seus anexos, uma casa-grande, moradias para trabalhadores livres e senzalas para os escravizados. De acordo com a historiografia, com o passar do tempo, surgiram pequenos arranjos nas instalações e, dependendo da atividade produtiva, houve alguma novidade conforme o número de trabalhadores, grupo social e sexual, cativos solteiros e casados.<sup>290</sup>

Provavelmente, a Sociedade de Mineração de Mato Grosso dispunha de habitações destinadas aos trabalhadores livres, outras para os cativos, um grupo de moradias para os africanos livres homens e outro para as mulheres e seus filhos. Só não tem como saber se alguns

---

289 CORREIA, Telma de Barros. Núcleos Fabris e de Mineração no Brasil: As Experiências Pioneiras (1811-1880). *Risco* - revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. Programa de Pós Graduação do departamento de Arquitetura e Urbanismo/ EESC-USP, 3, 2, 2006, p. 15.

290 CORREIA. Núcleos Fabris e de Mineração no Brasil: [...]. Ob. cit.; Ver especialmente: LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984; STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, entre outras obras.

dos homens africanos livres coabitavam com as mulheres africanas e seus filhos, logo que igualmente não foi constatado que alguns deles também fossem o pai dos filhos das africanas livres. Nas terras do entorno das moradias dos africanos livres, com certeza sobrava quintal para a criação de porcos e galinhas e, quem sabe, uma horta bem grande e coletiva. Certamente, eram alojados em habitações coletivas com capacidade para dez a vinte homens e mulheres separados. Talvez as africanas livres sem filhos fossem alojadas apartadas das que eram mães e, na condição de mães, algumas talvez ficassem em outro alojamento cuidando de seus filhos e de outras crianças menores, além da criação dos animais, assim como revelou o guarda Tibério em 1859: “Ficaram no arranchamento do Paraguay os Africanos Gil e Florinda para tratar das criações; a saber, esta última, com seus dois filhos, ficou também o Africano Thomaz por não poder andar”.<sup>291</sup>

Como as matas eram ambientes bastante insalubres, e as moradias feitas de pau a pique, os trabalhadores sofriam sérios transtornos que iam desde ataques de mosquitos – comuns na região –, goteiras das chuvas tropicais e intensas até a risco de vida. O único registro encontrado sobre o trabalhador da Sociedade dentro do alojamento indica que a moradia seria individualizada e feita de material que pegava fogo com facilidade, ou seja, de madeira e coberta de palha. Como registrou o guarda Lucas, em agosto de 1855, o africano Vicente havia levado um pedaço de madeira acesa para seu alojamento – talvez para aquecê-lo na noite fria – e certamente, ao adormecer, o fogo tomou conta de sua moradia e ele faleceu sem socorro:

Vicente Moçambique, idade de 19 anos, gordo, baixo, cabeça redonda, orelhas pequenas, olhos regular, dentes abertos, dia 15 de agosto de 1855, por onze horas da noite, faleceu por ter deixado, por descuido, junto a sua cama uma acha de lenha acesa, motivo de incendiar parte do seu alojamento, do qual não se pode livrar o dito Africano.<sup>292</sup>

---

291 Mapa dos Africanos Livres entregues pelo Governo a Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso. 31 de maio de 1859. Tibério Fidelis Monis, guarda dos Africanos Livres. Lata 1859. APMT.

292 Livro de Registros da Sociedade de Mineração do Mato Grosso sobre os Africanos Livres. Registro nº 76, Auto de Óbito. Sant’Anna, 16 de agosto de 1855, Lucas Memória Égas Monis. Livro de Registro nº 162, ano de 1852 a 1864. APMT.

Na forma apontada nos Quadros 1 e 3, “os serviços de casa” foram desempenhados, nos anos de 1852 a 1853, por sete a nove africanas. No ano de 1855, houve variação, chegando até doze africanas. Esse número foi reduzindo-se até 1857 e não houve mais registros após esse ano. Certamente as atividades continuaram a ser desenvolvidas; talvez tenha sido descuido do guarda não realizar as costumeiras anotações – o que seria uma exceção–, logo que essas estavam relacionadas em outras frentes de trabalhos e não mais nos serviços de casa. A partir daquela data, nenhuma tarefa de casa foi especificada pelos guardas ou agentes da Sociedade de Mineração em seus mapas mensais.

No entanto, é de se perscrutar que algumas tarefas fossem necessárias: colher as raízes, os legumes e vegetais; matar galinhas, porcos e fazer as refeições diárias; trabalhos de lavação de pratos, panelas e roupas; arrumação e limpeza dos barracos; costuras, etc. Por causa do grande número de trabalhadores, eram atividades que requeriam uma labuta diária e permanentemente intensa, do contrário, não se daria conta de todas essas tarefas.

Considerando que a cata do ouro e diamantes eram importantes, mas não tanto quanto sobreviver à fome, os dirigentes da Sociedade de Mineração, assim que se instalaram na região, trataram de empregar alguns africanos livres nas roças. Desse modo, logo na chegada, os africanos livres foram repartidos. A maioria das mulheres e homens seguiu para a atividade mais dura de desviar os rios. Poucas outras para o serviço doméstico, e o restante dos homens deveriam ir imediatamente derrubar as matas no entorno do arranchamento próximo do rio Santana.

Em seguida, carpiram o mato e fizeram as roças. Como não há registros da cultura semeada, certamente seguiram os costumes da região. Começaram abrindo covas para as ramas da mandioca. Como já estavam em fins de setembro de 1852, o clima estava perfeito para o plantio, pois era época de maior intensidade de chuvas necessárias para brotação das manivas e enraizamento. O plantio era normalmente feito no início da estação chuvosa, quando a umidade e o calor tornam-se elementos essenciais para a brotação e enraizamento.<sup>293</sup> Os trabalhadores deveriam ainda manter as plantas livres das ervas

---

293 MATOS, Pedro Luiz Pires de; CARDOSO, Eloisa Maria Ramos. Embrapa: mandioca e floricultura. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>.

daninhas nos primeiros seis meses e realizarem a colheita após oito a doze meses. Devido à escassez e urgência dos alimentos, talvez no mesmo período ou tão logo determinasse a natureza, tenham plantado também o feijão e o milho que, culturalmente, eram plantados intercalados às fileiras da mandioca – usando-se uma ou duas fileiras de milho entre duas de mandioca alternadas com fileiras de feijão. Para garantir uma melhor germinação, usavam-se três sementes por cova tanto para o milho como para o feijão. Geralmente, as culturas são plantadas na mesma época, mas existem casos nos quais o feijão é plantado antes da mandioca, com intervalo de tempo que vai de quinze a sessenta dias.<sup>294</sup>

Há também a cultura popular de outros gêneros que os pobres livres, escravizados, libertos e fugidos plantavam na região: abóbora, algodão, amendoim, ananás, arroz, banana, cará, fava, batata doce, cana de açúcar e outros. No fim do século XVIII, no Mato Grosso, o quilombo do Piolho possuía grandes plantações de milho, feijão, mandioca, batata, cará e outras raízes, assim como muita banana, ananás, abóbora, fumo e algodão do qual faziam panos grossos.<sup>295</sup> Além disso, criavam galinhas.<sup>296</sup>

É possível considerar que boa parte desses alimentos tenham sido os primeiros nos roçados realizados pelos africanos livres por serem curtos os períodos para as colheitas. Como já descrito, poderiam comer a mandioca no prazo máximo de doze meses, o milho e a batata doce em cinco, e o feijão em noventa dias.<sup>297</sup> Desses itens, a mandioca foi a mais utilizada no cardápio tanto dos escravizados, como dos pobres livres no Brasil. Ela possui um grande valor nutritivo devido à sua riqueza em proteínas, vitaminas e sais minerais naturais. Além de ser de fácil cultivo, a mandioca poderia continuar madura embaixo da terra por longos meses. Essa seria uma característica bem oportuna para os administradores da Sociedade, pois permitiria que eles levassem os trabalhadores de um lado para o outro, e, quando retornassem ao

---

294Idem.

295 GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos*. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil. Século XVII-XIX. São Paulo: UNESP, Polis, 2005, p. 360.

296 VOLPATO, Luiza Rios Ricci. “Quilombos em Mato Grosso. Resistência negra em área de fronteira”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 224.

297 QUEIRÓZ, Renato da Silva. *Caipiras negros no Vale da Ribeira*. Um estudo de antropologia econômica. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2006, p. 44.

acampamento, encontrariam alimentação pronta para o consumo. Além desses alimentos, contavam com as frutas nativas, caças e peixes, que eram abundantes na região mato-grossense.<sup>298</sup>

De acordo com as fontes, a organização do trabalho da Sociedade dava-se de maneira a manter certo número de trabalhadores constante ao longo do ano em determinada “frente de trabalho”, conforme já demonstrado no Quadro 1. Esse número aumentava, diminuía e às vezes desaparecia no ano seguinte. Tendência essa que permite concluir que as exigências da mão de obra nas áreas de trabalho de “maior interesse” da empresa, ou seja, na mineração, fosse a responsável por essa variação, ou ainda o desvio dos africanos livres para as áreas de trabalho que a direção determinasse. A partir de 1854, o trabalho na lavoura foi intensificado, inclusive com a presença das mulheres, iniciado com o número de cinco em outubro de 1853. A partir de 1855 até 1857, observou-se uma grande concentração da mão de obra nas roças com um número constante de 25 a 30 africanos livres.

Atenta à necessidade da produção de alimentos ao longo dos catorze anos de sua existência, a Sociedade concentrou dois lugares onde mantinha as lavouras e talvez os ranchos, que serviam de alojamento para os trabalhadores. De acordo com o descrito no Mapa 3, uma roça estava localizada mais próxima do atual município de Diamantino às margens do rio Santana e outra nas adjacências do rio Paraguai no Alto Paraguai.<sup>299</sup>

## **Desviar os rios em Santana**

Sob o comando do agente Medardo Rivani, aos cuidados do guarda dos africanos livres e acompanhados pelos trabalhadores escravizados, após a construção das moradias, os trabalhadores africanos livres foram encaminhados para trabalharem nos desvios dos rios em Santana próximo a Diamantino. Segundo Prudêncio, assim que instalada a Companhia, já iniciaram as atividades, “que tinham por fim desviar de

---

298 ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso*: [...]. Ob. cit., p. 48.

299 Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exmº Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d’esta Província. Paraguay, 30 de abril de 1858. Ofício nº 86. Correspondências recebidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1858. APMT.

um leito o rio Sant'Anna, em cuja ilha, poços e cachoeiras vizinhas a ela existiam grandes riquezas em diamantes”<sup>300</sup>.

No trabalho de desviar os rios, os africanos livres redirecionavam os cursos ou isolavam trechos dos leitos dos rios ou córregos com barragens. Com essa atividade, a empresa tinha a intenção – e expectativa–, de encontrar, no leito dos rios os resquícios de ouro não extraídos nos séculos anteriores devido – segundo Paranhos– à “imperícia” e forma artesanal utilizada pelos mineradores. Como a imagem da Sociedade apresentada até aqui a aproximava de empresas mineradoras com alta orientação empresarial, com presença da mecanização com técnicas modernas e especializadas, acreditou-se que ela, munida dessas especificações, seria então capaz de recuperar os esquecidos metais preciosos. Conforme já registrado, uma dessas imagens foi propagandeada por Paranhos antes mesmo da implementação das atividades da Sociedade em agosto de 1851:

Há no rio Sant'Anna, uma das suas maiores cachoeiras, com vasta bacia. Ora, sendo essa ilha explorada por diferentes mineiros, acharam estes nela imensa riqueza, de que se não souberam aproveitar pela sua imperícia e pela deficiência de máquinas apropriadas, sendo que ainda hoje ali se desconhece o uso das bombas. Como a execução era feita numa altura inferior ao maior nível do rio, as águas constantemente inutilizavam todos os trabalhos dos rústicos exploradores. É nessa ilha que a companhia vai fazer as suas primeiras explorações.<sup>301</sup>

Dessa forma, os africanos livres representavam a principal força de trabalho nos desvios dos rios. Desde o início das atividades da Sociedade, em julho de 1852, até setembro de 1853, foi nesse trabalho que houve maior concentração desses trabalhadores.

Quanto ao modo e o material utilizados pelos africanos livres tanto para a extração dos minerais quanto para o trabalho de desvio dos rios, não houve registros. Mas é muito provável considerar que esses utilizassem as mesmas técnicas da época. Assim, o desvio dos rios era um processo penoso. Os africanos livres, homens e mulheres, desviavam

---

<sup>300</sup> PRUDÊNCIO. *O ARQUIVO*. [...]. Ob. cit., p. 5.

<sup>301</sup> PARANHOS. *Cartas ao amigo* [...]. Ob. cit., p. 215.

uma parte do leito do rio com uma barragem de terra, pedaços de paus e pedras no leito descoberto para que somente uma certa quantidade de água escorresse para lavagem do material. Essa barragem teria de ser uma estrutura de controle que, além de diminuir, desviar ou secar o rio, deveria proteger e garantir as condições de trabalho com menos riscos possíveis. No caso do rio Santana, o risco era grande devido à forte queda das cachoeiras.

Por outro lado, quando as correntezas dos rios ou córregos eram muito violentas, os trabalhadores escravizados, garimpeiros livres, ou, no caso em tela, os africanos livres tinham de desviar os cursos ou isolar trechos dos leitos dos rios ou deveriam mudar o rumo de cachoeiras, como foi o caso dos trabalhos iniciais no rio Santana em Diamantino. Como já apontado por Leverger, Paranhos e também registrado pelo delegado Prudêncio, era um local de difícil extração, “só em seu leito é demais difícil extração, por ser mais caudaloso e tecido de muitos travessões de grandes pedras”.<sup>302</sup>

Outro processo descrito por Antonil, que pode ter sido muito bem utilizado pelos africanos livres da Sociedade, era bem simples, mas largamente utilizado em Minas Gerais, que correspondia ao “cerco”. O trabalhador recorria a esse método quando não se conseguia desviar todo o curso das águas do rio. Segundo Luna, nesse caso, eles teriam de fazer o cercamento de pequena parte do curso d’água junto à margem e, em seguida, fazer o secamento. De início, esgotava-se a água apenas com bateias ou carumbés: a vasilha cheia passava de mão em mão até onde devia ser despejada.<sup>303</sup> Luna explica que esse sistema teria sido substituído, ou simplesmente complementado, em torno de 1740, quando se introduziram as “noras” – um antigo aparelho hidráulico, um rosário de caçambas. Em razão das infiltrações, o trecho do rio desviado muitas vezes, era mantido seco com a ajuda dos rosários – rodas – movidos à força hidráulica.<sup>304</sup>

Mas é certo que, ao longo de um ano e quatro meses, a maioria dos africanos livres trabalhou nos desvios desses rios. No entanto, em agosto de 1853, a Sociedade encerrou essa atividade. O presidente da província registrou que a empresa encontrou “tantos obstáculos na abertura do canal que teve de desistir desta empresa e foi estabelecer-se

---

302 PRUDÊNCIO. *O ARQUIVO*. [...]. Ob. cit., p. 6.

303 LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. (Ensaio Econômico, 8). São Paulo: IPE-USP, 1981, p. 29.

304 Idem.

na margem do Paraguai abaixo do Arraial do Buritizal”.<sup>305</sup> Com queixas iguais, o *agente* Medardo Rivani informou que os trabalhos tiveram de ser paralisados devido a muitos impedimentos: “Por causa de alguns inconvenientes e grandes dificuldades encontradas na abertura do desvio do Rio Sant’Anna, tenho julgado conveniente parar por agora com esta obra e empregar os Africanos na mineração”.<sup>306</sup>

### **Mínerar nas lavras do rio Áreas, Buritizal, Lavras do Mindáo**

A partir de setembro de 1853, abandonados os trabalhos do desvio dos rios, a maioria dos trabalhadores, homens e mulheres, foi empregada na mineração às margens do rio Buritizal, localizado próximo à barra do rio Diamantino com o Paraguai, enquanto alguns continuavam nas roças, nove trabalhadoras estavam nos serviços domésticos.<sup>307</sup> Vale lembrar que os trabalhadores empregados nos serviços da mineração não permaneceram fixos às margens dos rios Santana e Paraguai – onde estavam arranchados–, porque eles eram transferidos, geralmente por curtos períodos de tempo, em busca de ouro e diamante nas localidades de Áreas – atual, Arenópolis–, Buritizal, Cabaçal Conceição, Coxipó-Guassú, Lavras do Mindáo e outras áreas mineiras. Nos Mapas 2 e 3 podem ser observadas algumas das localidades para onde os africanos eram deslocados para trabalhar na mineração. Sobre alguns desses lugares, em 1859, o guarda Tibério comunicou ao presidente que estava deslocando os africanos livres para algumas áreas onde teve notícias de descoberta de diamantes nas lavras dos rios Santana e Áreas. A descoberta seria promissora, pois era “de muito boas provas, não só neste lugar [Santana] como também nas Áreas”.<sup>308</sup>

---

305 Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854, p. 11-13.

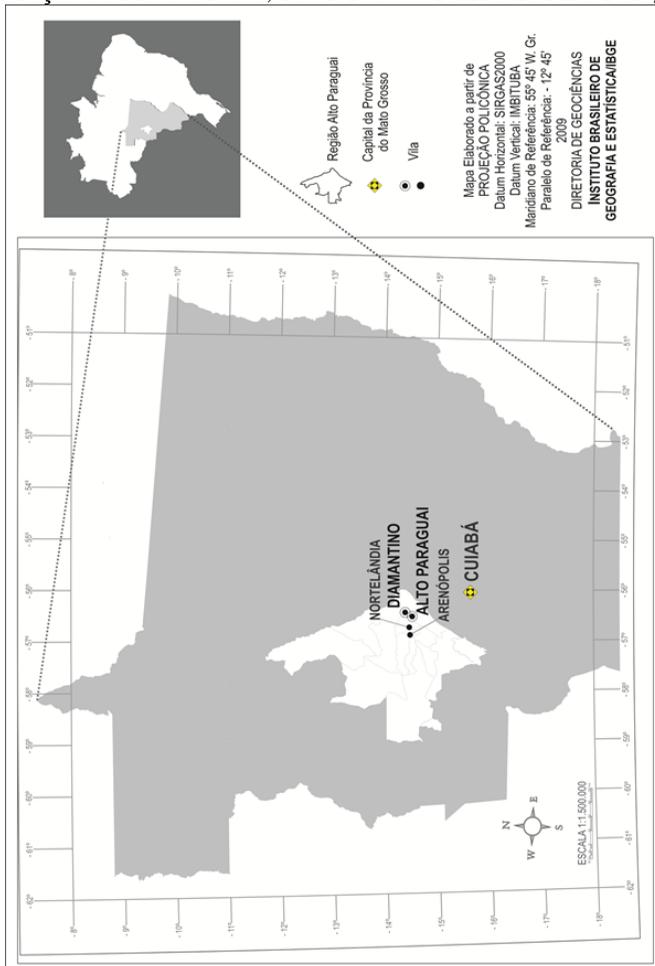
306Correspondência de Medardo Rivani – agente da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso, comunicando ao presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, que tirara os africanos livres dos desvios dos rios para mineração. Santa Anna, 31 de agosto de 1853. Lata 1853-A. APMT.

<sup>307</sup> Mapa dos Africanos Livres que foram entregue pelo Governo Imperial à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso. Lata 1853-A. p.8. APMT.

<sup>308</sup> Ofício do guarda interino dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exmo Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente desta Província. Sant’Anna, 1º de junho de 1859. Ofício nº 93. *Correspondências Recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1859. APMT.

### Mapa 3

Localidades onde os africanos livres trabalharam a serviço da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, 1851-1865 – Território Alto Paraguai.



**FONTE:** Mapa elaborado a partir de projeção policônica Datum Horizontal: SIRGAS2000, Datum Vertical: IMBITUBA. Meridiano de Referência: 55° 45' W. Gr. Paralelo de Referência: - 12° 45'. IBGE, 2009. Autoria: ALMEIDA, Carina; MOURA, Zilda Alves de. Localidades onde os africanos livres trabalharam a serviço da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, 1851-1865 – Território Alto Paraguai. Florianópolis, 2013.

Pode-se considerar que esse constante deslocamento seja devido à ausência de conhecimento do solo diamantino, porque aparentemente não houve uma deliberada avaliação prévia dos recursos minerais da região – ou de quaisquer outras – pela Sociedade e nem por ordem do governo provincial.

Se a administração da Sociedade tinha ou não profissional com conhecimento sobre solo e métodos para melhor aproveitamento das áreas mineratórias, as fontes não revelaram. Assim, logo após 1853, não houve mais registros de trabalhos em desvios de rios. É possível considerar que os africanos livres utilizassem o processo descrito por Fonseca e Castro, que era o dos canais paralelos: em vez de “brigar” com as águas, os trabalhadores procuravam tirar proveito delas. Nesse método, os trabalhadores abriam um canal em que faziam correr a água lamacenta do rio em quantidade e velocidade capaz de arrastar as areias já revolvidas. Esses espaçavam-se no canal, revolvendo o fundo com o auxílio de um *almocafre* de maneira a permitir que as partículas mais leves fossem arrastadas enquanto o ouro, mais pesado, se depositasse no fundo. Depois de uma hora desse trabalho, a areia do fundo do canal era recolhida e levada para os depósitos de lavação. Depois de retirada essa camada, recomeçava-se o mesmo processo. E assim se dava até que o canal ficasse completamente remexido e esgotado. Em seguida, recomeçavam os trabalhos em outro canal.<sup>309</sup>

Não se sabe quais técnicas foram utilizadas pelos africanos livres. O certo é que continuaram revolvendo cascalhos, peneirando a lama, fazendo a cata, etc., por certo com suas próprias técnicas de mineração. E, assim, foi, desde o início, em 1852, paralisando-a por completo por apenas um ano, em 1863, para trabalhar na poaia quando retomam as explorações no último ano, em 1864, até fevereiro de 1865. Ao longo de todo esse período, as fontes continuaram a revelar as várias tentativas da Sociedade, aqui e ali, na busca dos minérios preciosos.

Desse modo, em maio de 1854, o presidente da província, Augusto Leverger, comunicou à Assembleia Provincial que os africanos livres encontravam-se no “Paraguai, abaixo do Arraial do Buritizal, com seus esforços em continuar as suas explorações nas várzeas e tabuleiros

---

309 FONSECA, Alberto F. Castro; PRADO FILHO, José Francisco do. Um importante episódio na história da gestão dos recursos hídricos no Brasil: o controle da Coroa Portuguesa sobre uso da água nas minas de ouro coloniais. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v.11, n. 3, jul./set., 2006.

do Paraguai”.<sup>310</sup> Já em julho do ano de 1859, o guarda dos africanos livres registrou que os africanos livres “se acham reunidos todos aqui [Santana] para extrair-se o cascalho que na extração chuvosa não se poderia tirar”.<sup>311</sup>

Em 1859, quando a maioria dos africanos livres – em um grupo de 57– estava extraindo cascalhos no rio Areias, dezoito estavam terminando a colheita em Santana. De 1860 a 1862, percebe-se que houve maior concentração de mão de obra tanto na mineração como na lavoura. A partir de 1861, pelos registros, essas atividades passaram a serem desenvolvidas também em outras duas localidades chamadas de Coxipó da Guia e Conceição, mas sempre dentro dos limites de Diamantino. Cabe observar que o Termo do Diamantino contava principalmente com a vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino e outros pequenos vilarejos, que atualmente são nominados na forma expressa no Mapa 2.

Segundo Holanda, no início das explorações do ouro no Mato Grosso, o método era rudimentar, porque os aluviões auríferos eram opulentos na superfície e, dessa mesma maneira, procederam os mineradores no século XIX. O autor escreveu que os processos empregados nas explorações das lavras permaneciam “os mesmos que tinham trazido da África os pretos escravos”.<sup>312</sup> De acordo com o historiador Virgílio Corrêa Filho, logo após as descobertas do ouro em Cuiabá, por volta de 1725, os moradores só viviam para a “absorvente cata do ouro, em cujos trabalhos sobrelevava o esforço escravo, ora disjungindo o cascalho, a golpes de alavanca e almocafre, ora conduzindo-o à cabeça, nos carumbés, como se fossem vivos elos de uma corrente sem fim de transporte”.<sup>313</sup>

Como já registrado, de maneira geral, o ouro encontrado nas terras mato-grossenses era o de aluvião e, sendo assim, poderia ser processado de maneira rudimentar. Isso não significa dizer que, com a

---

310 Relatório do presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, na sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854, p. 11-13.

311 Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Monis, ao Ilmo Exmº Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d’esta Província. Santa’Anna, 1º de julho de 1859. Ofício nº 94. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1859. APMT.

<sup>312</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 52.

<sup>313</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *A cata de ouro e diamante*. Rio de Janeiro: P. Pongetti & Cia, 1926, p. 15.

devida análise das minas, não se pudesse realizar a prospecção com técnicas e maquinários avançados. Por isso, nem sempre a mais arrojada invenção era a mais adequada para ser introduzida, como no caso já citado neste capítulo, no qual os obstáculos, como cachoeiras, velocidade e quantidade das águas, impediam o desvio dos rios.

Consideramos agora a carta de Paranhos que dizia que a Sociedade possuía máquinas das quais “algumas são de nova e útil invenção”; como a máquina de escavação, que pesava sessenta arrobas e extraía do fundo do rio, “seja qual for a sua profundidade”, quatrocentas e oitentas arrobas de terra por hora. A outra máquina, de lavagem, precisava somente de duas pessoas para manejá-la e executava o trabalho que fariam quarenta cativos pelo processo rotineiro. Na ocasião, Paranhos escreveu também que essa última máquina:

Como era de mais novidade, foi ela há dias experimentadas, e a experiência provou exuberantemente a eficácia que lhe assegurava o seu inventor. Lançando-se dentro uma porção de ouro em pó misturado com uma desproporcionada quantidade de terra, a bela da máquina separou o precioso metal e restituiu-o a seus donos com uma quebra insignificante.<sup>314</sup>

Pode ter sido possível que a Sociedade tenha tentado utilizar esse maquinário nas áreas mineratórias do Alto Paraguai Diamantino. Mas, em nenhum momento, se leu sobre elas sendo utilizadas na área trabalhada, nem nas fontes analisadas e muito menos na historiografia sobre Mato Grosso. Pelas condições geográficas já expostas ao longo do capítulo, seria inviável ser utilizada a tão propagada máquina a vapor devido à abundância de água e obstáculos nos terrenos minerados. Nesses casos, além dos maquinários, seria necessário um profissional habilitado para manejá-las, alguém com “conhecimento geográfico e geognóstico dos terrenos que vai explorar”.<sup>315</sup> Sobre isso as fontes também não deram notícias.

---

<sup>314</sup> PARANHOS. *Cartas ao amigo* [...]. Ob. cit., p. 214.

<sup>315</sup> PARANHOS. *Cartas ao amigo* [...]. Ob. cit., p. 214. OBS: *Geognóstico/ geognosia*: ciência que estuda a estrutura e a composição da parte sólida da Terra.

## Construir estradas, colher a poaia e servir no Arsenal de Guerra

Ao analisar os relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso, os registros dos viajantes, padres e comerciantes que estiveram no local, constata-se a frequente queixa sobre suas estradas e caminhos. Os atalhos e picadas que ligavam um vilarejo ao outro eram bastante precários e geralmente acompanhavam as margens dos rios. As melhorias das estradas e picadas existentes, a abertura de novas e suas manutenções eram o desejo dos moradores, comerciantes, viajantes e políticos. Alguns governantes e autoridades locais apresentavam propostas de melhoria dos caminhos de longo alcance com iniciativas locais associadas ao governo central de modo a facilitar tais obras.<sup>316</sup> As estradas confinadas ao território da província eram de responsabilidade da Assembleia local, que deveria consignar no orçamento provincial os recursos para sua construção e manutenção, enquanto as estradas que ligavam duas ou mais províncias eram da competência do parlamento, que deveria prever no orçamento geral os investimentos com esse fim.<sup>317</sup> Segundo a historiadora Viviane de Moraes, as estradas receberam grande atenção política por parte dos presidentes provinciais e ministros do Império, surgindo como item lembrado em todas as referências ao desenvolvimento do comércio e centros consumidores.

Em 1854, o delegado Prudêncio, ciente do compromisso assumido pela Sociedade de Mineração quanto à construção de uma estrada que ligasse Mato Grosso a Santarém, chamou a atenção do presidente da província, ressaltando quão o “feliz” seria a ocasião em que essa estrada fosse construída para finalmente sanar as dificuldades da província em desenvolver o comércio com o Pará e, a partir dali, via navegação a vapor, poder integrar o Mato Grosso às outras províncias, sobretudo o Rio de Janeiro.<sup>318</sup>

Como já exposto no Capítulo 1, as saídas para o litoral utilizando os rios da Amazônia entraram em completo desuso por serem trajetos longos, pelas dificuldades encontradas para superar as corredeiras que existiam ao longo desses trajetos, bem como pela inexistência de pontos de apoio que permitissem uma viagem mais segura.

---

<sup>316</sup> MORAIS. “Estradas interprovinciais [...]”. Ob. cit., p. 66.

<sup>317</sup> Idem. p. 104.

<sup>318</sup> PRUDÊNCIO. *O ARCHIVO*. [...] Ob. cit., p. 9.

Segundo Garcia, nos anos entre 1845 e 1850, tentou-se instalar colônias militares ao longo dos trajetos para o Pará, mas a ideia foi abandonada por falta de recursos tanto financeiro como pessoal. Segundo esse autor, em 1852, o governo imperial remeteu à província dez contos de réis destinados à abertura de uma estrada ligando Cuiabá a Santarém na província do Pará. Diante dos argumentos do presidente da província de que por esse percurso era difícil construir uma estrada, o governo imperial concordou que o dinheiro fosse usado no melhoramento das estradas para Goiás e São Paulo.<sup>319</sup>

Para o interior da província, as dificuldades de acesso também eram grandes. As poucas estradas que existiam eram mal conservadas e, não raras vezes, tornavam-se intransitáveis no período das chuvas. Duas estradas eram utilizadas na ligação da capital com às povoações e vilas do interior da província. Garcia explicou que uma saía de Cuiabá, em sentido norte, passava pela freguesia de Nossa Senhora da Guia, alcançava Rosário do rio acima, chegava a Diamantino e de lá se poderia alcançar o rio Arinos e seguir um dos trajetos pela bacia amazônica até Belém, conforme pode ser observado no Mapa1. A segunda estrada partia de Cuiabá em sentido noroeste, passava pelas freguesias de Livramento, Poconé, Vila Maria e chegava até a cidade de Mato Grosso, antiga vila Bela, primeira capital da província. Da cidade de Mato Grosso, pelo rio Guaporé, poder-se-ia também chegar a Belém por outro trajeto pela bacia amazônica.

Nem a construção e nem o mapeamento dessa estrada foram realizados pela Sociedade. Como vimos no Capítulo 1, o Governo imperial disporia a força policial para acompanhamento dos membros da Sociedade até a localidade de Martírios, tida como uma lendária área com muito ouro e diamante, mas de difícil localização. Para tanto, a Sociedade deveria dispor de um engenheiro com capacidade e experiência suficientes para tentar localizar as tão cobiçadas minas dos Martírios e, a partir dali, mapear uma estrada para o Pará.

O agente Medardo Rivani, chegou até a consultar o presidente da província, Augusto Leverger, sobre seu conhecimento da localização geográfica das minas auríferas dos Martírios.<sup>320</sup> Na mesma oportunidade, já solicitou a Leverger cinquenta guardas policiais com

---

<sup>319</sup> GARCIA. Mato Grosso (1850-1889): [...]. Ob.cit., p.30.

<sup>320</sup> Ofício do presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao agente da Sociedade de Mineração do Mato Grosso, dr. Medardo Rivani. Cuiabá, 6 de abril de 1854. Livro de Correspondências expedidas do governo provincial, nº181, p. 131. APMT.

experiência em viagens pelos sertões que, ao mesmo tempo, fossem “humanos, corajosos e fortes”. Cabe ressaltar que, ao fazer essa solicitação, Rivani não fez menção que tal viagem incluisse a análise da viabilidade da tão desejada construção da estrada para o Pará, mas sim, porque, em Diamantino, ele não estava vendo “vantagens para a extração do ouro e Diamante” e, por isso, ele iria “mandar uma expedição em demanda a localidade dos Martírios”.<sup>321</sup> Essa solicitação do agente Medardo Rivani, em 1854, foi originada porque os desvios dos rios explorados até então se mostravam infrutíferos.

O presidente Leverger desmotivou Rivani, explicando as dificuldades de se aventurar por lugar tão pestilento com dificuldades de se conseguir mantimentos e com riscos de ataques de povos indígenas da região. Medardo Rivani decidiu adiar a mencionada expedição. Leverger o parabenizou pela decisão de não se arriscar sem saber a localização exata das minas e sem a garantia de sucesso.<sup>322</sup> Como os africanos livres não foram envolvidos nesse processo, a história completa sobre a não realização da construção da estrada para o Pará, será discutida apenas no Capítulo 4.

Por outro lado, a Sociedade pode não ter construído a estrada de ligação entre Mato Grosso e Pará, mas abriu uma *picada* para alargar o território explorado pela empresa próxima ao rio Paraguai. Para tanto, a Sociedade dispôs doze africanos livres para fazerem essa estrada, que abria um caminho de Áreas para as minas de Afonso – hoje município de Santo Afonso. Áreas – hoje Arenópolis – fazia limites com Santana e Alto Paraguai. Essa picada tinha um objetivo bem definido: o de abrir o caminho para depois realizar a exploração de ouro do ribeirão do Afonso, como indicou o guarda dos africanos livres em março de 1859: “Foram para fazer estrada, para socavação no lugar denominado Afonso, 12 africanos; a saber, 2 do Paraguay, e 10 de Santa Anna”.<sup>323</sup> Nessas atividades, entre abertura do caminho e exploração das lavras, os africanos livres trabalharam por seis meses.

---

<sup>321</sup> Ofício do presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao agente da Sociedade de Mineração do Mato Grosso, dr. Medardo Rivani. Cuiabá, 9 de maio de 1854. Livro de Correspondências expedidas do governo provincial, nº181, p. 139. APMT.

<sup>322</sup> Ofício do presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao agente da Sociedade de Mineração do Mato Grosso, dr. Medardo Rivani. Cuiabá, 19 de maio de 1854. Livro de Correspondências expedidas do governo provincial, nº181, p. 141v. APMT.

<sup>323</sup> Mapa dos Africanos Livres entregues a Companhia de Mineração da Província do Mato Grosso. 31 de março de 1859.

Outra informação sobre “construção” ou “estivação” de estrada aparece nas fontes somente em 1864, quando o guarda dos africanos livres, Januário Pereira da Costa, recusou-se, segundo ele, por ser trabalho de feitor, a acompanhar os africanos livres em um serviço de melhoria de um caminho à beira do rio Paraguai. Como o guarda escreveu de uma região chamada Lavras do Mindão, deduz-se que os trabalhadores estivessem próximos desse local. Esse foi o único registro dessa atividade.<sup>324</sup>

Finalmente, a partir desse ofício, completa-se um quadro no qual vislumbra todos os trabalhadores da empresa: o agente-diretor, um administrador, um guarda dos africanos livres, possivelmente mais de um feitor, os africanos livres e os trabalhadores cativos. Certamente, o guarda dos africanos livres entendendo que sua função era de “protetor”, recusou-se à posição contrária, de um feitor com poder de violência.

A partir de 1862, os africanos livres foram, a princípio, divididos em dois grupos, um permanecendo nos serviços das roças e outro encaminhado próximo a Vila Maria para a colheita da poaia, sendo que, posteriormente, todo o grupo passou a se dedicar a esta última função. Sobre essa mudança, o guarda dos africanos livres, João de Arruda Pinheiro, registrou que “se acha [sic] duas partes dos Africanos entregues a dois feitores empregados na colheita das roças da Companhia que se achão divididas; tendo partido para a extração da Ipecacuanha igual número ao que aqui [Vila Maria] ficou empregado”.<sup>325</sup> As alterações ocorridas diziam respeito à mudança de localidade de serviços, pois a grande maioria dos africanos livres se encontrava trabalhando na colheita da poaia. O guarda registrou também um nascimento e falecimento de uma criança recém nascida, e isso foi o que esse guarda registrou até dezembro de 1863.

Assim como todas as outras funções, as fontes não revelam os detalhes na execução dos serviços dos africanos livres na colheita da poaia/ipecaçuana. Registra-se apenas que estavam nessa atividade. No entanto, mesmo antes da fundação da Sociedade no Alto Paraguai-Diamantino, já se lia que essa planta medicinal estava entre os produtos

---

<sup>324</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Januário Pereira da Costa, ao Sr. Coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho, presidente desta Província. Lavras do Mindão, em 17 de abril de 1864. Livro de Registros nº 143. F3. Ofício nº 1. APMT.

<sup>325</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, João de Arruda Pinheiro, ao Ilmo e Exmº Senhor conselheiro Herculano Ferreira Penna, dignº presidente desta Província. *Correspondências Recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Ofício nº 117, Coxipó-Guassú, 5 de junho de 1862. APMT.

de exportação mais rendosos da província.<sup>326</sup> Um dos locais onde a planta vicejava espontaneamente foi exatamente onde a Sociedade empregou os africanos livres, em Vila Maria. Em 1852, o presidente da província escreveu que a poaia era o único produto vegetal do Mato Grosso “que se extrai para fins medicinais e lucrativos”.<sup>327</sup> Em meados do século XIX, Vila Maria do Paraguai já era considerada uma vila de progresso, graças ao advento do ciclo da indústria extrativa, que tinha seus principais produtos, a borracha e a poaia.<sup>328</sup>

Os africanos livres realizavam a colheita da poaia quando a planta atingia seu pleno desenvolvimento, pois a colheita deveria ser feita quando a planta tinha de três a quatro anos. Embora as áreas de colheita da poaia fossem de mata fechada, com muitos mosquitos e lugares muito insalubres, era um trabalho que possivelmente agradava os africanos, pois estavam no meio da mata, algo que poderia facilitar algumas fugas na forma que veremos no capítulo seguinte. Eles podiam relacionar-se com os vários quilombolas ou tantos outros indígenas que trabalhavam na poaia nesse mesmo local. Aprenderiam a manejar a foice e o facão, ideal para a abertura das trilhas, e para o corte da planta.<sup>329</sup> Nos primeiros meses, eles estavam concentrados trabalhando e certamente aprendendo a lição com quem sabia, talvez os indígenas, que também colhiam a planta na floresta nativa próxima a Vila Maria. Não se sabe a quantidade extraída, mas, como haviam aprendido, colhiam raízes e folhas, mas deveriam deixar parte da raiz para a planta não morrer. De acordo com o engenheiro agrônomo Osmar Lameira, dependendo da maneira da extração, durante a colheita, perde-se material em razão da quebra das raízes, principalmente quando o solo é argiloso. Nesse processo de extração, sua produção podia chegar até 2.100 kg por hectare.<sup>330</sup> Segundo o padre José de Moura e Silva, o sul do município de Diamantino era rico de poaia, e os indígenas Pareci eram os responsáveis por sua extração. Segundo ele, os nativos

---

<sup>326</sup> Relatório do presidente da província do Mato Grosso, major Joaquim José de Oliveira na abertura da Assembléia Legislativa provincial em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro: Typ. Villeneuve, 1850, p. 16.

<sup>327</sup> Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá: Typ. do Echo Cuiabano, 1852, p.14.

<sup>328</sup> MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres*: História da administração municipal. Cáceres: s/Editora. 1973.

<sup>329</sup> SENA. Camaradas[...]. Ob. cit., p.110.

<sup>330</sup> LAMEIRA, Osmar Alves. Cultivo da Ipecacuanha [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stokes]. *Circular Técnica* 22. Belém do Pará, setembro, 2002, p. 3.

enfiavam o facão na terra, puxavam para fora, quebravam parte da raiz e outra era devolvida a terra para o replantio.<sup>331</sup>

Foi no período em que se fazia a colheita da poaia que a maioria dos africanos livres se rebelou em fevereiro de 1864. Desse modo, os africanos livres resistiram e se recusaram a voltar a mineirar em Diamantino. Muitas chibatadas aos mandos do agente italiano Bartolomé Bossi recolocaram os africanos no *prumo*. Foi assim que, ao invés de continuarem na poaia como eles queriam, um grupo de africanos livres terminou seus dias de *experiências* na Sociedade de volta às minas de ouro e diamantes. Um outro grupo, porém, de dezessete africanos, foi enviado para o serviço no Arsenal de Guerra, em novembro de 1864, porque se desentenderam e estavam insatisfeitos com o novo administrador, de novo, o italiano Bartolomé Bossi.<sup>332</sup> Essa é mais uma história que fica para o próximo capítulo.

No Arsenal de Guerra de Cuiabá, os dezessete africanos livres viram-se envoltos de aprendizes, soldados artífices, mestres de oficina, professores, presos civis, escravizados e serventes. Ali os aprendizes eram treinados para aprender diversos ofícios. Ao projeto de defesa nacional – serviço militar – reunia-se ao projeto de formação de trabalhadores disciplinados para o trabalho.<sup>333</sup> Dessa maneira, o programa desenvolvido pelo Arsenal, além de formar soldados, tinha a intenção de formar operários e mestres de oficinas. Assim, qualificava-se mão de obra tanto para as instituições militares como para as administrativas e judiciárias.

Uma das propostas desenvolvidas pelas elites imperiais, na segunda metade do século XIX, era as Companhias de Aprendizes Menores, que recolhia meninos pobres ou órfãos e, nos Arsenais de Guerra aprendiam alguns ofícios, além de aulas de primeiras letras, religião e música em regime de internato. Dessa maneira, esses meninos teriam casa, comida e muito trabalho, visto como ensino

---

<sup>331</sup> SILVA, José de Moura e. *Diamantino: 279 anos*. 3 ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2007, p. 59.

<sup>332</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao II<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> S<sup>te</sup>. Cons<sup>o</sup> Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretario d'Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá. 30 de novembro de 1864. Livro 186, p. 6v. p. 184. APMT.

<sup>333</sup> MELLO, Saulo A. de. “O Arsenal a Marinha em Mato Grosso projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2009, p. 33; 116.

profissionalizante em ambiente militar.<sup>334</sup> Conforme veremos no Capítulo 4, foi sugerido, por um dos guardas dos africanos livres que as crianças, filhas das africanas da Sociedade, fossem encaminhadas para a Companhia de Aprendizes que existia em Cuiabá.

Os africanos livres encaminhados ao Arsenal de Guerra talvez tenham sido empregados nas mesmas funções nas quais os cativos trabalhavam. Conforme o Quadro 4, no ano de 1868, treze trabalhadores “escravos da nação” realizavam diversos serviços no Arsenal. Como se pode observar, eles trabalhavam na cozinha dos presos, na fábrica de pólvora, nas construções do Arsenal, no carregamento de água para os quartéis e, no trato e cuidado dos animais. Um trabalhava na Câmara Municipal e outro em uma função nomeada como “Palácio”, que talvez indique que esse trabalhador estivesse a serviço do governo provincial.

---

<sup>334</sup> CRUDO, Matilde Araki. Resistência e disciplina em Mato Grosso (1842-1899). Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0763.pdf>.

#### Quadro 4

“Relação dos escravos pertencentes à Nação no Arsenal de Guerra de Cuiabá - 1868”

Nomes	Destino	Serviços em que se acham
Ananias	Neste Arsenal	Encarregado da cozinha dos presos
Antonio dos Passos	Idem	Idem
Claudino	Idem	Na Fabrica da Pólvora
Domingos	Idem	Construção
Fernandes	Idem	Idem
João Carioca	Idem	Idem
João Velho	Idem	Empregado na condução d'água para os Quartéis
João Venâncio	Idem	Idem
Jose Mariano	Idem	Idem
Luiz 2º	Neste Arsenal	Empregado nos campos dos animais da Nação pertencentes a este Arsenal
Manoel Antonio	Idem	Idem
Manoel do Rosário	Idem	Empregado no serviço da Câmara Municipal
Sabino 1º	Idem	Empregado em Palácio

**FONTE:** “Relação dos escravos pertencentes a Nação, que n'este Arsenal existem e por diferentes vezes tem estado, segundo as reclamações do serviço publico”. Arsenal de Guerra em Cuiabá 18 de Julho de 1868. Antonio Carlos Pereira- encarregado dos presos e escravos. NDHIR-UFMT.

A força de trabalho nos Arsenais de Guerra no império brasileiro não se restringia apenas ao pessoal militar e civil remunerado. Existiam trabalhadores escravizados, dentre eles os “escravos da Nação”, que eram trabalhadores pertencentes ao Estado Nacional. No Rio de Janeiro, por exemplo, eles eram distribuídos nas oficinas do Arsenal de Guerra e empregados nas fábricas de armas e pólvora. No caso da Fábrica de Pólvora da Estrela, Alinnie Moreira observou como, entre 1831 e 1850, havia uma intrincada combinação hierarquizada de emprego de trabalhadores livres, escravizados e africanos livres nas várias oficinas do estabelecimento, além das roças anexas.<sup>335</sup>

---

<sup>335</sup> MOREIRA, Alinnie Silvestre. “Liberdade tutelada: Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c.1831-1870)”. Dissertação 142

Em conclusão, de 1852 até 1857, observou-se um grupo de africanos livres que seguiu com disciplina, o controle e o trabalho a ele imposto. Eles labutaram na dureza dos desvios dos rios, nas águas gélidas dos ribeiros, nos bagaços dos cascalhos, nas matas a construir picadas, na colheita da poaia, na construção de casas e na plantação de roças. No Arsenal, não se sabe ao certo o que fizeram, mas o certo é que trabalharam. Parece-nos que, desde que chegaram a Diamantino, eles trabalharam para o tal progresso, seguindo as ordens de forma pacífica até 1857. Quando então eles saíram do *casulo*, surgiram as primeiras manifestações de resistência. Nisso já tinham se passado seis anos. Tempo em que eles entenderam e aprenderam a língua portuguesa, conheceram bem a localidade e o entorno onde estavam trabalhando e fizeram aliados com distinções sociais diferentes na forma que será exposta no seguinte capítulo.

### **As doenças, enfermidades e mortes dos africanos livres**

As circunstâncias de vida às quais estavam expostos os africanos livres, ou seja, as condições de trabalho, moradia e alimentação, foram em grande parte responsáveis por suas condições de saúde. Todos os meses foram registrados nos mapas de três a seis doentes. Nesses casos, quando o trabalhador não estava “nas últimas” ou morto, repetia-se sempre o mesmo refrão: “Entre os doentes não há presentemente algum em perigo”, indicando que nenhum corria risco de vida. A doença mais frequente foi a febre, algo aparentemente visto como “comum”, considerando que não se verificou nenhum tratamento específico para essa enfermidade: “No decorrido mês uma febre forte ocorreu entre todos os africanos, mas felizmente, nenhum tem perigo”.<sup>336</sup> Os guardas, ao fazerem seus registros sobre a “febre” dos africanos, ao longo de todo o período de serviço desses trabalhadores na Sociedade, em nenhuma fonte sugeriram que essa enfermidade estivesse relacionada à febre amarela ou malária.

A temperatura ambiental elevada em contraste com o ambiente frio dos rios, além do esforço físico intenso e do clima insalubre da região, pode explicar a epidemia da febre em praticamente todos os

---

(Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2005, p. 21-22.

<sup>336</sup> Registro do 2º sargto guarda dos africanos, Antônio Dias Lemes. Mapas dos Africanos Livres. Lata 1853-A. p.2. APMT.

africanos livres. De acordo com o Quadro 5, as principais doenças e causas de mortes apresentadas nos mapas de registros sobre os africanos livres adultos eram: morte no parto, ataques de asma, gastrite, gota, hemorragia, hidropisia, inflamação pulmonar, melena, paralisia e apostema. Os guardas, em vários ofícios comunicavam e solicitavam, aos presidentes da província, médicos para tratar os africanos, sobretudo após a saída de Rivani da Sociedade após 1857. Os africanos, talvez por não serem tratados devidamente, acabavam por falecer. Em 1853, o guarda Lucas comunicou, pela terceira vez que Floriano Cabinda teve ataque epilético: “Tenho a honra de participar a V. Exa. que no dia 21 do presente mês o africano Floriano Cabinda teve pela terceira vez ataque epilético; e nada mais há que se mereça atenção”.<sup>337</sup>

As comunicações sobre as doenças dos africanos livres foram frequentes ao longo dos anos de 1853 até 1860, quando Floriano faleceu, sendo diagnosticada, como causa de sua morte, gastrite: “Cabe por esta vez o desgosto de participar a V. Exa. que no dia 31 do mês findo, faleceu de uma gastrite, o africano de nome Floriano Cabinda, para o qual lavrei o auto de óbito que a este acompanha, juntamente com os mapas mensais”.<sup>338</sup> O agente e médico da Sociedade, Rivani era bastante elogiado, por alguns presidentes da província, por tratar muito bem da saúde dos africanos livres; por exemplo, em 1854, o presidente Leverger, em ofício, elogiou o tratamento do médico quanto à conservação da saúde dos africanos: “De cada vez mais me persuado que ao humano e providente trato de Vm devem esses infelizes a conservação de sua saúde no clima pouco salubre em que residem”.<sup>339</sup>

---

<sup>337</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Lucas Memóvia Egas Moniz, ao Ilmo Exmo capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, digno presidente e comandante de Armas dessa Província. Santa Anna, 7 de outubro de 1853. Livro de registro nº 143 - correspondências expedidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. F6v., Of. nº 16. APMT.

<sup>338</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidélis Moniz, ao Ilmo e Exmo Senhor Tenente Coronel, Antônio Pedro de Alencastro, digno Presidente desta Província. Santa Anna, 1º de fevereiro de 1860. Livro de registro nº 143 - correspondências expedidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. F25v., Of. nº 101. APMT.

<sup>339</sup> Ofício do presidente da Província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Agente da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 10 de fevereiro de 1854. Livro 127, p. 116v. APMT.

Quadro 5

Relação dos africanos livres falecidos no período em que estiveram a serviço da Sociedade

Nome	Idade	Data da morte	Causa da morte
Patrício			Faleceu na viagem do Rio para Diamantino
Galdino			Faleceu na viagem do Rio para Diamantino
Miguel Cabinda	18 anos	30/07/1852	Melena/hemorragia digestiva
Rosária Cabinda		06/03/1855	Parto
Vicente Moçambique	19 anos	15/08/1855	Incêndio em seu alojamento
Lourenço Congo		01/06/1856	Gota/doença reumática
Macário Monjolo	11 anos	30/06/1857	Gota
Luiza Benguela	35 anos	13/06/1856	Hidropisia/distúrbio na circulação do sangue
Pedro Congo	11 anos	19/04/1858	Pelouis [sic]
Pantaleão Congo	20 anos	26/04/1858	Acidente/tora de madeira cai sobre o corpo
Gabriel Cabinda	22 anos	30/09/1858	Paralisia
Procópio Congo	15 anos	15/03/1861	Ataque de asma
Sinfônio Monjolo	12 anos	10/05/1861	Inflamação pulmonar
Floriano Cabinda	13 anos	31/01/1860	Gastrite
André Congo	15 anos	09/07/1860	Apostema/tumor

**FONTE:** Mapas dos africanos livres da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Livro 162, anos 1852 a 1865. Fundo: APMT.

O Quadro 5 é bastante revelador, pois registra que morreram quinze africanos livres no tempo em que estiveram a serviço da Sociedade. Esse é um grande número se considerarmos todas as recomendações que foram emitidas, com guardas especialmente recomendados para zelar por sua saúde, alimentação, etc.; ainda mais se for levado em conta que a metade dos falecimentos ocorreu no período da administração de um médico. Esse fato parece ter sido a regra e não exceção, pois, mesmo após a saída do médico Medardo Rivani da direção da Sociedade (1857), os africanos livres doentes continuaram sob seus cuidados e falecendo:

Tendo findo o mês de setembro é de meu dever participar a V.Exa que no dia 30 [de setembro de 1858] faleceu o Africano de nome Gabriel da nação Cabinda que esteve com o Dr. Rivani em tratamento de uma furiosa paralisia, e ficando isto certo, lavrei o auto de óbito na forma do costume.<sup>340</sup>

Além dos dois acidentes de trabalho registrados no Quadro 5, há registro que Luíza Benguela, antes de falecer, havia perdido um dedo da mão por infecção, e Thereza Cabinda sofreu uma fratura na coxa direita. Foi constatado também, vários outros casos de feridas entre os africanos livres.<sup>341</sup>

Conforme se pode observar no Quadro 5, talvez os africanos livres, por serem tão jovens, fossem os mais fragilizados. A documentação analisada não mostrou que a empresa tivesse um planejamento relacionado à saúde do trabalhador. O africano livre era “acudido” no limite da dor: havia queixas e queixas da enfermidade por meses a fio, quando por vezes, o alívio era o falecimento. A única providência era o guarda comunicar ao presidente, como se ele fosse o responsável pelo tratamento dos africanos livres. Conforme já exposto no Capítulo 1, essa era a responsabilidade do concessionário.

---

<sup>340</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exmo Joaquim Raimundo de Lamare, digno presidente desta Província. Paraguay, 1º de outubro de 1858. Livro de registro nº 143 - correspondências expedidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. F20v., Of. nº 82. APMT.

<sup>341</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exmo Augusto Leverger, presidente desta Província. Santa Anna, 30 de setembro de 1853. Livro de registro nº 143 - correspondências expedidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. F7, Of. nº 18. APMT.

Como visto, ao longo de todo o período em que os africanos trabalharam a serviço da Sociedade de Mineração, suas atividades foram cotidianamente acompanhadas. O trabalho compulsório e os mecanismos de controle desses trabalhadores foram as práticas mais evidenciadas na administração dessa empresa. Manejavam-se os africanos livres de um lado ao outro numa infinidade de lugares e atividades nas quais eles pareciam “máquinas”, num ritmo constante e disciplinar para o trabalho, mas nenhum registro houve sobre as propagandeadas máquinas modernas e técnicas de exploração mineral avançadas. Esses trabalhadores manejaram a bateia, desviaram os rios, construíram barreiras e estradas, extraíram o ouro e a poaia. Ao lado de trabalhadores escravizados, como também possivelmente ao lado dos indígenas – não os que a Sociedade tinha de civilizar–, eles pareciam estar à sombra do progresso para o qual tanto trabalhavam. Nem a localização de Martírios e nem a estrada do Pará foram mapeadas. Desse modo, o esperado desenvolvimento econômico local – se dependesse da Sociedade – teria de esperar mais um pouco.



## Capítulo 3

### **Socializar e transgredir**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar algumas possibilidades sobre como se davam as relações familiares dos africanos livres da Sociedade; seus possíveis parceiros; os filhos que as africanas livres tiveram no período entre 1851 a 1865 e como essas crianças foram criadas, sua taxa de natalidade e mortalidade. Analisar detalhadamente as relações de compadrio e crenças dos africanos livres. Serão apontadas questões acerca da maneira pela qual esses trabalhadores souberam aproveitar as brechas no controle imposto, se organizaram e fugiram. Nesse sentido, fugas coletivas e individuais serão evidenciadas, assim como quais foram os mecanismos de violência utilizados para controlá-las.

### **Relações afetivas, instrução e doutrina cristã**

Conforme já apresentado nos capítulos anteriores, os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso foram disciplinados para o trabalho sob constante vigilância e cuidados. Consequentemente, essa prática exigia um comportamento socialmente esperado: a submissão. A empresa, a partir de seus administradores, tentava controlar não apenas o trabalho dos africanos livres, mas suas vidas. Dessa maneira, a vida social estaria reduzida aos espaços onde esses trabalhadores exerciam suas atividades.

Os locais de trabalho dos africanos livres da Sociedade de Mineração eram diferentes daqueles de muitos trabalhadores escravizados empregados em centros urbanos, onde, por vezes, dividiam as mesmas ruas, as mesmas casas, as instituições públicas e eclesiásticas. Tais locais facilitavam o contato com pessoas de estatutos sociais diferentes, e por consequência, a construção de laços de solidariedade entre escravizados e livres. Já a mobilidade dos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso era dificultada não apenas devido ao controle permanente, mas também ao isolamento geográfico dos locais onde eram mantidos.

No entanto, apesar de todos os obstáculos e as distâncias, os africanos livres compartilharam e interagiram com diversas pessoas daquela sociedade, dentre escravizadas, livres e libertas. Restrições,

normas e castigos não impediram as experiências familiares, as relações de compadrio, as diversões, as insubordinações e fugas. Com tais posturas, não esperaram e nem pediram autorização para se relacionarem afetivamente, gerarem filhos e criarem laços de solidariedade entre diversos membros da própria empresa e da localidade.

Conforme os registros documentais, somente famílias parciais de africanos livres, formadas por mãe e filhos, foram observadas na Sociedade de Mineração. Não foi apontada a presença de casais formais – pai, mãe e filhos –, entre os africanos livres em outras partes do Brasil que coabitavam juntos. Também não foram localizados qualquer registro ou informação sobre a incidência de casamentos legalizados pela igreja e, muito menos, requerimentos nesse sentido por parte desses trabalhadores. Por outro lado, aqui e acolá, a documentação analisada fornece indícios sobre possíveis relacionamentos afetivos entre as africanas livres e membros da empresa e da localidade.

Em fevereiro de 1859, o guarda dos africanos livres comunicou ao presidente da província que, por ordem do agente da Sociedade, havia enviado a africana Thomázia ao sítio do tenente coronel José Marcelino da Silva Prado para se recuperar da doença de *opilação*.<sup>342</sup> A mesma comunicação foi reiterada no mês seguinte sem nenhuma notícia do possível retorno de Thomázia.<sup>343</sup>

Finalmente, em 31 de março do mesmo ano, a africana retornou, no entanto, foi enviada outra africana de nome Violante “a fim de ser medicada”.<sup>344</sup> Conforme um ofício do Juiz de Órfãos de Diamantino, o coronel José Marcelino foi acusado, por um empregado da empresa, de “distrair” a africana dos serviços da Sociedade.<sup>345</sup> Já em 1864, o agente da Sociedade, Bartholomeu Bossi, refutando as queixas recebidas do guarda dos africanos livres, explicou

---

<sup>342</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidélis Moniz ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguay, 28 de fevereiro de 1859. Livro de Registro nº 143. doc. nº88. APMT.

<sup>343</sup> Idem. Paraguay, 12 de março de 1859. doc. 89. APMT. De acordo com Helito e Kouffman, opilação é uma doença causada por vermes; A Ancilostomiase, “também chamada de opilação é a doença do cansaço introduzida no país pelos europeus e escravos, causado pelo costume de comer terra. HELITO, Alfredo S; Paulo Koffman. *Saude*: entendendo as doenças – enciclopédia médica da família. São Paulo: Nobel, 2007.

<sup>344</sup> Idem. Paraguay, 31 de março de 1859. doc. 91. APMT.

<sup>345</sup> Ofício do juiz de órfãos, Benedicto José da Silva França ao presidente da província, Joaquim de Lamare. Diamantino, 12 de março de 1859. Ofícios recebidos. doc. 59. Lata 1959. APMT.

ao presidente da província que havia apreendido “uma jovem negra cozinheira de fazer visitas ao guarda, temendo pela moral da Companhia”.<sup>346</sup>

Diante dos fatos apontados, é possível considerar que as africanas livres tenham aproveitado o tempo de recuperação de suas enfermidades, fora da empresa, para vivenciar contatos amorosos, ampliação das relações sociais e dos círculos de interesses e auxílios que sem, dúvida aconteceram. Dessa maneira, a baixa na vigilância por parte dos guardas favoreceu laços afetivos ou de solidariedade recíprocos entre as africanas citadas e seus parceiros. É possível conjecturar também que isso tenha proporcionado aos africanos livres oportunidades para exercerem atividades de lazer, como andar fora de horas, tomar umas cachaças em algum botequim nas proximidades ou até mesmo prestar algum serviço em troca de pagamento.

A partir de orientação dos presidentes da província do Mato Grosso, os agentes e os guardas deveriam ser os principais educadores, dedicando-se ao “ensino da doutrina cristã” para os africanos livres adultos que já dominassem a língua portuguesa. Esse ensino foi implementado em 1856, conforme comunicou o guarda João de Almeida Lara:

neste mês dei princípio ao ensino da doutrina cristã aos africanos sob minha guarda e o auxílio ministrado pelo doutor Agente da Sociedade; tenho fundadas esperanças de fazer parte deles receberem o sacramento da penitência; o que até aqui não se pôs em prática em razão de que agora é que vão entendendo o português.<sup>347</sup>

Essa orientação estava associada aos outros compromissos assumidos pelos concessionários em virtude do Decreto de 19 de novembro de 1835, relativos a sustento, vestuário e tratamento dos africanos livres.<sup>348</sup>

---

<sup>346</sup> Ofício do agente Bartholomeu Bossi para o presidente da província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Lavra do Mindal. 3 de abril de 1864. “Série Ofícios”. Lata 1864-A. APMT.

<sup>347</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, João de Almeida Lara, ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguay, 31 de janeiro de 1856. Livro de registros da Sociedade de Mineração, nº143, doc. 49.

<sup>348</sup> Idem; Decreto de 19 de novembro de 1835. Coleção das Leis do Império do Brasil. Artigos 1º ao 4º. Vol. 1. 1835, p. 125.

O ensino da doutrina cristã no Império brasileiro, como explica Ruedell, era herdeiro da formação de uma sociedade cristã, nos mesmos moldes da portuguesa. Era, portanto, um dos objetivos do projeto colonizador português. A evangelização dos empobrecidos, das populações indígenas e dos escravizados era concebida como uma tarefa fundamental para a criação de uma sociedade cristã e ordenada.<sup>349</sup> Assim, contava-se que os africanos livres recebessem doutrinação de acordo com os princípios da religião católica, que era considerada um meio de instrução para o “mundo civilizado”.

Para a elite política imperial, o projeto de progresso e civilização passava pela instrução religiosa e era compreendida como essencial para a manutenção da ordem social. Essa crença fundiu-se àquela segundo a qual a preparação para o trabalho, e a ocupação de indivíduos pobres resguardaria a sociedade dos riscos que os desocupados poderiam significar, na forma como explica Ruedell, na qual a tecnologia de conversão engendrada pela modernidade foi a institucionalização maciça da população e, nesse sentido, as chamadas “classes perigosas” deveriam ser disciplinadas, higienizadas, civilizadas. Esse perigo que ia sendo acentuado com a progressiva alteração do mundo do trabalho, à medida que paulatinamente foi-se reduzindo o número de escravos”.<sup>350</sup>

As informações do Quadro 6 permitem visualizar os filhos gerados pelas africanas livres; as crianças que faleceram e os sobreviventes; além de identificar as africanas que foram mães. As crianças das africanas livres eram mantidas junto às mães nos alojamentos, próximos aos locais de trabalho, também sob a vigilância dos guardas dos africanos livres. Não há registro da utilização de sua mão de obra nos trabalhos da Sociedade de Mineração. Existia, sim, um cuidado por parte da presidência da província, que recomendava que “as crianças nascidas das africanas livres ao serviço dessa Sociedade devem criar-se na companhia de suas mães sob a guarda e tutela do respectivo guarda encarregado”.<sup>351</sup>

---

<sup>349</sup> RUEDELL, Pedro. *Trajatória do ensino religioso no Brasil e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

<sup>350</sup> RUEDELL, Pedro. *Trajatória do ensino [...]*. Ob. cit., p. 39; 116.

<sup>351</sup> Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, ao Sr. Dr. Medardo Rivani, agente da Sociedade de Mineração desta Província. Palácio do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 17 de agosto de 1854. Livro 127, p. 158. APMT.

Quadro 6

Registros dos nascimentos e falecimentos dos filhos das africanas livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso.

Ano	Crianças nascidas	Cor	Crianças nascidas mortas	Mãe	Nação da mãe	Observações
1852	Bernadino	Preta		Carolina	Benguela	Faleceu em agosto/1853
1852	Pedro Alexandrino	Parda		Leocádia	Benguela	Faleceu em janeiro/1855 - convulsões
1852	Nicolau	Preta		Catarina	Benguela	
1853	Guilherme	Preta		Rita	Cabinda	
1853		Parda	1 menina	Florinda	Benguela	
1853		Preta	2 meninas	Francisca	Benguela	Gêmeas
1853	Delfina	Preta		Carlota	Congo	
1854	Elena	Preta		Luiza	Cabinda	
1854	Manoel	Preta		Eulália	Congo	Faleceu no dia seguinte ao nascimento - agosto 1854 - convulsões
1854	Luiz	Pardo		Florinda	Benguela	
1854	Maria	Preta		Marianna	Moçambique	
1854	Antônia	Preta		Carolina	Benguela	
1855	Ana	Preta		Rosária	Cabinda	A mãe faleceu no parto, em março de 1855. A Ana faleceu em 1856 - ataque repentino
1855	Hedwiges	Preta		Rita	Cabinda	Faleceu em 1858 - convulsões
1855	Marcelino	Preta		Eulália	Congo	Faleceu em 1863 - febre maligna. A mesma mãe do falecido Manoel, em 1854
1855	Rosalia	Preta		Tereza	Congo	Faleceu em 1856 - convulsões
1856	Ignéz	Preta		Luisa	Cabinda	A mesma mãe de Elena em 1854
1856	Ignácio	Preta		Leocádia	Benguela	

1856	João	Preta		Catarina	Benguela	A mesma mãe de Nicolau, em 1852
1857	Anna	Parda		Florinda	Benguela	A mesma mãe de Luiz e uma menina falecida, em 1853
1857	Josefa	Preta		Carolina	Benguela	
1857	Sabino	Parda		Francisca	Benguela	Faleceu em 1859 – febre maligna
1857	1 menina	Parda		Tereza	Congo	Faleceu após 8 dias de nascida – ataque repentino
1858	Prudêncio	Preta		Leocádia	Benguela	
1858	Miguel	Preta		Marianna	Moçambique	
1858	José	Preta		Rita	Cabinda	A mesma mãe de Guilherme e da falecida Edwirges
1858	Sebastiana	Preta		Tereza	Congo	
1859	Cipriano	Preta		Carolina	Benguela	A mesma mãe de Bernardino, Antônia e Josefa
1860	João	Preta		Francisca	Benguela	
1860	Maria	Preta		Francisca	Benguela	Gêmea com João
1860	Manoel	Preta		Leocádia	Benguela	
1860	Emília	Preta		Marianna	Moçambique	A mesma mãe de Maria e Miguel
1861	Pedro	Parda		Tereza	Congo	A mesma mãe de Rosália; da menina falecida em 1857 e da Sebastiana

1863	1 menino	Preta		Francisca	Benguela	E a mesma mãe das gêmeas falecidas, em 1853; do falecido Sabino e dos gêmeos João e Maria, em 1860.
1863	Izabel	Preta		Leocádia	Benguela	A mesma mãe do falecido Pedro Alexandrino, em 1852; Ignácio, Prudêncio e Manoel.

**FONTE:** Registro da Sociedade de Mineração da Província. Autos de nº 03 a 134, p. 5-133. Livros de Registros nºs 143, anos 1852-1864; 162, anos 1855-1864. Arquivo Público de Mato Grosso.

Na perspectiva já exposta sobre instrução e disciplina para o trabalho, as autoridades mato-grossenses também chegaram a fazer um planejamento para o futuro dos filhos das africanas livres. Os meninos seriam aprendizes em instituição militar, onde receberiam treinamento para a manutenção dos seus arsenais ou formação de operários. Certamente, com idade bastante precoce, não bastava instruir ou ensinar um ofício, mas educar segundo os preceitos da religião católica e da vida social em atenção aos bons costumes e às regras da civilidade. No Brasil, aos sete anos, as crianças escravizadas e as desvalidas já assumiam pequenas tarefas de iniciação ao trabalho. Já as meninas, filhas das africanas livres, seriam entregues à sorte de serem distribuídas aos cuidados de portentosas famílias, que deveriam ser responsáveis por sua educação, algo que, em si, significava o preparo delas para as tarefas domésticas. Sobre isso, em 1864, o então presidente da província de Mato Grosso, Manoel Albino de Carvalho, em uma das muitas informações sobre os africanos livres ao Ministério da Justiça, recomendou:

Parece-me de utilidade que os menores do sexo masculino, logo que tenham a conveniente idade, sejam remetidos para a Companhia de Aprendizes Marinheiros desta província, onde poderão receber educação adequada à sua condição, e para a qual há aqui muita dificuldade de obter-se menores contratados a prêmio pela repugnância dos pais; e que os do sexo feminino devem-se ser distribuídos pelo Juiz dos Feitos pelas famílias que lhes possam dar uma boa educação.<sup>352</sup>

É oportuno esclarecer que o ensino profissionalizante em ambiente militar, desenvolvido pelas elites imperiais, na segunda metade do século XIX, nas Companhias de Aprendizes Menores, criadas nos Arsenais de Guerra, visava recolher meninos pobres ou órfãos com a finalidade de ensinar-lhes um ofício, além de dar aulas de primeiras letras e religião, em regime de internato. Como explica a historiadora

---

<sup>352</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr. Cons<sup>o</sup> Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo de Mato Grosso, em Cuiabá. 17 de julho de 1864. Livro de Registro n<sup>o</sup> 112, p. 185. APMT.

Matilde Araki Crudo, na província de Mato Grosso, muitas mães deixavam-se seduzir por essa proposta e, alegando sua extrema pobreza, encaminhavam seus filhos ao Arsenal de Guerra em Cuiabá, acreditando estar lhes dando um futuro melhor. Outras mães rejeitavam essa proposta e, em nome da mesma pobreza, protestaram contra a matrícula sem consentimento de seus filhos, afirmando necessitar da ajuda dos braços infantis para sua sobrevivência.<sup>353</sup>

Ainda de acordo com Matilde Crudo, os critérios de admissão na Companhia de Aprendizes menores e as estratégias utilizadas por mães pobres – ora para matriculá-los, ora para solicitar sua devolução – demonstravam tanto atitudes de rejeição como de aceitação do projeto disciplinar por parte da população livre pobre. Alguns meninos submetiam-se à disciplina, tornando-se bons operários e até mesmo mestres de oficina. Outros fugiam, e dentre esses, alguns retornavam voluntariamente,<sup>354</sup> ou eram capturados pela polícia. Vários foram encaminhados para corpos militares nas áreas de fronteira devido às suas reiteradas indisciplinas. Poucos envolveram-se em situações de furto e de homicídio, ousando transgredir, de forma mais radical, a ordem social que o governo imperial tentava impor aos homens livres pobres.<sup>355</sup>

### **“As cores” dos filhos das africanas livres**

Quanto à cor das crianças nascidas, o Quadro 6 revela que, das trinta e seis crianças, vinte e nove foram registradas como da cor preta e sete da cor parda. Como visto, das sete crianças pardas, três eram da africana livre Florinda Benguela. A africana Leocádia Benguela teve cinco filhos, dentre esses apenas um, o primeiro, de cor parda, faleu com um ano de idade. Nota-se que este primeiro filho, de cor parda, foi gerado logo ao chegar à Sociedade e os demais posteriormente. Da mesma forma, é o caso da Francisca Benguela, que teve seis filhos, dentre eles apenas um de cor parda. Ela teve um casal de gêmeos

---

<sup>353</sup> CRUDO, Matilde Araki. “Infancia, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso (Cuiaba, 1842-1899)”. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2005.

<sup>354</sup> Foi observado por Matilde Crudo que as idades das crianças variavam entre 4 a 8 anos ao ingressarem na Companhia de Artífices. Aos 16 anos, o aprendiz passava para a classe de mancebo; aos 18 anos, assentava praça na Companhia de Artífices onde cumpria oito anos de serviço efetivo.

<sup>355</sup> CRUDO. “Infancia, trabalho e educação [...]”. Ob. cit.

nascidos mortos em 1853, e outro casal de gêmeos nascidos sete anos depois, em 1860, que sobreviveram. Ela teve mais dois filhos, um nascido em 1857, que faleceu, e outro, em 1863, três anos após o nascimento dos gêmeos, e que também sobreviveu. Já a africana Tereza Congo, ao longo de oito anos teve quatro filhos, o primeiro e o terceiro pretos e o segundo e o quarto pardos.

Hebe Mattos, em seu estudo sobre as relações entre identidade racial, escravidão e cidadania no Brasil oitocentista, faz uma análise sobre os significados emprestados aos designativos de cor, pela qual afirma que a construção da categoria “pardo” é típica do final do período colonial e tem significado muito mais abrangente do que a noção de “mulato” – um termo de época ligado à mestiçagem – ou mestiço que muitas vezes lhe é associada. Para a autora, desde o período colonial e até mesmo em boa parte do século XIX, os termos negro e preto foram usados essencialmente para designar cativos e forros. Assim, “preto” foi sinônimo de africano, e os indígenas escravizados eram chamados de “negros da terra”. O termo “pardo” foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravizados supostamente vistos com ascendência europeia, mas ampliou seu significado “quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não era mais cabível a classificação de 'preto' ou de 'crioulo', na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo”.<sup>356</sup>

Portanto, como bem recomenda Hebe Mattos, e observando a designação de cor dos filhos das africanas livres, há que se alertar que a simples referência “pardo” não indicaria a condição de livre do pai, assim como seria incerto afirmar que “preto” poderia indicar ser africano livre ou trabalhador escravizado.

No caso da cor dos filhos das africanas livres, ela não está relacionada à condição social, pois os filhos delas eram sempre livres, independentemente da condição dos pais. Dessa maneira, os filhos das africanas livres também poderiam ser resultados de relacionamentos com homens escravizados, libertos ou livres (talvez da própria empresa).

Boa parte daqueles que estudam escravidão e relações raciais no Brasil entendem que, no Brasil, a cor constitui categoria sociológica extremamente complexa, historicamente conformada a partir de

---

<sup>356</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 16-17.

inúmeras variáveis, algumas muito intrincadas e subjetivas.<sup>357</sup> Assim, as fontes analisadas sobre os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso não apresentam fatores que possam dar contribuição relevante ao tema. Mas é possível afirmar que, se estiver correta a corrente historiográfica que defende a qualidade do *status* social dos pardos – porque indicava um distanciamento de um passado escravizado e afirmava a liberdade, ao passo que negro ou, preferencialmente, preto designava a condição de cativo–, é provável que, no mínimo, aos filhos pardos das africanas livres estaria reservado futuro com melhores oportunidades e menos discriminatório, logo que além da cor designada, eram livres.

### **Gêmeos na tradição dos grupos linguísticos sudaneses e bantos**

Como já registrado neste capítulo, Francisca Benguela teve seis filhos, dentre eles, um casal de gêmeos nascidos mortos em 1853, e outro casal de gêmeos nascidos sete anos depois, em 1860, que sobreviveram. Nas sociedades africanas de tradição **iorubá e banta**, os gêmeos eram considerados de origem sobrenatural e despertavam crenças entre medo, repugnância, esperança e alegria.

Mesmo ciente da dificuldade de combinar conceitos gerais a respeito de trocas culturais entre grupos geográfica e historicamente diferentes, serão apontados dois ritos – dentre uma infinidade – de costumes e crenças relacionadas às crianças gêmeas na África. São referências muito genéricas, pois, como sabemos, cada uma delas engloba uma miríade de etnias ou nações africanas e, por isso mesmo, possuem concepções e rituais diferentes sobre um mesmo fato. Os registros sobre os africanos livres não apontam se Francisca Benguela tinha conhecimento ou acreditasse nesses costumes. Essa perspectiva pode ser aventada, pois, ainda que os africanos livres originassem de grupos culturalmente diferentes, essa crença sobre os gêmeos, assim como outras, poderia ter sido transmitida por meio do contato cultural e da lida do dia a dia, ainda que modificada e reinterpretada devido às influências e convivência com outros africanos livres, trabalhadores escravizados e livres no Brasil, de acordo sim, com os princípios africanos.

---

<sup>357</sup>MACHADO, Cacilda. A escravidão e a cor dos escravos e dos livres (Freguesia de São José dos Pinhais– PR, passagem do XVIII para o XIX). Temas Setecentistas. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files>.

No livro *O nascimento da cultura afro-americana*, Mintz e Price observaram os processos de transformação de traços culturais gerados pelo contato entre uma cultura africana e outra europeia. Assim, enfatizaram a descontinuidade entre a cultura afro-americana e as culturas africanas. Para eles, não existia uma cultura africana homogênea – como entendem possível dizer com relação à europeia–, mas acreditam existir crenças que fossem comuns a todas as culturas africanas largamente compartilhadas pelas pessoas importadas por uma nova colônia, concretizando-se mais nos valores e menos nas formas socioculturais.<sup>358</sup> Exemplificando o que designaram como herança cultural compartilhada, os autores contam a história dos iorubás que deificam seus gêmeos, envolvendo a vida e morte deles num ritual complexo, enquanto seus vizinhos ibos destroem sumariamente os gêmeos no nascimento. No entanto, “ambos os povos parecem reagir a um mesmo conjunto de princípios subjacentes, muito difundidos, que dizem respeito à significação sobrenatural dos nascimentos incomuns”.<sup>359</sup> Dessa maneira, percebe-se a diferença em relação às crenças mágicas sobre o mesmo fato pelos dois grupos étnicos. No entanto, independentemente da etnia, a crença só teria sido possível devido à existência de um princípio compartilhado entre os africanos em geral.

Antes de contar a história dos gêmeos, vale lembrar que, no século XIX, os africanos trazidos para o Brasil vinham de três grandes regiões: África Centro-Occidental – Angola, de onde a nossa protagonista Francisca Benguela era procedente e pertencia ao grupo linguístico banto–; Cabinda, Congo, Monjolo, entre outros; África Oriental – Moçambique e outros; África Occidental – Mina. O grupo etno-linguístico yorubá ou nagô era proveniente da África Occidental na Nigéria e Benin.

Portanto, não se tratava de um povo, mas de uma multiplicidade de etnias, nações, línguas e culturas. No Brasil, os africanos foram introduzidos nas diversas capitâneas e províncias, num fluxo que correspondeu, devido sua abrangência, à própria história da economia brasileira. De acordo com a historiografia, os povos da África são classificados em dois grandes grupos linguísticos: sudaneses e bantos.

---

<sup>358</sup>MINTZ e PRICE, Sidney e Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma Perspectiva Antropológica*. Rio de Janeiro, Pallas Editora e Universidade Candido Mendes, 2003, p. 27.

<sup>359</sup>Idem. p. 28.

Reginaldo Prandi fornece informações esclarecedoras sobre isso. Os sudaneses constituem os povos situados nas regiões que hoje vão da Etiópia ao Chade e do sul do Egito a Uganda e norte da Tanzânia. Abaixo, o grupo sudanês central, formado por inúmeros grupos linguísticos e culturais, que compuseram diversas etnias que abasteceram de cativos o Brasil, sobretudo os localizados na região do Golfo da Guiné, conhecidos, no Brasil, pelos nomes genéricos de nagôs ou iorubás (mas que compreendem vários povos de língua e cultura iorubá); os fon-jejes, os haussás, famosos na Bahia, por sua civilização islamizada, achântis e outros. Os bantos, povos da África Meridional, estão representados por povos que falam entre setecentas e duas mil línguas e dialetos aparentados, estendendo-se para o sul, logo abaixo dos limites sudaneses, compreendendo as terras que vão do Atlântico ao Índico até o cabo da Boa Esperança.<sup>360</sup>

Na cultura da sociedade iorubá, os gêmeos são chamados de Ìbejì<sup>361</sup> e considerados sagrados. O percentual do nascimento de gêmeos na etnia yorubá é o mais alto do mundo, com uma média de um para cada vinte e dois nascimentos, comparado à média mundial de um por cada oitenta. De acordo com Rudinei Borba, Igbo-Ora foi apelidada de capital mundial dos gêmeos, pois, a cada mil nascimentos, cerca de cinquenta resultam em gêmeos, que somam dez por cento do total. A partir de pesquisas da Universidade de Lagos/Nigéria, esse autor sugere que os hábitos alimentares das tribos podem explicar tal incidência; o consumo de inhame, contendo fito-estrógeno poderia aumentar a probabilidade das mulheres iorubá liberarem dois óvulos, simultaneamente, o que resultaria em um maior número de fraterna germinação.<sup>362</sup>

## Ìbejis

O historiador Nei Lopes explica que os gêmeos, na cultura iorubá eram reverenciados quase como deuses e constituíam-se em uma unidade de corpo e alma. A morte de um deles significava o fim do

---

<sup>360</sup> PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. *Revista USP*, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000, p. 52-55.

<sup>361</sup> Literalmente traduzido como: Ìbí: nascimento + èjì= dois, querendo dizer “nascimento duplo” (gêmeos). Ref.: BORBA, Rudinei. *O culto ìbejì no batuque do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/167656009/o-Culto-a-Ìbeji-No-Batuque>.

<sup>362</sup> Idem.

outro, a menos que o sobrevivente incorporasse sua outra metade. Para evitar esse perigo, os iorubás criaram rituais específicos. Um deles era a aposição de nomes. Assim, o primeiro nome a nascer recebia sempre o nome de Taiwo (“aquele que sentiu primeiro o gosto da vida”); o segundo Kehinde (“o que demorou a sair”). Mas a família dos gêmeos só estaria livre da ameaça da perda quando nascia o filho seguinte e lhe fosse dado o nome de Idowu. Em Trinidad e Tobago, as divindades gêmeas eram conhecidas como Beji e Belelé. Na República Dominicana e no Haiti, como Marassa.<sup>363</sup> Outra medida preventiva era mandar fazer um par de estatuetas que representava os dois filhos ou apenas um, caso um deles morresse. Conforme se observa nas Figuras 1e 2, a estatueta, chamada de ibeji, ficava no lugar do irmão que morreu. Cada família providenciava as estatuetas conforme o seu gosto, em geral de madeira, com diversos adornos que acompanhavam inclusive o gênero do falecido. O ibeji recebia os mesmos cuidados destinados à criança que sobreviveu: era banhado, ganhava roupas, era-lhe oferecido alimento, andava junto com a família, acompanhando o gêmeo vivo. Normalmente, as mães enfeitavam os ibeji como prova do seu amor.<sup>364</sup>

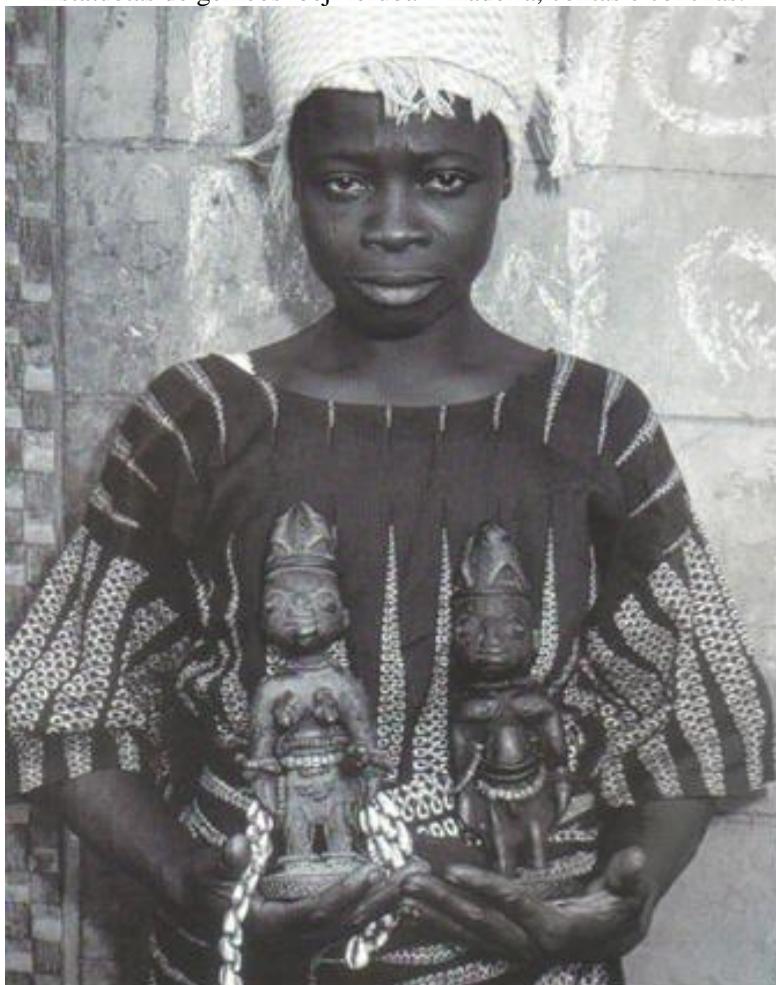
---

<sup>363</sup> LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004, p. 334.

<sup>364</sup> Ref.: <http://www.museuafrobrasil.com.br/>.

Figura 1

Estatuetas de gêmeos ibeji iorubá – madeira, contas e conchas.



**FONTE:** MEJL, Robson Ògún Alada. Cultura Afro Brasil. Disponível em: <http://onireblogspotcom.blogspot.com.br>

Figura 2

Os ibéjis são transformados em estatuetas.



FONTE:<http://caminhosdamagia.blogspot.com.br/>

## Jingongos

Já para os povos bantos, os *jingongos*,<sup>365</sup> gêmeos, em língua quimbundu, dependendo do grupo étnico, as interpretações e sentimentos alcançavam extremos: alguns juravam adoração sem limites, calculando que eles fossem o fruto de uma benção; outros, rejeitavam os gêmeos, enquanto temiam seus poderes destrutivos.<sup>366</sup> Como conta Robson Arruda, os jingongos também eram considerados gênios da natureza, abençoados pela Kianda— divindade feminina associada ao imaginário cultural angolano—, que vêm a terra nortear a sociedade em relação ao seu devir. Conforme esse autor, tradicionalmente, ao nascerem gêmeos em uma família de origem quimbundu, os nomes adotados eram, respectivamente, Kakulu, que quer dizer “o mais velho, o mais antigo” (palavra cuja etimologia remete a kulu, que significa “universo, terra, começo, o mundo original”), e, por fim, kabasa, que é o nome recebido pelo segundo dos gêmeos.<sup>367</sup>

Belmonte esclarece que, em muitos países da África e não apenas de tradição banta, há um postulado classificatório segundo o qual os seres humanos só dão nascimento a uma criança de cada vez e não há senão um buraco que eles possam ocupar nos grupos variados e articulados pelo parentesco. Em vista disso, os gêmeos são vistos com um caráter sagrado terrível. Alguns grupos matam as duas crianças ao nascerem ou, às vezes, uma só das duas ao nascerem. Belmonte explica que é assim entre os Bushmes do deserto de Kalahari, que justificam essa prática pela crença de que os gêmeos trazem infelicidade.<sup>368</sup> Entre os Tallensi, de Gana, os gêmeos não são acolhidos na alegria, porém não

---

<sup>365</sup> SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. A importância da literatura e das artes plásticas no contexto da cultura angolana. Fórum dos Angolanistas realizado na UERJ, em 3/09/2005. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/posverna/docentes/62671-1.pdf>.

<sup>366</sup> BELMONTE, Nicole. Alguns princípios antropológicos do problema da gêmealidade. *Pulsional*. Revista de Psicanálises. Panorama. ANO xix, nº 185, 134-149. março/2006, p.134-135. Cabe registrar que Belmonte fundamentou seus estudos baseados nas pesquisas de antropólogos como: ADLER, A. Les jumeaux sont rois. *L'Homme*, v. XIII, n. 1-2, p. 168-192, 1973; BURTON, W. F. P. Luba Religion and Magic in Custom and Belief. *Tervuren. Musée royal d'Afrique centrale (Annales n. 35)*, 1961; LÉVI-STRAUSS, C. *Histoire de Lynx*. Paris: Plon, 1991; TURNER, V.W. *Le Phénomène rituel: structure et contre-structure*. Paris: PUF, 1990. (Ethnologies), dentre outros.

<sup>367</sup> DUTRA, Robson Lacerda. Entre cassandra, carmina e kianda, feminino e nação. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades. Universidade Unigranrio*. Volume VI, nº XXII. p.132-146. Jul – set. 2007, p.136.

<sup>368</sup> BELMONTE. Alguns princípios [...]. *Ob. cit.*, p. 135.

são mortos no nascimento. Mas espera-se que os recém-nascidos, ou pelo menos um deles, morram, constituindo, assim, a prova de que eles de fato, não eram seres humanos, mas espíritos das matas. Os corpos eram postos em cestos e enterrados na floresta num lugar de difícil acesso. Passados quatro anos, e a mãe ter outra criança, é que os gêmeos falecidos eram considerados seres sociais completos e colocados sob a proteção de um ancestral.<sup>369</sup>

Entre os Lundas, ao contrário da maioria dos povos de Angola, o nascimento de gêmeos é altamente festejado, pois é indício de bom presságio. Quando um dos gêmeos morre, os Lundas sentem a perda como um acontecimento trágico. Depois de inúmeras cerimônias fúnebres e rituais feiticistas, a mãe do falecido encomenda ao Songui, entalhador, uma estatueta de madeira, a Capéria, retrato, ou Tchitchukié, sombra do filho. A mãe transportará essa estatueta para sempre, debaixo do braço esquerdo, até que o gêmeo sobrevivente seja considerado homem. Após ele passar pelo ritual da circuncisão, a responsabilidade pela figura do morto passa a ser por conta dele. O gêmeo sobrevivente tem o dever de carregar essa *sombra* e tratá-la com o maior zelo, contar-lhe as experiências da vida e venerá-la como espírito.<sup>370</sup>

Em relação às crenças dos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, cabe-nos apenas conjecturar se esses costumes faziam parte de suas crenças. Ainda assim, é possível supor que eles mantiveram alguns elementos de sua cultura africana, mesmo reconhecendo a dificuldade, quando não a impossibilidade, de identificar o povo ou nação da qual proviam.<sup>371</sup> Mas as histórias contadas aqui sobre os gêmeos, não pertencem apenas à África que se convencionou chamar tradicional, diversa e independente, com suas particularidades religiosas, sociais, econômicas etc. Essas crenças ainda sobrevivem hoje por todo continente africano. Evidentemente que os contatos, combinações de elementos originais de um povo com outro, promoveram mudanças, um dinamismo pelo qual muitos hábitos e costumes se perderam; em que milhares de pessoas ainda possuem um conjunto de expectativa sagradas, sociais, econômica, culturais, etc., relacionadas às suas origens. Essas pessoas seguem com suas vidas

---

<sup>369</sup> Idem. p. 136.

<sup>370</sup> MUNGONGO, Tata Jitu. O mito Jingongo. Revista Cultura Bantu Afro Brasileira, p. 3. Disponível em: [http://culturabantuafrobrasileira.com.br/2013\\_06\\_01\\_archive.html](http://culturabantuafrobrasileira.com.br/2013_06_01_archive.html).

<sup>371</sup> PRANDI. De africano a afro-brasileiro [...]. Ob. cit., p. 59.

dentro desse quadro devastador da globalização que busca envolvê-las nesse imenso processo de homogeneização cultural.

### **Nascimentos, doenças e mortes dos filhos das africanas livres**

Ao longo dos catorze anos, nos quais as africanas livres prestaram serviços compulsórios à Sociedade de Mineração, conforme o Quadro 7, elas geraram trinta e seis filhos. Considerando que, ao serem empregadas na Sociedade, muitas das africanas e dos africanos tinham idade entre 5 a 15 anos, esse número de filhos é bem grande. Desses, doze faleceram e apenas três morreram no momento do nascimento. Os outros nove vieram a falecer na infância, na maioria com tenra idade. Os motivos dos óbitos apresentados (fora os das crianças nascidas mortas) foram: convulsões, febre maligna, ataques repentinos e sem apresentar a causa da morte. Nenhum dos motivos da causa mortis das crianças se iguala aos dos africanos adultos já relacionados no Quadro 5.

Por outro lado, de acordo com a historiografia regional, as causas das mortes dos africanos livres adultos e crianças coincidem com as causas das mortes das populações livre e escravizada da região. Na forma pela qual revela a historiadora Nauk de Jesus, no Mato Grosso da primeira metade do século XIX, tanto entre os cativos como entre os livres, predominavam as doenças do aparelho respiratório (asma, pleuriz, etc.) e digestivo (hidropsia, obstrução, etc.). Já as doenças infectocontagiosas (coqueluche, difteria, febres e tuberculose) eram menos expressivas. As febres ou sezões, bexiga, lepra ou mal de São Lázaro, mal gálico, câmaras de sangue, doenças dos membros e problemas nos olhos parecem terem sido comuns. Conforme Nauk, a nomenclatura dessas doenças, tanto em adultos como em crianças, correspondia à terminologia da época, seguindo três critérios: conforme os órgãos atingidos, os sintomas e as doenças propriamente ditas. As doenças eram reconhecidas pela observação dos sintomas tanto para os leigos como para os agentes de cura. Para essa autora, uma análise aprofundada da descrição de doenças do período colonial, em Mato Grosso, deveria considerar a migração, a geografia local, os problemas nutricionais, a excessiva exposição ao sol e o trabalho nas lavras e nas lavouras, causas que poderiam elucidar a incidência de determinadas

moléstias e a influência delas no cotidiano da primeira metade do século XIX.<sup>372</sup>

### Quadro 7

Nascimentos, causas dos óbitos, intervalos entre os filhos das africanas livres – 1852/1863.

Mãe	Criança	Data/nasc.	Óbito/criança	Intervalo entre os filhos
<b>Leocádia Benguela</b>	Pedro Alexandrino	26/04/1852	27/01/1855 convulsões	4 anos
	Ignácio	25/01/1856		
	Prudêncio	28/04/1858		
	Manuel	20/07/1860		
<b>Carolina Benguela</b>	Izabel	19/11/1863	08/08/1853	3 anos
	Bernadino	09/11/1852		
<b>Catarina Benguela</b>	Antônia	01/11/1854	09/04/1858	2 anos
	Josefa	06/04/1857		
	Cipriano	25/09/1859		
	Nicolau	06/10/1852		
<b>Rita Cabinda</b>	João	03/11/1856	Nasceu morta	1 ano
	Guilherme	25/06/1853		
	Hedvirges	27/10/1855		
<b>Florinda Benguela</b>	José	13/08/1858	Nasceu morta	3 anos
	Nº ordem 105	23/07/1853		
	Luiz	10/10/1854		
	Ana	02/01/1857		

<sup>372</sup> JESUS, Nauk Maria de. “Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727 – 1808)”. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2001, p. 35-50.

<b>Francisca Benguela</b> Nº ordem 106 e 107	13/11/1853	Gêmeas mortas	
	08/07/1857	25/03/1859 - febre maligna	Menos de 4 anos
	08/03/1860	Menino/ sem registro do nome	3 anos
<b>Carlota Congo</b>	7/01/1863	Menino/ sem registro do nome	3 anos
	14/12/1853		
<b>Luiza Cabinda</b>			
	24/04/1854		
	06/01/1856		Menos de 2 anos
<b>Eulália Congo</b>			
	03/08/1854	04/08/1854 - convulsões	
<b>Mariana Moçambique</b>	15/12/1855	05/01/1863 sem registro da causa	1 ano
	14/10/1854		
<b>Tereza Congo</b>	28/04/1858		4 anos
	13/08/1860		2 anos
<b>Rosalia</b> Nº ordem 124	28/12/1855	06/01/1856- convulsão	
	05/03/1857	14/03/1857- Menina. "faleceu de ataque repentino, não deu tempo batizar"	Menos de 2 anos
	15/03/1858		1 ano
<b>Sebastiana</b> <b>Pedro</b>	18/05/1861		3 anos

Rosária Cabinda	04/02/1855	15/03/1855 ataque repentino; Rosária faleceu no parto	
Anna			

**FONTE:** Registro da Sociedade de Mineração da Província. Autos de nº 3 a 134, p. 5-133. Livros de Registros nºs 143, anos 1852-1864; 162, anos 1855-1864. Arquivo Público de Mato Grosso.

Se os dados apontados pelos guardas dos africanos livres estiverem corretos, a africana Leocádia Benguela teve cinco filhos, dentre esses apenas um, Pedro Alexandrino, faleceu com três anos de idade. Nota-se que esse seu primeiro filho nasceu ainda no trajeto do Rio de Janeiro para o Mato Grosso. Como já visto, a Sociedade recebeu os africanos em agosto de 1851 no Rio de Janeiro, que só chegaram ao Mato Grosso em junho de 1852. Já os primeiros filhos das africanas

Carolina e Catarina Benguela também foram concebidos antes da chegada ao Mato Grosso, logo que uma teve seu primeiro filho em outubro e a outra em novembro do mesmo ano.

Merece destaque a ausência quase completa de registros das idades das africanas livres. De todas as vinte africanas livres da empresa, em toda a documentação pesquisada, conforme o Quadro 8, foram registradas apenas as idades de Francisca Benguela, Luisa Cabinda, Mariana Moçambique, Rosária Cabinda e Tereza Congo, na forma relacionada a seguir. Com relação às mães, Luiza Cabinda e Tereza Congo, parece bastante improvável que essas africanas tenham dado à luz quando tinham as idades apontadas na “Relação das idades das africanas livres”. Diante da pouca idade das africanas, seis e oito anos quando tiveram seus primeiros filhos, leva-nos mais uma vez a questionar a confiabilidade desses registros sobre as idades. Talvez o guarda, ao registrar a idade da africana no momento em que ela deu à luz, referia-se à idade que ela teria em registros que não foram localizados, ou seja, no momento em que os africanos foram cedidos para a Sociedade, em 1851. Se essa última opção estiver correta, no caso da africana Tereza Congo, ao invés de 6 anos, em 1855 – quando teve seu primeiro filho–, ela teria então entre 15 e 16 anos. Em maioria, tanto as idades dos homens quanto das mulheres deixaram de ser registradas. Isso foi observado em apenas alguns momentos – não em todos–, quando do registro do africano em atos de insubordinações, nascimentos, mortes, batizados, etc. No Quadro 8, o destaque é para as idades apresentadas nos registros que as africanas teriam quando tiveram seus primeiros filhos.

## Quadro 8

Relação das idades identificadas das africanas livres –  
1853, 1854, 1855, 1861.

<b>Francisca Benguela:</b> provavelmente foi uma das africanas mais velhas do grupo; em 1853, quando deu à luz a seus gêmeos, tinha 30 anos.
<b>Luiza Cabinda:</b> em 1854, quando nasceu Elena, tinha 8 anos.
<b>Mariana Moçambique:</b> em 1854, quando Maria nasceu, ela tinha 12 anos.
<b>Rosária Cabinda:</b> em 1855, quando faleceu no parto, tinha 15 anos.
<b>Tereza Congo:</b> no único registro da idade da Tereza consta que, quando nasceu o seu último filho, em 1861, ela tinha apenas 12 anos; se esse registro estiver correto, em 1855, quando deu à luz à Rosalia, ela tinha apenas 6 anos.

**Fonte:** Livro de Registros nº 162, referente à Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Anos de 1852-1864. Arquivo Público do Mato Grosso.

Das vinte africanas livres enviadas para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso, apenas doze (60%) tiveram filhos. De acordo com os registros de nascimentos e batismos da Sociedade, as médias foram quatro filhos por ano e três filhos por mãe. Enquanto o maior número, cinco, foi em 1853 e o menor número de um filho. Já o intervalo entre os filhos foi em média dois anos e meio de um filho para o outro. Diante do Quadro 7, é possível indicar que as crianças das africanas fossem filhos de pais diferentes e sinalizar uniões não estáveis. Como a maioria das africanas livres teve filhos em intervalos regulares, também poderia indicar a estabilidade com um mesmo parceiro a exemplo de outros casos envolvendo casais de africanos livres no Brasil Imperial. Todavia, a documentação analisada não faz nenhuma revelação esclarecedora sobre os parceiros e o grau de envolvimento dos africanos livres com filhos ou sem filhos. Parte daí, a dificuldade de reconstituir os grupos familiares deles.

Já a historiadora Enidelce Bertin, que dedicou sua tese aos estudos sobre os africanos livres em estabelecimentos públicos na província de São Paulo, embora com dificuldade similar, conseguiu reconstituir a história de sessenta e dois casamentos formais de africanos livres. A partir de lista nominal de 1859, Bertin identificou que de quarenta e cinco africanos adultos e dez africanas, –dezoito homens eram casados–, dez eram casados com mulheres escravizadas. Das

mulheres, oito estavam casadas, todas com africanos livres. Contando com esses números, a autora identificou sessenta e dois casais formais – marido/esposa –, entre os anos de 1850 e 1860, nos estabelecimentos públicos em São Paulo.<sup>373</sup>

Em relação aos parceiros das africanas livres na Fábrica de Pólvora da Estrela, no período entre as décadas de 1830 e 1860, Alinnie Moreira, também teve dificuldade para localizar os casais formais na documentação: “nela consta somente o nome dos filhos e de suas mães com a omissão do nome do pai e, desses, nenhum caso remete à uniões formalizadas na Igreja”. Sobre o grupo social dos parceiros dos africanos livres: “Não achamos um caso sequer em que africanos livres se unissem formalmente a escravos, o que revelava uma estratégia para preservar a identidade jurídica do grupo e a futura liberdade de sua prole”.<sup>374</sup> Isso significaria que muitos homens ficavam solteiros.

Também é possível considerar que os pais dos filhos das africanas da Sociedade fossem os companheiros do mesmo grupo social delas. Entretanto, pelos indícios apresentados até aqui, não descartamos que algumas dessas mulheres tenham se envolvido com parceiros diferentes e alternados como se pode admitir diante das africanas que tiveram apenas um filho, ou com intervalo muito espaçado entre um e outro ou mesmo as oito que não tiveram filhos. Tudo isso é possível. Para essas mulheres, assim como para tantas outras escravizadas, libertas e pobres do período, quantas se tem notícia que nem ao menos opções de recusas tiveram diante da iminência de práticas sexuais? Quantas foram levadas pelas paixões passageiras? Quanto às africanas livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, cabe conjecturar que, muito provavelmente, essas meninas recém-chegadas ao Brasil, com seis, oito, ou dez anos, adquiriram, à força, “experiências” sobre relações sexuais para gerarem tão grande número de filhos na mais tenra idade.

Posso considerar, no entanto, que essas crianças, meninos e meninas, dividiram as mesmas péssimas condições da longa travessia da África até ao Brasil. As lembranças esparsas e fugidias de suas famílias,

---

<sup>373</sup> BERTIN. “Os meia-cara. [...]”. Ob. cit., p. 198-199.

<sup>374</sup> MOREIRA, Alinnie Silvestre. Os africanos livres, sua prole e as discussões emancipacionistas: as famílias e a administração dos descendentes de africanos livres na Fábrica de Pólvora da Estrela (Rio de Janeiro, 1830-1860). *Estudos Afro-Asiáticos* 29: 1-2-3 (2007), p. 168-169.

brincadeiras, crenças e hábitos da terra natal; a convivência na Casa de Correção; e os percalços dos caminhos pestilentos do Rio de Janeiro até o Mato Grosso. Nessas longas noites e dias de cansaços, certamente elas repetiam refrões em língua materna, expondo o que ainda conservavam dentro de si, a magia dos reinos dos sonhos relacionados aos seus destinos – nesse lugar da mente infantil, onde realidade e ilusão se misturam, fazendo pensar que a caminhada para o cativo seria passeio. Poderiam ter sido momentos assim, compartilhados na dor, que propiciaram a interação entre elas, dando início às relações amorosas e sexuais que, quem sabe, duraram ao longo de suas vidas.

### **O espaço geográfico, grupos sociais e seus mecanismos de controle**

Como já relatado no Capítulo 2, as cabeceiras do Alto Rio Paraguai situam-se nos atuais municípios de Diamantino e Alto Paraguai. Em 1850, o então termo do Diamantino contava principalmente com a vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino e outros pequenos povoados. Assim conta a história: no encontro do rio Ribeirão do Ouro com o rio Diamantino, fundou-se o Arraial do Ouro de Alto Paraguai, posteriormente nomeado Paraguai Diamantino, depois vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino. Finalmente, por causa dos diamantes em seus rios, passou a ser chamado apenas de Diamantino. A povoação foi se constituindo em moradias de adobe e taipa entre ruas e vielas, botecos e vendas sem planejamento nos entornos do ribeirão. Conforme Terezinha de Souza, as distrações eram proporcionadas pelas festas religiosas, semana santa, dia da padroeira; quando em geral, ocorriam procissões, leilões, prendas, quitandas e bailes. Também era costumeira a realização de festas nas residências particulares: “assim como piqueniques nas chácaras e sítios aos finais de semana. Esses traços ainda são observados em Diamantino”.<sup>375</sup>

Os africanos livres trabalhavam e tinham alojamentos às margens do rio Santana, localizado a uns quarenta quilômetros de Diamantino, e no rio Paraguai, próximo a Diamantino. Em geral, uma pessoa adulta levaria cerca de seis a dez horas para percorrer essa distância a pé. Em período recente, os garimpeiros do Alto Paraguai

---

<sup>375</sup> SOUZA, Terezinha Fernandes Martins de. “Alfabetização na escola primária em Diamantino Mato Grosso (1930 a 1970)”. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Diamantino: UFMT, 2006, p. 21-25.

percorriam esse trecho em um dia, saindo de madrugada. Local como as margens do rio Buriti, onde os africanos livres também trabalharam, era historicamente conhecido pelos seus buritizais e alagamentos – que ainda sobrevivem, apesar dos desmatamentos–, conforme demonstra a geógrafa Rosalia Casarin, na Foto1.

### Foto 1

Buritizal nas nascentes do rio Paraguai



**FONTE:** CASARIN, Rosalia. “Caracterização dos principais vetores de degradação ambiental da bacia hidrográfica Paraguai/Diamantino”. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Segundo a autora: “O desmatamento foi implacável na região, mesmo nas áreas úmidas onde os buritis (*Mauritia flexuosa*), foto 1, formavam veredas no meio do cerrado, atualmente estão sendo ocupadas, principalmente por pastagens”. p. 25.

Segundo Casarin, a bacia do Rio Diamantino ainda é bem drenada, porém os cursos d’água são de pequena dimensão. O rio Diamantino nasce nas escarpas da serra Tapirapuã, sob a vegetação de cerrado, com árvores altas e entremeadas por palmeiras, como pode ser visualizada na Foto 2.

## Foto 2

### Área de nascente do rio Diamantino.



**FONTE:** CASARIN. “Caracterização dos [...]”. Ob. cit., p. 16.

Como já visto, os africanos livres também realizaram trabalhos de escavações e garimpagem às margens do rio Diamantino. Lá no século XIX, esses trabalhadores, em nome da Sociedade de Mineração, também contribuíram para o que hoje Casarin nomina como “montanhas” de sedimentos que estão depositadas às margens desse rio. Como pode ser observado na Foto 3, montanhas de areias foi o que restou no local onde foram feitos represamentos para reter a água utilizada na lavagem do cascalho e nas extrações de ouro e/ou de diamante.<sup>376</sup>

---

<sup>376</sup> CASARIN. “Caracterização dos [...]”. Ob. cit., p. 18.

### Foto 3

#### Garimpo nas margens do rio Diamantino



**FONTE:** CASARIN. “Caracterização dos [...]”. Ob. cit., p. 18-19. (Observação: Embora as duas fotos apresentadas sejam de autoria de Casarin, o detalhe da Foto 3 não consta na fonte original).

Essa breve descrição física tem como objetivo dar visibilidade ao leitor das distâncias e dificuldades geográficas, além das sociais, superadas pelos africanos livres ao buscarem se envolver nas teias das relações cotidianas da comunidade.

Nessas localidades e no entorno, interagem atores e grupos sociais tais como pequenos colonos, fazendeiros, comerciantes, funcionários da administração pública, delegados, juízes de paz, médicos, viajantes, religiosos, povos indígenas de várias etnias, trabalhadores escravizados e aquilombados. As principais autoridades do termo de Diamantino e seu entorno foram comunicadas da presença e inserção dos africanos livres na Sociedade de Mineração. Dessa forma, em 1852, o presidente da província, Augusto Leverger, enviou comunicação à chefia de polícia, juízes de órfãos e promotores públicos,

presidência da Câmara, párocos e bispo, diretor geral dos índios, administrador dos correios e pessoas particulares a fim de informar sobre suas funções para com os africanos livres. Elas também seriam responsáveis pelo seu “cuidar” e ainda “prestarão toda a possível coadjuvação a fim de promover a prosperidade da Sociedade de Mineração”<sup>377</sup>.

A “proteção e amparo” aos africanos livres, subentendidas nas várias comunicações, revelam o controle ao qual estavam expostos esses trabalhadores dentro e fora da Sociedade. A manutenção da tutela tinha de ser garantida não apenas pelos administradores dessa empresa particular, na qual os dirigentes locais depositavam expectativas de grandeza e desenvolvimento econômico para a região. Para que a Sociedade prosperasse, havia a necessidade de que todos os representantes da elite local cooperassem para que a sua principal mão de obra não escapasse de suas funções. Assim, o africano livre que fosse visto perambulando por essas localidades, logo seria denunciado à autoridade policial ou aos juízes de órfãos e reintegrado ao seu posto de serviço. Porém, nesses momentos, até que esse controle se efetivasse, sobravam horas e até dias que poderiam facilitar aproximações e relações sociais dos africanos livres com pessoas da comunidade.

## **Relações de compadrio**

Nas fontes pesquisadas, não há nenhum dado acerca de como ocorria a interação dos africanos livres com a sociedade local, logo que sua mobilidade era sempre vigiada e apontada nos relatórios dos guardas dos africanos livres. No entanto, através dos registros de batismos dos filhos das africanas livres, percebe-se um amplo leque de laços de compadrio firmados entre as africanas livres e pessoas de estatuto jurídico e social diferentes dos seus. A partir daí, as análises foram priorizadas buscando compreender se o ato do batismo, e em consequência, as relações de compadrio geraram outros tipos de interação e solidariedade entre as partes, ou se esses laços já existiam antes do batismo e, a partir dele, foram reforçados.

---

<sup>377</sup> Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, para todos os juízes de paz, delegados de polícia, Câmara Municipal do Alto Paraguaçu Diamantino e Diamantino. Livro de Registro nº 127 – correspondências expedidas. 30 de junho de 1852; ofícios expedidos Lata:1852-A, 1853-B, 1857-D, 187-E. APMT.

No Brasil escravista, as relações de compadrio tanto entre os cativos quanto entre estes e pessoas de condições sociais diferentes fortaleciam elos religiosos, obrigações e cuidados entre os envolvidos, que se materializavam muito além do ato do batismo. Dessa maneira, as relações eram fortalecidas tanto por interesses dos pais dos apadrinhados como dos padrinhos. Como explica Mattoso – sobre o costume dos senhores apadrinharem seus cativos –, a proximidade com os padrinhos livres poderia indicar a boa socialização do afilhado. Os laços não prendiam apenas padrinho e afilhado, pois também ligavam o padrinho e sua família aos pais da criança batizada. A relação poderia favorecer vínculos de afeição e solidariedade, que facilitariam a convivência social e possibilitariam vantagens aos cativos, além de garantir o controle do escravizado.<sup>378</sup>

De acordo com o Quadro 9, as africanas livres mantiveram ligações de compadrio com membros do seu próprio grupo, com trabalhadores escravizados e com pessoas livres da sociedade mato-grossense. Como visto, as escolhas variaram; poucos padrinhos não tinham *status* social de destaque na sociedade. Dessa forma, os padrinhos representados por pessoas escravizadas e por africanos livres talvez tenham sido escolhidos por comporem o quadro de amizades e convívio diário das africanas livres. E, por fim, a grande maioria dos padrinhos era composta por pessoas livres e, dentre esses, alguns representantes da elite local.

---

<sup>378</sup> MATTOSO, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 132.

Quadro 9

Relação dos batizados e dos padrinhos dos filhos das africanas livres.

Criança batizada	Padrinhos	Estatuto social dos padrinhos	Mãe	Observações/dt batismo
Bernadino	Benedito da Silva Prado Luíza	Livre Escrava	Carolina	Luíza era escrava da Sociedade; 09/11/1852
Pedro Alexandrino	Pedro Postício dona Ana Joaquina de Moraes	Livre Livre	Leocádia	14/01/1853
Nicolau	João Simão Mathias dona Ana Joaquina de Moraes	Livre Livre	Catarina	14/01/1853
Guilherme	José de Barros Maria Mina	Livre Escrava	Rita	Maria era escrava da Sociedade; 30/01/1854
Delfina	Julio e Maria	Africanos livres	Carlota	30/01/1854
Elena	Gabriel e Florinda	Africanos livres	Luíza	27/08/1854
Manoel	José Feliipe da Costa Viana	Livre	Eulália	Padrinho foi o feitor; batizado às pressas; faleceu no dia seguinte /nascimento; 04/08/1854
Luiz	Luiz Antônio dos Santos e esposa Ana Joaquina Barata	Livre Livre	Florinda	15/12/1854
Maria	dr. Medardo Rivani Joaquina Cambão	Livre Livre	Marianna	Padrinho era o médico da Sociedade; 15/12/1854

Antônia	José Carlos Antunes Bernada Maria da Conceição	Livre Livre	Carolina	15/12/1854
Ana	José Crioulo Leocádia Benguela	Escravo Africana livre	Rosária	José era escravo da Sociedade; 02/09/1855
Hedwiges	Victoriano Pereira Leite Felisberta Maria da Conceição	Livre Livre	Rita	31/08/1856
Marcelino	Manoel Eudelécio Maria Joaquina de Jesus	Livre Livre	Eulália	31/08/1856
Rosalia	Dr. Medardo Rivani Francisca Benguela	Livre Africana livre	Tereza	03/01/1856 batizada em casa, apos 3 dias faleceu
Ignéz	Eleuthério Ferreira da Silva e sua esposa Ignéz Viera da Silva	Livre Livre	Luisa	Mesmo nome da madrinha; 31/08/1856
Ignácio	Manoel Bernarda Maria da Conceição	Escravo Livre	Leocárdia	Manoel, escravo do padre batizante, Manoel Pinto de Siqueira; 31/08/1856
João	Firmino Maximiana Gomes	Africano livre Livre	Catarina	08/11/1857
Anna	Jacinto Maria Bronze	Africano livre Livre	Florinda	Escravo da Sociedade; 08/11/1857
Josefa	Januário e Maria Cabinda	Africanos livres	Carolina	08/11/1857
Sabino	Antônio Antunes Soares Muniz	Livre Livre	Francisca	Um dos ajudantes do guarda dos africanos

	Manoela Rodrigues				livres; 08/11/1857
Prudêncio	Ricardo e Tomázia	Africanos livres	Leocádia	Leocádia	26/12/1858
Miguel	Anacleto Maximiana Gomes	Africano livre Livre	Marianna	Marianna	26/12/1858
José	pe. Manoel Pinto Siqueira Eulália	Livre Africana livre	Rita	Rita	O padrinho foi o padre; 26/12/1858
Sebastiana	Joaquim Congo Thereza Cabinda	Africanos livres	Tereza	Tereza	06/02/1859
Cipriano	Antônio Ivo de Pinho d. Isabel de Almeida Leite	Livre Livre	Carolina	Carolina	Ajudante do guarda dos A.L.; 23/07/1860
João	Benedito Rodrigues Campones	Livre	Francisca	Francisca	Não há registro da madrinha; 23/07/1860
Maria	Antônio Ivo de Pinho d. Isabel de Almeida Leite	Livre Livre	Francisca	Francisca	23/07/1860
Manoel	José Marcelino da Silva Prado	Livre Livre	Leocadia	Leocadia	Fazendeiro local; 23/07/1860
Emília	d. Isabel de Almeida Leite (não há registro dos padrinhos)		Marianna	Marianna	Batizada em outro Termo, Vila Maria; 03/05/1862
Pedro	(não há registro dos padrinhos)		Tereza	Tereza	Batizada em outro Termo, NSª da Guia; 03/05/1862
1 menino	(Menino/ sem registro do		Francisca	Francisca	Não consta registro de

Izabel	nome)	Africano livre Escrava	Leocádia	batismo
	Leocádio Januária		Leocádia	Januária, escrava de Miguel José de Araújo; 02/04/1864

**FONTE:** Registro da Sociedade de Mineração da Província. Autos de nº 03 a 134, p. 5-133. Livros de Registros nº 143, anos 1852-1864; 162, anos 1855-1864. APMT.

Por meio desses levantamentos realizados a partir dos livros de registros de batismos e das correspondências trocadas entre os guardas e os presidentes da província e, ainda, consultas à historiografia, buscou-se identificar nome a nome as pessoas que figuraram entre os compadres

das africanas livres. Esse trabalho árduo igualou-se a “procurar agulhas num palheiro”, e o resultado não foi completamente satisfatório diante da dificuldade de caracterizar socialmente pessoas muitas vezes anônimas ou perdidas no espaço do século XIX. Apenas aqui e acolá, em sites que tratam de genealogias, foram localizadas algumas informações sobre esses nomes. Ainda assim, mesmo que de forma incompleta, foi possível propor algumas conclusões sobre as pessoas e grupos sociais da comunidade local, e, é bom que se lembre de que, se trata de uma pequena localidade que também exprimia a complexidade das relações sociais de dominação vigentes no Brasil escravista, onde as concessões e trocas entre senhores e escravizados visavam manter os últimos presos ao sistema. Por conseguinte, é possível supor que essa complicada rede de relações sociais também se tenha estendido e sido experimentada pelos africanos livres. Ou seja, recebiam compensações de membros da comunidade, afeto, apoio ou solidariedade em troca de trabalho e de disciplina, mas quando os africanos livres fugiam desses espaços, os compadres e padrinhos eram os primeiros a devolvê-los ou denunciá-los à empresa, como veremos antes do término deste capítulo.

Dessa forma, foi possível observar alguns padrões na escolha dos padrinhos das crianças das africanas livres. Foram registradas vinte e nove cerimônias de batizado, envolvendo os filhos das africanas livres. Alguns poucos registros traziam apenas um padrinho. Dos cinquenta e seis padrinhos apontados nos livros de registros dos guardas dos africanos livres, apenas cinco eram trabalhadores escravizados (9%), sendo que três desses eram trabalhadores da própria Sociedade, confirmando, então, a presença de cativos na empresa. Dezesete eram os companheiros do mesmo grupo, isto é, africanos livres (30%). Os padrinhos livres foram mais numerosos, totalizando trinta e quatro (61%).

Percebe-se também o padrão de um homem e uma mulher batizando a criança, independentemente de sua condição social e estado civil, ainda que, em vários momentos, o “par” não significasse ser casado/amasiado, como se observa, por exemplo, quando o médico da Sociedade, Medardo Rivani, foi padrinho com Joaquina Cambão (mulher livre) num primeiro batismo e, mais tarde, em outro batizado, com a africana livre Francisca Benguela. Nota-se ainda que, quando dona Ana Joaquina de Moraes, com Pedro Postício apadrinhaou Pedro Alexandrino, filho de Leocádia, e posteriormente, a mesma senhora e João Simão Mathias apadrinharam Nicolau, filho de Catarina. Caso similar foi o de Maria Cabinda que, com o africano livre, Júlio

apadrinhou Delfina, filha de Carlota, e num segundo batizado, fez par com outro africano, Januário, para batizar Josefa, filha de Carolina. Maria foi a única africana livre que figurou como madrinha em dois batizados. Todos os outros africanos livres, bem como os cinco trabalhadores escravizados, nunca foram padrinhos mais de uma vez.

Esses números chamam a atenção porque as africanas livres tinham a possibilidade de convidar para padrinhos os membros do seu próprio grupo, motivando, assim, o fortalecimento de suas relações e convívio. No entanto, elas deram preferência a pessoas livres e, aparentemente, com algum prestígio social naquela localidade.

Conforme o Quadro 9, observa-se que alguns padrinhos eram os empregados livres da Sociedade, como guardas, auxiliares ou agentes. É possível supor que, no cotidiano de jornada intensa, aqui e acolá, as africanas tenham sabido burlar o sistema de controle diário e conquistado certa facilitação e ajuda daqueles que deveriam vigiá-las, conforme o relato já registrado ainda neste capítulo, no qual o guarda foi acusado de receber visita de uma africana. Já Medardo Rivani, além de ter sido um dos agentes da empresa, também era o médico responsável pelo tratamento dos africanos que, mesmo após sua saída da Sociedade, continuou a atendê-los em sua casa em Diamantino.<sup>379</sup> Ações assim favoreciam os africanos na medida em que tornava possível o estreitamento das relações. Essas oportunidades permitiam a esses trabalhadores conhecerem a casa, a família, os camaradas e cativos do referido médico, muitas vezes facilitando as fugas de sua própria residência – como de fato aconteceu.

Merecem destaque os compadres e as comadres das africanas livres: Ana Joaquina de Moraes, Antônio Ivo de Pinho, Bernada Maria da Conceição e Isabel de Almeida Leite, todos eles foram padrinhos em dois ou mais batizados de crianças com mães e em datas diferentes. Já o compadre da africana Leocádia, José Marcelino da Silva Prado, era aquele fazendeiro que, páginas atrás, em 1859, foi acusado de “distrair dos serviços da empresa” as africanas Violante e Thomázia. Essas africanas permaneceram mais de um mês em sua fazenda a título de se recuperarem de enfermidades. Esse fazendeiro era proprietário da fazenda Piraputangas, em Diamantino, e pertencente à família Prado –

---

<sup>379</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidélis Moniz ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare, informando que “estão em tratamento na casa do dr. Rivani, os africanos Boaventura e Violante [...]”. Paraguay, 31 de junho de 1858. Lata 1858-D. Série Ofícios. APMT.

cujo irmão, Luiz da Silva Prado, em 1850, já figurava como 2º secretário na Assembleia Provincial, em Cuiabá, e, em 1870, chegou a presidir a Província.<sup>380</sup> Já em 1864, José Marcelino da Silva Prado era o capitão comandante do 4º Batalhão de Goiás;<sup>381</sup> o seu primeiro antepassado a se ter notícia, seu pai, já era morador em Cuiabá, em 1805. José Marcelino da Silva Prado era casado com Izabel de Pinho.<sup>382</sup>

Isso posto, podemos considerar que as relações que as africanas mantinham – fora da empresa – com essa família se estenderam e envolveram outros membros e parentes tanto do fazendeiro como de sua esposa; ou seja, Antônio Ivo de Pinho, Benedito da Silva Prado e seu filho Benedito Rodrigues Camponéz, que figuram como compadres das africanas livres no Quadro 9. Observe que Benedito da Silva Prado já era compadre da africana Carolina desde novembro de 1852; enquanto que Antônio Ivo de Pinho, cunhado e também um dos auxiliares de guarda, foi o padrinho de João – um dos gêmeos –, enquanto que seu sobrinho, Benedito Rodrigues Camponéz, foi o padrinho do outro.

Em 1858, quando o padre Manoel Pinto de Siqueira foi o padrinho – e batizante – de José, Rita Cabinda já o conhecia há mais ou menos cinco anos, não apenas porque esse mesmo vigário também tivesse batizado seu primeiro filho, em janeiro de 1853, mas por ser ele o responsável por quase todos os outros batismos (exceção apenas dos batizados do mês de novembro de 1857 ministrados pelo padre Mesquita e outros dois realizados às pressas, na própria empresa). Nessas ocasiões, é provável que Rita tenha buscado estreitar suas relações sociais com o vigário a ponto dele se tornar seu compadre. Dessa maneira, é possível considerar que os espaços e oportunidades gerados pelas celebrações de batismo, rezas, funerais, ou auxílio na doença e rituais antes e pós-morte também tenham proporcionado a socialização de muitos africanos livres que souberam se aproveitar das festas religiosas para experienciar e interagir com a comunidade local.

Sem intenção de generalizar, é possível considerar que nesses momentos ou em tantos outros, na lida do dia a dia, os africanos livres

---

<sup>380</sup> SILVA, pe. José Moura e. *Diamantino 279 anos*. Cuiabá: Entrelinhas, 2007, p. 61; MESQUITA, José de. *Genealogia Matogrossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1992, p. 13-14.

<sup>381</sup> Ofício de Bartolomé Bossi ao Ilmo Senhor Capitão Jose Marcelino da Silva Prado Mte. digno Comandante do 4º Batalhão da Guarda Nacional de Diamantino. Lavras do Mindáo, 8 de março de 1864. Docs. avulsos. 4884 e 4885. APMT.

<sup>382</sup> MESQUITA. *Genealogia* [...]. Ob. cit., p.11.

passaram por experiências de convívios, estreitaram suas relações que favoreceram interação e mobilidade espacial que só teria sido possível devido à teia de vínculos com outros agentes sociais estabelecidos entre *os de fora* e *os de dentro* da empresa.

Diante disso, é possível considerar ainda que no momento de escolher padrinhos e madrinhas para seus filhos, optaram por pessoas com as quais elas já mantinham algum tipo de contato ou conhecimento. Como visto, essas foram as escolhas das africanas livres; em maioria, elas elegeram padrinhos e madrinhas bem situados socialmente, que pudessem auxiliá-las com possibilidades de ganhos para seus filhos ou para si, como também privilegiaram os laços de interação com seus iguais e amigos escravizados.

Nessa conjuntura, podem-se ler indícios de que havia a possibilidade dessas mães transitarem na comunidade, eu diria até com certa liberdade, tendo em vista o grande número de padrinhos que não eram membros da empresa onde trabalhavam. É possível até concluir que a vigilância não era tão rígida assim, visto que permitia às africanas e africanos oportunidades de conhecerem e criarem laços com pessoas de locais mais afastados da empresa, como sítios, fazendas e até mesmo pelo termo de Diamantino, pois, como visto, alguns padrinhos relacionados eram desses lugares.

No dia 12 de outubro de 1856, dezessete africanos livres fugiram da Sociedade. Após doze dias, eles foram capturados. Essa história será escrita a seguir, mas ela leva à outra sem precedentes na história dos africanos livres no Brasil. Todos os africanos livres foram devolvidos à empresa, acompanhados de “padrinhos”. Note bem, não são padrinhos dos filhos das africanas livres. Mas são dos africanos livres trabalhadores que, após serem pegos fugindo, ao retornarem para a empresa, voltam “apadrinhados” na forma que será contada em seguida. O guarda relacionou um a um os nomes dos fujões, acrescentando sempre o mesmo motivo da fuga: “apareceu no dia 24 do mesmo mês e ano com padrinho em razão de ser seduzido por dois escravos desta Sociedade”. Passados quatro anos, em 23 de julho de 1860, somente esses dezessete africanos que fugiram foram batizados. Como sabemos, os africanos trazidos para o Brasil com o objetivo de serem escravizados, assim que desembarcavam, eram batizados e recebiam nomes católicos, como, aliás, os africanos livres da Sociedade já possuíam desde que chegaram à Casa de Correção no Rio de Janeiro, como era o costume. O dia do batizado deve ter sido o maior evento! O mesmo padre Manoel realizou a cerimônia; todos permaneceram com o

mesmo nome; alguns padrinhos eram personagens que ainda não figuravam como compadres das africanas, no entanto, outros tantos já eram velhos conhecidos dos africanos, dessa forma, repetiam-se nomes como José Marcelino da Silva Prado, Benedito Rodrigues Camponês e o próprio padre Manoel.

Por fim, cabe-nos mais uma vez conjecturar. O batismo na igreja católica, por norma, só é ministrado apenas uma vez na vida da pessoa, seja criança ou adulta. Como não há nenhuma informação ou registros sobre o motivo desses batizados, é possível supor que os africanos tenham buscado apoio desses homens lá no momento da captura e “retorno” à empresa, onde negociaram e planejaram o “apadrinhamento simbólico” a fim de evitarem os castigos certos e, quando fosse oportuno, oficializariam a cerimônia não sem antes, é claro, obterem a promessa de obediência e submissão daqueles trabalhadores. Prática, aliás, costumeira na pequena comunidade escravista, onde os grupos de trabalhadores escravizados eram pequenos, e a população pouco numerosa facilitava que cativos fossem reconhecidos e controlados mais de perto tanto pelos seus senhores como pelos habitantes da comunidade.

No caso dos africanos livres ainda mais, pois os representantes da comunidade local já tinham sido informados da presença desses trabalhadores na Sociedade antes mesmo de sua chegada. Muito mais ainda, eles tinham o aval do presidente da província autorizando-os a exercerem a vigilância e controle desses africanos;<sup>383</sup> e essa “renovação” do batismo também poderia ser vista pela comunidade, assim como pelos demais trabalhadores africanos livres e escravizados, exatamente como uma exibição de modo exemplar desse controle.

Cabe ainda registrar aqui a interpretação da historiadora Enidelce Bertin sobre o apadrinhamento. Em 1858, após fuga, o africano livre Bonifácio, da Casa de Correção de São Paulo, retornou apadrinhado três dias depois. Esse recurso foi adotado também por outros africanos livres cedidos para estabelecimentos públicos daquela província. Para Bertin, “ao apadrinhar-se, o africano passava a contar com outro protetor, o que desagradava ao administrador, uma vez que

---

<sup>383</sup> Ofício do chefe de Polícia, Tibério Fernandes de Araújo informando ao presidente da província, Augusto Leverger que expediu ordens a todas as autoridades policiais, Juizes de Órfãos e promotores públicos, a fim de informarem sobre suas funções para com os africanos livres. Livro de Registro nº 127 – correspondências expedidas. 30 de junho de 1852; ofícios expedidos Lata:1852-A, 1853-B, 1857-D, 187-E. APMT.

sua autoridade ficava enfraquecida e a ordem ameaçada”.<sup>384</sup> Conforme longamente já exposto no caso dos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, esses trabalhadores puderam sim contar, em um momento ou outro, com o apoio desses padrinhos ou de outras pessoas livres da comunidade. No entanto, esse apoio em nenhum momento ameaçou ou enfraqueceu o poder imposto tanto dentro da Sociedade, como também os mecanismos de vigilância fora da empresa, como os mandos da presidência da província que, ao ditar as ordens logo eram obedecidos por todos.

### **Revolta coletiva: fuga para *Santiago***

Com o passar dos anos, os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso foram tomando conhecimento da língua e interagindo com pessoas tanto de dentro como de fora da empresa, conhecendo a região, e a partir daí, eles aproveitaram as falhas na vigilância e, com ajuda, arquitetaram fugas e revoltas.

Fato que evidencia a insatisfação com o regime de trabalho e controle impostos, – conforme a transcrição a seguir – aconteceu no dia 12 de outubro de 1856: extraordinariamente um grupo de dezessete africanos livres – todos homens – fugiu da Sociedade. O grupo estava muito bem organizado, considerando o grande número que empreendeu a fuga e o apoio que tinham de aliados. Dessa forma, um grupo de africanos, que estava trabalhando nas margens do rio Paraguai – no Alto Paraguai–, organizou a fuga juntamente com alguns cativos da mesma empresa. Após escaparem da vigilância dos guardas, eles iriam se encontrar com outros africanos livres, que estavam trabalhando no rio Santana. Para essa organização e empreitada, também contaram com o apoio de ex-cativos aquilombados nas matas, próximos do rio Sepotuba. Esses dois grupos juntos iriam para um lugar chamado *Santiago* se encontrarem com seus “sedutores”, ou seja, os trabalhadores escravizados, seus parceiros de trabalho na Sociedade. O plano agourou. O guarda conseguiu capturar um deles, que delatou todo o plano. A pedido desse guarda dos africanos, o delegado capturou o restante do grupo após doze dias.<sup>385</sup> Os africanos foram escoltados de volta à

---

<sup>384</sup> BERTIN. “Os meia-cara. [...]”. Ob. cit., p. 156.

<sup>385</sup> Ofício do guarda interino dos africanos livres, João de Almeida Lara, ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguay, 1 de novembro de 1856. Livro de Registro nº 143 – Correspondências expedidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. doc. 58. APMT

empresa, sob os cuidados de seus *padrinhos*, “em razão de terem sido seduzidos por dois escravos da mesma Sociedade, José Criolo e Francisco Mina”.<sup>386</sup> Assim registrou o guarda dos africanos livres:

Tenho com pesar comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que no dia de ontem evadiram-se da Sociedade de Mineração desta Província, africanos livres da mesma Sociedade. Por informação que tomou-se de um que prendeu-se antes de seguir aos outros, entrou no conhecimento de que há um pacto de fuga com escravos do grande Mocambo que existe nas matas do Sepotuba, e que há também um concerto entre eles para se reunirem com outros [africanos livres] existentes em Santana, e irem afinal ao lugar denominado Santiago, a fim de encontrarem-se com os seus sedutores e seguirem o mau destino que pretendem, e que irá motivar a fuga de outros. À mesma requisição prestou o Sr. Juiz de Paz, oito praças para uma pequena diligência de vedar ao menos que os de Santana não levem a efeito seus intentos; porém eu julguei de meu dever ir por intermédio de V. S<sup>a</sup> solicitar providências do Exm<sup>o</sup> Governo a fim de destroçar-se esses escravos existentes num lugar já conhecido do Sepotuba, visto que hoje já principiando a resultar maus efeitos sua reunião, aumentada cada vez mais, é impossível que S.Ex<sup>a</sup> não lance suas vistas para esta parte da província onde estão afluindo muitos escravos fugidos de diversas partes.<sup>387</sup>

Ao longo de todo o período escravista brasileiro, os africanos e descendentes escravizados resistiram ao cativeiro. Eles engendraram várias formas de resistência: desobediência às ordens impostas, desleixo na execução dos trabalhos, bebedeiras, fugas individuais e coletivas foram algumas delas. Ao fugirem, esses trabalhadores refugiavam-se no

---

<sup>386</sup> Ofício do guarda interino dos africanos livres, João de Almeida Lara, ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguai, 1<sup>o</sup> de novembro de 1856. Livro de Registros n<sup>o</sup> 143, doc. n<sup>o</sup>60. APMT.

<sup>387</sup> Ofício do guarda interino dos africanos livres, João de Almeida Lara ao delegado de polícia, João Batista Prudêncio. Diamantino, 13 de outubro de 1856. Livro de Registro n<sup>o</sup> 143. doc. 58. APMT.

meio das matas ou em pequenos grupos nos arredores de engenhos, fazendas, vilas e cidades com outros iguais, libertos, indígenas e outros fujões, como os desertores do exército ou pessoas com problemas com a justiça. Esses locais eram conhecidos como quilombos. Ali, os cativos fugitivos e aliados se organizavam, distribuíam funções e lideranças, construíam suas moradias e autossustentavam-se, plantando em comunidade e, muitas vezes, vendiam seus produtos para membros da região. O quilombo podia ser pequeno ou grande, temporário ou permanente, isolado ou próximo dos núcleos populacionais.

No Brasil, foram registradas a presença e ação de seus líderes em centenas dessas comunidades espalhadas em todo território, principalmente pelos atuais estados da Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Alagoas, entre outros. Como escreve Reis, isolados ou integrados, dados à violência ou à produção, o objetivo da maioria dos quilombolas não era demolir a escravidão, mas sobreviver e até viver bem em suas fronteiras. Mas nada detinha a fuga e a formação de quilombos. Por isso, periodicamente, as autoridades locais encaminhavam expedições especiais, com feitores, milícias, ou aventureiros e índios para surpreender e aprisionar os quilombolas.<sup>388</sup>

Em meados do século XIX, existiam em Mato Grosso, vários quilombos do conhecimento das autoridades regionais: Sepotuba, Roncador, Jangada, Serra Dourada e Rio Manso.<sup>389</sup> De acordo com Volpato, os quilombolas dessas comunidades interferiam no cotidiano das pessoas que viviam em suas proximidades. Para os livres pobres, desertores, criminosos e cativos marginais ao sistema escravista, os quilombos representavam um refúgio seguro. Para os proprietários escravistas e elite local, os quilombos eram uma ameaça, pois sua presença exercia atração sobre os cativos, que alimentavam a esperança de fugirem para esses esconderijos, além dos muitos roubos e raptos de mulheres.<sup>390</sup> Por isso, os responsáveis por sua repressão eram constantemente acionados para destruí-los. Muitos quilombolas conseguiram fugir, outros eram presos e tantos outros assassinados, mas os fugitivos formavam novos mocambos e continuaram existindo ao longo de todo o século XIX no Mato Grosso.<sup>391</sup>

---

<sup>388</sup> REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”. *Revista USP*, São Paulo (28): 14-39, dezembro/fevereiro 95/96, p. 20.

<sup>389</sup> VOLPATO. *Cativos do sertão* [...]. Ob. cit., p. 186.

<sup>390</sup> Idem.

<sup>391</sup> Idem.

Com relação aos quilombolas do rio Sepotuba, citado pelo guarda dos africanos livres, o quilombo estava situado nas imediações de Vila Maria. Foi nessa localidade que, mais tarde, parte dos africanos livres trabalhou na poaia. Sobre o quilombo do Rio Sepotuba, assim como os outros, desde muito cedo, os presidentes da província já desejavam “abatê-lo e destruí-lo”. De acordo com Volpato, o quilombo do Rio Sepotuba era o mais antigo e o mais temido dos quilombos do Mato Grosso; existia desde o século XVIII e, desde então, lia-se em muitos documentos oficiais o desejo das autoridades em desmontá-lo, conforme Volpato, “até o final do período escravista não há nenhuma informação de que isso tenha ocorrido”.<sup>392</sup> Havia, nesse quilombo, um oficial graduado da Guarda Nacional entre os fugitivos, o capitão Antônio Viera d’Azevedo. De acordo com o delegado Prudêncio, em 1856, o quilombo do Rio Sepotuba contava com uma população total de cinquenta pessoas, localizava-se dentro das matas e sua população era composta por cativos fugidos dos vilarejos no entorno de Diamantino. Prudêncio solicitou reforço policial, pagamentos e envio de armas para pessoas que pudessem se embrenhar nas matas a fim de “destróçar” o dito quilombo. Assim escreveu ele:

É do meu dever levar ao conhecimento e ponderação de V.S. a necessidade de destroçar-se um não pequeno quilombo situado nas matas que medião entre o Sepotuba e Paraguay, que pelas informações e averiguações de algumas pessoas ocupadas ali em arrancar poaia, calcula-se o total dos quilombolas em 50 indivíduos; dando-se nesta ocasião oportunidade de abatê-los, e destroçar-se o quilombo, como V.S. melhor depreenderá da inclusa carta do Alferes João José Galvão, que terá a bondade de devolver-me. Com os recursos que tenho à minha disposição, ainda coadjuvado por aquele Alferes não me é possível conseguir este destroço, que julgo tão vantajoso a este Município, como nessa Cidade, donde a mor parte dos quilombolas evadiram-se; por isso vou recorrer á V.S. que tem força disponíveis para esse fim, máxime agora, que não estando ainda na Capital o Exmº Senhor Presidente da Província, que é só quem, conforme a doutrina e enteligência

---

<sup>392</sup> Idem. p. 187.

do Art. 91 da Lei de 19 de 7brº de 1850, podia autorizar o pagamento de 16 a 20 homens da Guarda Nacional, que eu requisitei para esse fim ao Comme do Batalhão deste Município que dos 16 que tenho destacados, e a disposição não encontra-se 6 idôneos para essa empresa, além de que ficariam outros serviços policiaes abandonados, acrescentando a necessidade também de remeter algumas armas para as pessoas, que se acham nas mattas tem de fazer parte da força. Certo da energia e sabedoria que sempre caracterizaram os atos de V.S., espero que dará promptas e eficases providências para levar-se a efeito esta empresa, de tão reconhecida utilidade em ocasião assaz oportuna.<sup>393</sup>

Em 1856, quando os africanos livres fugiram, tendo como destino Vila Maria/quilombo Rio Sepotuba, e, de lá, *Santiago*, ainda não havia nenhuma informação de que eles já conhecessem essas localidades, pois, de acordo com os registros, eles começaram a trabalhar na poaia somente a partir de 1862. Assim, observa-se o nível de confiança e estratégias articuladas, primeiro entre os africanos livres e os trabalhadores escravizados dentro da própria empresa, depois com os quilombolas e outros aliados, pessoas que, de fato conheciam a geografia regional, pois, do Alto Paraguai Diamantino/rio Santana até Vila Maria, eles teriam de percorrer mais de 230 quilômetros e, de lá até o almejado *Santiago*, que só posso imaginar ser o atual povoado *Santiago do Norte*, distante do alto Paraguai 262 quilômetros, pois, se fosse o extinto *Santiago de Xerez*, seriam mais de 900 quilômetros a pé.

Qual Santiago os africanos livres tinham como destino? Foi realizada diversas pesquisas historiográficas e, em nenhuma, foi apontada *Santiago* como reduto quilombola. No entanto, sobre o atual município de Paranatinga – que possui um povoado de nome *Santiago do Norte*–, muitos historiadores descrevem a existência do Quilombo do Rio Manso ou Cansanção. Esse quilombo localizava-se na região de Chapada dos Guimarães, na margem direita do Rio Manso, ao pé da

---

<sup>393</sup> Ofício do delegado de polícia de Diamantino, João Baptista Prudêncio, ao doutor Chefe de Policia da província do Mato Grosso, Joaquim Augusto de Holanda Costa Freire. Delegacia do Diamantino, 12 de Setembro de 1856. Lata – 1856-E. APMT.

Serra Azul, na estrada de Paranatinga.<sup>394</sup> Volpato cogitou que sua criação fosse anterior a 1859, data em que foi denunciado, pela primeira vez, às autoridades pelo vigário da Freguesia de Chapada dos Guimarães. Desde aquela época, já era composto por cativos fugidos e desertores. Segundo Volpato, esse quilombo ocupava uma região de terras muito férteis, situadas ao norte da Freguesia de Chapada dos Guimarães. Em suas proximidades estavam “localizados sítios e outras propriedades, cuja produção era voltada para a agricultura de subsistência. O crescimento desse aglomerado foi considerável a partir de 1864, quando teve início a Guerra do Paraguai”.<sup>395</sup>

Em relação à outra opção cogitada, o povoado de *Santiago de Xerez*, em 1856, já não era nominado dessa maneira, pois os paulistas haviam dispersado seus moradores espanhóis e as aldeias missionárias, em 1648, isto é, mais de cem anos antes. Na década de 1770, o capitão João Leme do Prado, ao desbravar os rios Miranda e Aquidauana – sul do Mato Grosso, encontrou as ruínas da antiga Santiago de Xerez. Em 16 de julho de 1778, ele iniciou os alicerces do presídio Nossa Senhora do Carmo do Mondego, mais tarde conhecido como presídio de Miranda. Esses povoados e vilas passaram a fazer parte do processo de redefinição territorial, traçado para as terras do sul do velho Mato Grosso no Brasil dos séculos XVIII e XIX, em especial sua parte ocidental – fronteira com a Bolívia e, um pouco mais ao sul – fronteira com o Paraguai.<sup>396</sup>

Isto posto, embora sem possibilidade de responder qual Santiago era o destino dos africanos livres, pudemos perceber que as duas localidades eram viáveis, pois talvez estivesse acordado que os fugitivos receberiam guarida no quilombo do rio Manso – próximo a Paranatinga–, ao norte do Mato Grosso, ou então, após permanência temporária no Quilombo do Rio Sepotuba – centro-sul, em Vila Maria, fronteira com a República da Bolívia–, tomassem o destino de tantos outros trabalhadores escravizados, indígenas e desertores daquela

---

<sup>394</sup> MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia: 25ª reunião brasileira de Antropologia, 2006, p. 7. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Fatima.pdf>.

<sup>395</sup> VOLPATO. *Cativos do [...]*. Ob. cit., p. 186.

<sup>396</sup> ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Índio, gado e blindagens na construção da fronteira no sul de Mato Grosso. Associação Brasileira de Geógrafos. Seção Porto Alegre. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37447/24193>.

província, que atravessavam a fronteira para os domínios espanhóis e se aliavam aos *castelhanos*.

Como visto, leem-se, nos apontamentos dos guardas dos africanos, os seus destinos de fuga, os locais onde se esconderam e, ainda, os laços que mantiveram entre si, com trabalhadores escravizados e aquilombados e, certamente, com alguns dos vários grupos indígenas que existiam na província mato-grossense. Nos documentos, vê-se que os fugitivos não foram ouvidos e não há registro sobre qual foi o destino dado aos demais aliados ao serem presos. Ficamos sem saber dos anseios e motivações da revolta e dos caminhos e tantos encontros e desencontros ao longo desses doze dias de fuga. Talvez o que seja certo é que em doze dias deram para eles percorrer um vasto território, conhecendo não apenas a geografia local, mas localizando povoados e ampliando contatos. São fatos que compuseram o universo de relações dos africanos livres. Algumas dessas relações foram construídas momentaneamente, na hora da precisão, outras foram experiências baseadas na confiança, na capacidade de articulação e administração desses trabalhadores.

Por fim, é bom que se registre que ambos os quilombos, do Rio Manso e Sepotuba, mesmo passados onze anos da fuga dos africanos livres, em 1867, permaneciam imbatíveis. O delegado Firmo José de Matos, assim como tantos outros que o precederam na função, apesar de reconhecer a “necessidade de abatê-los”, também reconheceu sua impossibilidade. Assim ele escreveu para o presidente da província:

Informo à V.Ex<sup>a</sup> sobre o incluso officio do Comando das Armas, tenho a dizer que, na verdade tem chegado ao meu conhecimento a existência tanto desse quilombo de Vila Maria, como o do Diamantino, Rio Manso e d’outros pontos da Província, de que tudo tenho dado conhecimento à Presidência, mostrando a necessidade de abatê-los, porém, reconhecendo a impossibilidade de o fazer presentemente pela falta de força disponível para esse fim, tenho deixado de requisita-la à V.Ex<sup>a</sup>. Quanto ao de Vila Maria acho conveniente que seja abatido pela força ali existente, visto como não tem ela de operar de prompto contra o inimigo, e parece-me

de suma necessidade a sua extinção para poder haver tranquilidade ali.<sup>397</sup>

## **Passeios e embriaguez, resultado: correntes**

Um ano após a fuga coletiva para Santiago, em 22 de janeiro de 1857, Domingos Angola e Roberto Congo conseguiram dar uma escapadela da empresa. Observe que Domingos Angola era um dos fujões de 1856. Eles embrenharam-se à noite por entre as matas do cerrado e, após três quilômetros, chegaram ao Arraial de São Pedro. Ali passearam e certamente prosearam com alguns conhecidos que lhes pagaram umas cachaças nos bolichos do acanhado povoado. Nesse estado de liberdade e diversão, deixaram-se seduzir pelos labirintos da embriaguez e nisso o tempo foi passando. No dia seguinte, quando resolveram voltar, o rio Paraguai havia alagado os caminhos de retorno; então eles continuaram seus passeios. Com a bebedeira, talvez até tenham aprontado algumas arruaças, pois foram repreendidos, denunciados e presos. Ao escrever para o presidente da província, o guarda revelou que essa não fora a única vez que fugiam para o referido Arraial e, por causa disso, o castigo foi o mesmo que, em geral, recebiam os trabalhadores escravizados, isto é, correntes:

Com pesar levo ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>. que Domingos Angola e Roberto Congo estão presos numa corrente sob minha guarda por motivos de por vezes irem à noite ao Arraial de São Pedro, distância de meia légua fora deste arranchamento aos seus passeios, e de lá voltarem embreagados, com perigo de perderem a vida achando o Paraguai cheio; foram repreendidos por muitas vezes antes de serem presos; e agora vou solicitar a V. Ex<sup>a</sup>. os esclarecimentos deste resultado, se devo continuar a ter os ditos africanos presos durante a estação chuvosa.<sup>398</sup>

---

<sup>397</sup> Ofício do delegado Firmo José de Mattos ao presidente da província, José Vieira Couto de Magalhães. n° doc. n° 118 - Correspondência recebida da Secretaria da Polícia em Cuiabá 27 de Julho de 1867. Lata:1867-A. APMT.

<sup>398</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, João de Almeida Lara, ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguay, 1 de fevereiro de 1857. Livro de Registro da Sociedade, n° 143, doc. 63. APMT.

Em outro ofício, o guarda, respondendo aos pedidos de informações do mesmo presidente sobre como se deu o retorno dos africanos fugitivos, escreveu: “os dois africanos que se achavam presos, no dia 24, se apresentaram soltos e apadrinhados [na Sociedade]; e prometendo eles de não continuarem com o vício que motivou a prisão, achou-se conveniente ter eles soltos”.<sup>399</sup> No registro em tela, o guarda não apontou os nomes dos padrinhos dos africanos livres – como fora feito nos casos dos fugitivos de 1856.

Já em 30 de junho de 1858, o africano Gabriel Cabinda fugiu. Ele estava na casa do médico Medardo Rivani para tratamento de “uma moléstia nos olhos e que se achavam em curativos”; o guarda enviou ofícios ao presidente da província e para as competentes “autoridades a fim de providenciarem a captura”.<sup>400</sup> Não há registros da captura de Gabriel. No entanto, é certo que foi trazido de volta à Sociedade, logo que em 30 de setembro do mesmo ano, o guarda registrou seu falecimento, dando como motivo da morte “paralisia”, ou seja, causa diferente daquela por ocasião da fuga da casa do médico Rivani – moléstia nos olhos.

No ano seguinte, em 30 de maio de 1859, foi a vez de Jacinto Cabinda “desaparecer” da Sociedade. De acordo com os relatos, quando o guarda Tibério voltava dos trabalhos em que acompanhava um grupo de africanos livres às margens do Rio Paraguai, Jacinto aproveitou para fugir. Ao chegar ao rancho de Santana, o guarda percebeu seu desaparecimento e acreditou que o africano tivesse morrido no caminho, pois, há tempo estava enfermo. Tibério providenciou sua captura, no entanto, as buscas foram vãs. Como habitual, o guarda enviou essas informações ao presidente da província: “Cumpre-me mais fazer ciente a V.Exa. que na viagem do Paraguay para este local, desapareceu um africano de nome Jacinto Cabinda, e, tendo feito todo o possível para a captura dele, baldaram-se as esperanças, pois ainda não apareceu”.<sup>401</sup> Se Jacinto faleceu ou finalmente conseguiu abrigo seguro entre os vários quilombos da redondeza, isso não ficou registrado. A única certeza é

---

<sup>399</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, João de Almeida Lara ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguay, 1 de março de 1857. Livro de Registro da Sociedade, nº 143, doc. 63. APMT.

<sup>400</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Moniz, ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguay, 30 de junho de 1858. Livro de Registro da Sociedade, nº 143, doc. 80. APMT.

<sup>401</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Moniz, ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Santana, 1º de junho de 1859. Lata 1859-D. APMT.

que ele não foi capturado de volta para a Sociedade e, até o fim dos tempos dos outros africanos livres na empresa, nunca mais foi feita menção ao seu nome.

Por que os africanos livres fugiam? No volume documental analisado, não houve nenhum registro de resposta a essa questão. Mas motivos não faltaram. Tratamento, castigos, controle, disciplina e trabalhos rígidos. É possível que a fuga fizesse parte da experiência e maturidade de cada um. Todavia, essa constatação não era privilégio apenas dos africanos da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, muitos outros africanos livres no Brasil também o fizeram. No caso da fuga dos africanos em Vila Maria, é fato extraordinário devido ao grande número de africanos e os aliados envolvidos, bem como toda sua organização. Talvez a fuga dependesse do grau de insatisfação com o sistema imposto ou mesmo simplesmente alguns tenham sabido aproveitar as brechas no controle e aproveitado a oportunidade de escapulirem e buscarem, seja coletiva ou individualmente, algumas horas ou dias para viverem e experimentarem “estar no controle”; longe de vigilância, longe de trabalhos coercitivos e tutelas que não pediram para ter. Dessa maneira, eles buscaram estar muito próximos da liberdade de ir e vir sem pedirem permissão. Eles divertiram-se, conheceram os lugarejos, criaram laços, praticaram transgressões com seus aliados, etc. Tudo isso foi possível. Foi observado, então, que nessas ações os africanos foram auxiliados por parceiros do mesmo grupo, por trabalhadores escravizados e tantos outros anônimos, padrinhos ou bandidos da comunidade local. Por outro lado, enxergou-se o poder da polícia – o aliado incontestável do progresso, o controlador das insubordinações e diversões dos escravizados e pobres livres– que assegurou o retorno dos trabalhadores à empresa não sem ter antes os “padrinhos” como parceiros. O apadrinhamento foi uma categoria inventiva que auxiliou o controle do domínio e obediência dos africanos livres. Já na Sociedade, o guarda dos africanos livres cuidou de inculcar disciplina para o fiel cumprimento do trabalho. Os castigos – como mantê-los acorrentados e tantos outros horrores que veremos no capítulo seguinte – funcionavam como importante meio de garantir a subordinação.

## Capítulo 4

### **A derrocada da Sociedade de Mineração de Mato Grosso**

Neste capítulo, serão analisados os possíveis motivos do encerramento das atividades da Sociedade: possibilidades, como má administração, desorganização, excesso de autoridade e resistência dos africanos livres. Também será examinada a organização dos africanos livres ao resistirem aos trabalhos impostos pelos empregadores: os castigos, os açoites, o rigor e o controle serão expostos; e, por fim, serão apresentadas as ações empreitadas pelos africanos livres para que a emancipação fosse cumprida.

#### **Resposta dos africanos livres ao “mau tratamento do agente Bartholomeo Bossi”**

À medida que o tempo foi passando e já mais amadurecidos, os africanos livres sob a tutela da Sociedade de Mineração de Mato Grosso foram tomando consciência das relações de poder nas quais estavam inseridos. Mais cientes de sua condição de “livre” e de que o tempo de serviço obrigatório tinha tempo determinado, os africanos livres passaram a resistir ao sistema de vida e trabalho aos quais estavam expostos e, resistindo, eles buscaram sua liberdade definitiva.

Em março de 1864, os africanos livres estavam trabalhando em Vila Maria. Naquela oportunidade, eles exerciam a tarefa de colher a poaia. Estavam em um grupo, não apenas de seus iguais, como de um pequeno número de trabalhadores escravizados, que eram os companheiros na mesma labuta. Todos estavam sob o comando do então diretor e sócio da Sociedade, o coronel José Joaquim de Carvalho.<sup>402</sup> Até então, tudo transcorria bem, sem nenhuma notícia de revoltas ou fugas, o que era preocupante por estarem tão próximos do temido quilombo do Rio Sepotuba.

No entanto, o agente da Sociedade, Bartolomé Bossi decidiu encerrar as atividades da coleta da poaia naquela localidade e ordenou

---

<sup>402</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo do Mato Grosso, em Cuiabá, 30 de março de 1864. Correspondências expedidas – p. 169, doc. 28. APMT.

que os trabalhadores africanos livres e escravizados retornassem a chafurdar os cascalhos em busca do ouro em Diamantino. Os africanos, acompanhados por seus aliados escravizados, disseram “não”; eles não queriam retornar aos trabalhos na mineração.<sup>403</sup> Gerou-se uma desordem geral e, em consequência, a polícia local foi acionada. Para restabelecer a ordem, o coronel João Nepomuceno teve de reunir todos os praças do Quartel para conter os africanos e prevenir “algumas hostilidades”.<sup>404</sup> Em seguida, por ordem do delegado de Vila Maria, os trabalhadores foram escoltados até a capital da província, Cuiabá, e, “sem a menor resistência, foram conduzidos por um oficial e duas praças”.<sup>405</sup> O presidente da província, Manoel de Carvalho, encaminhou ofícios para Bossi, para o Juiz Municipal de Vila Maria e para o chefe de polícia para que tomassem conhecimento do fato e “procedessem como fosse de justiça”. Nesse ínterim, os africanos livres e os cativos da Companhia chegaram em Cuiabá, “com muito boa paz”.<sup>406</sup>

Após as interrogações do Chefe de Polícia de Cuiabá, o presidente Carvalho ordenou que os africanos livres e os cativos da Companhia fossem entregues ao agente “Bartholomeo; para acompanhá-los, até Diamantino, para onde vão seguir, mando um oficial e doze praças de linha, deixando, por hora, ficarem nesta capital, os dois africanos livres, todos como cabeças da insubordinação”.<sup>407</sup> Na delegacia, o delegado ouviu então os líderes insubordinados Custódio e Porfírio, e ali mesmo eles ficaram presos.<sup>408</sup> Após ouvi-los, o delegado comunicou ao presidente que a desordem, que imperava na companhia, era motivada pelo “mau tratamento que o agente Bartholomeo Bossi dá aos africanos livres em serviço da mesma Companhia”.<sup>409</sup> O delegado

---

<sup>403</sup> Ofício do Coronel Comandante João Nepomuceno da Silva Portela ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho. Vila Maria, 10 de março de 1864. Doc. 8, lata 1864-A. APMT.

<sup>404</sup> Idem.

<sup>405</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo do Mato Grosso, em Cuiabá, 30 de março de 1864. Correspondências expedidas – doc. 28, p. 169. APMT.

<sup>406</sup> Idem.

<sup>407</sup> Idem.

<sup>408</sup> Ofício de Firmo José de Mattos, chefe de polícia ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá. 23 de março de 1864. Doc. nº 160. Lata 1864-D. Secretaria de Polícia. APMT.

<sup>409</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos

acrescentou também, que a “desordem” promovida pelos africanos livres foi aumentada porque “Bossi desejava de toda maneira que os africanos livres fossem levados à tortura”.<sup>410</sup>

Tudo estando organizado para o retorno dos africanos à Diamantino, eles puseram-se a caminho. Assim, os africanos eram seguidos de perto pelo próprio agente da empresa, Bartolomé Bossi. No entanto, mal saiu da capital, o grupo dos africanos livres rebelou-se de novo por não aceitar o comando do agente. Por isso, sob pressão de Bossi, o chefe de polícia mandou “castigar a um dos ditos africanos com cem chibatadas e fê-los seguir a seu destino, sendo logo obedecido”.<sup>411</sup> Note-se que os “cabeças” da revolta de Vila Maria ficaram presos, em Cuiabá. Como visto, havia outros líderes “insubordinados”.

A sociedade escravista brasileira reservava esse tipo de penalidade diante da insubordinação dos seus trabalhadores escravizados. No fato em tela, de nada adiantou a condição jurídica de livres e, muito menos, as “instruções”, que rezavam que os africanos livres fossem tratados com humanidade ou não lhes fossem aplicados castigos em excessos. Na verdade, as instruções foram respeitadas enquanto os africanos livres se mostraram “sob controle”. Quando essa situação mudou, a prática costumeira utilizada com os escravizados foi imediatamente acionada: açoites.

O açoite era aplicado ao cativo julgado culpado por faltas graves: assassinatos, insurreições, roubos, fugas, etc. Em geral, o senhor requeria a aplicação da pena e após uma autorização do intendente da polícia, responsável pela liberação, e de quem determinava o número de chibatadas, de cinquenta a duzentas, que poderiam ser administradas em dois dias, nos interiores das fazendas ou nos pelourinhos.<sup>412</sup> No caso do

---

Negócios da Justiça. Palácio do governo do Mato Grosso, em Cuiabá, 30 de julho de 1864. doc. 74, p. 184. Correspondências expedidas. APMT.

<sup>410</sup> Ofício de Firmo José de Mattos, chefe de polícia ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá. 10 de março de 1864. Doc. nº 1. Lata 1864-D. Secretaria de Polícia. APMT. OBS. Por promoverem o motim, Custódio e Porfírio não foram processados, pois em junho do mesmo ano, Bossi solicitava ao delegado, o retorno deles à empresa. Ref. Ofício do Agente da Sociedade, Bartholomeu Bossi, ao presidente da província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Paraguai do Diamantino, 1º de junho de 1864. 1864-A. APMT.

<sup>411</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo do Mato Grosso, em Cuiabá. Cuiabá, 1 de abril de 1864. Correspondências expedidas – p. 170, doc. 29. APMT.

<sup>412</sup> MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 100.

africano livre desobediente, a pena foi aplicada imediatamente, e a forma de suplício foi grave, tendo em vista a quantidade de cem chibatadas. A punição severa demonstrou que tanto administradores, como a polícia se uniram para manter o controle através da força. Após o “castigo exemplar”, o africano açoitado – que ficou anônimo para a história – e seus companheiros coagidos, marcharam duzentos e dez quilômetros, de volta aos cascalhos dos córregos de águas gélidas, que valiam ouro para a Sociedade.

Durante o pouco tempo em que esteve na direção da Sociedade – menos de um ano–, Bartolomé Bossi foi o responsável pelo envio das correspondências ao presidente e demais autoridades. Sendo assim, não registrava as desavenças ocorridas entre ele e os africanos livres no cotidiano da empresa, e, por isso, a comunidade de fora da Sociedade ficava sabendo das rixas somente quando o estopim já estava aceso ou explodira. Dessa maneira, a resistência interna desses trabalhadores trouxe à tona as circunstâncias das relações entre africanos livres e os administradores da Sociedade, bem como as condições de trabalhos as quais estavam submetidos.

Portanto, passados nove meses das revoltas em Vila Maria e do retorno para Diamantino, o delegado, em dezembro de 1864, comunicava ao presidente que o agente Bossi atirara com uma espingarda no africano livre Julião. De acordo com o delegado, isso ocorreu porque Bossi julgou aquele africano como líder de *rebeliões* dentro da empresa. O delegado registrou ainda mais: “da mesma forma foi julgado o corpo de delito na pessoa da africana Maria que contou ao dr dos Feitos ter sido ferida com um tiro de espingarda pelo mesmo agente Bossi”. O policial acrescentou que “remeteu a Bartholomeu Bossi uma intimação para responder a um processo pela tentativa de homicídio”.<sup>413</sup> Pelo visto, as medidas punitivas anteriores – ameaças, prisões e castigos imputados aos africanos – não foram suficientemente intimidatórias para mantê-los subordinados, e o italiano apelou, então, para a tentativa de assassinato.

Por consequência, os africanos livres fugiram. Dessa vez, no entanto, foram bem mais espertos. Eles foram direto à Chefia de Polícia da capital em Cuiabá. O delegado escreveu que um grupo de quinze africanos livres “chegaram de Diamantino e se apresentaram na

---

<sup>413</sup> Ofício do chefe de polícia, Firmo José de Mattos para o presidente da província, Alexandre Albino Carvalho. Secretaria de Polícia de Cuiabá, 19 de dezembro de 1864. Doc. Avulso, nº 595, lata 1864-D. APMT.

delegacia, fugidos da Companhia de Mineração, com o objetivo de prestar queixas contra o Agente Bartholomeo Bossi”.<sup>414</sup> O encarregado registrou que as principais queixas apontadas contra o agente Bartolomé Bossi foram “não por faltar comida ou roupas e, sim, pelo fato de ser severo demais com eles”,<sup>415</sup> e, ainda, por terem a “ilusão de obterem suas emancipações”.<sup>416</sup> Percebe-se que os africanos livres tinham conhecimento de seu tempo de serviço na empresa e, possivelmente do decreto expedido em setembro a respeito da emancipação definitiva de todos os africanos livres do Império. Porém, nos documentos pesquisados, não se tem respostas sobre como eles ficaram sabendo disso. Mais uma vez, remetemos à possibilidade de terem obtido essas informações por meio dos círculos de amizades conquistados por eles, diríamos até, por amigos bem informados e interessados em suas emancipações ou, ainda, por intermédio de pessoas com interesse na força de trabalho que seria disponibilizada no caso deles serem emancipados definitivamente.

O delegado manteve na delegacia o grupo de africanos aflitos, e encaminhou ofício ao então presidente da província, solicitando informações sobre o tempo que os africanos livres ainda teriam de prestar serviços à Sociedade de Mineração e qual deveria ser o destino daqueles que agora estavam ao seus cuidados.

O presidente Manoel Albino de Carvalho comunicou esses mesmos acontecimentos ao Ministério dos Negócios da Justiça em 30 de novembro de 1864. Segundo ele, a Companhia estava em completa desordem por causa do agente Bartolomé Bossi e, em vista disso, esses quinze africanos haviam fugido de Diamantino e procurado ajuda do delegado na capital. Até que tudo se resolvesse, o presidente determinou que esses quinze fugitivos deveriam ser empregados no Arsenal da Guerra e da Marinha, em Cuiabá, enquanto se esperava que o Ministério decidisse sobre sua emancipação definitiva. Além disso, o presidente juntou o Aviso de 1834 e o Decreto de 1835, que davam instruções sobre a distribuição dos serviços dos africanos livres e, possivelmente, a

---

<sup>414</sup> Ofício do delegado Alexandre José Leite ao presidente da província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 23 de dezembro de 1864. Doc. 506, lata 1864-D. APMT.

<sup>415</sup> Ofício de Joaquim Ferreira Guimarães ao chefe de polícia José Firmo de Mattos. 17 de novembro de 1864. Lata 1864-D. APMT.

<sup>416</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao Exmo Cons<sup>o</sup> Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretário d’Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá. 30 de novembro de 1864. Livro 186, p. 6v. p. 184. APMT.

devida arrecadação de seus salários – “afim que requeresse a bem dos mesmos o que fosse de direito e justiça” – e os encaminhou ao juiz da Fazenda para que se procedessem os devidos recolhimentos, que aliás, não estavam sendo pagos, como veremos adiante. Sobre isso, escreveu Carvalho:

Ilmo e Exmo levo por cópias às mãos de V. Ex<sup>a</sup> verá a desordem em que se acha a Companhia de mineração desta Província, e o mau tratamento que dá o Agente Bartolomeu Bossi aos Africanos Livres em serviço da mesma Companhia. Em consequência disso, dirigiu-me o Dr. Chefe de Policia participando-me não só terem-se apresentado naquela Repartição quinze dos ditos Africanos, evadidos do Diamantino, onde, está estabelecida a Companhia, como também as indagações a que havia procedido a este respeito remeti cópias de tudo ao Dr. Juiz dos Feitos da Fazenda a quem pela Instrução de 29 de Outubro de 1834 e 19 de Novembro de 1835 e Aviso circular desse Ministério de 30 de Abril de 1853, que incumbe fiscalizar, afim de que requeresse a bem dos mesmos o que fosse de direito e justiça; e a vista da sua resposta, cópia C, ordenei que fossem os mencionados quinze Africanos livres removidos para os Arsenais de Guerra e Marinha desta Província, até que V. Ex<sup>a</sup>, a cujo conhecimento levo todo o ocorrido, se digne resolver definitivamente sobre o destino dos mesmos.<sup>417</sup>

Esses casos de insubordinações, onde os africanos livres já não suportavam mais os maus tratos e fugiram tanto para denunciarem, como para reivindicarem o fim da tutela nos remete para um precedente. Conforme conta Jaime Rodrigues, em 1849, ocorreu um fato extraordinário de resistência coletiva por parte dos africanos livres da Fábrica de Ferro de Ipanema. Um grupo foi a Sorocaba entregar ao juiz

---

<sup>417</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao Exmo Cons<sup>o</sup> Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretário d’Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá. 30 de novembro de 1864. Livro 186, p. 6v. p. 184. APMT.

municipal uma petição, na qual explicava já terem cumprido o tempo de serviço que tinham de prestar e que haviam sido transferidos do Arsenal de Marinha da Bahia para o Rio de Janeiro, como prisioneiros. Segundo Rodrigues, aquele ato de resistência organizado “assustou tanto o juiz como o diretor da Fábrica de Ferro, pois ameaçava 'a ordem e a subordinação' que deveriam reinar entre os trabalhadores da fábrica”.<sup>418</sup> Após esse acontecimento, sete dos africanos livres insubordinados foram encaminhados para São Paulo. Como vimos, empresa, administradores, autoridade legal, tempos diferentes, porém, práticas iguais. Ou seja, na Sociedade de Mineração, os quinze africanos livres que fugiram, tanto para se queixarem dos maus tratos, como para reclamarem do tempo transcorrido de serviços prestados, foram afastados do restante do grupo e encaminhados para o Arsenal de Guerra e Marinha de Mato Grosso. Já os líderes da grande rebelião de Vila Maria, Custódio e Porfírio, foram presos por, pelo menos, cinco meses e não há registros se realmente retornaram à empresa ou se foram ajuntados ao restante dos “desordeiros” no Arsenal. Com relação à atitude dos africanos, também mostrou-se semelhante: tanto os africanos da Fábrica de Ferro, em Sorocaba, como os da Sociedade de Mineração de Mato Grosso sabiam muito bem das suas condições de juridicamente livres, do tempo provável que deveriam prestar serviços sob tutela e não aceitaram mais viverem resignados.

Já o agente Bossi foi inocentado pelo Juiz de Feitos em janeiro de 1865, tendo em vista a averiguação “dos africanos livres serem tratados de melhor forma que é possível às forças do Agente Bossi”.<sup>419</sup> O agente também foi liberado das acusações de tentativas de homicídio. Isso talvez fosse esperado, pois havia a possibilidade do agente ter sido indicado para tal função pelo ilustre sócio da Sociedade, o barão de Mauá. Na comunicação na qual Bossi encaminhou ao presidente da província, em abril de 1864, ele fez várias queixas sobre a conduta dos africanos livres e sobre as administrações anteriores, e ainda sobre o fato de haver pedido demissão ao amigo e barão de Mauá. Isso pode revelar

---

<sup>418</sup> RODRIGUES, Jaime, “Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema,” *História Social*, n° 4-5 (1998): 29-42; sobre a trajetória do grupo, ver MAMIGONIAN, Beatriz G. Do que “o preto mina” é capaz: Etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*. 24. (2000), p. 74.

<sup>419</sup> Ofício de Firmo José de Mattos, chefe de polícia ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho. Vila Maria. Secretaria da Polícia em Cuiabá. 14 de janeiro de 1865. Doc. n° 33. Lata 1865-G. APMT

que, ainda naquele ano, Irineu Evangelista seria o presidente do diretório da Sociedade, no Rio de Janeiro, ou então, como membro da diretoria e amigo de Bossi, o pedido de demissão fora encaminhado para ele. Sobre esse fato, escreveu Bossi:

Exmo Senhor, por mim nada peço, só assim pelos interesses da sociedade; meus propósitos pelo presente são puramente a conservação dos elementos da Companhia até que chegue minha demissão que pedi no anterior paquete e que espero ser aceito por meu amigo o Exmo. Barão de Mauá, outro que me substitua mais conhecedor destas virgens povoações talvez, possa preencher as suas obrigações em favor dos interesses da Companhia até agora tão desbaratada; salvando a sociedade, da ruína em que a conduziram os anteriores Directores e com menos a autoridade.<sup>420</sup>

Como visto, o destino da Sociedade estava profundamente abalado. Afinal, um bom número de africanos fugitivos foi desviado para trabalhar no Arsenal de Guerra, e os que ficaram já não mais se aquietavam e nem se submetiam sem o uso da força aos mandos autoritários de Bossi, sobretudo após tomarem conhecimento que estava próximo o fim da tutela. Aliás, resistência da qual o italiano já se ressentia desde que assumira o cargo, pois se queixou ao presidente da província, em abril de 1864, que os africanos agiam de forma que pareciam combinados entre si, pois, desde que os recebera “num estado de anarquia total”, eles não o respeitavam, eram insolentes, insubordinados e viviam fugindo:

O estado de anarquia em que recebi os negros V.Ex<sup>a</sup> não ignora eles cometerem o mais escandaloso exemplo de falta de respeito e insubordinação; a autoridade acreditou ser suficiente a prisão dos dois cabeças de motim; na cidade, a vista da autoridade superior fizeram, outro tanto, também se considerou suficiente, um

---

<sup>420</sup> Ofício de Bartolomé Bossi, Agente Director da Comp<sup>a</sup> de Mineração de Mato Grosso ao Ilmo Exmo Senhor Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, Digno Presidente da Província de Mato Grosso. Lavras do Mindão 22 de abril de 1864. Maço 5.639, caixa 1864 – A1. APMT.

leve castigo de um; os resultados deviam de ser como ensina a experiência, a todo o que alguma vez mandar grupos de gente ou força, que a falta de castigo em proporção do crime, alentava aos mais para fazer outro tanto; desgraçadamente me vejo na posição de sofrer essas consequências, a menor repreensão fogem, como obedecendo a um plano combinado ou alentados pela impunidade nas primeiras faltas não punidas.<sup>421</sup>

### **Afinal, quem era Bartolomé Bossi?**

Conforme registrado no primeiro capítulo, o Estatuto da Sociedade, em seu artigo 4º determinava que os acionistas poderiam ser brasileiros ou estrangeiros, sendo que a única exigência era possuir e pagar a apólice. Estabelecia também que, a cada dois anos mudaria sua diretoria – com sede no Rio de Janeiro –, que indicaria um agente ou diretor para administrar a empresa em Diamantino. O Decreto 1399, de junho de 1854, já analisado no Capítulo 1, não faz referência se esse cargo deveria ser ocupado por um acionista da Sociedade.

Não sabemos como, de um momento para outro, o italiano Bartolomé Bossi apareceu, já sendo citado pelas autoridades locais como agente da Sociedade. No entanto, como nos conta Márcia Campos, em 17 de março de 1862, Bartolomé Bossi embarcou no Porto da cidade de Montevideú, no Uruguai, rumo à província de Mato Grosso. Ele viajou no vapor brasileiro Marques de Olinda da Cia. de Navegação do Alto Paraguai. Sua viagem havia sido encomendada pelo governo imperial brasileiro e tinha como um de seus objetivos estudar a colonização do Mato Grosso. A viagem de Bossi, com essa meta, durou sete meses.<sup>422</sup>

É possível então supor, que ao chegar ao Brasil, logo tenha sido inteirado sobre os trabalhos da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, e do desejo que essa tinha em descobrir novos veios auríferos.

---

<sup>421</sup> Ofício de Bartolomé Bossi, Agente Director da Comp<sup>a</sup> de Mineração de Mato Grosso ao Ilmo Exmo Senhor Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, Digno Presidente da Provincia de Mato Grosso. Lavras do Mindão 22 de abril de 1864. Maço 5.639, caixa 1864 – A1. APMT.

<sup>422</sup> CAMPOS, Márcia. “As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes: Mato Grosso - século XIX”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2012, p. 88.

Ato contínuo, tornou-se sócio e foi nomeado pelo Diretório da Companhia de Mineração, seu agente,<sup>423</sup> enquanto reconhecia o potencial econômico do norte de Mato Grosso, sobretudo os minerais e os produtos florestais, como a borracha e a ipecacuanha.<sup>424</sup>

De acordo com Jorge Brito, Bossi era italiano de Gênova, nascido por volta de 1819 (faleceu na Itália em 1890) e morava desde muito jovem, em Buenos Aires; como resultado dessa viagem, custeada pelo governo brasileiro, Bossi escreveu *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, S. Lourenço, Cuiabá e o Arinos, afluente do grande Amazonas com a descrição da província do Mato Grosso através de seu aspecto físico, geográfico, mineralógico e suas produções naturais*. O livro foi publicado originalmente em língua espanhola em 1863. Bossi partiu de Montevidéu em 1862, passando por Buenos Aires e outras cidades. Comandando uma pequena expedição no interior de Mato Grosso, percorreu o Alto Paraguai, os sertões das serras dos Parecis e desceu o Arinos. Estudou as regiões visitadas do ponto de vista geográfico e das produções naturais. Segundo Brito, Bossi tinha a intenção de fazer um levantamento para a elaboração do primeiro mapa do Mato Grosso, em grande parte inexplorada.<sup>425</sup>

Em março de 1864, Bossi estava no comando da Sociedade de Mineração e sua presença foi bastante desagregadora a julgar pelos fragmentos conhecidos das reações dos africanos livres, demais trabalhadores, encarregados e presidente da província.<sup>426</sup>

Já em 17 de abril de 1864 – três meses após Bossi ter assumido o comando da Sociedade –, o guarda dos africanos, sargento Januário Pereira da Costa, enviou ofício ao presidente da província queixando-se de Bossi. Informou que o agente exigiu que ele deveria fazer tudo que

---

<sup>423</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo do Mato Grosso, em Cuiabá, 30 de março de 1864. Correspondências expedidas – p. 169, doc. 28. APMT.

<sup>424</sup> BARROZO, João Carlos. A viagem de Cuiabá a Diamantino no Século XIX. Relatos dos viajantes: Florence, Bossi, Castelnau, Badariotti, Bon den Steinen. Revista *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jul., 2012, p. 113.

<sup>425</sup> BRITO, Jorge. “Um genovês em Mato Grosso em 1862”. In: BOSSI, Bartolomé. *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos*. Brasília: Senado Federal, 2008.

<sup>426</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo do Mato Grosso, em Cuiabá, 30 de março de 1864. Correspondências expedidas – p. 169, doc. 28. APMT.

por ele fosse ordenado, e “que as instruções que me foram dadas por V. Exa [o presidente da província] de nada valiam, que de um momento a fazia desaparecer, e que eu não era mais que um camarada e não um empregado”.<sup>427</sup> Segundo Januário, o administrador já não permitia que ele nem ao menos fizesse a “chamada” dos africanos e nem o deixava cumprir com suas obrigações, exigia sim, que ele, o guarda, realizasse o ofício de feitor, função da que ele não aceitou e pediu demissão.

Como sabemos, a função de feitor na sociedade escravista brasileira era vigiar e castigar os cativos nos períodos em que esses estivessem trabalhando pouco e nos casos de fugas. Diante da recusa do guarda dos africanos livres, podemos interpretar que ele se achava em uma posição superior a de feitor. De fato, o trabalho do guarda resumia outras funções como já apresentadas no Capítulo 2, ou seja, tinha a obrigação de prevenir que os africanos não fossem tratados com desumanidade, não fossem distraídos do serviço da Sociedade e nem reduzidos à escravidão; devia acompanhar cuidadosamente o modo em que eram tratados na doença; observar qualquer excesso de castigos recebidos; anotar se recebiam alimentação conveniente; devia “passar revista” para certificar-se que nenhum africano fugira e, nesses casos, o guarda deveria comunicar às autoridades para que o fujão fosse restituído à Sociedade. Além de tudo isso, ele deveria fazer registro por escrito de todos os acontecimentos que envolvessem os africanos livres, como os nascimentos, batismos, doenças, mortes, etc.; e ele encaminhava essas ocorrências, em forma de mapas e ofícios, ao presidente da província em exercício.

Observa-se, assim, um guarda dos africanos livres que a tudo denuncia – através das frequentes e organizadas correspondências–, sem, no entanto realizar uma função direta de comando e punição sobre os africanos livres, pois, para isso, havia o feitor. A não ser, é claro, perfilá-los pela manhã e ao entardecer e contá-los para ver se não sumira nenhum! Talvez diante disso, o novo e esquentado diretor da Sociedade, o italiano Bartolomé Bossi, tentando puni-lo pelo seu desacato de não supervisionar as atividades dos africanos como feitor, tenha tirado até essa função de contar os africanos livres, como Januário mesmo relatou:

---

<sup>427</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Januário Pereira da Costa ao presidente da província, Alexandre Manoel Albino. Lavra do Mindáo, 17 de abril de 1864. Lata 1864- A. APMT.

Como não me tenho prestado ao serviço de feitor, segundo me foi ordenado pelo Sr. Agente da Companhia, tem este me desmoralizado com os Africanos, proibindo até que cumpra com as obrigações, a meu cargo dando assim lugar a que os Africanos deixem de acudir ao meu chamado. Estando formados os Africanos para a chamada do costume, o Sr. Agente apresentou-se em presença deles mandando-me parar com a chamada, ordenando então ao guarda Livro que se fizesse, e que eu não tinha de fazer chamada alguma. Por isso, peço a V.Exa. providência uma vez que me acho privado de cumprir com as obrigações de meu cargo.<sup>428</sup>

No caso bem peculiar e sistemático da chamada dos africanos livres, conforme exposto pelo sargento Januário, não poderia ser interpretado de outra forma que não seja como uma medida disciplinadora baseada na vigilância. Aliás, a função de “guarda dos africanos livres”, ocupada sempre por um militar, também foi função particular na história dos africanos livres no Brasil. Significa dizer que esse cargo foi criado especificamente para se manter o controle permanente sobre os africanos da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, pensado, então, a partir do início dos trabalhos dos africanos livres naquela empresa. Ou seja, para os trabalhadores escravizados da empresa, existiam os feitores, para os africanos livres, o guarda. Cabe destacar que, para o trabalho dos africanos livres, também havia o feitor. O guarda parece ser o representante do Estado na Sociedade de Mineração para garantir o estatuto dos africanos.

Como bem sabemos, a força policial no Brasil Imperial era responsável pelo controle social, sobretudo dos escravizados e da população empobrecida. De forma especial, os africanos livres da Sociedade possuíam no seu enalço um guarda particular a lhes vigiar a vida dia e noite por anos a fio. Assim, a chamada e o perfilamento eram mais uma estratégia para fiscalizar os revoltosos e fujões; um mecanismo de demonstração de poder baseado na vigilância permanente e na disciplinarização dos seus comportamentos com a finalidade de

---

<sup>428</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Januário Pereira da Costa, ao presidente desta Província, Sr. Coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Lavras do Mindão, em 17 de abril de 1864. Livro de Registros nº 143. F3v. Ofício nº 2. APMT

instituir e legitimar o controle nos moldes militares, e, claro, tudo isso com o grande objetivo de extrair ao máximo suas potencialidades para o trabalho.

Vale lembrar que as indicações para o cargo de guarda dos africanos livres eram feitas, em geral, pelo delegado de Diamantino, na forma expressa, por exemplo, pelo guarda João de Almeida Lara, em 1855, quando dizia, ao presidente da província, que tinha a honra comunicar a “V. Ex<sup>a</sup> que por nomeação do Delegado de Policia desta Vila, recebi no dia 19 deste mês, os livros e papéis tendentes ao lugar de Guarda dos Africanos livres entregues a Sociedade de Mineração desta Província, posso afiançar que serei solícito em cumprir meus deveres [...]”.<sup>429</sup> Ou ainda, conforme registrou Tibério Fidélis Moniz, em 1857, ao escrever para o presidente Albano de Souza: “Tendo sido nomeado pelo Delegado de Policia deste Destricto, para exercer o Cargo de Guarda dos Africanos boçais entregues à Comp<sup>a</sup> de Mineração, tenho a honra de participar a V. Ex<sup>a</sup> que desde o dia 30 de Junho do corrente mês me acho exercendo [...]”.<sup>430</sup>

Com relação à função da polícia militar no Império brasileiro, não podemos deixar de registrar aquilo que escreveu Bretas, que a polícia era um grupo profissional que controlava o Estado Imperial, “seja no exercício de suas funções de controle sobre a Corte, seja na menos conhecida – e talvez ainda mais importante – expansão da esfera de ação do Estado sobre o interior brasileiro”.<sup>431</sup> Sobre a ambiguidade da condição dos policiais, Bretas acredita que, como agentes da dominação estatal, eles eram muitas vezes vítimas do recrutamento forçado e, ao mesmo tempo, responsáveis pelos mesmos dramas nas vidas da camada de homens livres e pobres. Segundo Bretas, o engajamento no corpo militar:

não significava uma mudança de status e o imediato afastamento de sua condição anterior de filhos, irmãos, amigos ou amantes; muito ao contrário, o exercício da atividade policial jamais

---

<sup>429</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, João de Almeida Lara ao presidente da província, o capitão Augusto Leverger. Santana, 30 de novembro de 1855. Livro 143, doc. 46.

<sup>430</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Moniz ao Tenente Coronel Albano de Sousa Osório. Vice-Presidente da Província. Paraguai, 31 de julho de 1857. Livro 143, doc. 69.

<sup>431</sup> BRETAS, Marcos. A Polícia Carioca no Império. *Estudos Históricos*. Nº 22. p. 219-234, 1998, p. 220-222.

conferiu atributos positivos na sociedade brasileira, e os policiais conviviam com os mesmos problemas de outros grupos de trabalhadores, e talvez com alguns mais”.<sup>432</sup>

Sobre a prática da chamada e perfilamento na sociedade escravista brasileira, Matt Childs revela a história contada pelo britânico Richard Burton, em 1867, quando visitou compatriotas que trabalhavam em uma mina de ouro em Morro Velho, Minas Gerais. Burton ficou admirado com a cerimônia de *Revista*. Aos domingos, aproximadamente 1.500 cativos alinhavam-se em colunas separadas por sexo em frente à Casa Grande. Na cerimônia, os trabalhadores escravizados recebiam reconhecimento público de seus inspetores a partir de medalhas e condecorações, como prêmio de “boa conduta”. Assim, os cativos que, ao final de cinco a dez anos, recebessem mais medalhas e condecorações poderiam receber a liberdade, uma oportunidade reafirmada cada vez que ocorria a *Revista*. A cerimônia de *Revista*, de acordo com Childs, representava o artifício central usado pela companhia britânica para disciplinar uma grande força de trabalho escravizada que chegou, aproximadamente, a 1700 indivíduos no final da década de 1860.<sup>433</sup> Ainda de acordo com Childs, a prática de organizar os trabalhadores escravizados em fila e contá-los fazia parte da organização da produção em fazendas com um grande número de cativos no Brasil, com o objetivo de ser um instrumento de disciplina do trabalho escravizado.<sup>434</sup>

Assim, a ocasião servia para reforçar as relações sociais hierárquicas a partir da provisão de recompensas paternalistas às condutas escravizadas que estavam de acordo com os padrões estabelecidos pelo senhor.<sup>435</sup> Já na Sociedade de Mineração de Mato Grosso, como exposto, a chamada e perfilamento eram diários também com a intenção de reforçar as relações de poder e controle sobre os trabalhadores, porém, sem recompensas.

A Sociedade de Mineração possuiu sete guardas dos africanos livres ao longo dos catorze anos de sua existência. Porém, nos últimos anos, houve maior número de pedidos de demissões tendo em vista as desavenças entre esses e o referido agente, Bartolomé Bossi. Sobre isso,

---

<sup>432</sup> Idem.

<sup>433</sup> CHILDS, Matt D. Rituais de poder: escravos e senhores em uma mina de ouro do Brasil no século XIX. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), p. 133-136.

<sup>434</sup> Idem. p. 146-147.

<sup>435</sup> Idem. p. 136.

o presidente da província – aparentemente contrariado–, escreveu ao Ministério da Justiça:

Chegada a comitiva ao Município do Diamantino, e estabelecida no lugar denominado – Lavras do Mindáo-, começou a desavença entre o Guarda e o Agente Bossi e seus empregados, como V. Ex<sup>a</sup> verá dos officios que me dirigiu o dito Guarda. Mandeí ouvir o Agente Bossi sobre a matéria desses officios, e obtive a impertinente resposta documentada. Por esta resposta V. Ex<sup>a</sup> conhecerá perfeitamente que não eram infundadas as queixas do Sargento, e que Bossi, por prudente como é, abusava da sua posição para maltratar o mesmo Sargento, e negar-lhe no sertão em que se achavam todos os recursos. A vista disto dirigi a Bossi o officio constante da cópia e mandei recolher o Guarda dos Africanos a esta Capital, não nomeando outro, por não encontrar quem queira servir, temendo igual sorte, pois que anteriormente à nomeação deste último guarda, havia eu nomeado para o dito lugar Ireno Jose da Rocha, que logo se pôs em desarmonia com Bossi, e pediu a sua demissão. Levando o exposto à consideração de V. Ex<sup>a</sup>, rogo sirva daí-me suas ordens a semelhante respeito, cumprindo-me ponderar que me parece inconveniente e de pouca utilidade a nomeação de Guarda dos Africanos com tão mesquinho vencimento e pago pela Sociedade, pois que ou se sujeitará em tudo ao Agente, ou no caso contrário negar-lhe-ão tudo, e ver se-há obrigado a pedir a sua demissão como aconteceu com os dois últimos.<sup>436</sup>

O início da desavença entre o agente e o guarda dos africanos livres, à qual se refere o presidente estava relacionado com aquele motim dos africanos livres em Vila Maria. Quando em 28 de fevereiro

---

<sup>436</sup> Offício do presidente da província Manoel Albino de Carvalho, ao Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 12 de Maio de 1864. Correspondências expedidas. Livro 186, doc. 42, p. 174. APMT.

de 1864, o capitão José Marcelino da Silva Prado encaminhou soldados do 4º Batalhão da Guarda Nacional de Diamantino para acompanhar o guarda dos africanos livres, o sargento Januario Pereira da Costa, no transporte dos africanos livres de volta aos trabalhos na mineração, em Diamantino, e diante da recusa desses, como já vimos, foram então levados direto para a capital. Naquela oportunidade, o capitão Prado orientou o italiano que ele, enquanto agente da Sociedade, era quem deveria arcar com as despesas tanto de víveres para os africanos livres, como de soldos para os soldados.<sup>437</sup>

No entanto, Bossi recusou-se, alegando não ter sido avisado com antecedência e por ter apenas “milho, que creio não poderá servir-lhe para viajar, pois com quanto não me julgue obrigado, tenho um verdadeiro pezar não poder atender seu pedido, respeito ao mais necessário que também V. S. me exige para viajar”.<sup>438</sup> Diante disso, o guarda Januário ficou desguarnecido e desamparado; oportunidade em que escreveu ao presidente querendo saber quem deveria arcar com as despesas de transporte, alimentação e o salário da força do 4º Batalhão da Guarda Nacional.<sup>439</sup>

Por determinação do presidente da província, o tenente coronel Leopoldino Lino de Faria, chefe do Estado Maior e Comandante da Guarnição de Cuiabá, determinou que fossem pagos os salários da guarda do 4º Batalhão da Guarda Nacional do Município de Diamantino. Porém, com relação ao sustento dos africanos livres, o coronel solicitou que o presidente o providenciasse tendo em vista a recusa de Bossi: “o Agente da Companhia de Mineração, Bartholomeo Bossi, V. EX<sup>a</sup>. verá que o dito Agente nega-se a fornecer o sustento necessário para a viagem dos Africanos livres para esta capital; a V. Ex<sup>a</sup>. peço se digne providenciar relativamente o transporte dos Africanos livres [...]”.<sup>440</sup>

Pelo visto, o agente Bartolomé Bossi, além de provocar revoltas, conflitos e agressões aos africanos livres e desavenças com os

---

<sup>437</sup> Ofício do capitão José Marcelino da Silva Prado, Comando do 4º Batalhão da Guarda Nacional em Diamantino, para Bartolomé Bossi. 28 de fevereiro de 1865. Doc. 4881. APMT.

<sup>438</sup> Ofício de Bartolomé Bossi ao capitão do 4º Batalhão da Guarda Nacional em Diamantino, José Marcelino da Silva Prado. Lavras do Mindáo, 8 de março de 1864. Doc. 8883. APMT

<sup>439</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, sargento Januário Pereira da Costa ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho, 9 de março de 1864. Vila Maria. Doc. 4882. APMT.

<sup>440</sup> Ofício do Tenente Coronel Leopoldino Lino de Faria, Chefe do Estado Maior e Comandante da Guarnição de Cuiabá, para o presidente da província, General Manoel Albino de Carvalho. [doc. rasurado, ilegível o dia], março de 1864. Doc. 4905. APMT.

empregados, também provocou um tremendo mal-estar tanto ao presidente como também aos demais parceiros que velavam e auxiliavam, com o uso da força, o bom desempenho e tranquilidade da Sociedade. Assim, havia africanos livres irrequietos querendo a emancipação definitiva e falta de militar que quisesse se candidatar-se à vaga de guarda e aliados já cansados das mazelas e arbitrariedades do novo agente. Além de problemas inerentes às funções ocupadas pelo presidente e militares da província, está visto que a Sociedade tornou-se mais um fardo naquele momento. Além disso, presidente e militares começavam a se preocupar com um inimigo que, no final do ano de 1864, invadia seu quintal. Na verdade, tudo estava desmoronando.

### **“Para a Sociedade, espera-se que sejam bem sucedidos os seus esforços”**

A frase que inicia o presente tema foi proferida pelo presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. A frase, pronunciada num tom de expectativa, ensejava muito além do que apenas o sucesso da própria empresa. É certo que ele esperava que a presença da Sociedade na província motivasse mudanças no sentido de atrair outros capitalistas para investirem naquela região de fronteira tão economicamente carente. Algo que poderia atrair também novos trabalhadores para a província; ou, ao menos, motivasse o consumo local e transações mercantis entre Cuiabá e Pará, que seriam dinamizados pela estrada que a Sociedade se comprometera a construir ou ao menos, mapear.

Porém, a empresa já chegou com seus principais trabalhadores: noventa e oito africanos livres e quarenta escravizados, e eles mesmos construíram seus ranchos no meio das matas ou às margens dos rios com materiais que a natureza proporcionava. Eles também plantavam e colhiam seus alimentos; e os outros trabalhadores livres, como os administradores, feitores e guardas tinham de também lá viver para vigiar os outros. Assim, talvez a promoção de consumo local pela direção e trabalhadores da empresa tenha sido bem pouca, e menores ainda suas transações mercantis se dependeram da referida estrada, logo que não foi construída.

Como já visto nos capítulos anteriores, na fase inicial de chegada e implantação da Sociedade de Mineração, ela foi recebida com muita euforia pelas autoridades e representantes do poder provincial.

Esperava-se dela mudanças impactantes que pudessem estimular e dinamizar a economia local. Em 1854, já havia se passado dois anos e assim lamentou Leverger: “não consta que por ora a dita Sociedade tenha tirado valores que cubram as suas despesas”.<sup>441</sup>

Naquele momento, a elite e autoridades locais perceberam que, se a Sociedade dependesse de maquinários de prospecção e métodos mais modernos de extração do ouro, estaria fadada ao fracasso, logo que tais anúncios foram constatados infundados. A extração continuava a ser repetida nos moldes do século XVIII com as mesmas técnicas adotadas pelos demais trabalhadores mineradores empobrecidos ou escravizados daquela localidade.

Desde o início dos trabalhos da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, não foi registrada a presença de engenheiro ou técnico para diagnosticar possíveis recursos minerais ainda não explorados nos rios da província. Em um país onde se iniciava a busca de progresso baseada na capacidade do ser humano de usar a razão, promovendo instituições que buscassem o aumento de estudos em prol do desenvolvimento científico-tecnológico e econômico do Império; onde, desde 1818, por ordem institucional foi criado o museu Imperial, destinado a divulgar os conhecimentos e estudos das ciências naturais e, mais tarde, já quando transformado em Museu Nacional, em 1847, foi criada a Seção de Mineralogia e Geologia para orientar o melhor conhecimento e aproveitamento das ciências da terra,<sup>442</sup> os representantes da Sociedade, ao que parece, só estavam interessados em obter as riquezas minerais que as terras do Mato Grosso poderiam proporcionar, sem no entanto, fazer uso nem ao menos de informações que pudessem diagnosticar os possíveis depósitos auríferos da região mato-grossense.

Mas, antes dos problemas aparecerem e a esperança se dissipar, nos anos iniciais de funcionamento da empresa, percebem-se o constante

---

<sup>441</sup> Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, p. 11-13.

<sup>442</sup> GUIMARÃES, José Eptácio Passos. *Epítome da História da mineração: no mundo antigo, no Brasil e nos Estados Unidos da América*. Valores de seus feitos e de seus personagens – sua dependência com a natureza. São Paulo: Art Editora; Secretaria de Estado da Cultura, 1981, p. 90.

incentivo, cumprimentos auspiciosos, apoio material e sobretudo a disposição de força para controlar os africanos livres.<sup>443</sup>

Um ano após o início dos trabalhos, as relações entre agente e presidência da província eram cordiais e elogiosas. Quanto à longa jornada de exploração do trabalho, às doenças e a exposição às condições insalubres a que estavam expostos os trabalhadores, não mereceram detalhamento nas comunicações e ofícios dos presidentes ao longo dos anos de funcionamento da empresa. No período inicial de funcionamento da empresa, certamente administradores e sócios, com a euforia própria de quem almejava alcançar *uma mina de ouro*, extraíram ao máximo a força de trabalho dos africanos e trabalhadores escravizados, que eram revezados entre as explorações de ouro e diamantes e, ainda, plantavam, colhiam seus próprios alimentos, cuidavam das tarefas domésticas e construíam suas moradias. As tarefas eram exercidas com ritmo e em turnos de trabalho, todos determinados pelo agente e seus subordinados. Além disso, os locais de trabalhos eram geograficamente distantes uns dos outros. Assim, esses trabalhadores tinham de percorrer muitos quilômetros para trabalharem, ora para agricultura, ora em diversas áreas de mineração e vice-versa. A insalubridade e as doenças advindas das áreas pantanosas onde realizavam esses trabalhos exauriam os africanos livres ao limite, levando muitos à morte.

Mas, qualquer que fosse o problema de saúde que um desses trabalhadores tivesse, após a saída do “bondoso” médico e agente Medardo Rivani,<sup>444</sup> ou eles se curavam por si mesmos, ou o guarda, por iniciativa própria, tentava procurar soluções para curar as enfermidades dos trabalhadores. Por isso, Gabriel, Thomázia, Thomaz, Violante e tantos outros foram levados doentes para a casa de benfeitores da redondeza que pudessem ou ficar com eles durante a doença ou indicar medicamentos para sua recuperação.

Dessa forma, em 1859, por iniciativa própria, o guarda Tibério Fidélis Monis levou o africano Thomaz para ser inspecionado por uma

---

<sup>443</sup> Ofício do presidente da província, Augusto Leverger ao Ilmo Sr. Conselheiro Ildefonso de Souza Ramos, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Cuiabá, 16 de agosto de 1853. Doc. 63, p. 176 – Livro de Registros nº 98. APMT.

<sup>444</sup> Em fevereiro de 1853, Medardo Rivani encaminhou ofício ao presidente, Augusto Leverger, agradecendo “pelas expressões de bondade dirigida a minha pessoa”. Ofício do Agente Medardo Rivani ao presidente da província, Augusto Leverger. Santana, 26 de fevereiro de 1853. Ofícios Expedidos. Lata 1853-B. APMT.

“equipe” reunida no mínimo curiosa: pelo médico Medardo Rivani, pelo vereador de Diamantino, Francisco Pereira de Carvalho,<sup>445</sup> e pelo capitão Barnabé de Mesquita Moniz, ocasião na qual declararam que a doença de Thomaz não era *morféia* e sim de *boubas*.<sup>446</sup> Diagnóstico correto ou não, o certo é que ao menos até o fim da tutela, Thomaz permanecia vivo. O destaque tem o objetivo de mostrar que essa prática, do guarda ter de procurar alguém que ajudasse na recuperação de doentes, foi regra e não exceção dentro da empresa. A direção em si, não planejou nem sequer os cuidados com os doentes. Talvez em vista disso, o guarda já estafado com a indiferença dos diretores da empresa com relação aos molestos, tenha sido enfático ao se queixar para o presidente, em 1859:

É meu dever dar parte que entre os doentes existem dois que há bastante tempo sentiram vários incômodos que os privam de ir ao serviço e cujas moléstias não sabemos classificar, não podendo porque a Companhia não contratou médico algum para o tratamento dos enfermos. O dr. Rivani que era agente da Sociedade, tem tido por vezes a bondade de examinar os doentes que o visitar e quando ele passa por aqui e não por pedido dos Empregados Superior e por isto julgo conveniente que houvesse alguma providência no caso que V.Exa achasse necessário afim de que a Companhia contratasse um médico ou experiente para evitar inconvenientes graves que para o futuro possam sobrevir.<sup>447</sup>

Como já registrado, infelizmente, não foi localizado nenhum documento da direção da Sociedade de Mineração que revelasse a

---

<sup>445</sup> SENA, Ernesto Cerveira de. Mercês, filantropia e política no sertão. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 18, p. 35-50, jul./dez. 2008. p. 46.

<sup>446</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Moniz ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguai, 23 de março de 1859. Ofícios expedidos – Lata 1859-C. APMT. Observe que um ano antes, o mesmo guarda já havia solicitado ao presidente da província a possibilidade de se contratar um médico para cuidar dos doentes, pois, naquela oportunidade, havia dois africanos que encontravam-se bastante enfermos e “isso os tem privado do serviço, e por não saber de que doença se trata não posso dar-lhes os remédios”. Ref.: Idem. Paraguai, 31 de maio de 1858. Lata 1858-D. APMT.

<sup>447</sup> Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Moniz ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguai, 31 de março de 1859. Ofícios expedidos – Lata 1859. APMT. (obs: o médico Medardo Rivani havia saído da empresa, dois anos antes).

organização do trabalho tanto relativo a métodos de mineração, investimentos, de trabalhadores e camaradas livres como os balancetes com resultados financeiros e o total de ouro e diamantes arrecadados.

Em 1858, o guarda Tibério Fideliz Moniz comunicou, ao presidente da província, que, embora a empresa não tivesse perdas, não lhe parecia que também viesse obtendo *vantagens* com os trabalhos na mineração: “Quanto aos interesses da Companhia, a meu ver, não tem tido prejuízo, porém ao mesmo tempo não oferece maior vantagem por não ter ainda descoberto um serviço de seguimento, resta-me portanto fazer ciente a V. Ex<sup>aa</sup>”.<sup>448</sup> É possível interpretar que os trabalhos ainda não eram vantajosos, porque a empresa não havia localizado um lugar permanente que lhe rendesse lucro exatamente pela falta de planejamento e, assim, ficava deslocando os trabalhadores de um lugar para o outro sem a devida análise dos terrenos diamantíferos. Ou seja, a presença de engenheiro ou técnico em reservas minerais poderia observar se determinado terreno poderia indicar depósito de diamante, porque ele é um desses minerais que é acompanhado, geralmente, por quartzo, óxido de ferro, rutilo, zircão, etc. em suas vizinhanças.<sup>449</sup>

No ano seguinte, em 1859, na fala do presidente da província, em sessão da Assembleia Legislativa, já não se percebia a euforia inicial depositada na Sociedade. O presidente Joaquim Delamare, após discorrer sobre a carestia dos produtos comestíveis que atingia sobretudo, os moradores dos povoados, a criação de gado com doenças e a diminuição na venda desses animais para a província de Minas Gerais, revelou que a mineração continuava precisando de indivíduos para nela se empregar, e que a Sociedade de Mineração não estava lucrando quanto se esperava, mas era certo o potencial de mineral precioso na região: a “Sociedade de Mineração, estabelecida no Diamantino, parece não colher avantajados resultados; entretanto, o que é incontestável ser o município de Diamantino proverbial em fertilidade de ouro e diamante”.<sup>450</sup> A mesma opinião foi corroborada três anos depois, em 1862, pelo então conselheiro Herculano Ferreira Penna, que ressaltava

---

<sup>448</sup> Ofício de Tibério Fidelis Moniz ao presidente da província, Joaquim Raymundo Delamare. Paraguai, 30 de novembro de 1858. Livro de registros 143. Doc. 84. APMT.

<sup>449</sup> DANESE, Luciana Cabral; CARLOTTO, Marília Bouret de Medeiros. Diamante. Disponível em:

[https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra\\_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=3990](https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=3990).

<sup>450</sup> Relatório do presidente da província, Joaquim Raymundo Delamare, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. 3 de maio de 1859. Cuiabá: Tipografia Cuiabana, 1859, p. 33.

ter conhecimento “por pessoas e profissionais nesta especialidade” da certeza da existência de muitos terrenos diamantinos em diversas localidades que poderiam ser jazigo de grandes riquezas:

O rio Coxipó Guassú, por exemplo, e os terrenos adjacentes, para onde foi ultimamente transferido o serviço da Companhia de Mineração de Mato Grosso, oferecem as melhores e mais legítimas formações diamantinas. Segundo informações que obtive do coronel José Joaquim de Carvalho, seu atual diretor, a Companhia continua em explorações e com quanto não se tenha até agora descoberto um serviço vantajoso, e próprio para determinar um novo estabelecimento, há todavia bem fundadas esperanças de consegui-lo, à vista das provas já obtidas em diversas localidades. Pedras de diversos tamanhos, e, pela maior parte, e de primeira água, inclusive uma de 8 e outro de 9 quilates, são os resultados das últimas explorações daquela empresa.<sup>451</sup>

Penna também observou que a Sociedade ainda não havia obtido serviço vantajoso nas minas, no entanto, ao mesmo tempo, apresentou os últimos resultados que não parecem, à primeira vista, tão *desvantajosos* assim. Ou seja, os trabalhos não estavam sendo vãos, tendo em vista a extração de diamantes de qualidade – de primeira água – e bons tamanhos das últimas explorações da empresa. Pelo exemplo, é duvidoso crer que, por longos catorze anos, a Sociedade tenha colhido apenas prejuízos, ainda mais quando, aparentemente, ela despendia o mínimo de gastos para funcionamento dos trabalhos.

Como já relatado, os resultados da arrecadação tanto do ouro como do diamante da Sociedade foram tema menos registrado nos documentos pesquisados. É de se perscrutar que, assim como em outras empresas mineradoras e garimpeiros das províncias ricas em minerais preciosos, como Minas Gerais e Bahia,<sup>452</sup> a Sociedade possa também ter mantido esse resultado em segredo para fugir do *quinto*. Por outro lado,

---

<sup>451</sup> Relatório do conselheiro Herculano Ferreira Penna à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Tipografia de Mato Grosso, 1864, p. 123-124.

<sup>452</sup> RABELO, David. *Os diamantes do Brasil*: na Regência de Dom João (1792-1816) um estudo de dependência externa. p. 75. Disponível em: <http://books.google.com.br/>.

é interessante notar que seria impossível não perceber essa “sonegação” no caso da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, logo que só existia naquela província essa empresa mineradora em funcionamento naquele período. É notável, portanto, que houve alguma conivência da província com a sonegação da Sociedade no caso das contribuições legais que deveriam ser pagas e que não foram. Se considerarmos que os africanos livres foram concedidos para uma empresa particular ou, como mesmo anunciou Eusébio, para um fazendeiro da confiança do governo, os salários dos africanos livres deveriam ser pagos conforme o artigo 6º do Decreto de 19 de novembro de 1835; assim como também os impostos sobre os minerais preciosos extraídos. Da mesma forma, não houve ressarcimento dos gastos pagos pelo Estado das despesas com salários de força policial e alimentação dos africanos livres nos trajetos percorridos após a rebelião de Vila Maria em 1864. Afinal, os africanos livres estavam a serviço da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, por isso, ela deveria arcar com o pagamento de suas despesas.

Se isso foi pouco, em 1862, o presidente da província, Herculano Pereira Penna, ainda auxiliou a Sociedade com armamentos,<sup>453</sup> cedeu um oficial, Tenente do 2º Batalhão de Artilharia e dezesseis praças de linha para acompanharem e protegerem os membros da fracassada expedição de reconhecimento que Bartolomé Bossi e Medardo Rivani fizeram para a tão sonhada Martírios e, ainda, recomendou aos líderes da expedição que buscassem apoio das autoridades dos vilarejos por onde passassem e que não fizessem mais dívidas em nome do governo: “as Autoridades dos lugares por onde houver de passar a dita Expedição que lhe prestem os auxílios que estiverem a seu alcance, contanto porém que não façam nem autorizem despesa alguma por conta da Fazenda Pública”.<sup>454</sup>

Curiosamente, oito anos antes, em 1854, como já vimos, o médico e agente da Sociedade, Medardo Rivani, já havia solicitado igual expediente relativo à cedência de força policial com o mesmo objetivo, o que lhe fora negado. Naquela oportunidade, o então presidente da

---

<sup>453</sup> O presidente da província, Herculano Ferreira Penna autorizou o Arsenal de Guerra do Mato Grosso conceder “em virtude da expedição que irão realizar, 18 carabinas, 500 cartuchos, 30 quilos de balas e 7,5 kg de chumbo”. Ofício do presidente da província, Herculano Ferreira Penna, aos srs. Bartholomeu Bossi e Medardo Rivani. Cuiabá, 20 de maio de 1862. Livro 181. APMT.

<sup>454</sup> Portaria a favor da Expedição que segue para os Martírios. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá 4 de Junho de 1862. Herculano Pereira Penna. Livro 181.p. 183 v. APMT.

província expôs que Rivani solicitara cinquenta policiais, e que esses teriam de “ser corajosos e ter experiência em andar pelos sertões”. Leverger negou a solicitação justificando que ele não tinha autorização do Governo Imperial e nem os praças solicitados para dispor.<sup>455</sup>

Dez dias após a resposta do presidente, o médico enviou ofício a ele, informando que desistira da viagem para Martirios, ao que o presidente respondeu ser bastante acertada decisão e que, embora já tivesse se ouvido falar dos fabulosos “escritos a respeito dessa localidade e da abundância de ouro que se supõe ali existir”, Leverger reconhecia também:

a incerteza de se promover uma expedição tendo em vista a ignorância da topografia do vasto sertão compreendido entre o Xingu e o Tapajós, a dificuldade (ou mesmo impossibilidade nas atuais circunstâncias) de organizar uma expedição provida do necessário para empreender com alguma esperança de sucesso a exploração do mesmo sertão, fazem-me julgar muito arriscada a referida empresa e muito pouco provável o seu bom êxito.<sup>456</sup>

Observa-se, assim, a total falta de preparo técnico, de conhecimento geográfico, de pessoal, etc., do agente da Sociedade em relação à localização de Martirios. É de se perguntar como os dirigentes da Sociedade de Mineração de Mato Grosso planejavam cumprir o que estava no Regimento acordado com o governo imperial de identificar essa localidade e suas minas? Aparentemente a viagem seria realizada a esmo e sem conhecimento ao menos de direção.

E, da mesma maneira, procedeu o italiano Bossi em junho de 1862, como já sabemos, ele ainda não estava à frente da Sociedade – passou a ser agente, em janeiro de 1864, estava, sim, realizando a sua viagem custeada pelo governo imperial, exatamente com o objetivo de identificar a geografia e produções naturais da província;<sup>457</sup> de certo isso

---

<sup>455</sup> Ofício do presidente da província, Augusto Leverger ao agente da Sociedade, Sr. Dr. Medardo Rivani, Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 9 de maio de 1854. Livro 127, p. 39. APMT.

<sup>456</sup> Ofício do presidente da província, Augusto Leverger ao agente da Sociedade, Sr. Dr. Medardo Rivani, Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 19 de maio de 1854. Livro 127, p. 141v. APMT.

<sup>457</sup> BRITO. “Um genovês em [...] Ob. cit., p. 10.

incluiria as áreas de ouro e diamantes de Martírios, como ele mesmo registrou em suas memórias, que iria descrever tudo o que visse e observasse,<sup>458</sup> embora reconhecesse não possuir as abstrações da ciência, contudo declarou que haveria exatidão em tudo que observasse.<sup>459</sup> Bossi também desenhava e fotografava, e assim, fotografou a vegetação, pequenas embarcações, construções e moradias, os indígenas, algumas figuras ilustres, como o barão de Mauá, o bispo de Cuiabá, os presidentes Herculano Ferreira Penna, Augusto Leverger, etc., como também desenhou imagens de covas de membros de sua equipe de expedição mortos durante a busca da fabulosa Martírios, conforme a Figura 3 retrata bem.<sup>460</sup>

---

<sup>458</sup> BAPTISTA, Ana Maria Haddad; FUSARO, Márcia do Carmo Felismino. Análise comparativa da linguagem e gênero dos registros memorialísticos dos naturalistas italianos Ermanno Stradelli e Bartolomeu Bossi. *Revista Triplov* de Artes, Religiões e Ciências. Disponível em:

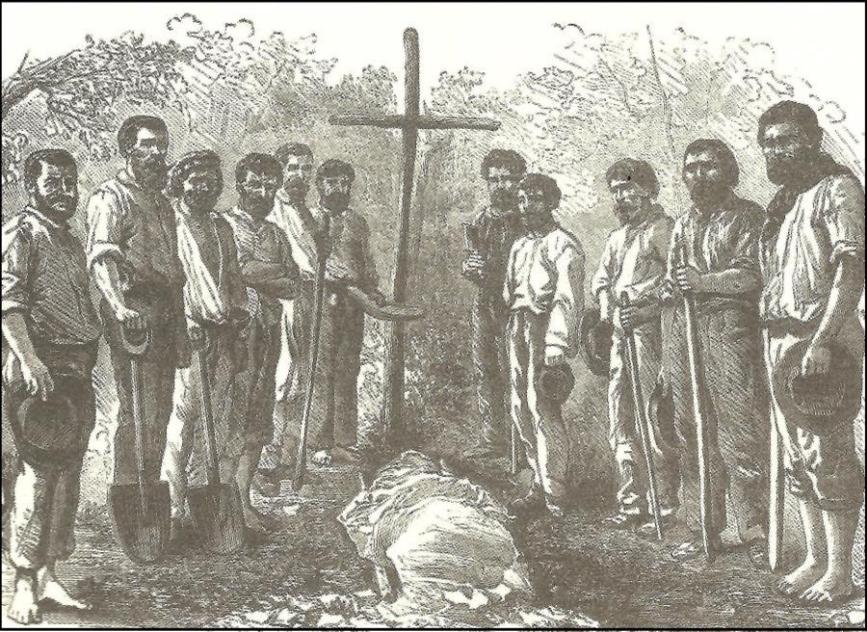
[http://www.triplov.com/novaserie.revista/ana\\_luisa\\_janeira/haddad\\_e\\_fusaro/index.html](http://www.triplov.com/novaserie.revista/ana_luisa_janeira/haddad_e_fusaro/index.html).

<sup>459</sup> Idem.

<sup>460</sup> BOSSI, Bartolomé. *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná*, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos. Brasília: Senado Federal, 2008.

Figura 3

Enterro de membros da expedição/Bossi às minas de Martírios – 1862.



**FONTE:** BOSSI, Bartolomé. *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos*. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 98.

Mas, vamos pelo começo: após longas descrições dos lugares por onde passou até chegar a Cuiabá, Bossi revelou, em seu livro que, ao chegar àquela capital, entregou algumas cartas de recomendações que o “favoreciam” de amigos de Montevidéu, dos senhores Rocha Faria e Francisco Luís da Costa Guimarães, gerente do Banco Mauá e uma recomendação de um Bitancourt dirigida ao sr. Joaquim Alves Ferreira Sobrinho. De acordo com Bossi, esse Joaquim o favoreceu sobretudo ao chegar a Cuiabá, pois foi quem havia colocado à sua “disposição uma cômoda e elegante habitação que possui na rua Bela. Filho de Cuiabá e de uma respeitável família, recebeu educação no Rio de Janeiro. Possui conhecimento bastante adiantado de medicina e exerce essa profissão gratuitamente”.<sup>461</sup> Cabe observar que, em toda a documentação

---

<sup>461</sup> Idem. p. 63.

analisada, esse médico nunca foi citado prestando sua filantropia aos africanos livres doentes.

Como visto, Bartolomé Bossi soube aproveitar as vantagens das relações sociais que a viagem lhe proporcionava, quando elas não ocorriam normalmente, ele as motivava, como desenhar ou fotografar retratos de algumas “pessoas notáveis”.<sup>462</sup> Segundo Bossi, ali, bem alojado, pôde “adquirir os dados que desejava do lugar e preparar-me para iniciar minha exploração pelo interior”. Interessante observar a total ignorância de Bossi quanto ao destino de sua viagem. Mais significativo ainda é quem ele foi procurar para orientá-lo para a expedição aos Martírios: um médico que lhe foi indicado ser muito suficiente por “ter estado à frente da diretoria de uma companhia de mineração”; um médico, inclusive, que ele nem quis registrar o nome em seu livro, apenas intitulado, Dr. N.N.<sup>463</sup> Bossi revelou as experiências desagradáveis que teve com esse Dr. N.N, sem, no entanto, revelar o seu nome real, coisa que será feita em seguida – essas coisas que registradas, num determinado tempo, julga seu autor, anônimas sem dimensionar os efeitos do próprio tempo, coisas que somente a História revela.

Diante de Medardo Rivani, que o leitor já sabe bem quem era – o *bondoso* médico e ex-agente da Sociedade, Bossi ficou bastante “descontente” logo com a primeira impressão, pois “seus modos e linguagem não correspondiam a seu título”. Ainda segundo Bossi, Rivani tratou-o com muita frieza: “temeu seguramente estar tratando com um caloteiro, mas quando soube que eu tinha os meios suficientes para dar uma volta ao mundo e se informou dos desígnios de minha viagem, então mudou sua estratégia, procurou-me com afã incessante”.<sup>464</sup> Bossi, com toda a arrogância que lhe parecia peculiar, pode ter deixado no anonimato o nome de Rivani, porém suas impressões foram registradas com todas as tintas. Ele contou ainda que Rivani buscou sua amizade e pôs em jogo sua “afabilidade insinuante para acorrentar minha vontade. Logrou, por fim, inspirar-me confiança e deu-me as informações que possuía”. Assim quando Bossi comunicou o seu projeto, “empenhou-se com tenacidade em associar-se pessoalmente ao meu empreendimento”; e Rivani ficara convencido que se

---

<sup>462</sup> Idem.

<sup>463</sup> Idem.

<sup>464</sup> Idem. p. 64.

conseguisse reunir número suficiente de pessoas para empreender a “expedição ficava desde logo formada a sociedade. Minha condescendência me foi muito prejudicial e logo obtive a prova”.<sup>465</sup>

Como visto, Bartolomé Bossi, assim como vários outros viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil Imperial, produziu textos, desenhos, etc., identificando e atribuindo significados – a partir de sua suposta superioridade–, sobre tudo o que via. Dessa maneira, observa-se um italiano no *sertão*, realizando julgamentos de valores, onde determinado comportamento ou grupo social tem de se enquadrar no seu perfil idealizado. Vemos, então, a comparação entre um médico empobrecido – também em busca de riquezas – com outro nascido numa família “respeitável” ou expressões pré-concebidas relacionadas aos povos indígenas e nativos com os quais ele conviveu temporariamente. Assim, após ter em seu poder todos os documentos que encontrou sobre Martírios, escreveu que a principal dificuldade era lidar com os “ferozes tapanhunhas que ocupam esse território”, mas, para isso, ele estava seguro pois, estava levando “oitenta homens armados e resolutos”.<sup>466</sup>

Como já relatado, quando Medardo Rivani estava na direção da Sociedade, foram-lhe negadas ajuda pessoal e material para o “descobrimento da fabulosa Martírios”, agora, quando a oportunidade surgiu, pôs-se à disposição. Porém, além da antipatia do responsável pela viagem, parece que outros estrangeiros residentes na província também tinham igual rejeição relacionada ao ex-agente, pois, ao ficarem sabendo da presença de Rivani na viagem, abortaram suas intenções dela participarem, conforme registrou Bossi “muitos estrangeiros apressaram-se a dar-me seus nomes, resolvidos a fazer essa peregrinação, mas quando se compenetraram de que o tal Dr. (que goza de péssima reputação no lugar, segundo soube depois) fazia parte da expedição, muitos deles desistiram”.<sup>467</sup>

Finalmente, após muitas desistências, os expedicionários partiram dia 5 de junho de 1862, com quarenta voluntários de diferentes nacionalidades e, como já foi registrado, com os dezesseis praças cedidos pela presidência provincial. Após percorrerem uma légua, como era esperado, Bossi tratou logo de organizar a marcha e os serviços, já que percebera que a tropa de linha precisava “dos princípios de subordinação requerida”, pois com o pretexto da qualidade da

---

<sup>465</sup> Idem.

<sup>466</sup> Idem.

<sup>467</sup> Idem.

alimentação, começaram a “mostrar sintomas de insurreição, quando na realidade a causa de sua resistência se achava na sua má vontade de fazer a viagem”.<sup>468</sup>

E, assim, Bossi distribuiu os serviços entre voluntários: guardas da noite para cuidarem a provisão de lenha, de água, de refeições, etc. O italiano detalhou todos os lugares por onde passaram, os aldeamentos indígenas, os povoados e sua população, caracterizando-os também através de fotos. Descreveu alguns rios, terrenos, clima, matas, os frutos, as caças e peixes, como alimentos, os dias, as noites, etc. A marcha era dura e constante; cada homem tinha de levar consigo suas armas, sua rede e seus víveres. Além disso, era preciso atender os doentes que a caminhada criava.

A partir do Porto da Esperança, no rio Arinos, as enfermidades aumentavam e a insubordinação tornavam-se mais prementes: os praças jogaram fora suas refeições. Bossi, percebendo a resistência dos soldados em continuar a viagem, determinou que partissem de volta para Cuiabá. Os doentes ficaram em Porto Esperança, enquanto Bossi e os voluntários que restaram desceram o Arinos em canoas: nesse ponto, ele esperou que o médico Rivani também ficasse para cuidar dos enfermos: “eu tive de esperar que meu companheiro, que passa por ser médico, e que como tal vinha na expedição, permanecesse nesse ponto para cumprir sua missão de humanidade”. No entanto, registrou Bossi, “os impulsos sórdidos da cobiça foram mais fortes nele do que as sugestões da consciência. Impelido pela avidez, abandonou aqueles infelizes ao amparo da Providência”.<sup>469</sup> Após o falecimento de um dos membros da expedição, além das fadigas, os ânimos se arrefeceram; após a morte de mais um homem, passados cinco dias, quando enfermos e mortos continuavam a aumentar, Bossi registrou: “crescia o terror que chegou a apoderar-se até dos mais decididos. Até quatro de nossos companheiros foram sepultados sobre aquela funesta barranca, onde fiz colocar quatro cruzeiros para assinalar suas tumbas”.<sup>470</sup> Mas o italiano não desistiu: “enquanto os espíritos se preocupavam com essas lúgubres cenas, eu não podia desviar-me dos objetivos da expedição”.<sup>471</sup>

Após Medardo Rivani abandonar a expedição, pois, segundo Bossi, “o medo da enfermidade o dominava”, Bossi enfrentou o motim

---

<sup>468</sup> Idem.

<sup>469</sup> Idem. p. 84.

<sup>470</sup> Idem. p. 86-87.

<sup>471</sup> Idem. p. 88.

dos seus *companheiros napolitanos*, que se recusavam a adentrar mais pelo sertão ou o “deserto”, como ele chamava. Essa foi a gota d’água que faltava: Bossi desistiu de continuar as explorações. Ainda assim, ele registrou que, nos trabalhos e incursões que vinham realizando as margens do rio Arinos, notara a “presença de ouro em qualquer cascalho e às vezes, os diamantes”.<sup>472</sup> Ele justificou que sua expedição havia malgrado por várias causas: em primeiro lugar, pelo tempo desperdiçado em Diamantino e em Porto Esperança; em segundo, pela desistência da tropa; e, por último, pela proximidade da estação das chuvas, que “era um perigo real e iminente; se essa estação nos pegasse no deserto e em terras baixas, poucos de nós talvez tivéssemos salvo”. Mais uma vez Bossi queixou-se de Rivani durante sua estadia na expedição, pois “na canoa que conduziu meu sócio [Medardo Rivani] não trazia víveres; reconheci minha posição, não quis provocar novos conflitos e preparei retirada”.<sup>473</sup>

Em maio de 1864, o ex-presidente da província e agora conselheiro, Herculano Ferreira Penna, fez um apanhado da referida expedição bem como de outras, assinalando que, no decurso de 1862, das cento e setenta e seis pessoas estrangeiras de diversas nacionalidades que buscaram as minas de Martírios, por via fluvial e terrestre, delas saíram vivas apenas oitenta e sete. Quanto à expedição organizada por Bossi, destacou que, em junho de 1862, havia sido organizada uma sociedade composta de acionistas residentes na capital e em Diamantino, dirigida por dois italianos dotados de muita “inteligência e atividade, o dr. em medicina Medardo Rivani, que outrora fez parte da direção da atual Companhia de Mineração de Mato Grosso, e Bartholomé Bossi; para essa empresa a que prestei algum auxílio, por parecer-me realmente digna de ser tentada”.<sup>474</sup>

Segundo Penna, para essa “empresa”, os expedicionários receberam o consentimento do Governo Imperial e conseguiram reunir de muito boa vontade uns quarenta imigrantes, mas Penna não duvidava do empenho do grupo até o momento em que alguns trocaram o “certo pelo duvidoso”, e abandonaram as ocupações que tinham nos arsenais e outros estabelecimentos para irem “descobrir a sua fronteira nas minas, mas essa sociedade dissolveu-se em bem poucos dias, tendo-se apenas

---

<sup>472</sup> Idem.

<sup>473</sup> Idem. p. 89.

<sup>474</sup> Relatório do Conselheiro Herculano Ferreira Penna, apresentado à Assembléia Legislativa provincial de Mato Grosso. Cuiabá, 3 de maio de 1864.

feito ligeiras explorações nos rios Arinos dos Patos, e grande parte deles ficou como de antes, privada de meios certos de subsistência”.<sup>475</sup>

## **Os motivos do encerramento das atividades da Sociedade**

Como observado, os bons auspícios expostos no princípio do subtítulo anterior – “espera-se que sejam bem sucedidos os seus esforços” –, desejados à Sociedade pelo então presidente, bem como toda a ajuda recebida da administração provincial – após o aval do governo imperial–, não foram suficientes para evitar a dissolução da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. A euforia da comunidade provincial e as promessas iniciais da empresa não duraram muito, porque a Companhia demonstrou não ter planejamento de suas atividades; não houve investimentos em pessoal habilitado capaz de organizar os trabalhadores para que aproveitassem, de maneira sistemática, os depósitos de ouro e diamante do Alto Paraguai Diamantino, levando os trabalhadores ao limite de suas forças, encaminhando-os a vários lugares onde se “ouvira falar” que tinha ouro e diamante. Além disso, não foram registrados interesses e nem recursos voltados para a aquisição de material de prospecção com técnicas modernas e industriais dos terrenos mineratórios, a exemplo do que ocorria nas companhias inglesas, em Minas Gerais, no mesmo período, além da má administração quanto aos cuidados com os trabalhadores, como não prestar socorros aos doentes, manter controle e disciplina rigorosos e excessos de castigos motivaram fugas e insubordinações dos africanos livres e cativos.

Como visto até aqui, nos anos finais de funcionamento da Companhia, no afã de superar sua própria incompetência de direção e, finalmente, alcançar as riquezas minerais pretendidas, observou-se os excessos dos seus dirigentes. Dessa forma, sobre os trabalhadores compulsórios, foram impingidas suas raivas e ansiedades, materializadas na forma de castigos excessivos e até tentativas de assassinatos. Observou-se ainda coação, ameaças e investidas de um dos agentes direcionadas a um dos guardas, figura essencial para a manutenção do controle dos africanos dentro da Sociedade, resultando, assim, no afrouxamento do controle de sua principal mão de obra, os africanos livres. Sobre isso, o presidente da província, Alexandre Carvalho,

---

<sup>475</sup> Idem.

observador atento dos acontecimentos dentro da Sociedade e ciente do “perigo” dessas atitudes, comunicou ao agente Bossi que ele acreditava que as queixas do guarda não eram infundadas e, sendo assim, iria informar tudo ao governo imperial para que ele pudesse resolver o caso (de ameaças ao guarda) da melhor forma possível. Ressaltou, ainda, que era preciso “ter sempre os africanos sob uma rigorosa vigilância, uma vez que a Sociedade se encontra sem guarda de Africanos Livres”<sup>476</sup>.

Toda essa desorganização era observada pela população local, que emitia seus pareceres sobre a empresa. Assim, em 1868, o comerciante Joaquim Ferreira Moutinho, que residiu em Cuiabá durante dezoito anos, ao descrever a viagem que fez de Cuiabá a São Paulo, quando descrevia os lugares, caminhos, povoados e acontecimentos contemporâneos, embora sem relacionar os motivos da ruína da empresa, subliminarmente escreveu sua impressão da Sociedade e de dois dos seus ex-diretores. Segundo Moutinho, a Sociedade deixou de funcionar completamente depois de lutar com “duros revezes que não cabem aqui mencionar. O distinto médico Medardo Rivani, que foi um dos diretores daquela malfadada Companhia, continua por sua conta no trabalho da mineração”; e sobre o outro diretor, José Joaquim de Carvalho – aquele sócio/diretor, membro do diretório, que residia no Mato Grosso–, Moutinho escreveu “José Joaquim de Carvalho que como diretor prestou relevantes serviços à mesma Companhia, emprega hoje [ilegível] força sua na extração da poaia; mas tenciona voltar ao serviço de mineração”<sup>477</sup>. Observa-se, portanto, que, enquanto agente/diretores da Sociedade não tenham proporcionado possíveis lucros à empresa, Rivani e Carvalho demonstravam, para a população local, que continuavam acreditando no potencial aurífero matogrossense.<sup>478</sup>

Um outro agravante que também pode ter contribuído para a derrocada final da Sociedade diz respeito a suspeita de furto dentro da empresa. Tal suspeita foi levantada, em 1859, pelo juiz de órfãos de

---

<sup>476</sup> Ofício do presidente desta província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao agente da Sociedade de Minesração desta província, Bartholomeu Bossi. Cuiabá, 7 de maio de 1864. Livro 200. APMT.

<sup>477</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Viagem de Cuiabá a S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869, 26-27. O padre João Batista Selvaggi escreveu que Medardo Rivani “se demorou ainda vários anos no Diamantino, onde casou em segundas núpcias com D. Ana Joaquina de Macedo”. In: SELVAGGI, João Batista. *Diamantino no século XVIII. ÁSIA*. São Paulo, ano XII, n. 16, 1954, p. 56.

<sup>478</sup> Idem. p. 27.

Diamantino, Benedicto José da Silva França. Ele escreveu ao presidente Augusto de Lamare, denunciando Tibério Fidelis Moniz, um dos guardas que, no mesmo dia e ano, havia informado ao presidente que estava bastante doente, mas que não deixava de cuidar dos africanos livres.<sup>479</sup>

Em seu ofício, o juiz justificou que a sua denúncia de furto era baseada em sua consciência pois ele faltaria com o dever como Juiz e como cidadão se não levasse ao conhecimento do presidente a denúncia que era remetida contra o guarda Tibério Fidelis Moniz, acusando-o de “extraviar” interesses da Companhia lucrando com a função que ocupava. Segundo o juiz, o Tibério, ainda que em estado valetudinário, teria ido visitar a empresa duas vezes com a intenção de contratar um africano, pelo qual pagaria “mais de 30\$ rs de gratificação como feitor”.<sup>480</sup> Conforme o juiz, naquela oportunidade, o então agente da Sociedade, o coronel Vicente Coelho não aceitou que nenhum africano fosse desviado das funções da empresa e que era na casa do guarda que se vendia os diamantes “distraídos” da Sociedade:

Tem este empregado uma família com domicílio fixo a um quarto de légua de distância do Estabelecimento, e é onde se vendem os diamantes distraídos das lavras da Companhia. Ora com razão este empregado procurou manchar a reputação do Sr. Tenente Coronel [o agente, Vicente Coelho], que, sobre tudo velando, procura os possíveis meios de obitar ou diminuir a influência de seu emprego, requisitando sua demissão.<sup>481</sup>

Por isso, no final de sua denúncia, o juiz acreditava que o guarda deveria ser demitido pois a sua presença era perniciososa à Sociedade, “sem utilidade alguma aos Africanos. É uma providência urgente nomear um outro Guarda, qualquer pessoa que seja da confiança

---

<sup>479</sup> Ofício de Tibério Fidelis Moniz, Guarda inter<sup>o</sup> dos Africanos Livres, ao presidente da província, Exmo Sr. Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguay 12 de Março de 1859. Livro 143 – correspondência expedidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. APMT.

<sup>480</sup> Ofício do Juiz de Órfãos interino, Benedicto José da Silva França, ao presidente e Comandante das Armas desta Província, Joaquim Raymundo de Lamare. Vila Diamantino, 12 de março de 1859. Ofícios Recebidos. Lata 1859. APMT.

<sup>481</sup> Idem.

de V. Ex<sup>a</sup>, mas não o atual, sobre quem pesam tão graves suspeitas, e enfermidades crônicas e até contagiosas”.<sup>482</sup>

Essas denúncias são surpreendentes, porém parecem não terem surtido nenhum efeito sobre o cargo de Tibério, pois todos os registros sobre os africanos livres continuaram a serem elaborados por ele até abril de 1862 (havia sido nomeado em julho de 1857), quando, simplesmente, todas as comunicações, a partir dessa data, passaram a ser assinadas por outro guarda nomeado.<sup>483</sup> Cabe observar também que esse foi o único documento localizado sobre o assunto. Aparentemente não foi aberto nenhum processo investigativo para apurar a denúncia.

O texto da denúncia, bem como a justificativa de Tibério quanto a não abandonar o seu posto quando doente, mostra, de forma indireta, a relação antagonica entre o guarda e o administrador da empresa, relação que deveria ser realmente complexa tendo em vista necessitar de um “intermediador” de tal porte. No entanto, podemos questionar se tais relações teriam o poder de motivar uma denúncia vã por parte do juiz. Se os furtos e roubos aconteceram dentro da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, as fontes pesquisadas não dão resposta para isso, mas, na comunidade local, a imagem de seus administradores não era das melhores.

Em relação a furtos e contrabandos de ouro e diamantes, eram contravenções que foram denunciadas ao longo de todo o período colonial e imperial brasileiro. Em pequenas e grandes proporções, desde cedo no Brasil, fraudes ocorriam sobre o quinto real, possibilitando um contrabando interamericano de proporções consideráveis, do qual parte da produção do ouro escapava da inspeção oficial.<sup>484</sup> De acordo com Kenneth Maxwell, foi constatada a presença de figuras importantes como contrabandistas de diamantes, como José Vieira Couto, em Minas Gerais, que se dedicava ao furto e ao contrabando de diamantes;<sup>485</sup> ou ainda, segundo Rafael de Freitas e Souza, na companhia inglesa de

---

<sup>482</sup> Idem.

<sup>483</sup> Ofício de João de Arruda Pinheiro, guarda dos africanos livres ao digno Presidente d’esta Província, Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Coxipó-Guassú, 1º de Maio de 1862. Livro de registro nº 143, doc. 116, p. 29v. Correspondências expedidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. APMT.

<sup>484</sup> LEVY Daniela. O estudo do contrabando através das fontes inquisitoriais. Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais. Salvador, agosto 2011. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2012/01/Daniela-Levy.pdf>.

<sup>485</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Minas da Passagem, em Minas Gerais, não havia distinção social entre os infratores que foram trabalhadores de superintendentes até escravizados.<sup>486</sup>

Embora não comprovado o furto de ouro e diamantes na Sociedade de Mineração de Mato Grosso, não podemos negar que as condições de sua localização, em áreas isoladas, que possuíam vários caminhos no meio das matas, de onde os metais preciosos poderiam ser “escorregados”. Ou ainda, o tipo de organização, do qual o agente parecia ser a única pessoa responsável pela prestação de contas à direção, no Rio de Janeiro, há de se considerar que ficava bastante difícil o controle e fiscalização do montante final arrecadado se considerarmos que talvez a Sociedade não pagasse os devidos tributos sobre a quantidade do ouro e os diamantes extraídos. Se não houve furto de ouro e diamante na empresa, ao menos indícios sobre isso foram apresentados. Na documentação analisada, não aparece quem seria responsável por fiscalizar o resultado do trabalho, se seria algum feitor ou outro empregado da empresa ou alguém superior a ele, logo que o guarda dos africanos livres estava sempre com eles e só poderia desviar algo se estivesse nesse controle, o que parece improvável. Mas o guarda poderia observar se havia esse desvio.

Todos esses foram fatores que poderiam ter motivado o fracasso da Sociedade antes mesmo da derrocada final, a emancipação definitiva dos africanos livres.

## **Os resultados dos compromissos assumidos pela Sociedade**

Conforme o Decreto nº 794, de junho de 1851, a contrapartida da Sociedade de Mineração de Mato Grosso para a concessão das lavras seria a “exploração do lugar nominado Martírios”. Para tanto, o governo mandaria colocar à disposição da Sociedade o número de praças que fosse preciso, armados e municidados. Para tal fim, a Sociedade deveria contratar um engenheiro para dirigir os trabalhos, porque, após a localização das minas de Martírios, o engenheiro deveria proceder a um exame minucioso do melhor local para se construir uma estrada que ligasse a província do Mato Grosso a do Pará. Concomitantemente à

---

<sup>486</sup> SOUZA, Rafael de Freitas e Souza. “Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: a Mina da Passagem de Mariana (1863-1927)”. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009, p. 281.

essa exploração – que se imaginava delongar muito–, a Sociedade, auxiliada pela força policial, deveria promover a civilização dos indígenas que existiam naquela área.<sup>487</sup>

Como já registrado, a localização geográfica de Martírios não ocorreu. Por consequência, não se construiu a estrada para o Pará e muito menos se promoveu a “civilização” dos povos indígenas do local. Como já exposto, a localização não ocorreu nem por iniciativa de quem deveria fazê-lo, ou seja, pela Sociedade de Mineração de Mato Grosso, nem pela malfadada sociedade que se formou, a toque de caixa, com esse fim tendo à frente Rivani e Bossi.

O mesmo Decreto determinava que a Sociedade deveria pagar, à Tesouraria Geral da Província, os tributos obrigatórios após a verificação do peso do ouro. Esse compromisso, aparentemente, também não foi cumprido, não por falta de aviso, pois o presidente da província, desde 1854, havia encaminhado para a Sociedade de Mineração, tanto a cópia do Regulamento de 1852 para o arrendamento de terrenos diamantinos, como também do Decreto de 1835, especificamente alertando para o pagamento dos salários dos africanos livres.<sup>488</sup>

Em 1861, nem os impostos devidos sobre o ouro e diamantes arrecados, nem os salários dos africanos livres haviam sido pagos, porque o juiz dos Feitos da Fazenda, Joaquim Augusto de Holanda Costa Freire, encaminhou ofício ao presidente da província, informando-o de que a Sociedade não estava cumprindo as condições previstas naquele Decreto:

Chamo a atenção de V.Exa. para o Decreto de 7 de junho de 1851, que estabeleceu as condições com que à Companhia se concedeu autorização para explorar as minas do Diamantino, nenhuma das quais tem sido cumprida no longo espaço de

---

<sup>487</sup> Decreto 794, de 7 de junho de 1851. Coleção das leis do Império do Brasil. V. 1, parte II, 1851, p. 134.

<sup>488</sup> Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, ao Inspetor da Tesouraria, Cuiabá, 02 de janeiro de 1854. Livro 126, doc. 1. APMT. Por sua vez, o presidente, Augusto Leverger foi alertado pelo Ministério da Justiça sobre os salários dos africanos livres. Ref.: Ofício do José Ildelfonso de Sousa Ramos, Ministério dos Negócios da Justiça. Rio de Janeiro, 7 de março de 1853. Ofícios recebidos. Livro 111. APMT.

12 anos com grave prejuízo para a Fazenda Pública.<sup>489</sup>

Não foi localizada nenhuma outra comunicação sobre o assunto. Ainda sobre a citada cobrança do juiz Costa Freire, é possível considerar que talvez a Sociedade também não estivesse pagando o que deveria pagar: o valor de dois mil réis por terreno a título de imposto pela concessão de cada uma das datas mineratórias.<sup>490</sup>

## **A emancipação definitiva dos africanos livres da Sociedade**

Após a revolta em Vila Maria, em março de 1864, seguida pela fuga dos quinze africanos, em novembro do mesmo ano, quando os “líderes” reclamaram suas emancipações, percebe-se uma intensa busca de informações sobre esse assunto por parte das principais autoridades, que estiveram envolvidas nos mandos e desmandos relacionados aos africanos livres ao longo desses treze anos. Assim, o chefe de polícia de Cuiabá, Firmo José de Mattos, por determinação do presidente da província, encaminhou ofícios para os ex-agentes da Sociedade Medardo Rivani, José Joaquim de Carvalho e Bartolomé Bossi, para que eles informassem qual era o prazo de concessão dos africanos à empresa.

Bartolomé Bossi, como era de se esperar, não sabia nada, pois, quando o último guarda, Januário Pereira da Costa, abandonou a Sociedade, ele levou todos os documentos relacionados aos africanos para o chefe de polícia na capital.<sup>491</sup> Por isso, Bossi “desconhecia e ignorava todo e qualquer fato sobre o período da concessão do contrato dos Africanos Livres à Sociedade”, escreveu ainda que talvez o coronel

---

<sup>489</sup> Ofício do Juiz dos Feitos da Fazenda, Joaquim Augusto Costa Freire para Alexandre Manoel de Carvalho, presidente da Província. Santa Anna, 5 de dezembro de 1861. Lata 1864-B. APMT.

<sup>490</sup> Decreto 794, de 7 de junho de 1851. Coleção das leis do Império do Brasil. V. 1, parte II, 1851, p. 134.

<sup>491</sup> Ofício do Chefe de Polícia, Firmo José de Mattos, comunicando ao presidente da província, Alexandre Manoel de Carvalho, que estão à sua disposição na Secretaria de Polícia dois livros da Companhia de Mineração. Cuiabá, [ilegível a data] de 1864. Ofícios da Secretaria de Polícia. Doc. 163 – Lata 1864 –D. APMT. Januário havia informado ao presidente, Alexandre de Carvalho, que seguiria para Cuiabá com os livros e papéis da Sociedade tão logo melhorasse seu estado de saúde. Diamantino, 12 de maio de 1864. Doc 6 – Lata 1864-A.

Carvalho e Rivani pudessem responder sobre isso.<sup>492</sup> O primeiro informou que “não havia papel nenhum que informasse sobre o período de concessão”.<sup>493</sup> Por sua vez, o médico Medardo Rivani escreveu que o prazo de concessão seria por quinze anos, entretanto “soube por um ministro que a concessão fora feita sem prazo, mas que o Governo tinha o direito de requerê-lo tão logo achasse conveniente”.<sup>494</sup>

São surpreendentes essas respostas, sobretudo a do Rivani, que foi quem levava os africanos livres em agosto de 1851, do Rio de Janeiro até Diamantino, sob cujo comando eles trabalharam até o ano de 1857. Mais uma vez, observa-se a desorganização na direção da empresa agora relacionada à ausência de cuidado e fiscalização quanto ao tempo de serviço que fora exigido dos africanos livres sob tutela. Cabe a pergunta: se os africanos livres não tivessem se rebelado e exigido o fim da tutela, continuariam a trabalhar por prazo indeterminado?

A exemplo das experiências de outros africanos livres no Brasil, isso provavelmente teria acontecido, pois muitas outras iniciativas foram impetradas por diversos africanos espalhados pelo país, e mesmo assim, muitos não conheceram a emancipação definitiva. De acordo com Beatriz Mamigonian, muitos africanos livres entraram com petições de emancipação a partir de curadores ou diretamente dirigidas ao Ministério da Justiça. Segundo a autora, “várias petições indicavam que os africanos viam seus termos de serviço obrigatório como um período de cativo e esperavam que sua emancipação lhes desse um título que garantisse a plena liberdade”.<sup>495</sup> Mamigonian constatou ainda que, dos africanos emancipados e distribuídos entre 1834 e 1850, um conjunto de 262 pedidos de emancipação foi dirigido ao Imperador e tramitado no Ministério da Justiça entre 1854 e 1864; e o destino dos 955 africanos livres, de carregamentos apreendidos na década de 1830, somente uma parte sobreviveu aos catorze anos de serviço obrigatório para poder pedir emancipação definitiva, pois trezentos e vinte e quatro, ou seja, 44,3%, morreram antes de completar os catorze anos de serviço obrigatório para particulares ou instituições.<sup>496</sup>

---

<sup>492</sup> Ofício do Agente da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, ao Chefe de Polícia Firmo José de Mattos. [sem data e local]. Doc. 4 – Lata 1864-D. APMT.

<sup>493</sup> Ofício de José Joaquim de Carvalho ao delegado de polícia, Firmo José de Mattos. Cuiabá, 19 de março de 1864. Doc. avulso n° 5. Lata 1864-D. APMT.

<sup>494</sup> Ofício do médico Medardo Rivani ao delegado de polícia, Firmo José de Mattos. Cuiabá, 20 de março de 1864. doc. Avulso n° 3. Lata 1864-D. APMT.

<sup>495</sup> MAMIGONIAN. Africanos livres e os dois impérios [...]. Ob. cit., p. 356.

<sup>496</sup> Idem. p. 357.

Como já registrado, a atitude dos africanos livres em grupo de quinze, que procurou o delegado e, possivelmente, o Juízo de Órfãos, demonstrou ter consciência de que o seu tempo de trabalho havia se expirado e que era obrigação deles requerer tal emancipação. Está evidente que os africanos livres da Sociedade sabiam, ao menos em parte, dos termos do Decreto 1303, de 28 de dezembro de 1853, que previa a emancipação dos africanos livres que tivessem servido a concessionários particulares durante catorze anos – excluía aqueles que tinham servido em estabelecimentos públicos – e aqueles que tivessem esse direito deveriam requerê-lo ao governo provincial ou ao juízo de órfãos e ainda deveriam informar suas ocupações e localização: “os Africanos livres que tenham prestado serviços a particulares por espaço de quatorze anos, sejam emancipados quando o requeiram, com obrigação porém de residirem no lugar que for pelo Governo designado, e de tomarem ocupação ou serviço mediante um salário”.<sup>497</sup>

Dessa forma, os africanos livres, que serviram especificamente em serviço público, apenas em 1864 receberam o direito à emancipação, a partir do decreto 3310, de 24 de setembro de 1864, que determinava o seguinte: “Desde a promulgação do presente decreto, ficam emancipados todos os africanos livres existentes no Império ao serviço do Estado ou de particulares, havendo-se por vencido o prazo de quatorze anos do decreto de dezembro de mil oitocentos cinquenta e três”.<sup>498</sup>

Conforme Mamigonian, no início da década de 1850 o significado do estatuto de africano livre foi paulatinamente divulgado devido à agitação em torno da abolição do tráfico; do fim do prazo de serviço obrigatório daqueles que tinham sido emancipados na década de 1830 e da expedição do decreto ordenando sua emancipação: “Se alguma vez houve uma 'identidade africana livre'” individual ou coletiva, ela havia sido formulada na década de 1850, quando ficou evidente para os africanos livres “que eles tinham servido por tempo suficiente, que sua liberdade estava associada à proibição do tráfico de escravos e que os britânicos vinham brigando pelas duas causas com a administração imperial”.<sup>499</sup>

---

<sup>497</sup> Decreto nº 1303 de 28 de dezembro de 1853, “Emancipação dos africanos livres que tiverem servido por quatorze anos a particulares”. Coleção das Leis do Império.

<sup>498</sup> Decreto nº 3310, de 24 de Setembro de 1864. “Concede emancipação a todos os africanos livres existentes no Império”. Coleção das Leis do Império.

<sup>499</sup>MAMIGONIAN. *Africanos livres e os dois impérios*. [...]. Ob. cit., p. 364.

Assim, é possível que os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso tenham tomado conhecimento tanto de um Decreto como de outro e se achado no direito de também reivindicarem suas emancipações. Há de se conjecturar que não estiveram sozinhos nessa empreitada. Talvez aquele fosse o momento ideal para serem auxiliados pelos ditos *padrinhos* ou outros possíveis interessados na força de trabalho que eles representavam. Mas não há registros sobre isso, como também não foram localizadas as possíveis notas que mencionassem a emancipação nos poucos jornais da província. Ainda assim, há de se considerar que os mais de treze anos de trabalho foram tempo suficiente para que eles descobrissem sobre sua condição de livres e buscassem, como vimos, meios de como obter a emancipação da tutela.

Em março de 1864, quando o então presidente da província, Carvalho, solicitou aos ex-agentes informações sobre o período de concessão de serviço dos africanos à Sociedade, logo que os referidos trabalhadores estavam em *rebuliço*, exigindo a liberdade. Após Carvalho tomar conhecimento do tempo em que os africanos estavam sob a tutela na empresa, no mesmo mês e ano, informou ao Ministério: “Conquanto queiram eles suas Carta de emancipação, ainda não tem todavia a elas direito segundo o Decreto de 28 de dezembro de 1853, visto terem sido entregues à Companhia em 16 de agosto de 1851”.<sup>500</sup>

Conforme já registrado, as rebeliões iniciadas pelos africanos livres, tanto em março como em novembro de 1864, tinham como objetivo a emancipação, porém meses se passaram até que eles recebessem suas cartas de liberdade definitiva, o que ocorreu somente em março de 1865. Não foi localizada nenhuma cópia dessas cartas e nem relação nominal; mas lista nominal existiu, pois, em ofício, o presidente da província, Alexandre Albino de Carvalho, comunicou ao Ministério da Justiça que anexada estava a referida lista e que haviam sido entregue aos africanos livres 87 cartas de emancipação:

Tenho a honra de participar a V.Ex<sup>a</sup> que, em cumprimento do Decreto de 3310 de 24 de setembro de 1864, foram passadas e entregues

---

<sup>500</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcellos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso. Cuiabá, 30 de março de 1864. Livro 186, doc. 28, p. 169v. APMT.

Cartas de emancipação a 87 Africanos livres, dos quais 83 estavam a serviço da Sociedade de Mineração e 4 a serviço do Arsenal de Guerra, não existindo mais na mesma província outros Africanos a quem se tenha que passar tais Cartas, como V. Exa. Verá do ofício junto, do Dr. Chefe de Polícia”.<sup>501</sup>

Curiosamente, essa comunicação, além das cartas de emancipação, registrou uma informação que não existiu em nenhum outro documento pesquisado, ou seja, que os quinze africanos livres rebelados, encaminhados, em novembro de 1864, para o Arsenal de Guerra, foram devolvidos à Sociedade de Mineração, ficando no Arsenal apenas quatro. Mas, a estadia dos quinze na Sociedade, após o retorno do Arsenal, durou pouco tendo em vista que, em 10 de dezembro ainda estavam no Arsenal de Guerra. Isso significou que nem deu tempo deles começarem novas rebeliões e já foram emancipados em fevereiro de 1865.

Quanto ao total de oitenta e sete cartas de emancipação, esse número só seria possível se também foram dadas cartas de liberdade aos filhos das africanas livres, pois, se considerarmos os quinze falecidos relacionados no Quadro 4, e Jacinto que fugiu e nunca foi restituído à empresa, o número correto seria oitenta e uma cartas. Percebe-se também que não houve, por parte das autoridades locais, mais pendengas ou delongas. Após ficarem sabendo do Decreto de 1864, imediatamente providenciaram as cartas de emancipação dos africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso e dessa empresa –que agora recebia o golpe para sua derrocada final–, nunca mais se ouviu falar, a não ser é claro, sobre o seu fracasso e a imagem que ficou dela.

Assim, cabe registrar que, em todos os textos pesquisados (não fontes) sobre mineração e companhias de mineração em Mato Grosso, as poucas informações sobre a Sociedade de Mineração de Mato Grosso, na historiografia pesquisada, repetem sempre o mesmo texto: que a Sociedade existiu, que sua principal mão de obra era composta de africanos livres e que fora desativada. O texto que acrescenta um pouco

---

<sup>501</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Ilmo e Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 26 de maio de 1864. Livro de Registro nº186. Doc. 21. APMT.

mais de informações é o do historiador Virgílio Alves Corrêa Filho, que dedicou a ela um parágrafo em seu livro que, no entanto, diz muito sobre o fracasso da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. De acordo com Corrêa Filho, baseado em um ofício do presidente Augusto Leverger: a Companhia de Mineração, em Diamantino, fundada no Rio, estava fadada a “periclitamento, por deficiência de direção competente nos trabalhos; e por falta de homens idôneos para a direção”.<sup>502</sup>

Ao tomar conhecimento do Decreto de setembro de 1864, o então presidente, Albino de Carvalho, antes mesmo da emissão das cartas de emancipação, tratou de sugerir, no mesmo ofício, ao Ministério dos Negócios da Justiça, que os africanos livres fossem armados e empregados para defender a capital na guerra contra o Paraguai.<sup>503</sup> Sobre a proposta de onde empregar os africanos livres após a emancipação, em 28 de fevereiro de 1865, Carvalho escreveu:

Não tenho pois recebido há tempos ordens do Governo Imperial, e vendo no – Correio Oficial – de Goiás o Decreto de 24 de setembro do ano p.p. que concede emancipação a todos os Africanos Livres existentes no Império, mandei a um particular publicar e dar-lhe execução, e **tenciono mandar buscar da Vila do Diamantino**, onde se achão os Africanos livres em serviço da Sociedade de Mineração desta Província a fim de **armá-los** ou **empregá-los de outra sorte na defesa desta capital**. O que tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa para que se digne de dar-me as suas ordens a respeito dos mesmos”.<sup>504</sup>

Pelo registro, observam-se os motivos para o rápido desembaraço nas emissões das cartas de emancipação dos africanos livres. Esses trabalhadores nem ao menos haviam pensado em sentir o sabor de “viver sobre si” ou apenas se ver livres da tutela, antes mesmo disso, o destino de suas vidas já estava sendo traçado, assim como fora

---

<sup>502</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *A cata de ouro e diamantes*. Rio de Janeiro: Pongetti & Cia, 1926.

<sup>503</sup> Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Ilmo e Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Furtado, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 28 de fevereiro de 1865. Livro de Registro nº186. Doc. 7. APMT. [grifo meu].

<sup>504</sup> Idem.

até aquele momento. Os catorze anos de trabalhos compulsórios não foram suficientes. Não bastou a infância não vivida, a liberdade roubada e nem a vida doada em prol de um projeto que queria o governo que fosse exemplar.

Esses trabalhadores foram disciplinados, controlados, coagidos e castigados para que fossem inseridos numa nação idealizada, que nem ao menos ainda existia. Para essa nação que estava sendo construída, esses africanos, que foram arrancados dos sertões da África, agora eram os trabalhadores dos sertões mato-grossenses não iguais aos mitificados bandeirantes do passado que, nessas mesmas terras mato-grossenses, também ajudaram a consolidar as fronteiras. Esses últimos não tinham freios em seus pés, nas línguas e nem nas ações; eles iam e vinham, invadiam, aprisionavam e matavam os indígenas, requerendo para si as riquezas que encontravam em suas terras; e até terras alheias, a partir deles, foram requeridas pelo seu país como se donos fosse delas.

Já os trabalhadores africanos livres não foram trazidos sem os freios, nem podiam atravessar fronteiras sem mandos, podiam sim trabalhar para que agora essa mesma fronteira pudesse ser desenvolvida e encaminhada ao progresso. E assim como se faz com as primeiras experiências, com tentativas e acertos, vimos os africanos livres serem transformados em *modelos* de trabalhadores dessa sociedade idealizada. Dessa forma, o trabalhador africano livre precisou “ser construído” para que, enfim, com sua força de trabalho, pudesse produzir as mudanças, transformações econômicas e progresso desejados.

Assim, não bastaram esses catorze anos de trabalho compulsório. Agora, em 1865, suas vidas estavam sendo pensadas para que então fossem escudos nessas mesmas fronteiras, logo que o projeto anterior fracassara, não por falta de uso dos seus incansáveis trabalhos, mas devido à incompetência daqueles que o governo escolhera como parceiros. Esse foi, então, um dos lugares onde se pensou empregar os africanos livres da Sociedade de Mineração após sua emancipação definitiva: na Guerra. Não ficou registrado se foi essa a alternativa mais uma vez imposta para a vida desses trabalhadores. Mas vamos aos indícios.

Conforme determinação de Carvalho, os africanos livres foram encaminhados para a capital. Eles receberam suas cartas de liberdade definitiva e as despesas com os transportes, de Diamantino até Cuiabá, que foram pagas pela presidência da província e por conta de verba do Ministério da Justiça. Observe que a data em referência não foi a da emancipação e sim a da cobrança das despesas: “ofício da Tesouraria nº

6 de 13 de junho de 1865, remetendo cópia do processo corrido para efetuar-se a despesa, na importância de 186\$000, feita com transporte dos Africanos livres, que se seguiram do Diamantino para esta Capital, tendo lugar em pagamento por autorização e sob a responsabilidade da presidência e por conta da verba eventual do Ministério da Justiça”.<sup>505</sup>

A outra “opção”, mais uma vez pensada sobre onde se poderia empregar os recém-emancipados, partiu do então subdelegado, Antonio Gomes de Lima, de Diamantino. Antes disso, cabe registrar o seguinte: de acordo com o ofício de Carvalho, de fevereiro de 1865, deduzimos então que os africanos livres estivessem à disposição do Exército, em Cuiabá. Se alguns foram empregados para serem *bucha de canhão* na Guerra que começava, disso não sabemos. Mas conforme o ofício do subdelegado Antônio Lima, talvez esses africanos tenham enfim conhecido tempos melhores do que os vividos sob tutela.

Em 12 de março de 1865, portanto, apenas alguns dias após a emancipação dos africanos, o subdelegado Antônio Gomes de Lima já dava *notícias* por onde andavam alguns dos ex-tutelados da falida Sociedade de Mineração. Vamos aos detalhes da longa carta. Tendo ele, o subdelegado, recebido os jornais ou boletins da imprensa do dia 3 de fevereiro de 1865, enviado pelo chefe de Polícia de Cuiabá, entre outras preliminares, no início da carta, Lima tratou do ponto principal da missiva que se concentrava no destino dos africanos, que, segundo o subdelegado, a partir dos referidos jornais, ficou sabendo do Decreto 3310 de 24 de setembro de 1864:

que sua Magestade, o Imperador houve por bem conceder a emancipação de todos os Africanos livres existentes no Império ao serviço do Estado ou de particulares havendo-se por vencido o prazo de quatorze anos do Decreto 1303, de 28 de dezembro de 1853, e o mais como se vê da sua integra, e tendo a felicidade de pertencer a esse número os que compõem a Companhia de

---

<sup>505</sup> Esse era os termos de um anexo ao ofício do presidente da província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho para o Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 13 de junho de 1865. Livro de Registro nº186. Doc. 24. APMT.

Mineração desta Província, estabelecida no distrito de Diamantino.<sup>506</sup>

De acordo com o subdelegado, após consultar um dos africanos, que, segundo ele, poderia ser o *líder* do grupo devido ser:

o mais inteligente, e obedecido por todos, de nome Custódio, sobre a disposição do Art. 6º, respondeu-me tendo ouvido aos outros, que, se acham todos convictos, e mesmo os que se acham na capital, as mulheres com seus filhos todos reunidos, a voltarem para o Diamantino a viverem e residir, e estabelecerem-se nesta Vila sobre si, independentes de qualquer contrato novo com a Companhia, da qual vão separar-se, a virem viver de mineração, e roças, mais que eles não têm terras para trabalharem.

É bastante reveladora essa comunicação do subdelegado, porque informou que a *obrigação* do Artigo 6º do Decreto de 24 de setembro de 1864, foi cumprida ao menos em parte, pois ao ser consultado, Custódio manifestara o seu desejo de permanecer morando em Diamantino. Esse decreto determinava que os africanos emancipados deveriam fixar seu domicílio em qualquer parte do Império, devendo declará-lo à polícia, assim como sua ocupação “honesta”.<sup>507</sup> Custódio fez essa declaração e informou ainda que essa era a vontade também de todos os outros, inclusive, das mulheres com seus filhos que estavam em Cuiabá. Infelizmente, ele não informou quais eram, agora, as ocupações de seus companheiros recém-emancipados, mas informou que estavam todos convictos de voltarem para Diamantino. Finalmente, a missiva revelou o desejo do grupo que, além de morar e se estabelecer naquela vila, o grupo não iria aceitar *novo contrato*, queria se separar da Sociedade e o que desejava era continuar a fazer aquilo para qual cada um fora talhado a fazer, trabalhar na mineração e nas roças, só que agora para “viver sobre si” sem mandos, coerção e açoites. O grupo desejava

---

<sup>506</sup> Ofício do subdelegado, Antonio Gomes de Lima, ao chefe de Polícia de Mato Grosso, Firmo José de Mattos. Subdelegacia da Vila do Diamantino 12 de Março de 1865. Doc. avulso, lata 1865-A. APMT.

<sup>507</sup> Decreto nº 3310, de 24 de Setembro de 1864. “Concede emancipação a todos os africanos livres existentes no Império”. Artigo 6º. Coleção das Leis do Império.

viver longe da tutela, mostrar que era capaz de conseguir seu próprio sustento – que, aliás, já havia demonstrado muito bem essa capacidade, logo que eram os responsáveis pela mineração, plantação e colheitas das roças–, e agora podiam viver sua plena autonomia.

O subdelegado, após ouvir Custódio, decidiu encaminhar um pedido para seu chefe, Firmo de Mattos, em Cuiabá, para quem solicitou uma *colônia* para esses trabalhadores.<sup>508</sup> O subdelegado escreveu:

Eu respondi lhe que tem muito para uma e outra coisa porém querendo aproveitar de tão boa e próspera ocasião a V.S. por sua bondade e patriotismo, fazer quanto for da parte de V.S. e enterceder e com empenho ao Exmo Sr Presidente da Província a Estabelecer nesta Vila uma Colônia principiada com os ditos Africanos de um e outro sexo e seus filhos, provisoriamente no Arraial do Buritizal, donde tem uma Capela da Senhora das Mercês; na margem do Paraguay com bastante terreno para levantarem suas casas, para minirarem, sem preferência como os mais habitantes; porto de embarque na sêcca, a pequena distância para Vila Maria, Corumbá, concedendo se lhes quanto baste das grandes matas devolutas de Sta Anna para lavoura e tão bem lavras de diamantes donde já trabalhou a mesma Companhia, seguindo se outros muitos lugares de mineração a Ciputura [sic] donde tem muito [ilegível], mediando se bonitos campos para criar gado e outras porções mais que me consta de grandes vantagens para uma Colônia que o Exmo Governo haja por bem dignar se mandar examinar os mais pontos deste importante ou local da Província, que seja o qual for o escolhido afinal será de grande interesse do Governo e dos habitantes, e aumento da sua população. Porém, por não ser de minha atribuição, este pedido a V.S. que me atrevo fazer, e se o faço é por aproveitar tão oportuna ocasião, que julgo será feliz o Distrito quando V.S. relevando o meu

---

<sup>508</sup> Ofício do Chefe de Polícia, Firmo José de Mattos, ao presidente da Província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 4 de abril de 1865. Doc. 169 - lata 1865-A.

excesso, se digne prestar a ele alguma pequena atenção como humildemente espero. Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>.<sup>509</sup>

Como registrado, não se sabe qual foi o destino dos africanos livres da Sociedade de Mato Grosso. Assim, o subdelegado, demonstrando ter pleno conhecimento da importância de se ter em Diamantino um grupo de trabalhadores tão bem qualificado, não poupou tintas e nem justificativas ao solicitar as terras para os africanos. Segundo ele, um grupo assim seria “vantajoso” ser inserido em qualquer lugar da província tão carente de população que era. E o que ele não escreveu tão carente de mão de obra. Segundo Lima, em Buritizal e entorno, os africanos poderiam plantar suas roças, minerar e, certamente, serem contratados por seus já conhecidos padrinhos fazendeiros, ou outros, a custo igual ao que recebiam na Sociedade, comida e vestimenta. Talvez fossem postos para trabalhar na pecuária, na tão necessária agricultura de subsistência da localidade e na extração da poaia. Eles seriam espalhados em ocupações diversas em lotes de terras, carpindo, limpando, plantando, colhendo e em vários outros serviços. Afinal, o progresso e o desenvolvimento econômico chegavam desesperados em tantas outras regiões do Império, por que não ajudá-los a se apressarem para que também se chegasse ali, nos confins do mundo?

Por fim, diante do manifesto desejo do grupo, representado pelo africano Custódio, o subdelegado informou que para eles era possível tanto trabalharem nas roças como na mineração e, assim, como o fez em seguida, informou a Custódio que iria pedir ao chefe de polícia, em Cuiabá, que, por sua vez, iria solicitar ao presidente, uma “colônia”; uma terra onde eles pudessem morar com seus filhos, companheiras e companheiros. Terra essa que poderia ser no Arraial de Buritizal, onde seriam protegidos por Nossa Senhora das Mercês. Essa providencial Santa a quem os cativos dos mouros na África, os marinheiros aflitos, os desesperados dos mares e da terra pediam por liberdade e salvação; essa mesma Santa que, para diversas confrarias, emprestou seu nome e à qual os cativos no Brasil, em desespero, lhes pediam e devotavam sua

---

<sup>509</sup> Ofício do subdelegado, Antonio Gomes de Lima, ao chefe de Polícia de Mato Grosso, Firmo José de Mattos. Subdelegacia da Vila do Diamantino 12 de Março de 1865. Doc. avulso, lata 1865-A. APMT.

libertação.<sup>510</sup> Era bem ali que os africanos poderiam levantar suas casas, plantar suas roças, criar gado e onde realizariam os trabalhos de mineração com outros mineradores; e, como já conheciam lugares como Santana, pois quando a serviço da Sociedade, adquiriram e já tinham experiência de qual o melhor lugar para se conseguir o ouro e diamantes, poderiam escolher os terrenos, assim, sem lugares determinados. Bem perto dali, tinha um porto onde poderiam ir à Vila Maria e Corumbá – ou como já conheciam bem os lugares, pois fugiram tantas vezes, poderiam ir a pé mesmo! Era ali que poderia ser a sua Colônia.

Como visto até aqui, a direção da Sociedade de Mineração de Mato Grosso parece que em momento algum procurou investir em conhecimentos profissionais ou técnicas modernas de prospecção mineral ou até naquilo que nos parece que eles tinham de mais caro, os seus trabalhadores. Parece sim ter planejado extrair o máximo com o menor investimento possível. Assim como tantos outros exploradores das minas, a Sociedade foi apenas explorar o que a natureza tinha para oferecer, reproduzindo as técnicas já existentes e não há registro que ela tenha promovido algum benefício ou desenvolvimento local. Na verdade, a Sociedade foi mais incentivada e promovida do que incentivadora de alguma coisa para a sociedade mato-grossense. A não ser, é claro, muita dor de cabeça.

Igualmente, explorou a mão de obra de crianças e adolescentes até o limite de suas forças. Além de não auxiliá-los nas doenças, os castigos aplicados foram os mais severos destinados, em geral, aos trabalhadores escravizados mais resistentes à submissão, chibatadas, prisões por corrente e tentativas de assassinatos. Na verdade, foram medidas extremadas, que superaram até as costumeiramente adotadas pelos senhores escravistas no mesmo período, logo que a eles era proibido, por lei, açoitar com mais de cinquenta chibatadas seus cativos.

Enquanto o africano livre se manteve como um trabalhador disciplinado, não se percebia quão violenta poderia se tornar a direção da empresa e as autoridades locais que também se utilizaram da violência para tentar mantê-los controlados. Mais consistente ainda nos parece que a organização da mão de obra da empresa baseava-se exatamente no comportamento exemplar do trabalhador africano,

---

<sup>510</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais: origens das principais invocações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.117.

quando ele deixou de ser “disciplinado e obediente” a violência e o controle já não fizeram mais o mesmo efeito.

Por outro lado, o fato de os africanos livres serem concedidos ainda criança/adolescentes implicou que, no princípio, os administradores pudessem explorar sua força de trabalho na mesma medida que exploravam as minas do sertão. De maneira bruta. Ser um trabalhador livre não fez diferença para a administração da empresa. Afinal, essa força de trabalho havia sido cedida pelo próprio ministro que instituía a Lei que lhe imputou a condição de livre. A Sociedade tinha, então, autoridade para “ensinar” esses aprendizes que, de acordo com o mesmo ministro Eusébio, fizera um favor à Nação recebê-los.

Assim, adolescentes e crianças, equipados apenas com bateias e carumbés, receberam suas “instruções” diretamente no solo, explorando as datas esgotadas. Eles lavavam os cascalhos, num incessante curvar e levantar, enchiam a bateia de areia indo e vindo, peneirando, bateando e faiscando<sup>511</sup> sob as faíscas do sol escaldante das manhãs e tardes do sertão. Certamente, muitas vezes prostrados e molestos, eles foram encaminhados para os roçados; colheram e plantaram; mas as lições nunca se acabavam e os destinos se multiplicavam, lavras do Mindáo, Buritizal. E os anos se passavam. Nova lição, colher a poaia.

Finalmente os africanos livres da Sociedade de Mineração aprenderam a grande lição, resistir. Dizer não. A partir daí, percebe-se a fachada da empresa cair; a disciplina e o controle foram postos em xeque. As ameaças e maltratos lhes pareceram vãos, e as fugas, motins e conlúios: parecia que eles agiam de modo combinado!

Como visto, após serem emancipados, também por força de sua organização de resistir ao trabalho e pressionar o poder dirigente local, o grupo viu-se exposto ao mundo de “fora” da Sociedade. Assim como tantas outras experiências que não tivemos como revelar, também nos é incerto qual foi o destino escolhido ou dado para esse grupo de trabalhadores africanos livres que estiveram a serviço da Sociedade por tanto tempo. Se foram municidados para a guerra contra o Paraguai ou se receberam uma pequena proporção de terra. Não há registro da resposta à carta do subdelegado de Diamantino, que sugeriu a fundação de uma colônia. Experiência em trabalhar eles tinham. Juntos, os africanos, africanas e seus filhos representavam um potencial de mão de obra que poderia muito bem ter sido considerada pelas autoridades locais que

---

<sup>511</sup> Faiscação: forma de extração de ouro.

tanto clamavam por trabalhadores que quisessem trabalhar para o desenvolvimento e progresso dessa longínqua província de fronteira.

## Considerações finais

Esta tese analisou as experiências de vida e de trabalho dos africanos livres que foram cedidos, em 1851, para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso. A partir da história desses trabalhadores, da forma que foi remanejada sua tutela – que era de responsabilidade do Governo imperial – para companhias particulares, os locais onde foram inseridos, os trabalhos, a disciplina e os controles impostos, etc., foi possível expor questões mais gerais, como a formação dos projetos de ascensão econômica de então, e discutir aspectos da história do trabalho no Brasil de meados do século XIX.

Buscou-se, com isso, não apenas detalhar as atividades onde esses trabalhadores foram empregados, mas contribuir com o aprofundamento da história social das práticas do trabalho que examinam as atuações dos trabalhadores em todas suas dimensões. Dessa maneira, associações provisórias visando interesses tanto da elite como de seus aliados, como dos trabalhadores, relações de sociabilidades, motins, enfim, as formas múltiplas de atuação dos trabalhadores dentro do sistema institucionalizado composto de vários interesses, também foram expostas.

Desse modo, foi possível apresentar como eram celebrados alguns acordos e parcerias entre direção do governo imperial e algumas companhias e sociedades nascentes. Ou seja, o modo como o governo distribuiu concessões de mão de obra compulsória dos africanos livres, especialmente para empresas que tivessem planos de investir exatamente onde o governo queria alcançar.

No Brasil imperial de meados do século XIX, os dirigentes do governo central empenharam-se em apoiar e incentivar a formação de várias companhias e sociedades cujos fins, além de seus próprios lucros, facilitassem a circulação de pessoas, de mercadorias e de produtos, como o café, açúcar, algodão, como também favorecessem a comunicação da Corte com as províncias, sobretudo daquelas situadas em áreas de fronteira. A partir daí, iniciaram-se as construções de ferrovias, de redes telegráficas e de iluminação pública, companhias de navegação a vapor, contratos para construção ou melhorias de estradas, etc. O presente estudo, ao contar a história dos africanos livres cedidos para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso, analisou como foi feita essa parceria, e, quiçá, a partir dela, ele possa oferecer questões para a compreensão de como se deu a formação de outras companhias

particulares firmadas com o governo imperial e às condições de trabalho que estavam expostos os trabalhadores dessas empresas.

Assim, na forma apresentada na tese, o governo central da Corte autorizou, via decreto, a liberação e exploração de terrenos mineratórios na província de Mato Grosso. Nesse mesmo documento legal, o governo já registrou suas condições: construir uma estrada que pudesse facilitar a comunicação e comércio entre o Mato Grosso e o Pará e promover a assimilação dos indígenas daqueles locais.

Por que essa duas condições eram tão importantes para o governo central e provincial? Primeiro porque a comunicação fluvial que existia estava em desuso devido à grande dificuldade de superar os obstáculos das correntes de águas, cachoeiras e as constantes investidas dos vários grupos indígenas habitantes das duas províncias. Por via terrestre seria possível, então, além de facilitar a circulação das pessoas, das comunicações/correios, do comércio entre as províncias, possibilitaria se chegar até Belém e, a partir dela, via fluvial, alcançar a Corte com menos tempo e prejuízos.

Por conseguinte, os donos naturais das terras mato-grossenses eram muitos e de povos variados. Desde o início da colonização daquela área de fronteira investiu-se muito na “domesticação” dos indígenas do local. Em meados do século XIX, já havia muitos povos assimilados e muitos outros que nunca aceitaram tal condição. Para isso, os governo tanto central – através de leis, avisos, regulamentos e medidas – como o provincial formaram expedições que, em grande medida, terminaram por exterminar muitos grupos, aprisionar alguns, civilizar e empregar tantos outros. Por isso, no momento de instituição da Sociedade, já se previu, por lei, que a Sociedade também se tornasse responsável por sua “civilização”, assim como já era realizada por tantos outros proprietários de grandes latifúndios na província.

Ao manejar a escala, foram expostos os projetos e anseios dos políticos e governantes mato-grossenses, que expunham as necessidades tanto de incentivo relacionado à modernização agrícola, de frentes de ocupação para as grandes áreas expropriadas dos indígenas, de construção e melhoria das estradas de viação, como de investidores cariocas com seus capitais para que galgassem a produção da mineração.

Dessa maneira, a parceria estendia-se. A direção do governo imperial cedia os africanos livres, a direção da Sociedade explorava a mão de obra dos africanos livres, e os presidentes da província garantiriam – a partir do controle e punições executadas pela polícia–

que esses trabalhadores não dispersassem de suas atividades, pois do resultado de seus trabalhos também dependia o desenvolvimento local.

Iniciativas assim, como a formação de companhias e sociedades, ajudariam o governo imperial a conduzir o tão esperado desenvolvimento econômico para áreas mais distantes da Corte e pouco desenvolvidas. Por isso, essas companhias receberam apoio e estímulos: concessão de mão de obra compulsória de africanos livres e de indígenas e garantias de juros para a constituição de um sistema de transportes ferroviários e para subvenções à navegação a vapor e ferrovias.<sup>512</sup>

Quanto à outra questão proposta ao longo da tese sobre a “disponibilidade” da mão de obra dos africanos por parte do Governo central, o estudo argumentou que, isso tanto foi possível que, ao ser solicitada ao governo a concessão desses trabalhadores, ainda que eles estivessem empregados em alguma obra pública, os dirigentes da Corte deslocavam-nos para o local solicitado. Tal prática foi observada em um grupo de africanos livres que foi manejado de serviços públicos da província da Bahia, para a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, do barão de Mauá.

Ou ainda, os africanos livres da Fábrica de Pólvora, do Rio de Janeiro, que foram encaminhados para a construção de estradas que ligavam São Paulo ao Mato Grosso sob direção do barão de Antonina. Se aquela abertura de estradas foi uma iniciativa do governo imperial, o barão lucrou mais com a utilização da mão de obra dos africanos, assim como a de centenas de indígenas que estiveram a seu serviço, pois, conforme Mamigonian, Antonina e seu grupo se beneficiaram com o afastamento dos indígenas daquela área, e ele e seus empregados passaram a ocupar as grandes faixas de terra expropriadas dos indígenas, que, mais tarde, registraram como de sua propriedade. Afinal, naquele período, quantos investidores dividiam seus espaços de negócios entre a comodidade dos centros mais desenvolvidos e de seu convívio para arriscar seus capitais e serviços nos sertões do Mato Grosso ou nos rios do Amazonas?

A Sociedade de Mineração de Mato Grosso recebeu a concessão de cem africanos livres. Sob seu comando e controle, esses

---

<sup>512</sup>FILHO, Alcides Goularti. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. *Ensaio* Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser/FEE. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 409-434, novembro, 2011, p. 411.

trabalhadores desenvolveram as atividades que lhes foram impostas. Ao longo dos catorze anos que estiveram a serviço dessa empresa, eles realizaram a exploração de ouro e diamante, utilizando os mesmos instrumentos de mineração utilizados pelos demais trabalhadores livres e escravizados do período. Não foi proporcionado a eles instrumentos ou inovações técnicas relativas aos modos de extração das minas nos moldes que existiam no mesmo período, em algumas companhias privadas de mineração, em Minas Gerais.

Para se alcançar a inovação tecnológica nos processos de lavra e tratamento de ouro, a indústria de mineração teria de, primeiro ter especialistas interessados, tais como mineradores experientes e administradores de minas, inventores e empresários promotores de maquinaria, engenheiros profissionais e servidores competentes.<sup>513</sup> Profissionais esses que não foram observados na composição das relações de trabalho da Sociedade.

Os africanos livres não receberam treinamento técnico e nem utilizaram maquinário moderno de prospecção mineral. A maneira organizada pela empresa foi realizar a mineração utilizando instrumentos, como o carumbé e a bateia. A identificação dos possíveis depósitos auríferos e diamantíferos foi realizada a partir do “experimento”, lavando-se os cascalhos e realizando a *faiscação*. Não sendo localizado os minerais preciosos em determinadas áreas, os administradores da empresa deslocavam esses trabalhadores para outra localidade geográfica e, assim, foi ao longo do período de tutela desses trabalhadores.

Além da exploração das minas auríferas e dos desvios dos rios com o mesmo objetivo, esses trabalhadores desenvolveram a abertura de pequenos caminhos no interior das matas por onde se pretendia alcançar novos aluviões auríferos. Eles trabalharam por um ano na extração da poaia em locais próximos onde realizavam a mineração, bem como, realizaram o plantio dos alimentos de subsistência deles e dos demais trabalhadores da empresa, que em geral, era composta do agente/administrador, do guarda dos africanos livres e quarenta trabalhadores escravizados. Em muitas oportunidades, esses trabalhadores fugiram, promoveram motins e criticaram o sistema violento no qual viviam. Em contrapartida, eles foram açoitados,

---

<sup>513</sup> SOUZA, Tânia Maria Ferreira de. “Onde o sol nunca brilha: uma história dos investimentos britânicos e da mudança tecnológica na mineração aurífera de Minas Gerais no século XIX”. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2002.

acorrentados e receberam tiros. Nem por isso se intimidaram, receberam a tutela definitiva por conta de constantes “combinações” de resistência entre o grupo.

A partir da experiência dos africanos livres e outros grupos de trabalhadores analisados ao longo da tese, foi possível concluir, além das questões já expostas na inicial desta, que, ao invés da transição gradual ao trabalho livre, as administrações do governo incentivaram e apoiaram a expansão do trabalho não livre no processo do declínio da escravidão, utilizando outros arranjos de trabalho forçado.

Assim, essa não foi prática experimentada apenas pela Sociedade de Mineração de Mato Grosso. O estabelecimento das relações de trabalho dessa empresa intercalava trabalho escravizado e compulsório com trabalho assalariado. Desse modo, ela não apresentou distinção em relação a outras empresas do período, que também propalavam desenvolvimento e progresso para a Nação.

Muitas das companhias de navegação a vapor, ferrovias e companhias de mineração inglesas instaladas em Minas Gerais apresentavam as mesmas relações de trabalho: assalariadas, escravizadas e compulsórias. No caso das companhias de mineração inglesas de Minas Gerais, uma delas, a Anglo-Brazilian Gold Company, em Morro Velho, recebeu a concessão de trinta e cinco africanos livres, “fora alguns menores e alguns poucos ao serviço das companhias do Morro de Santana, em Mariana”.<sup>514</sup> Conforme constatado por Rafael Souza, além desses trabalhadores, essa companhia também empregava mulheres e crianças que, assim como muitos outros trabalhadores da empresa, estavam submetidos a regime de vida e trabalho degradantes e mal remunerados.

Dessa maneira, muitos trabalhadores foram inseridos em tantos outros projetos espalhados pelo país. Como os africanos livres empregados em companhias de reforma e construção de estradas terrestres e ferroviárias; companhias de navegação e colônias. Assim como um grupo de africanos livres foi cedido para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso, outro foi enviado a serviço da citada

---

<sup>514</sup> Relatório que a Assembleia Legislativa da província de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1865, o desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Luiz, presidente da mesma província. Ouro Preto. Typ. de Minas Geraes. In: SOUZA, Rafael de Freitas e. “Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana (1863-1927). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009, p.98.

Companhia, idealizada pelo barão do Mauá. Nessa última, assim como na Sociedade de Mineração de Mato Grosso, os africanos livres foram inseridos no bojo do trabalho compulsório.

## Fontes

ALINCOURT, Luiz d'. *Memórias sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975.

ALINCOURT, Luiz d'. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statistica Política e Civil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: 1880-1881. Vol. VIII, p. 39-142.

Alvará de 26 de Janeiro de 1818. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1818*.

Anaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Quarto Ano da Oitava Legislatura. Sessão de 15 de julho de 1852. Rio de Janeiro: Typografia de H. J. Pinto, 1977.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. *Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso*. (E.E.U.U. do Brasil). Corumbá/ Hamburgo: AYALA & SIMON Editores, 1914.

BOSSI, Bartolomé. *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos*. Brasília: Senado Federal, 2008.

Carta de João Baptista Prudêncio, delegado de policia de Diamantino ao doutor Medardo Rivani. Documento avulso, 24 de fevereiro de 1856. Lata 1856-D. APMT.

Carta do chefe de polícia de Cuiabá, Antônio Joaquim Monteiro Sampaio para o presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger. Documento avulso, 28 de fevereiro de 1856-E. Lata 1856-E. APMT.

Cartas da Condessa de Barral, Luiza Margarida Portugal de Barros, para Sua Majestade a Imperatriz. 6 de outubro de 1859. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo Grão Pará. (Cartas manuscritas).

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

Correspondência de Medardo Rivani – agente da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso, comunicando ao presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, que tirara os africanos livres dos desvios dos rios para mineração. Santa Anna, 31 de agosto de 1853. Lata 1853-A. APMT.

Correspondência do Ministério dos Negócios da Justiça ao presidente da Província do Mato Grosso Augusto Leverger, barão de Melgaço, na qualidade de presidente da Província de Mato Grosso. Rio de Janeiro 16 de agosto de 1851. Acento Correspondências Recebidas. Cuiabá. Lata nº 18. Ano 1851. APMT.

Correspondência do presidente da Província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Ilmo e Exmo Senhor Eusébio de Queiróz Coutinho Mattoso, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 30 de junho de 1852. Acento *correspondências expedidas* pelos presidentes da província do Mato Grosso, sobre os africanos livres da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Documento 8, p. 61 verso. Ano 1952. APMT.

Decreto 1399, de 10 de junho de 1854. Estatuto da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Do fim e organização da Sociedade. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Vol. 1, artigo 11. 1854.

Decreto 794, de 7 de junho de 1851. *Coleção das leis do Império do Brasil*. V. 1, parte II, 1851. Concessão e autorização para a Sociedade de Mineração de Mato Grosso explorar as minas de ouro da província de Mato Grosso.

Decreto de 19 de novembro de 1835. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Artigo 4º. Vol. 1. 1835. Relativas a arrematação dos serviços dos africanos livres.

Decreto de 7 de julho de 1855. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. 1855. Vol. 1 pt. I. Autoriza o Governo a conceder Carta de Naturalização de cidadão brasileiro ao doutor Cesar Persiani.

Decreto nº 1303 de 28 de dezembro de 1853. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Emancipação dos africanos livres que tiverem servido por quatorze anos a particulares.

Decreto nº 3310, de 24 de Setembro de 1864. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Artigo 6º. Concede emancipação a todos os africanos livres existentes no Império.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial em 10 de junho de 1846. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1846.

Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em o 1º de março de 1845. Cuiabá: Typografia Provincial, 1845.

Fala dirigida à Assembléia Legislativa de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1850, pelo Exmo presidente coronel João José da Costa Pimentel. Cuiabá: Typ. do Echo Cuiabano, 1850.

FERREIRA, Joaquim Alves. *Notícias sobre os índios de Mato Grosso*. Cuiabá: *Jornal O Archivo*. 1, nº 5, p. 28-29. Arquivo Público de Mato Grosso. Lata 1850-A, pacote da Diretoria Geral dos Índios, cópia de ofício de Joaquim Alves Ferreira, Diretor Geral dos Índios para o Coronel João José da Costa Pimentel, presidente e comandante das Armas da província de Mato Grosso, Cuiabá 23 de abril de 1850.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*: de 1825 a 1829. São Paulo: Melhoramentos, 1941.

LAEMMERT, Henrique & Eduardo. *Almanaque Administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1852.

Lei de 7 de novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Artigo 1º. Vol. 1. 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos.

Lei nº 556, de 25 de Junho de 1850. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Vol. 1, capítulo II. 1850. Das Companhias de Comércio ou Sociedades Anônimas. Artigo 295 e 297.

Lei nº 581, de 4 de Setembro de 1850. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.

Livro de Registro nº 127. Acento *correspondências expedidas*. 30 de junho de 1852. Lata:1852-A, 1853-B, 1857-D, 187-E. APMT.

Livro de Registro nº 76, Auto de Óbito. Sant'Anna, 16 de agosto de 1855, Lucas Memóvia Égas Monis, guarda dos africanos livres. *Correspondências recebidas*. APMT.

Livro de Registros nº 162 da Sociedade de Mineração de Mato Grosso sobre os Africanos Livres. 1852 a 1864. APMT.

Mapa dos Africanos Livres entregues a Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso. 31 de março de 1859. APMT.

Mapa dos Africanos Livres entregues pelo Governo a Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso. 31 de maio de 1859. Tibério Fidelis Monis, guarda dos Africanos Livres. Lata 1859. APMT.

Mapa dos Africanos Livres que foram entregue pelo Governo Imperial à Companhia de Mineração da Província de Mato Grosso. Lata 1853-A. APMT.

Mapas dos africanos livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso. Latas 1853, 1854, 1855, 1856, 1857. APMT.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Viagem de Cuiabá a S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869,

Ofício de Bartolomé Bossi ao Ilmo Senhor Capitão Jose Marcelino da Silva Prado, Mte. digno Comandante do 4º Batalhão da Guarda Nacional de Diamantino. Lavras do Mindão, 8 de março de 1864. Docs. avulsos. 4884 e 4885. APMT.

Ofício de Bartolomé Bossi, Agente Director da Comp<sup>a</sup> de Mineração de Mato Grosso ao Ilmo Exmo Senhor Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, Digno Presidente da Província de Mato Grosso. Lavras do Mindão, 22 de abril de 1864. Maço 5.639, caixa 1864 – A1. APMT.

Ofício de Firmo José de Mattos, chefe de polícia ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho. Vila Maria. Secretaria da Polícia em Cuiabá. 14 de janeiro de 1865. Doc. nº 33. Lata 1865-G. APMT

Ofício de Firmo José de Mattos, chefe de polícia ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho. Cuiaba. 23 de março de 1864. Doc. nº 160. Lata 1864-D. Secretaria de Polícia. APMT.

Ofício de Firmo José de Mattos, chefe de polícia ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá. 10 de março de 1864. Doc. nº 1. Lata 1864-D. Secretaria de Polícia. APMT.

Ofício de João de Arruda Pinheiro, guarda dos africanos livres ao digno Presidente d'esta Província, Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Coxipó-Guassú, 1º de Maio de 1862. Livro de registro nº 143, doc. 116 – *correspondeências expedidas* da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. APMT.

Ofício de Joaquim Ferreira Guimarães ao chefe de polícia José Firmo de Mattos. 17 de novembro de 1864. Lata 1864-D. APMT.

Ofício de José Joaquim de Carvalho ao delegado de polícia, Firmo José de Mattos. Cuiabá, 19 de março de 1864. Doc. avulso nº 5. Lata 1864-D. APMT.

Ofício de Tibério Fidelis Moniz ao presidente da província, Joaquim Raymundo Delamare. Paraguai, 30 de novembro de 1858. Livro de registros 143. Doc. 84. APMT.

Ofício de Tibério Fidelis Moniz, Guarda dos Africanos Livres, ao presidente da província, Exmo Sr. Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguay 12 de Março de 1859. Livro 143 – *correspondência expedidas* da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. APMT.

Ofício do agente Bartholomeu Bossi para o presidente da província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Lavra do Mindal. 3 de abril de 1864. “Série Ofícios”. Lata 1864-A. APMT.

Ofício do Agente da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, Bartolomé Bossi, ao presidente da província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Lavra do Mindao, 22 de abril de 1864. Correspondências da Sociedade. Lata 1864-A. APMT.

Ofício do Agente Medardo Rivani ao presidente da província, Augusto Leverger. Santana, 26 de fevereiro de 1853. Ofícios Expedidos. Lata 1853-B. APMT.

Ofício do capitão José Marcelino da Silva Prado, Comando do 4º Batalhão da Guarda Nacional em Diamantino, para Bartolomé Bossi. 28 de fevereiro de 1865. Doc. 4881. APMT.

Ofício do chefe de polícia, Firmo José de Mattos para o presidente da província, Alexandre Albino Carvalho. Secretaria de Polícia de Cuiabá, 19 de dezembro de 1864. Doc. Avulso, nº 595, lata 1864-D. APMT.

Ofício do Chefe de Polícia, Firmo José de Mattos, ao presidente da Província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 4 de abril de 1865. Doc. 169 - lata 1865-A. APMT.

Ofício do Chefe de Polícia, Firmo José de Mattos, comunicando ao presidente da província, Alexandre Manoel de Carvalho, que estão à sua disposição na Secretaria de Polícia dois livros da Companhia de Mineração. Cuiabá, [ilegível a data] de 1864. Ofícios da Secretaria de Polícia. Doc. 163. Diamantino, 12 de maio de 1864. Doc 6, Lata 1864-A. Lata 1864 –D. APMT.

Ofício do Coronel Comandante João Nepomuceno da Silva Portela ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho. Vila Maria, 10 de março de 1864. Doc. 8, lata 1864-A. APMT.

Ofício do delegado Alexandre José Leite ao presidente da província, alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 23 de dezembro de 1864. Doc. 506, lata 1864-D. APMT.

Ofício do delegado de polícia de Diamantino, João Baptista Prudêncio, ao doutor Chefe de Policia da província do Mato Grosso, Joaquim Augusto de Holanda Costa Freire. Delegacia do Diamantino, 12 de Setembro de 1856. Lata – 1856-E. APMT.

Ofício do delegado Firmo José de Mattos ao presidente da província, José Vieira Couto de Magalhães. n° doc. n° 118 - Correspondência recebida da Secretaria da Policia em Cuiabá 27 de Julho de 1867. Lata:1867-A. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres João de Almeida Lara, ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger. Santa Anna, 1º de dezembro de 1855. Livro de registro n° 143. Ofício n° 47. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Januário Pereira da Costa, ao presidente desta Província, Sr. Coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Lavras do Mindão, em 17 de abril de 1864. Livro de Registros n° 143. F3v. Ofício n° 2. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, João de Almeida Lara ao presidente da província, o capitão Augusto Leverger. Santana, 30 de novembro de 1855. Livro 143, doc. 46. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, João de Almeida Lara ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguay, 1 de março de 1857. Livro de Registro da Sociedade, n° 143, doc. 63. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, João de Almeida Lara, ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguay, 31 de janeiro de 1856. Livro de registros da Sociedade de Mineração, n°143, doc. 49. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, João de Arruda Pinheiro, ao Ilmo e Exmº Senhor conselheiro Herculano Ferreira Penna, dignº presidente desta Província. Correspondências Recebidas da Sociedade de

Mineração de Mato Grosso. Ofício nº 117, Coxipó-Guassú, 5 de junho de 1862. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Lucas Memovia Égas Monis, ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger. Santana, 20 de junho de 1853. Ofício nº 9, folha 4 verso. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Lucas Memóvia Egas Moniz, ao Ilmo Exmo capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, digno presidente e comandante de Armas dessa Província. Santa Anna, 7 de outubro de 1853. Livro de registro nº 143 - correspondências expedidas da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. F6v., Of. nº 16. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, sargento Januário Pereira da Costa ao presidente da província, Manoel Albino de Carvalho, 9 de março de 1864. Vila Maria. Doc. 4882. APMT.

Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Monis, ao Ilmo Exmº Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d'esta Província. Santa'Anna, 1º de julho de 1859. Ofício nº 94. Correspondências recebidas da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Lata 1859. APMT.

Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Monis, ao Ilmo Exmº Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d'esta Província. Santa Anna, 30 de abril de 1858. Ofício nº 85. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Lata 1858. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Monis ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguai, 23 de março de 1859. Ofícios expedidos. Lata 1859-C. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidélis Monis ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguai, 31 de junho de 1858. Lata 1858-D. Série Ofícios. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidélis Moniz ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguai, 28 de fevereiro de 1859. Livro de Registro nº 143. doc. nº88. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Monis ao Tenente Coronel Albano de Sousa Osório. Vice-Presidente da Província. Paraguai, 31 de julho de 1857. Livro 143, doc. 69. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Monis, ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Paraguay, 30 de junho de 1858. Livro de Registro da Sociedade, nº 143, doc. 80. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Monis, ao presidente da província, Joaquim Raimundo de Lamare. Santana, 1º de junho de 1859. Lata 1859-D. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Monis, ao Ilmo Exmo Joaquim Raimundo de Lamare, digno presidente desta Província. Paraguay, 1º de outubro de 1858. Livro de registro nº 143 - correspondências expedidas da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. F20v., Of. nº 82. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidelis Monis, ao Ilmo Exmo Augusto Leverger, presidente desta Província. Santa Anna, 30 de setembro de 1853. Livro de registro nº 143 - correspondências expedidas da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. F7, Of. nº 18. APMT.

Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Monis, ao Ilmo Exmº Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d'esta Província. Paraguay, 30 de abril de 1858. Ofício nº 86. Correspondências recebidas da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Lata 1858. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, Tibério Fidélis Monis, ao Ilmo e Exmo Senhor Tenente Coronel, Antônio Pedro de Alencastro, digno Presidente desta Província. Santa Anna, 1º de fevereiro de 1860. Livro de registro nº 143 - correspondências expedidas da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. F25v., Of. nº 101. APMT.

Ofício do guarda interino dos africanos livres, João de Almeida Lara, ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguai, 1º de novembro de 1856. Livro de Registros nº 143, doc. nº 60. APMT.

Ofício do guarda interino dos africanos livres, João de Almeida Lara ao delegado de polícia, João Batista Prudêncio. Diamantino, 13 de outubro de 1856. Livro de Registro nº 143. doc. 58. APMT

Ofício do guarda interino dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Monis, ao Ilmo Exmo Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente desta Província. Sant'Anna, 1º de junho de 1859. Ofício nº 93. Correspondências Recebidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1859. APMT.

Ofício do José Ildefonso de Sousa Ramos, Ministério dos Negócios da Justiça. Ao presidente da província do Mato Grosso Ilmo Exmo capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger. Rio de Janeiro, 7 de março de 1853. Ofícios recebidos. Livro 111. APMT.

Ofício do juiz de órfãos, Benedicto José da Silva França ao presidente da província, Joaquim de Lamare. Diamantino, 12 de março de 1859. Ofícios recebidos. doc. 59. Lata 1959. APMT.

Ofício do Juiz dos Feitos da Fazenda, Joaquim Augusto Costa Freire para Alexandre Manoel de Carvalho, presidente da Província. Santa Anna, 5 de dezembro de 1861. Lata 1864-B. APMT.

Ofício do médico Medardo Rivani ao delegado de polícia, Firmo José de Mattos. Cuiabá, 20 de março de 1864. doc. Avulso nº 3. Lata 1864-D. APMT.

Ofício do presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao guarda dos africanos livres, 1º sargento, Antônio Dias Leme. Cuiabá, 30 de junho de 1852. Livro de Registro nº 127. *Correspondências expedidas*. Doc. nº 7, p. 5 a 7 v. Ano 1852. APMT.

Ofício do presidente da Província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Agente da Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 10 de fevereiro de 1854. Livro 127, p. 116v. APMT.

Ofício do presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao agente da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, dr. Medardo

Rivani. Cuiabá, 9 de maio de 1854. Livro de Correspondências expedidas do governo provincial, nº181, p. 139. APMT.

Ofício do presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao agente da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, dr. Medardo Rivani. Cuiabá, 19 de maio de 1854. Livro de Correspondências expedidas do governo provincial, nº181, p. 141v. APMT.

Ofício do presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, ao agente da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, dr. Medardo Rivani. Cuiabá, 6 de abril de 1854. Livro de Correspondências expedidas do governo provincial, nº181, p. 131. APMT.

Ofício do presidente da província Manoel Albino de Carvalho, ao Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 12 de Maio de 1864. Correspondências expedidas. Livro 186, doc. 42, p. 174. APMT.

Ofício do presidente da província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho para o Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 13 de junho de 1864. Livro de Registro nº186. Doc. 24. APMT.

Ofício do presidente da província, Augusto Leverger ao Agente da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, Medardo Rivani. 21 de janeiro de 1853. Livro 127 - Ofícios Expedidos. APMT.

Ofício do presidente da província, Augusto Leverger ao agente da Sociedade, Sr. Dr. Medardo Rivani, Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 9 de maio de 1854. Livro 127, p. 39. APMT.

Ofício do presidente da província, Augusto Leverger ao agente da Sociedade, Sr. Dr. Medardo Rivani, Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 19 de maio de 1854. Livro 127, p. 141v. APMT.

Ofício do presidente da província, Augusto Leverger ao Ilmo Sr. Conselheiro Ildefonso de Souza Ramos, Ministro e Secretário de Estado

dos Negócios da Justiça. Cuiabá, 16 de agosto de 1853. Doc. 63, p. 176 – Livro de Registros nº 98. APMT.

Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, ao Inspetor da Tesouraria. Cuiabá, 02 de janeiro de 1854. Livro 126, doc. 1. APMT.

Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, ao Sr. Dr. Medardo Rivani, agente da Sociedade de Mineração desta Província. Palácio do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 17 de agosto de 1854. Livro 127, p. 158. APMT.

Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, para todos os juizes de paz, delegados de polícia, Câmara Municipal do Alto Paraguaçu Diamantino e Diamantino. Livro de Registro nº 127 – correspondências expedidas. 30 de junho de 1852; ofícios expedidos Lata:1852-A, 1853-B, 1857-D, 187-E. APMT.

Ofício do presidente da província, Herculano Ferreira Penna, aos srs. Bartholomeu Bossi e Medardo Rivani. Cuiabá, 20 de maio de 1862. Livro 181. APMT.

Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao Exmo Consº Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretário d'Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá. 30 de novembro de 1864. Livro 186, p. 6v. p. 184. APMT.

Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcellos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso. Cuiabá, 30 de março de 1864. Livro 186, doc. 28, p. 169v. APMT.

Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao Ilmº e Exmº Sr. Consº Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo de Mato Grosso, em Cuiabá. 17 de julho de 1864. Livro de Registro nº 112, p. 185. APMT.

Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Ilmo e Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Furtado, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 28 de fevereiro de 1865. Livro de Registro nº186. Doc. 7. APMT.

Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Ilmo e Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 26 de maio de 1864. Livro de Registro nº186. Doc. 21. APMT.

Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo do Mato Grosso, em Cuiabá, 30 de março de 1864. Correspondências expedidas – p. 169, doc. 28. APMT.

Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo do Mato Grosso, em Cuiabá, 30 de julho de 1864. doc. 74, p. 184. Correspondências expedidas. APMT.

Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho para o Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes Vasconcelos, ministro e secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo do Mato Grosso, em Cuiabá. Cuiabá, 1 de abril de 1864. Correspondências expedidas – p. 170, doc. 29. APMT.

Ofício do presidente desta província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao agente da Sociedade de Mineração desta província, Bartholomeu Bossi. Cuiabá, 7 de maio de 1864. Livro 200. APMT.

Ofício do presidente do diretório da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, Barão de Mauá, ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1857. Lata 1857 – Correspondências recebidas. APMT.

Ofício do subdelegado, Antonio Gomes de Lima, ao chefe de Polícia de Mato Grosso, Firmo José de Mattos. Subdelegacia da Vila do Diamantino 12 de Março de 1865. Doc. avulso, lata 1865-A. APMT.

Ofício do Tenente Coronel Leopoldino Lino de Faria, Chefe do Estado Maior e Comandante da Guarnição de Cuiabá, para o presidente da província, General Manoel Albino de Carvalho. [doc. rasurado, ilegível o dia], março de 1864. Doc. 4905. APMT.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Letras, 2008. (Coleção Afrânio Peixoto; n.o 81).

Portaria a favor da Expedição que segue para os Martírios. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá 4 de Junho de 1862. Herculano Pereira Penna. Livro 181,p. 183 v. APMT.

PRUDÊNCIO, João Baptista. *O ARCHIVO*. Coleção Memórias Históricas, v. 3. Ano I. Cuiabá: Mato Grosso: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1904. Informações ministradas ao presidente da Província de Matto-Grosso, Augusto Leverger, pelo delegado de polícia de Diamantino, João Baptista Prudêncio, sobre o município do Alto Paraguay, 07 de março de 1854.

Publicação Histórica do Arquivo Nacional, volume 54. Registros de Estrangeiros, 1840-1842.

Registro da Sociedade de Mineração da Província. Autos de nº 03 a 134, p. 5-133. Livros de Registros nºs 143, anos 1852-1864; 162, anos 1855-1864. APMT.

Registro do 2º sargto guarda dos africanos, Antônio Dias Lemes. Mapas dos Africanos Livres. Lata 1853-A. p.2. APMT.

Registros dos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Livro 162, nº18, p.20. Paraguai, 13 de junho de 1856. João de Almeida Lara, guarda dos africanos livres. Fundo: APMT.

Registros dos africanos livres entregues pelo Governo Imperial à Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Livro 162, nº 100, p.100. Santana, 23 de julho de 1860. Tibério Fidélis Monis, guarda dos africanos livres. Fundo: APMT.

Relatório que a Assembleia Legislativa da província de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1865, o desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Luiz, presidente da mesma província. Ouro Preto. Typ. de Minas Geraes, 1865.

Relatório acerca dos exames feitos nas Estradas, nova e velha, da Serra de Santos e aterrado do Cubatão. São Paulo, 28 de maio de 1850. Da Engenharia Civil, José Porfírio de Lima. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>.

Relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado, José Antônio Saraiva. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1866.

Relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros apresentados à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Augusto Magalhães Taques. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1862.

Relatório de José Jacques da Costa Ourique, Capitão [do Imperial Corpo de] Engenheiros e Chefe da Segunda Seção das Obras Públicas para Joze Thomaz Nabuco de Araujo, presidente da província. Relatório da quarta seção de obras públicas da província, contendo cerca de sessenta páginas e 10 tabelas com descrição topográficas das estradas. Apresenta a análise sobre a estrada da Capital a Santos, e também algumas outras observações relativas da quarta seção. São Paulo, 26 de janeiro de 1850. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>.

Relatório do conselheiro Herculano Ferreira Penna à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Tipografia de Mato Grosso, 1864.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, major Joaquim José de Oliveira na abertura da Assembléia Legislativa provincial em 03 de maio de 1849. Rio de Janeiro: Tipografia Villeneuve, 1850.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Tipografia do Echo Cuiabano, 1852.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854.

Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá: Typ. do Echo Cuiabano, 1852.

Relatório do presidente da província, Joaquim Raymundo Delamare, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1859. Cuiabá: Tipografia Cuiabana, 1859.

Relatório do sr. João José Pedrosa, presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1º de novembro. Cuabá: Typografia do Liberal, 1878.

Retrospecto annual de 1852, Rio Mercantile Journal. Rio de Janeiro, 10 jan. 1853. Transcrito em Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 14 jan. 1853.

SÁ, Joseph Barboza de. Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. Cuiabá: UFMT/SECMT, 1975.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial Orgânico, que a consideraçam das Assembleias Geral e Provinciaes do Imperio. Apresenta um brasileiro. Madri: Imprensa de la V. de D.R.J. Domingues, calle de Hortaleza, num. 67, 1849.

VARNHAGEN. Memorial Orgânico. Segunda Parte. Abertura de communicações geraes; Nova divisam de território; Situaçam da capital; Questam dos africanos; Civilisaçam dos índios por tutela; Colonisaçam eüropea. Madri: Na Imprensa da Viúva de D.R.J. Domingues, r. de Hortaleza, num. 67, 1850.

VASCONCELLO, Rodolfo & Jaime. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Toronto: University of Toronto, 1917.



## Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. A economia brasileira no Império, 1822-1889. Texto discussão nº 584. Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, novembro 2010.

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre*. Brasília: Ministério da Fazenda, 1984.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria*. Porto Alegre: Globo, III V., 1965.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. Cibáe Modojobádo: a rosa bororo e a “pacificação” dos bororo Coroado (1845 - 1887). ANPUH – XXII Simpósio nacional de história. João Pessoa, 2003.

AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão*. Etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). Tese. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

ANDRADE, Leandro Braga de. Fortunas subterrâneas: negociantes da capital da província de Minas Gerais e as companhias inglesas de mineração.

Disponível em:

<http://cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecnmineira/2012/arquivos/Fortunas%20subterr%pdf>.

ANTONIO, Rabib Floriano. “A dinâmica do capital agrário: crédito e investimentos na realidade dos fazendeiros de vassouras (1850-1888)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

AZEVEDO, Adalberto Mantovani M. de; DELGADO, Célio Cristiano. Mineração. Meio ambiente e mobilidade populacional: um levantamento nos estados do Centro-Oeste expandido. Ouro Preto: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 4 a 8 de novembro de 2002.

AZEVEDO, Gislane Campos. A tutela e o contrato de soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil. *História Social*. Campinas – SP. Nº 3, p.11-36, 1996.

BANDEIRA, Fabiana Martins. “Escola dos Incurrigíveis”: Recrutamento militar e enquadramento social na Corte 1870-1889. ANPUH - XXIV Simpósio Nacional De História – 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0864.pdf>.

BAPTISTA, Ana Maria Haddad; FUSARO, Márcia do Carmo Felismino. Análise comparativa da linguagem e gênero dos registros memorialísticos dos naturalistas italianos Ermanno Stradelli e Bartolomeu Bossi. Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências. Disponível em: [http://www.triplov.com/novaserie.revista/ana\\_luisa\\_janeira/haddad\\_e\\_fusaro/index.html](http://www.triplov.com/novaserie.revista/ana_luisa_janeira/haddad_e_fusaro/index.html).

BARROZO, João Carlos. A viagem de Cuiabá a Diamantino no Século XIX. Relatos dos viajantes: Florence, Bossi, Castelnau, Badariotti, Von den Steinen. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jul., 2012.

BARROZO, João Carlos. *Em busca da pedra que brilha como estrela*. Garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino. Cuiabá: EdUFMT; Editora Tanta Tinta, 2007.

BELMONTE, Nicole. Alguns princípios antropológicos do problema da gemalidade. *Pulsional*. Revista de Psicanálises. Panorama. nº 185, 134-149. março/2006.

BENTIVOGLIO, Júlio. Elaboração e aprovação do Código Comercial Brasileiro de 1850: debates parlamentares e conjuntura econômica (1840-1850). *Revista Justiça & História*. Porto Alegre. v. 5, nº.10, 2006.

BERTIN, Enidelce. “Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX”. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

BESOUCHET, Lúcia. José Maria da Silva Paranhos – Visconde do Rio Branco. Ensaio histórico biográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BETHELL, Leslie. *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: USP, 1976.

BONFIM, Juliana Sanches Silva. “Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940-1960)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2009.

BORBA, Rudinei. O culto ìbeji no batuque do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/167656009/o-Culto-a-Ibeji-No-Batuque>.

BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. São Paulo: Scortecci, 2001.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *O barão bandeirante: João da Silva Machado e os interesses públicos e privados nas questões indígenas de meados do século XIX. 5º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 11 a 13 de maio de 2011.

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*. Dores de crescimento de uma Sociedade Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANDÃO, Jesus Silva. *História da navegação em Mato Grosso*. Cuiabá: Livro matogrossense, 1991.

BRETAS, Marcos. *A Polícia Carioca no Império*. Revista *Estudos Históricos*. Vol. 12, nº 22 (1998).

BRITO, Jorge. “Um genovês em Mato Grosso em 1862”. (introdução). In: BOSSI, Bartolomé. *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos*. Brasília: Senado Federal, 2008.

CAMPOS, Márcia. “As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes: Mato Grosso - século XIX”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2012.

CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: HUCITEC; UNESP; ABPHE, 2005.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CANOVA, Loiva. “Imagens dos índios Paresi no espelho do colonizador (1719-1757)”. In: Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. 4 n. 1 jan-jun/2003 – Cuiabá-MT.

CARDOSO, José Soares. *Mato Grosso em Foco*. Cuiabá: Guiapress, 1989.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: EdUSP; Comissão Pro-Índio, 1992

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. “Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)”. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CARVALHO, José M. de. *A construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASARIN, Rosalia. “Caracterização dos principais vetores de degradação ambiental da bacia hidrográfica Paraguai/Diamantino”. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHILDS, Matt D. Rituais de poder: escravos e senhores em uma mina de ouro do Brasil no século XIX. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003).

CICHELLI PIRES, Ana Flávia. A abolição do comércio atlântico de escravos e os africanos livres no Brasil. In: LECHINI, Gladys. Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro. Córdoba: Ferreira Editor; Centro de Estudios Avanzados: Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CONRAD, Robert. *Tumbeiros* (O Tráfico de escravos no Brasil). São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *A cata de ouro e diamante*. Rio de Janeiro: P. Pongetti & Cia, 1926.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o sul de Mato Grosso, 1870-1920*. Campo Grande: EdUCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos no Mato Grosso – 1889-1943*. Campo Grande: EdUFMS, 1995.

CORREIA, Telma de Barros. Núcleos Fabris e de Mineração no Brasil: As Experiências Pioneiras (1811-1880). *Risco* - revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. Programa de Pós Graduação do departamento de Arquitetura e Urbanismo/ EESC-USP, 3, 2, 2006.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: EdUNESP, 1998.

CRIVELENTE, Maria Amélia Assis Alves. Poder e cotidiano na capitania de Mato Grosso: uma visita aos senhores de engenho do lugar

de Guimarães, 1751-1818. Revista de Demografia Histórica. Espanha, ADEH, Universidade. Zaragoza, v. XXI-II, 2003.

CRUDO, Matilde Araki. “Infância, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso (Cuiaba, 1842-1899)”. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2005.

CRUDO, Matilde Araki. Resistência e disciplina em Mato Grosso (1842-1899). Disponível em:  
<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0763.pdf>.

DANESE, Luciana Cabral; CARLOTTO, Marília Bouret de Medeiros. Diamante. Disponível em:  
[https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra\\_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=3990](https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=3990).

DUTRA, Robson Lacerda. Entre cassandra, carmina e kianda, feminino e nação. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades. Universidade Unigranrio. Volume VI, nº XXII. p.132-146. Jul – set. 2007.

ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Índio, gado e blindagens na construção da fronteira no sul de Mato Grosso. Associação Brasileira de Geógrafos. Seção Porto Alegre. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37447/24193>.

FALCI, Miridan Brito. Parentela, riqueza e poder; três gerações de mulheres. Disponível em:  
<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/205/140>.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Transição, herança e inovação no século XIX brasileiro (1789-1889): as mudanças da terra e o mercado de braços.  
[http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/533\\_abstract.doc](http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/533_abstract.doc).

FERNANDES, Noêmia B.; MESQUITA, Cláudia. Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense. Fazenda Cachoeira Grande. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Cultural, 2007.

FIGUEIRA, Branca R.; SILVA, Annibal Affonso M. da. Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense. Fazenda Florença. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 2007.

FILHO, Alcides Goularti. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. *Ensaio* Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser/FEE. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 409-434, novembro, 2011, p. 411.

FLORENCE, Afonso Bandeira. “Entre o cativo e a emancipação: a liberdade dos africanos livres no Brasil (1818-1864)”. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2002.

FONSECA, Alberto de Freitas Castro; PRADO FILHO, José Francisco do. Um importante episódio na história da gestão dos recursos hídricos no Brasil: o controle da Coroa Portuguesa sobre uso da água nas minas de ouro coloniais. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, Porto Alegre, v.11, n. 3, p. 5-14, jul./set., 2006.

FONSECA, Brenda C. Trajetória e ascensão social de José Maria da Silva Paranhos: o jornalismo como estratégia (1850-1851). *Revista Outros Tempos*. outubro de 2007. Universidade Estadual do Maranhão São Luís/UEMA. Disponível em: [http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado\\_poder/13.pdf](http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/13.pdf).

FULLER, Claudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 6, julho-dezembro de 2011.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830.

FRAGOSO, João. “O Império Escravista e a República dos Plantadores” in: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GARCIA, Adilson de Campos. “A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-

1930)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2008.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. “Mato Grosso (1850-1889) uma província na fronteira do Império”. Dissertação (mestrado em História Econômica). Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2001.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GHIRARDELLO, Nilson. Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

GILENO, Carlos Henrique. A Legislação Indígena: ambigüidades na formação do Estado-Nação no Brasil. Caderno CRH. Salvador, v. 20, n. 49, p. 123-133, Jan./Abr. 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GINZBURG. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1990.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos*. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil. Século XVII-XIX. São Paulo: UNESP, Polis, 2005.

GRAHAM, Richard. “Brasil-Inglaterra, 1831/1889”. In HOLANDA, Sergio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império. Tomo II. Vol. 6. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. SciELO. *Nova Economia*. vol.19 no.1. Belo Horizonte Jan./Apr. 2009.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. Os deputados e o rio: os debates de 1853 sobre a navegação a vapor no rio Amazonas e o sistema representativo no Brasil monárquico. *Revista de História*. Nº 162. São Paulo: Portal de Revista USP, 2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O império e o crédito hipotecário: o estudo de caso do Banco Comercial e Agrícola –1858-1861. I Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico. Período: 03 e 04 de Junho de 2013.

GUIMARÃES, José Epitácio Passos. *Epítome da História da mineração: no mundo antigo, no Brasil e nos Estados Unidos da América*. Valores de seus feitos e de seus personagens – sua dependência com a natureza. São Paulo: Art Editora; Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

HELITO, Alfredo S; Paulo Koffman. *Saúde: entendendo as doenças – enciclopédia médica da família*. São Paulo: Nobel, 2007. [www.docstoc.com](http://www.docstoc.com).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Civilização Brasileira; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

JESUS, Nauk Maria de. “Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727 – 1808)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2001.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. Disponível em:  
[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03\\_atg3.htm#\\_edn2](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg3.htm#_edn2).

KURY, Lorelai Brilhante. “O Império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)”. Dissertação (Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1990.

LAMEIRA, Osmar Alves. Cultivo da Ipecacuanha [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stokes]. Circular Técnica 22. Belém do Pará, setembro, 2002.  
<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/27896/1/Circ.tec.28.pdf>.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. SciELO.*Estudos Econômicos*. Vol.37 n° 2. São Paulo Apr./June 2007.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. São Paulo: Papirus, 1988.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Entre a escravidão e o trabalho livre. Escravos e imigrantes nas obras de construção das ferrovias no Brasil no século XIX. *Economia*, Selecta, Brasília, v.9, n.4, p.215–245, dezembro 2008.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização. O comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração*. Cuiabá: EdUFMT; PROEDI, 1982.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992.

LEVY Daniela. O estudo do contrabando através das fontes inquisitoriais. Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais. Salvador, agosto 2011.  
<http://www.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/2012/01/Daniela-Levy.pdf>.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais: origens das principais invocações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. <http://searchworks.stanford.edu/view/8100837>.

LIMA, Alexandre Martins de. “Pelos trilhos dos bondes: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947”. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará. Belém: UFP, 2011.

LIMA, André Nicacio Lima. “Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010.

LIMA, André Nicácio. Mato Grosso e a geopolítica da Independência (1821-1823). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005.

LIMA, Nísia Trindade de. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1998.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro. Disponível em: [books.google.com.br/books?isbn=8587478214](http://books.google.com.br/books?isbn=8587478214).

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores. (Ensaio Econômico)*, 8). São Paulo: IPE-USP, 1981.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

MACHADO, Cacilda. A escravidão e a cor dos escravos e dos livres (Freguesia de São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). Temas Setecentistas. <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/file>.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. Associação Brasileira de Antropologia. Goiânia: 25ª reunião brasileira de Antropologia, 2006. <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Fatima.pdf>.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

MAMIGONIAN, Beatriz G. “O direito de ser africano livre”. In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli. *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres e os dois impérios: tráfico, trabalho e direito no Brasil oitocentista. Florianópolis, 2013. [não publicado/título provisório].

MAMIGONIAN, Beatriz G. To be a liberated african in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century. Tese (Doutorado em História). University of Waterloo. Ontário: Canadá, 2002.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *Coleção Brasil Imperial (1808-1831)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A Grã-Bretanha, o Brasil e a liberdade dos africanos na crise da abolição do tráfico de escravos (1848-1851). In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (orgs.). *Intelectuais e modernidade*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que "o preto mina" é capaz: Etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Asia*. 24 (2000).

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a "transição para o trabalho livre": a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo. (org.) Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARINATO, Francieli. BOTOCUDOS E TUPINIQUINS. Trabalho compulsório indígena no Rio Doce espírito-santense. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MARTINS, Marcos Lobato. As mudanças nos marcos regulatórios da mineração diamantífera e as reações dos garimpeiros: o caso da Região do Alto Jequitinhonha. Geografias. Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC-UFMG. Belo Horizonte. 05 (1) 37-49 janeiro-junho de 2009.

MATOS, Pedro Luiz Pires de; CARDOSO, Eloisa Maria Ramos. Embrapa: mandioca e floricultura. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MATTOSO, Kátia Q. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1999.

MELLO, Saulo Alvaro de. "O Arsenal a Marinha em Mato Grosso projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)". Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2009.

MELO, Victor Andrade de. "Temos apaixonados para o mar e para a terra": representações do esporte nos folhetins (Rio de Janeiro; 1851-

1855). *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, vol.27 n°4. São Paulo Oct./Dec. 2013.

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: História da administração municipal*. Cáceres: s/Editora. 1973.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Liberdade em tempos de escravidão*. Disponível em: <http://www.poshistoria.ufpr.br/TextoJoseliMendonca.pdf>.

MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Livres e obrigados: experiências de trabalho no centro-sul do Brasil. 5º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Maio de 2011. Porto Alegre: UFRGS.

MESQUITA, José de. *Genealogia Matogrossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1992.

MESQUITA, José de. *Um homem e uma época*. Esboço biográfico de José Barnabé de Mesquita “Sênior”. (1855-1892). Cuiabá: Revista do Instituto Histórico do Mato Grosso.Tomo XIII, 1925.

MINTZ e PRICE, Sidney e Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma Perspectiva Antropológica*. Rio de Janeiro, Pallas Editora e Universidade Candido Mendes, 2003.

MORAES, José G. *Cidade e cultura urbana na primeira República*. São Paulo: Atual, 1994.

MORAIS, Viviane A. “Estradas interpovenciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)”. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. “Liberdade tutelada: Os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c.1831-1870)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2005.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Os africanos livres, sua prole e as discussões emancipacionistas: as famílias e a administração dos*

descendentes de africanos livres na Fábrica de Pólvora da Estrela (Rio de Janeiro, 1830-1860). *Estudos Afro-Asiáticos* 29: 1-2-3 (2007).

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. *Diálogos Latinoamericanos*, núm. 3, 2001, p. 87-113.

Dinamarca. Disponible en:  
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200304>.

MORENO, Gislaene. “Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso”. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo: São Paulo: USP, 1993.

MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional. II Reunion de Antropologia del Mercosur: Fronteras culturales y ciudadanía - GT 27 “Etnicidades y Estados Nacionales”. Piriapolis (Uruguay), 11 a 14/11/1997.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O visconde de Guaratinguetá. Um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002. Disponível em: [books.google.com.br/books?isbn=8575530070](http://books.google.com.br/books?isbn=8575530070).

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. Disponível em:  
[books.google.com.br/books?isbn=8531408121](http://books.google.com.br/books?isbn=8531408121).

MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial. Disponível em:  
[http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2010/12/15\\_mariana\\_muaze](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2010/12/15_mariana_muaze).

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MUNGONGO, Tata Jitu. O mito Jingongo. *Revista Cultura Bantu Afro Brasileira*. Disponível em:  
[http://culturabantuafrobrasileira.com.br/2013\\_06\\_01\\_archive.html](http://culturabantuafrobrasileira.com.br/2013_06_01_archive.html).

NAVARRO, Eduardo A. *Método moderno de Tupi antigo*. 3 ed. São Paulo: Global, 2005. Disponível em: <http://www.vfrbooks.com/process.php>.

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOGUEIRA, Carlos Eugênio. “Nos sertões do poente. Conquista e colonização do Brasil Central”. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo:USP, 2008.

NUNES, Teresa C. de Oliveira. “Gestão de pessoas em organizações em processo de transformação: a experiência da rede ferroviária federal em liquidação”. Dissertação (Mestrado em administração pública). Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro: FGV, s/dt.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Umutina e as “Casas de Rondon”. Anais do VI Encontro Regional de História da ANPUH-MT. “História, Natureza e Fronteiras” e I Simpósio internacional de História “Territórios e Fronteiras”. Cuiabá: UFMT, 2008-2010.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira*. Bauru: EdUSC; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PERES, Maria A.; BARREIRA, Ieda de Alencar. Desenvolvimento da assistência médica e de enfermagem aos doentes mentais no Brasil: os discursos fundadores do hospício. *Texto & Contexto*. Enfermagem. vol.18 no.4 Florianópolis Oct./Dec. 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. *Revista USP*, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

QUEIRÓZ, Jonas Marçal de. “Artificios do Próspero Mundo Novo: colonos migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará.(1868-1889)”. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2005.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó de. *As Curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: EdUFMS, 1997.

QUEIRÓZ, Renato da Silva. *Caipiras negros no Vale da Ribeira*. Um estudo de antropologia econômica. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

RABELO, David. *Os diamantes do Brasil: na Regência de Dom João (1792-1816) um estudo de dependência externa*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. Disponível em: <http://books.google.com.br/>.

REIS, Isabel C. F. “Família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2007.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”. Revista USP, São Paulo (28): 14-39, dezembro /fevereiro 95/96.

RIBEIRO, Armando V. Leite. *Família Vidal Leite Ribeiro*. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1955.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: EdUNICAMP, 2000.

RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. *História Social*. Programa de Pós-Graduação em História do IFCH/UNICAMP. Campinas – SP. n°4/5, p. 29-42. 1997/1998.

RUEDELL, Pedro. *Trajatória do ensino religioso no Brasil e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2005. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; AMARAL LAPA, J. R. (orgs). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.

SALLES, Ricardo. “Vassouras – Século XIX. Da liberdade de se ter escravos à liberdade como direito”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTANA, Adriana S. “Africanos livres na Bahia 1831-1864”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia / CEAFFRO. Salvador, 2007.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia - 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SATTAMINI-DUARTE, Orlando. Primórdios da anestesia geral no Brasil. *Revista Brasileira de Anestesiologia*. (abril de 1956. Ano 6. Número 1 – p. 38-50).

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. Vol. 19, nº 37. São Paulo. 1999.

SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. A importância da literatura e das artes plásticas no contexto da cultura angolana. Fórum dos Angolanistas realizado na UERJ. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/posverna/docentes/62671-1.pdf>.

SECRETO, María Verónica. “(Des) Medidos Quebra-Quilos e outros quebras nos sertões nordestinos (1874-1875)”. In: MOTTA, Márcia;

ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2008.

SELVAGGI, João Batista. *Diamantino no século XVIII. ÁSIA*. São Paulo, ano XII, n. 16, 1954.

SENA, Divino Marcos de. “Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2010.

SENA, Ernesto Cerveira de. Desafios políticos nas fronteiras do Império: do discurso da ordem ao enalço da civilização em Mato Grosso (1834-1862). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SENA, Ernesto Cerveira de. Mercês, filantropia e política no sertão. *Fronteiras*. Dourados, MS, v. 10, n. 18, p. 35-50, jul./dez. 2008.

SENA, Ernesto Cerveira. “Entre *anarquizadores* e pessoas de *costumes* – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso – (1834-1870). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2006.

SILVA, José de Moura e. *Diamantino: 279 anos*. 3 ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

SILVA, Mauro Costa da. A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-65, jan | jun 2011.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

SILVA, Verone Cristina da. “Missão, aldeamento e a cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819 - 1901)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2001.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição*: Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUZA, Angélica G. “Cultivo da poaia na região do assentamento Antonio Conselheiro: buscando na história uma opção atual de agricultura planaltina”. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2013.

SOUZA, Dreico Esli de. Geopolítica fronteiriça: entre a ameaça espanhola e o controle dos territórios indígenas. Anais do VI Encontro Regional de História da ANPUH-MT. “História, Natureza e Fronteiras” e I Simpósio internacional de História “Territórios e Fronteiras”. Cuiabá: UFMT, 2008-2010.

SOUZA, Jorge Luiz Prata de. “Africano livre ficando livre. Trabalho, cotidiano e luta”. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1999.

SOUZA, Rafael de Freitas e Souza. “Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: a Mina da Passagem de Mariana (1863-1927)”. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo: USP, 2009.

SOUZA, Rafael Rodrigo R. “Mauá e a tradição da modernização industrial no Brasil”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOUZA, Tânia Maria Ferreira de. “Onde o sol nunca brilha: uma história dos investimentos britânicos e da mudança tecnológica na mineração aurífera de Minas Gerais no século XIX”. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2002.

SOUZA, Terezinha Fernandes Martins de. “Alfabetização na escola primária em Diamantino Mato Grosso (1930 a 1970)”. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso: Diamantino: UFMT, 2006.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STEIN, Stanley J. *Vassouras, um município brasileiro do café – 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TEIXEIRA, Alcemir Arlijean Bezerra. “O Juízo dos Órfãos em Manaus (1868-1896)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFA, 2010.

THIEBLOT, Marcel Jules. *Poaia, ipeca ipecacuanha: a mata da poaia e os poaieiros do Mato Grosso*. São Paulo: Escola de Folclore/Livramento, 1980.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

VILELA, Marlene Menezes. “Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: ocasião da varíola em Cuiabá (1867)”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT. 2001.

VITORINO, Artur José R. Política, agricultura e a reconversão do capital do tráfico transatlântico de escravos para as finanças brasileiras na década de 1850. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n. 3 (34), p. 463-491, dez. 2008.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. “Quilombos em Mato Grosso. Resistência negra em área de fronteira”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira Oeste do Brasil – 1719-1819*. São Paulo: Hucitec. 1987.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/188*. Editora da Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiabá, MT, 1993.